

João Carlos Nogueira (Org.)

DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO AFRO-BRASILEIRO

Desafios históricos
e perspectivas
para o século 21



Projeto Brasil Afroempreendedor

Coordenação política:

Francisco Rodrigues da Silva Sobrinho (IAB)
João Bosco Borba (ANCEABRA)
João Carlos Martins (Ceabra)
Luiz Antonio de Almeida (IAB)

Sebrae Nacional:

Antonio Carlos Thobias Jr.
Bruno Quick (Gerente da UPP)
Maria Angela Machado

Comitê gestor:

Adriana Barbosa (Instituto Feira Preta)
Antonio Carlos Thobias Jr. (Sebrae Nacional)
Cristiane Sobras (FCP)
Francisco Rodrigues da Silva Sobrinho (IAB)
João Bosco Borba (ANCEABRA)
João Carlos Martins (CEABRA/SP)
João Carlos Nogueira - Consultor Técnico/Coordenador Executivo
Luiz Antonio de Almeida (IAB)
Maria Ângela Machado (Sebrae Nacional)
Maria das Graças (ANAMAB)
Reverendo Sergio Melo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)- Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil

[FICHA CATALOGRÁFICA EM ELABORAÇÃO.]

Equipe do Projeto:

Adilton José de Paula - Coordenador Institucional
Amilcar Alexandre Oliveira da Rosa - Consultor Nacional
Aparecida Conceição dos Santos - Consultora Nacional
João Carlos Nogueira - Consultor Técnico/Coordenador Executivo
Julia Mello - Tesoureira do Convênio
Laercio Castro - Consultor IAB - Desenvolvimento Gráfico
Maria Alice da Silva - Consultora Nacional

Desenvolvimento e empreendedorismo afro-brasileiro

Organizador: João Carlos Nogueira, com a colaboração da
equipe do projeto Brasil Afroempreendedor

Editora Atilênde

Av. José Luiz Boiteux, 4810, Ponta das Canas
Florianópolis/SC

Produção editorial: Quorum Comunicação
Coordenação de projeto: Gastão Cassel
Assistente editorial: Stefânia Lorenzini
Revisão: Noa Cykman

© 2013 Editora Atilênde

Qualquer parte desta publicação pode ser
reproduzida, desde que citada a fonte

Para versões impressas do livro e mais informações sobre o
projeto Brasil Afroempreendedor:
brasilafroempreendedor@institutoiab.org.br

INSTITUTO ADOLPHO BAUER
Rua Conselheiro Laurindo, 809 sala 305 - Centro
Curitiba - CEP 80060-100
Fones 41 30290215
www.institutoiab.org.br



< Sumário

>	Apresentações
05	SEBRAE
11	IAB
17	Ceabra
27	Introdução João Carlos Nogueira, Adilton de Paula, João Carlos Borges Martins e Luiz Barretto
35	A força dos negros no empreendedorismo Luiz Barretto
61	A formação e a ação coletiva do empresariado afro-brasileiro: processos e desafios Jorge Monteiro
97	Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial João Carlos Nogueira e Jacques Mick
123	Subdesenvolvimento e exclusão racial: a questão da mão de obra em <i>Formação Econômica do Brasil</i> e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento brasileiras Elias de Oliveira Sampaio
169	Algumas reflexões sobre a cultura, o empreendedorismo afrobrasileiro e o desenvolvimento local à luz de Josué de Castro e Celso Furtado Claudia Leitão

Sumário

- 179 **Pobreza rural, desenvolvimento territorial, cadeias produtivas e comunidades quilombolas**
Eugênio Peixoto
- 241 **Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros**
Alex Sandro Macedo Almeida
- 275 **A democratização do crédito e a participação dos afroempreendedores**
Antônio Carlos Thobias Jr.
- 295 **Nota: Novos rumos na África**
Ladislau Dowbor
- 301 **Empreendedorismo negro como forma de enfrentamento às desigualdades raciais**
Matilde Ribeiro

Uma opção democrática para ascensão profissional

Luiz Barretto, presidente do Sebrae Nacional



O Brasil tem avançado, nas últimas décadas, na construção de um modelo de desenvolvimento econômico acompanhado pela redução de disparidades sociais históricas. O empreendedorismo tem sido estratégico para estimular um processo simultâneo de inclusão e de ascensão social. Nesse contexto, as micro e pequenas empresas ocupam um papel de destaque e são uma alternativa cada vez mais atraente e democrática de crescimento profissional. Democrática porque abre oportunidades para grupos por vezes discriminados no mercado de trabalho, como os negros e as mulheres.

No empreendedorismo, como no mercado em geral, questões de raça e de gênero não devem ser critério de diferenciação de renda e de oportunidades, e sim um conjunto de competências, incluindo capacitação contínua para ter maiores chances de se sobressair em meio a um mercado de concorrência acirrada. O Sebrae tem como objetivo - desde sua criação, em 1972 -, promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável das micro e pequenas empresas e fomentar o empreendedorismo. A qualificação dos empreendedores representa condição básica para aumentar a competitividade da empresa. Abrir e gerir uma empresa exige um conjunto de habilidades e conhecimentos e o Sebrae traba-

lha para capacitar o empreendedor e ajudá-lo a entender o mercado, o público que se deseja atingir e planejar bem o negócio.

Para atuar da maneira mais eficaz possível, o Sebrae produz uma série de estudos e pesquisas sobre indicadores das micro e pequenas empresas, incluindo o perfil do empreendedor brasileiro. Com esses estudos, constatamos que os pequenos negócios estão à frente de mudanças bem-vindas e necessárias na sociedade, oferecendo maiores oportunidades de ascensão profissional para todos os grupos da sociedade. Um exemplo foi um levantamento que divulgamos no segundo semestre de 2013, que apontou que quase a metade das micro e pequenas empresas brasileiras já são comandadas por empreendedores negros.

O estudo, realizado com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), revelou que a quantidade de empreendedores negros cresceu 29% entre 2001 e 2011. Entre os que se declaram brancos, o crescimento foi de 1% no mesmo período. A participação da raça negra aumentou de 43% para 49% no segmento das micro e pequenas empresas, aquelas que possuem faturamento de até R\$ 3,6 milhões por ano. Estamos falando de mais de 11 milhões de empreendedores, cerca de 60% deles chefes de família.

O Sebrae vem investindo em ações de capacitação e desenvolvimento de atitudes empreendedoras na população negra. Por meio de uma parceria com o Instituto Adolpho Bauer e o Coletivo de Empresários e Empreendedores Negros de São Paulo, o Sebrae lançou, em agosto de 2013, o projeto Brasil Afroempreendedor para capacitar donos de

pequenos negócios em 12 estados brasileiros. Essa experiência certamente proporcionará resultados muito importantes para melhorar a vida de muitas famílias e estimular a economia. Além dessa parceria voltada especificamente para os afroempreendedores, o Sebrae oferece cursos e palestras, consultorias e informações de gestão para quem já empreende ou para quem sonha em montar a sua empresa.

Além da pesquisa que revelou o aumento do número de empreendedores negros no País, outra pesquisa recente, feita pelo Sebrae em parceria com o Dieese, nos trouxe boas notícias nos pequenos negócios na questão de gênero. Ela indica que os pequenos negócios estão à frente de mudanças como a redução da diferença salarial entre homens e mulheres – uma característica que, infelizmente, persiste no mercado em geral. Nas médias e grandes companhias brasileiras, os homens ganham 44% a mais do que as mulheres. No entanto, a relação é menos desigual nos pequenos negócios – aqueles que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano. Nas micro e pequenas empresas os homens ganham em média 24% mais que as mulheres.

Outro dado que demonstra a mudança é que, na última década, a desigualdade caiu dois pontos percentuais nas micro e pequenas empresas. Nas médias e grandes, por sua vez, ela cresceu seis pontos percentuais. Como o sexo feminino representa quase 40% dos trabalhadores com carteira assinada em micro e pequenas empresas, estamos falando de cerca de 6 milhões de mulheres que conquistaram renda e estão em situação menos desigual hoje do que há uma década. E com perspectiva de reduzir ainda mais essa diferença, a julgar pela tendência apresentada nos últimos anos.

O porte das empresas é uma das características que impactam na diferença salarial entre homens e mulheres. Nas grandes corporações, a estrutura organizacional é mais complexa e as mulheres que ocupam cargos mais altos na hierarquia ainda são poucas. Já nos pequenos negócios, o acesso às decisões é mais facilitado. A convivência com os donos das empresas – sejam homens ou mulheres – é mais próxima e favorável para que bons profissionais se destaquem.

Até aqui tratamos da mulher como funcionária, mas outro movimento crescente é o da mulher empreendedora. Entre todos os brasileiros, a busca pelo próprio negócio pode ser creditada ao aumento da escolaridade, à melhora do ambiente legal – com a legislação mais favorável aos pequenos, em especial com o regime tributário do Supersimples – e, certamente, ao crescimento do mercado, impulsionado pela inclusão de mais de 40 milhões de pessoas na classe média na última década. Para as mulheres, em especial, outra razão é muito atraente na troca de um emprego pelo negócio próprio: a flexibilidade de horários.

É fato que uma micro ou pequena empresa exige enorme dedicação, mas não exige ponto ou um horário rígido: a dona do negócio é dona do seu tempo. E isso faz muita diferença para quem também precisa conciliar o trabalho com responsabilidades do lar e da família – tarefas ainda muito concentradas nas mulheres.

O empreendedorismo também tem sido um caminho cada vez mais viável e atrativo para os jovens brasileiros, que podem enxergar nele uma alternativa para suas vidas: ter

um negócio próprio. Nossas pesquisas mostram que 44% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos sonham em ter seu negócio. De cada 10 jovens, cinco estão tentando viabilizar o negócio e dois já realizaram. Há cinco anos essas pesquisas davam majoritariamente que o jovem queria trabalhar em multinacional.

Considero promissor que os pequenos negócios estejam na dianteira de mudanças tão positivas como o maior interesse dos jovens e a maior participação dos negros e mulheres no empreendedorismo, bem como a redução da diferença salarial entre homens e mulheres. Somadas, são quase 8 milhões de micro e pequenas empresas, o que equivale a 99% dos CNPJ do Brasil. Nesse segmento estão mais da metade das vagas formais de trabalho e quase 25% do PIB. Nas épocas de crise, são as micro e pequenas empresas que geram o saldo positivo do Caged (Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho). Nos momentos diferenciais, elas respondem por mais de 70% da geração de emprego. É um segmento fundamental para o País.

Não há dúvida do impacto dos pequenos negócios para a economia local e, num ciclo virtuoso, a nacional. É imenso, portanto, o potencial de disseminação das mudanças culturais originadas ou encampadas pelos pequenos negócios. O mais importante, no empreendedorismo, é a capacitação permanente. Os empreendedores atentos a essa condição de competitividade sempre terão como aliado o Sebrae, que oferece cursos gratuitos ou subsidiados, de forma presencial e a distância, com treinamentos de alta qualidade para que as empresas possam crescer de forma sustentável e aumentar o faturamento.

Este livro contribui, com informações e análises, para o debate público sobre o estímulo às atividades produtivas empreendidas por afrodescendentes. Independentemente do grupo social ao qual o empreendedor pertença, a educação é a chave para combater as desigualdades de oportunidades que persistem no mercado de trabalho. O mérito precisa ser o ponto central para o reconhecimento e a promoção de profissionais no mercado – como se pode comprovar cada vez mais nas micro e pequenas empresas. Talento e qualificação, afinal, independem de características como idade, raça ou gênero.

Um importante instrumento na profunda mudança da realidade brasileira

Luis Antonio de Almeida - Diretor Técnico do Instituto Adolpho Bauer
Francisco Rodrigues da Silva Sobrinho - Diretor Presidente do Instituto Adolpho Bauer



O Instituto Adolpho Bauer é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, com sede na cidade de Curitiba (Paraná) e com perspectiva de atuação em todo território nacional. Nascido em 2009, o IAB tem seu foco no desenvolvimento territorial sustentável e no desenvolvimento de projetos educacionais que visem à melhoria da qualidade de vida e a com a perspectiva de sustentabilidade humana, social e ambiental. Sua missão é *“Lutar por um mundo melhor, com sustentabilidade humana, econômica, social e ambiental, com igualdade de direitos e deveres para todos e todas”*. Combater as desigualdades e todas as formas de violências e discriminações, promover a igualdade social, de classe e de gênero, fazem parte dos princípios e objetivos estratégicos do Instituto.

Em seus primeiros anos de existência, o Instituto construiu um planejamento estratégico ousado, e iniciou suas atividades com vários projetos de grande dimensão e importância econômica e social: qualificação profissional para trabalhadores e trabalhadoras das indústrias plásticas do estado do Paraná; consultoria organizacional para empresas plásticas e químicas do Paraná, visando à melhoria da competitividade e da produtividade do setor, bem

como a formação de novos empreendedores e empreendedoras populares; desenvolvimento de projetos e parcerias que venham a contribuir para o combate às violências e discriminações e para a efetiva promoção do direito das mulheres e dos jovens; programas de prevenção de doenças e acidentes no trabalho e de articulação de apoio às comunidades quilombolas do Paraná. Sem ser uma entidade do movimento negro, o Instituto nasceu com o firme objetivo e o compromisso de lutar contra o machismo e o racismo e de promover a igualdade social, de gênero e de raça.

Em 2010, firmamos uma importante parceria com a União Ibero-Americana de Municipalistas (UIM), tornando assim o IAB uma importante referência ibero-americana na formação de gestores públicos numa perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável. O Instituto busca também ser uma ponte de diálogo entre os trabalhadores e as indústrias paranaenses, na busca da responsabilidade social e da qualidade de vida. O Instituto Adolpho Bauer segue buscando parcerias, convênios, intercâmbios e projetos que venham a contribuir para combater a todas as formas de violência e discriminações e para a efetiva promoção do direito das mulheres e da juventude.

É o caso do projeto Brasil Afroempreendedor, um dos nossos principais programas. Num momento em que o Brasil abre um novo ciclo de desenvolvimento, é fundamental abrirmos nossos olhos e olharmos com atenção a realidade socio-racial em que vivemos. Ao contrário do que dizem algumas pessoas e parte da mídia, o Brasil não é uma democracia racial. Vivemos ainda em uma sociedade preconceituosa e racista, com grandes distorções socioeconômicas

e com um forte racismo institucional. Pesquisas atuais comprovam que os negros e negras não têm as mesmas oportunidades que os brancos, como o acesso aos altos cargos de gerência e diretoria das empresas brasileiras.

De acordo com o IBGE, entre 2001 e 2011, o número de donos de negócios no País cresceu 13%, passando de 20,2 milhões para 22,8 milhões de pessoas. No período, o número dos empresários que se declaravam pretos e pardos cresceu 29%, passando de 8,6 milhões para 11,1 milhões de pessoas. O número dos que se declaravam brancos aumentou apenas 1% (passando de 11,4 milhões para 11,5 milhões de pessoas) e a categoria outros apresentou expansão de 42% (passando de 185 mil para 262 mil). Contudo, segundo pesquisa do Instituto Ethos, “Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas” (2010), negras e negros seguem afastados dos espaços de direção e comando das empresas e organizações nacionais.

O contingente de negros na população brasileira tem crescido continuamente. Entre 2004 e 2009, houve um aumento de 3,1 pontos percentuais na população formada por pretos e pardos. Em 2004, a proporção de pretos era de 5,9%; em 2009, passou a 6,9%, com aumento de 1 ponto percentual. A proporção de pardos era de 42,1%; passou a 44,2%, com aumento de 2,1 ponto percentual. Somados, pretos e pardos já são maioria no país: saltaram de 48% para 51,1%, o que representa, em números absolutos, 98 milhões de indivíduos. A população branca decresceu simultaneamente, no período de 2004 a 2009, de 51,4% para 48,2%, o que representa, em números absolutos, 92,5 milhões de indivíduos.

A disparidade é menor no quadro funcional, com 31,1% dos postos de trabalho ocupados por negros, e aumenta nos quadros seguintes, configurando um afunilamento. A proporção de negros é progressivamente menor nos níveis hierárquicos mais elevados: 25,6% na supervisão, 13,2% na gerência e 5,3% no executivo, referindo-se esta última parcela, em números absolutos, a 62 negros num grupo de 1.162 diretores. A situação da mulher negra é ainda pior: 9,3% no quadro funcional, 5,6% na supervisão, 2,1% na gerência e 0,5% no quadro executivo, representando esta última porcentagem, em números absolutos, 6 negras (todas pardas) entre as 119 mulheres ou os 1.162 diretores, negros e não negros, de ambos os sexos, cuja cor ou raça foi informada pelas empresas respondentes.

Quando cruzadas as informações sobre raça/cor e tipo de ocupação no mercado de trabalho (conta própria e empregador), verifica-se que 86% dos donos de negócios são conta própria e 14% são empregadores. No grupo dos donos de negócios pretos e pardos, a proporção de conta própria sobe para 92%, mostrando que nessa categoria os negócios tendem a ter uma estrutura mais simples e/ou com menor densidade de capital. Apenas 8% dos donos de negócios pretos e pardos são empregadores. Entre os donos de negócios brancos, a proporção de conta própria é de 81% e a de empregadores é de 19%. Na categoria outros, a proporção de conta própria é de 80% e a de empregadores é de 20%.

Vale lembrar que empreendimentos de uma pessoa só, em geral, envolvem estruturas mais simples de operação. Em alguns casos, podem representar também maior precariedade: o negócio depende quase que exclusivamente do dono.

Se levarmos em conta apenas o conjunto dos conta própria existentes no país (19,7 milhões de pessoas), verifica-se que 52% são pretos e pardos, 47% são brancos e 1% outros. Tomando apenas o conjunto dos empregadores existentes no país (3,2 milhões de pessoas), constata-se que 29% são pretos e pardos, 70% são brancos e 2% outros. Verifica-se, portanto, que a proporção de pretos e pardos é muito maior no grupo dos conta própria do que no grupo dos empregadores.

Se temos uma população afrodescendente tão significativa numericamente, uma pergunta nos persegue: por que os negros não estão presentes na gestão das empresas e instituições sociais e econômicas no país? Por que temos cerca de 11 milhões de afroempreendedores no país e, no entanto, não temos uma política efetiva de apoio e incentivo ao afroempreendedorismo?

Esperamos que este livro e nosso trabalho possam ajudar a responder esta e outras importantes questões sobre a temática racial e acreditamos que o afroempreendedorismo pode ser um importante instrumento na profunda mudança da realidade brasileira, buscando transformar nosso país ao longo dos próximos anos numa efetiva democracia racial.

Um marco para a construção de uma política nacional para os empreendedores afro-brasileiros

João Carlos Borges Martins - Presidente do Ceabra SP
Aparecida dos Santos - Coordenadora de projetos do Ceabra SP
e consultora nacional do projeto Brasil Afroempreendedor



Em 1996, um grupo de empresários e profissionais liberais negros, alguns ativistas, militantes ou simplesmente credos da iniciativa, se reunia em Brasília (DF) objetivando a criação de uma organização empresarial, com foco na ampliação da participação das empresas afro-brasileiras na realização de negócios no Brasil e no exterior. Este grupo foi visitar uma feira internacional de produtos em Senegal (África). Os poucos dias que ali ficaram lhes deram a certeza de que seria possível desenvolver projetos para que empresários brasileiros pudessem vender seus produtos para o mercado africano.

A concepção de uma associação de empresários negros já permeava os membros deste grupo, que enxergavam como estratégico o fortalecimento dos empresários e empreendedores negros como forma de inclusão e luta contra a discriminação e o preconceito racial. No entanto, entre o sonho, o desejo e a realidade havia um hiato que teriam que saber transpor para alcançar seus objetivos. Assim que começaram a sonhar com o estabelecimento dessas parcerias comerciais, se defrontaram com uma realidade conhecida, mas nem sempre palpável: não tinham ideia de quem eram,

onde estavam e o que faziam os empresários afro-brasileiros. Ao tentar descobrir, se depararam com outro problema: parte considerável dos empreendedores negros vivia na informalidade, não tinha experiência administrativa nem comercial e não possuía ferramentas teóricas de como administrar e levar adiante um negócio próprio.

Como dá para perceber, as vendas para a África foram um fracasso, mas a iniciativa abriu um novo campo de atividade. A partir das dificuldades encontradas, buscaram conhecer melhor esse empresário negro e proporcionar condições para que ele pudesse se desenvolver, gerar renda para sua família, dar oportunidade de empregos e tornar sua atividade comercial um elemento de inclusão social. Sob tal perspectiva, em 6 de maio 1997, foi fundado legalmente o Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiro de São Paulo (Ceabra). Esta iniciativa estimulou a criação de Ceabras em outros estados brasileiros: Minas Gerais (Belo Horizonte) e Rio Grande do Sul (Porto Alegre).

Em 1997, os Ceabras, integrando-se à experiência do Rio de Janeiro (do Circulo Olympio Marques, Colymar), iniciaram a preparação de uma instituição nacional, objetivando a ampliação da intervenção e participação das empresas afro-brasileiras. Foram criadas as bases da Associação Nacional dos Ceabras (Anceabra), que teve sua fundação em 16 de janeiro de 1999.

Naquele mesmo ano, ocorreu o primeiro evento do Ceabra São Paulo, o seminário “Negro Rumo ao Século XXI”, que apontava o empreendedorismo como uma das saídas para a população negra no mundo do trabalho. Desde então, o Ceabra vem

desenvolvendo várias atividades com essa finalidade, como cursos de qualificação profissional para jovens e adultos, capacitação empresarial e incubação de empreendimentos.

A partir daquele momento, e ao longo desses dezoito anos, o Ceabra São Paulo tem contribuído para formar cidadãos que acreditam em seus sonhos e buscam as formas e o instrumental para torná-los realidade. Por nossos cursos, palestras e oficinas já passaram mais de 7 mil jovens, empresários, artesãos e pequenos comerciantes. O Ceabra São Paulo, no entanto, não é apenas uma “escola” de gerenciamento empresarial. Juntamente com outros parceiros, com a academia e com o que também aprenderam a partir da convivência com esses jovens e empresários, procuramos pensar políticas públicas para o segmento e intervir na definição de estratégias econômicas. Como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico, o Ceabra procura ter voz nos debates sobre os rumos econômicos e sociais do país.

Outro campo de atuação da entidade é em relação à formação de crianças e adolescentes. Não é segredo para ninguém que a população negra constitui a camada mais pobre e discriminada da sociedade. A falta de emprego, a desestruturação do núcleo familiar, a pobreza, a falta de ensino, saúde e condições de vida na periferia dos grandes centros urbanos é a porta de entrada para o aliciamento de crianças e adolescentes pelo tráfico e pelo crime organizado. Dar oportunidade para essa massa de crianças e adolescentes, buscando inseri-las socialmente, é um dos desafios do Ceabra. Por meio de atividades esportivas, atendemos cerca de 4 mil jovens, em vinte núcleos espalhados pela periferia da Grande São Paulo. Atuando sobre a criança e o adolescente,

estaremos criando jovens e adultos responsáveis e preparados para enfrentar os desafios da vida.

Na parte de qualificação, o CEABRA atua em dois focos: na (re)inserção do jovem ou adulto no emprego formal e na capacitação para aprimorar ou melhorar técnicas e conhecimentos, possibilitando, assim, iniciar ou solidificar um empreendimento. Nos cursos de Capacitação Empresarial e Incubação de Empreendimentos, o foco é que a população negra gere renda e trabalho. A incubação visa à criação, ao desenvolvimento e ao fortalecimento do empreendimento, gerando empregos, pois, em um mercado em que o desemprego é estrutural, os primeiros a ficarem sem seus postos de trabalho são os trabalhadores negros.

Percebemos que para a efetividade de nossas ações, precisaríamos de facilitadores/professores capacitados para atender esse público, pois suas necessidades são específicas, por conta da trajetória histórica. Portanto, a proposta do projeto Qualificação para Diversidade Empreendedora é a formação de formadores e a busca de uma metodologia que se identifique com o resgate histórico da população negra brasileira.

Apesar de ter sido trazido como escravo, e, depois da abolição, ter ficado à mercê da sorte por falta de políticas voltadas para absorver essa mão-de-obra, como aconteceu com imigrantes europeus, os afro-brasileiros têm se mostrado um povo empreendedor, faltando a oportunidade, ou melhor, políticas públicas para que se fortaleça como empregador/empresário. Para muitos, elas sempre existiram! Parte destes desconhecem, ignoram a história do País e o legado da

população negra; outros são ideologicamente contrários e, nesta zona de conforto, alimentam o racismo e a discriminação racial.

Muito ainda temos para fazer, mas a experiência desses dezoito anos, as vitórias e os percalços nos ensinaram que as características que herdamos de nossos antepassados, a capacidade de resistência e resiliência, são fundamentais para seguirmos adiante, ultrapassarmos os obstáculos, levantarmos a partir da queda e continuarmos o nosso caminho.

A missão do Ceabra é atuar junto às comunidades afro-brasileiras, disseminando a cultura do empreendedorismo, para que atuem como protagonistas na superação da desigualdade racial, no fortalecimento da democracia e no desenvolvimento econômico do país. O objetivo institucional é influenciar as políticas públicas voltadas para a população afro-brasileira por meio do desenvolvimento de projetos de capacitação e qualificação profissional, disseminando a cultura do empreendedorismo, como protagonista na superação da desigualdade racial visando o desenvolvimento socioeconômico de trabalhadores, empreendedores, profissionais liberais, empresários informais e jovens em situação de risco e ingressando no mundo do trabalho e consequentemente o desenvolvimento econômico do país.

A forma de atuação do Ceabra com adultos e jovens afro-brasileiros vem se aperfeiçoando no decorrer dos anos. Duas atividades foram essenciais para isso: o convênio firmado com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) para a execução do Projeto de Incubação de Empreendimentos para Afro-Brasileiros; e

o convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego para execução do projeto de Formação de Formadores dirigido à validação metodológica para atender este público de forma dirigida e focada. Este projeto foi dividido em três partes. A primeira fase envolveu a Formação de Multiplicadores; a segunda fase, a validação metodológica; e a terceira fase foi a elaboração dos livros “Superando desafios sendo um empreendedor afro-brasileiro” e “Projeto de Desenvolvimento Metodológico”, para disseminar os resultados alcançados.

Este trabalho culmina, neste momento, com os esforços para formular uma política nacional para o empreendedor negro, ao concretizar-se o projeto Brasil Afroempreendedor, em parceria com o SEBRAE Nacional. Durante um período de quase três anos, fomos sensibilizando os parceiros sobre as necessidades específicas desta parcela considerável da população brasileira, como forma de inclusão e desenvolvimento econômico do Brasil.

Nossa primeira atividade patrocinada pelo SEBRAE Nacional foi o Primeiro Seminário Nacional dos Empreendedores e Empresários Afrobrasileiros (I Seneab) realizado no dia 20 de novembro de 2012. A partir dos resultados positivos e que vão ao encontro das políticas adotadas pelo SEBRAE sobre microempresas e microempreendedor individual, celebramos o convênio que viabiliza o Brasil Afroempreendedor. O lançamento do projeto ocorreu em 5 de agosto de 2013, na cidade de São Paulo, com um evento na Câmara Municipal de São Paulo, ao qual compareceram cerca de 400 pessoas: empresários, empreendedores, entidades voltadas à igualdade racial, ministros, representações do legislativo Federal, Estadual e Municipal e o diretor presidente do Sebrae na-

cional, com isso, consolidando uma estratégia por muitos anos perseguida pelo Ceabra.

Queremos aqui também referenciar Jorge Aparecido Monteiro, autor do livro “O empresário negro”, em que bem descreveu a importância do empreendedor negro e de suas associações:

A empresa de afro-brasileiros possui um papel estratégico importante para a comunidade negra e para o Brasil, pela sua capacidade e seu potencial de gerar emprego e renda para milhares de pessoas, absorvendo quadros técnicos e administrativos de apoio à própria comunidade, sem falar dos enormes benefícios em termos de elevação da autoestima das pessoas que passam a ser referências de sucesso para milhões de outros brasileiros.

Não é nosso propósito defender o desenvolvimento de uma nova casta de capitalistas afro-brasileiros, descomprometidos com a sua história, com os seus papéis sociais junto a essa comunidade, suas responsabilidades com o meio ambiente, com a qualidade de vida, com a educação, com as crianças e adolescentes, enfim, com as transformações necessárias que o país precisa realizar. A nova ordem que se instala exige uma relação ética e de respeito entre empresas, sociedade/consumidor e o meio ambiente. Antes de seguir qualquer modelo externo, enfim, que seja pensada a realidade do país e de sua **própria comunidade**

O projeto Brasil Afroempreendedor constitui um marco, pois atende aos nossos anseios de formatar as estruturas para a construção de uma política nacional para os empreendedores afro-brasileiros. Como disse Monteiro:

As associações de empresários negros está reservada a grande função estratégica, operacional e técnica de incentivar o desenvolvimento de potenciais empreendedores e das empresas já existentes de empresários negros, através de um projeto nacional de desenvolvimento da empresa afro-brasileira com o envolvimento e comprometimento de empresários, governos municipais estaduais e federal. Está aí um belo desafio a todos os interessados no progresso e desenvolvimento social e econômico dos negros deste país, como forma de luta contra o racismo e a discriminação.

O CEABRA, junto com a ANCEABRA e os CEABRAS nos Estados, tem dimensão de seu papel estratégico e histórico junto os milhares de afro-empresendedores que formam as redes do empreendedorismo, as cadeias produtivas, os segmentos, os setores produtivos, nos espaços urbanos e rural de nosso país.





Introdução

João Carlos Nogueira (Org), coordenador executivo do projeto Brasil Afroempreendedor
Adilton de Paula, coordenador geral do Instituto Adolpho Bauer
João Carlos Borges Martins, presidente do Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros de São Paulo (Ceabra/SP)
Luiz Barretto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae)

De 40 milhões de brasileiros que ascenderam à classe média na última década, 32 milhões são negros. Uma parcela importante desse grupo é formada por empresários – sobretudo, donos de pequenas ou microempresas que, por uma série de razões, passam agora a aparecer nas estatísticas, revelando um elemento desconhecido na história brasileira: a competência empreendedora dos afro-brasileiros.

Neste livro – destinado a qualificar, com informação e análise, o debate público sobre o estímulo ao fortalecimento das atividades produtivas empreendidas por afro-brasileiros – reunimos uma série de artigos que desenvolvem, de maneira pioneira, temas importantes para o fortalecimento do segmento, que enfrenta obstáculos estruturais em seu desenvolvimento.

A coletânea é um dos produtos do projeto Brasil Afroempreendedor– Desenvolvimento e fortalecimento do empreendedorismo afro-brasileiro, iniciativa do Coletivo de Empresários e Empreendedores Afrobrasileiros de São Paulo (Ceabra/SP) e do Instituto Adolpho Bauer (IAB), de Curitiba, em parceria com o Sebrae Nacional. O livro será utilizado na preparação e realização de 12 seminários estaduais,

em 2014, que fomentarão a organização dos empreendedores e o fortalecimento das atividades produtivas de 1200 afro-brasileiros.

Em “A força dos negros no empreendedorismo”, primeiro dos textos do livro, o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, compartilha dados de pesquisa inédita sobre a presença dos afro-brasileiros entre as micro e pequenas empresas do país, com base sobretudo em dados do Censo de 2010. Barretto também descreve as ações do Sebrae para apoiar o desenvolvimento do segmento.

Um dos principais desafios do empresariado afro-brasileiro é a organização e a cooperação em rede. Em “A formação e a ação coletiva do empresariado afro-brasileiro: processos e desafios”, o sociólogo Jorge Monteiro, um dos pioneiros a estudar o segmento, relembra sua trajetória de pesquisas desde os anos 1980. Descreve as trajetórias das três primeiras associações de empresários negros – Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial (CACE), Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEM) e Círculo Olympio Marques (COLYMAR) – e reflete sobre suas estruturas, estratégias de ação e pautas de reivindicação.

Em meu artigo com Jacques Mick, descrevemos a ampla lacuna, na bibliografia especializada sobre a transição da escravidão para o trabalho livre, de estudos sobre as competências dos trabalhadores negros. Em geral discriminados como pouco capacitados e pouco determinados ao trabalho livre, os afro-brasileiros deram, nos séculos de colonização e no império, notável contribuição para o desenvolvimento

de segmentos inteiros da atividade produtiva no país. Vários desses trabalhadores constituíram seus próprios empreendimentos privados - mas a descrição de tais aptidões é rara, fundamentalmente pelo preconceito dos próprios analistas. O artigo "Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial" conclui pela enumeração de uma série de tópicos fundamentais para a continuidade da pesquisa sobre o empreendedorismo afro-brasileiro.

Em sintonia com essa crítica, Elias de Oliveira Sampaio detalha o modo como Celso Furtado analisou o lugar dos negros na transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Em "Subdesenvolvimento e exclusão racial: a questão da mão de obra em Formação Econômica do Brasil e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento brasileiras", Sampaio observa que um enviesamento ideológico afetou a interpretação de Furtado sobre os trabalhadores negros, descritos pelo autor como obviamente menos qualificados que os imigrantes. "Os capítulos em que Furtado trata da questão da mão de obra em seu livro mais conhecido jamais deveriam ter sido escritos, posto que suas assertivas devam ter concorrido para o fortalecimento de um dos maiores estigmas impostos aos seres humanos - e seus descendentes - submetidos à escravidão no Brasil: a "falta de qualidade inata" para o trabalho, para o aprendizado e para as atividades econômicas fora de um regime escravagista". "Em suma, o juízo de valor de Furtado subjacente ao seu modelo econômico não lhe permitiu ver, nos idos de 1959, que por trás da exclusão socioeconômica dos negros, construída a partir da abolição, havia uma política explícita de embranquecimento e europeização do povo brasileiro, e não algum defeito de origem biológica, cultural ou racial dos ex-escravos e seus

descendentes, como era preconizado à época.”

Em “Algumas reflexões sobre a cultura, o empreendedorismo afro-brasileiro e o desenvolvimento local à luz de Josué de Castro e Celso Furtado”, Claudia Leitão retoma o pensamento desses dois autores com o objetivo de politizar as expressões “economia criativa” e “empreendedorismo afro-brasileiro”. A partir de uma crítica contundente à capacidade do Estado brasileiro de coordenar políticas para a economia da cultura, a autora defende a criação de “um novo projeto de desenvolvimento que se fundamente em nossa diversidade étnica e cultural, especialmente no que se refere à nossa matriz africana”.

Em “Pobreza rural, desenvolvimento territorial, cadeias produtivas e comunidades quilombolas”, Eugênio Peixoto reflete sobre a articulação entre os processos de participação popular e a adoção, pelo Estado, de políticas integradas de desenvolvimento voltadas a grupos específicos, particularmente no caso das comunidades quilombolas de Alcântara, no Maranhão. O autor defende com veemência a extensão do acesso ao crédito aos pequenos e microempreendedores, condição que considera fundamental para a construção de redes sustentáveis de suporte a essas iniciativas. “É preciso romper com uma espécie de culto à pobreza que só consegue vislumbrar apoios não reembolsáveis para as comunidades”. “São os povos indígenas e as comunidades quilombolas que detêm a menor representação política nos espaços institucionais. Conseqüentemente, são estes os setores da população que enfrentam as maiores dificuldades para acessar os direitos sociais básicos, como terra, trabalho, educação, saúde e lazer. Em outras palavras, o exercício da ci-

dadania continua a lhes ser negado.” Peixoto reflete sobre a experiência de adotar políticas integradas de desenvolvimento em Alcântara, com o objetivo de “resgatar a identidade africana de uma das maiores concentrações quilombolas do país, 187 povoados que se reconhecem como comunidades remanescentes de quilombos”.

Em “Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros”, Alex Sandro Macedo Almeida analisa a experiência de empreendedores que participam da Feira Preta, de São Paulo. A iniciativa reúne, desde 2001, produtores que oferecem mercadorias para negros. No artigo, o autor discute as relações entre consumo e identidade. “Mesmo que um empresário não esteja interessado em questões de fundo político, não esteja preocupado com nenhuma forma de inclusão simbólica ao colocar em relevo suas pretensões mercantis, o contexto da sociedade brasileira, marcada pela ideologia do branqueamento e por um racismo entranhado no cotidiano, faz de qualquer desses produtos um instrumento que coloca em movimento uma discursividade, um apelo, um símbolo, uma comunicação que envolve e que diz respeito às relações entre negros e brancos na sociedade brasileira”.

Em “A democratização do crédito e a participação dos afroempreendedores”, Antonio Carlos Thobias Jr. reflete sobre as dificuldades particulares dos empreendedores negros de obterem crédito no Brasil e defende alternativas para facilitar o acesso a financiamentos, como a criação de uma linha específica para impulsionar o segmento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no âmbito do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger).

Thobias Jr. também propõe a organização de sociedades de garantia de crédito (SGCs), para driblar um dos principais obstáculos que afetam o acesso dos negros a financiamentos bancários – a falta de bens ou mercadorias para lastrear as operações.

Um aspecto destacado ao final do texto de Thobias Jr. é revelado, potencialmente, na nota sobre o continente africano assinada por Ladislau Dowbor. Em “Novos rumos na África”, o professor destaca a articulação recente entre nações do continente, em busca de maior autonomia no desenvolvimento socioeconômico – o que pode se tornar enorme oportunidade para empreendedores afro-brasileiros.

Por fim, Matilde Ribeiro, ministra-chefe da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) entre 2003 e 2008, observa, em “Empreendedorismo negro como forma de enfrentamento às desigualdades raciais”, que as questões relativas etnia e raça são pouco desenvolvidas no campo da economia solidária. Mas menciona três exemplos bem sucedidos de iniciativas e políticas de apoio aos pequenos e microempresários negros.



A força dos negros no empreendedorismo



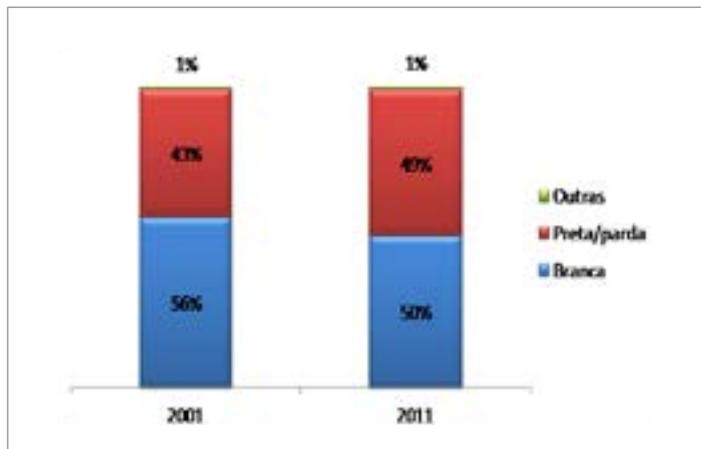
Luiz Barretto

Formado em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. Desde fevereiro de 2011 é diretor presidente do Sebrae Nacional. Antes disso, já havia atuado na instituição, entre março de 2005 e março de 2007, como gerente nacional de Marketing e Comunicação. Foi Ministro do Turismo no período de setembro de 2008 a dezembro de 2010. Exerceu o cargo interinamente entre junho e setembro de 2008. Também foi secretário executivo do Ministério entre março de 2007 e junho de 2008.

O Brasil registra, na última década, a evolução de indicadores socioeconômicos que embasa a construção de uma sociedade mais desenvolvida e mais justa. Nesse processo, o empreendedorismo tem sido protagonista. Mais do que uma oportunidade de evoluir na vida, como ocorre em tantas economias mais desenvolvidas, aqui no País ele também é um fenômeno de inclusão social. Agora temos mais elementos para apostar no potencial de transformação do empreendedorismo. Os negros, grupo historicamente discriminado, aumentaram a participação em atividades empreendedoras e comandam quase a metade do total de empresas no Brasil.

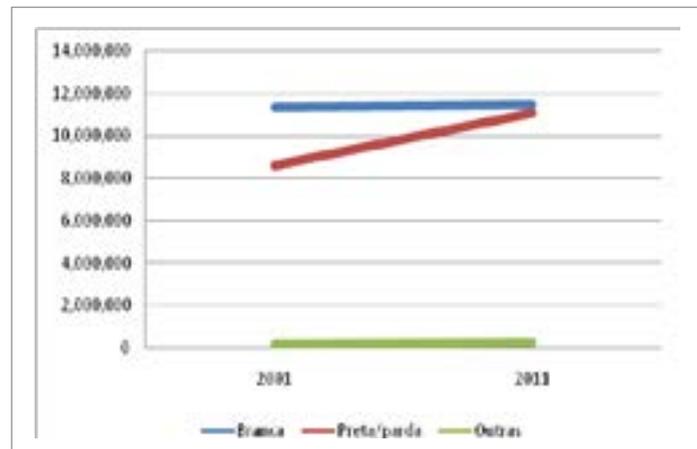
A informação é de um estudo inédito do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), que buscou detectar as principais características dos donos de negócio no Brasil, de acordo com a raça declarada por eles mesmos à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. O trabalho revelou que, entre 2001 e 2011, o número de empreendedores negros passou de 43% para 49%. A participação relativa dos brancos caiu de 56% para 50%. A categoria Outros, que inclui aqueles que se auto-denominam amarelos ou indígenas, por exemplo, permaneceu na faixa de 1% (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1
Distribuição dos Donos de Negócio no Brasil, em 2001 e 2011, por raça/cor (em %)



Fonte: IBGE (PNAD 2001 a 2011, exceto 2010)

Gráfico 2
Número de Donos de Negócio no Brasil, entre 2001 a 2011, por raça/cor



Fonte: IBGE (PNAD 2001 e 2011)

Nada mais justo que um grupo tão expressivo da população avance nas conquistas para ascender cada vez mais socialmente. Esse processo tem ocorrido com a intensa inclusão social viabilizada pela inserção de mais de 40 milhões de pessoas na classe média na última década. Grupos historicamente mais pobres são destaque nesse processo. Oitenta por cento dos novos membros da classe média são negros. A renda desse grupo, bem como de nordestinos, cresceu o dobro da média da classe C nos últimos 10 anos, segundo o Instituto Data Popular. Esses dados mostram que a classe média cresce com redução da desigualdade.

A expansão da classe média ocorre num contexto de aumento do otimismo, reforçado pela estabilidade econômica. Esse otimismo, na avaliação do Data Popular, traz uma série de consequências no comportamento cotidiano e na relação da classe média com o futuro. Entre os otimistas, há uma predisposição maior para o consumo – o risco é de maior endividamento. Há maior interesse também para os estudos e por oportunidades de ascensão social. Nesse contexto insere-se o empreendedorismo, beneficiado no nosso país por um ambiente jurídico mais favorável para formalização de empresas, com maior desburocratização e simplificação tributária.

Exemplo desses avanços é o Microempreendedor Individual (MEI), categoria jurídica criada pela Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, para quem possui receita bruta de até R\$ 60 mil por ano – média de R\$ 5 mil por mês. Atraídas pela redução da carga tributária – o valor pago de imposto mensal é inferior a R\$ 40 –, mais de 3,3 milhões de pessoas já foram formalizadas nessa categoria. A abertura da empresa pode ser feita pela internet (www.portaldoempreendedor.com.br).

gov.br), gratuitamente e em poucos minutos, um exemplo de desburocratização a ser seguido.

O aumento da formalização beneficia todos os envolvidos. É bom para o empreendedor, pois abre uma série de portas no mercado, e é bom para o governo, que aumenta a base de arrecadação. Os incentivos à formalização facilitam a realização do sonho de muita gente. Possuir um negócio próprio com acesso ao CNPJ amplia bastante o universo potencial de clientes, pois possibilita fornecer produtos e serviços para outras empresas, participar de licitações públicas, ter acesso a melhores condições de crédito como pessoa jurídica, comprar matéria-prima com preços reduzidos, entre outras vantagens. A formalização oferece mais possibilidades de aumentar o faturamento, melhorar a renda e viabilizar a ascensão social de mais famílias.

É possível verificar um círculo virtuoso, com impactos ainda mais relevantes em parcelas da população historicamente mais pobres: o processo de inclusão social fortalece o empreendedorismo, que, por sua vez, viabiliza maior inclusão social. Do total de empreendedores, mais de 55% integra a classe C, revelou a pesquisa Empreendedorismo e a Nova Classe Média, feita pelo Instituto Data Popular para o Sebrae. A realidade brasileira difere da média mundial, em que os empreendedores estão concentrados em faixas de renda mais altas. Os pequenos negócios representam a porta de entrada do mercado para milhões de pessoas.

Nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o percentual de microempreendedores individuais supera o de micro e pequenas empresas. A criação do microempreendedor indivi-

dual, programa que completou quatro anos em julho de 2013, está modificando a realidade em regiões antes caracterizadas pela informalidade e a expansão desse grupo tende a se fortalecer.

O aumento de microempreendedores individuais em regiões antes mais marcadas pela informalidade se une a outra característica: o Sebrae acompanha a evolução de MEI que também são beneficiários do Bolsa Família, programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. Temos constatado que o empreendedorismo representa mais do que uma porta de entrada para o mercado, mas também uma porta de saída do Bolsa Família.

O Sebrae tem um convênio estratégico com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para identificação dos empreendedores beneficiários do Bolsa Família. Aproximadamente 10% dos microempreendedores individuais são beneficiários do programa do governo. Esse grupo busca meios para não depender, exclusiva e indefinidamente, do programa de transferência de renda. São pessoas que procuram uma alternativa para geração de renda, desfazendo preconceitos sobre uma suposta acomodação face à ação do governo.

O Sebrae conhece bem o poder transformador do empreendedorismo e atua para a ampliação e a consolidação de microempreendedores individuais por meio de dois programas nacionais: Sebrae nos Territórios da Cidadania e Negócio a Negócio.

Em 2011, foi criado o Programa Nacional Sebrae nos Territórios da Cidadania, com a meta de atender, em três

anos, mais de 700 mil empreendimentos de micro e pequeno porte em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 70% delas nas regiões Norte e Nordeste. O programa Negócio a Negócio é o principal atendimento individual do Sebrae nos municípios abrangidos nos Territórios da Cidadania. Uma postura pró-ativa é fundamental para o sucesso de programas voltados a esse público. Agentes do Negócio a Negócio visitam os empreendimentos e oferecem, em três a seis atendimentos, soluções customizadas de capacitação e informações sobre microcrédito.

Empreender pressupõe certo grau de risco e certamente há receio entre os beneficiários do Bolsa Família de iniciar um negócio próprio, não ter sucesso, e ficar sem nenhuma renda. Por isso, o Sebrae e o MDS elaboraram uma cartilha específica para os empreendedores esclarecendo que a formalização não significa a perda do Bolsa Família, o que só ocorre quando o limite de renda para receber o benefício é ultrapassado. Ou seja, o empreendedor é capacitado e motivado para ter sucesso e só então abrir mão do Bolsa Família.

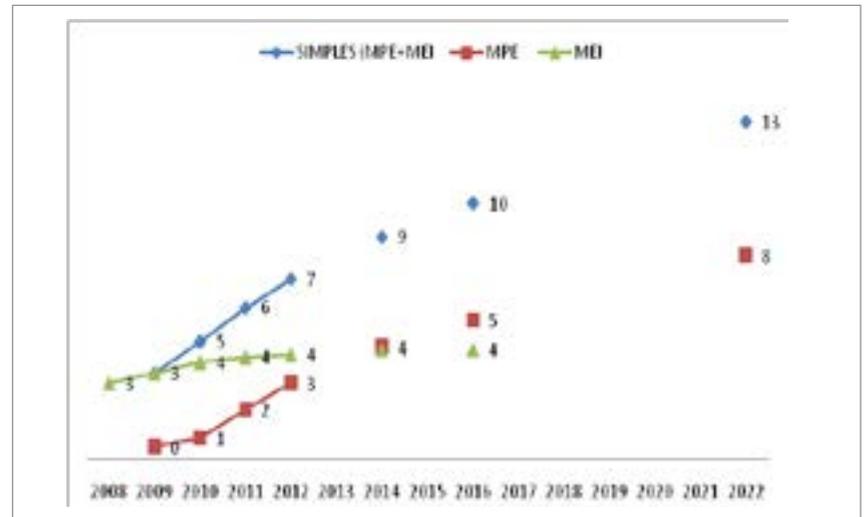
Em apenas um ano, o Sebrae já atendeu cerca de 45% dos microempreendedores individuais que recebem o Bolsa Família e parte deles inclusive solicitou desligamento do benefício após superar a renda limite graças ao crescimento do negócio próprio. Nossa meta é atender a todos, auxiliando na transição pela autonomia financeira de muitas famílias. Faz parte de nossa missão capacitar os gestores para a plena sustentabilidade econômica e prosperidade de seus negócios.

Assim, o fortalecimento do MEI é um processo que interessa a todo o país e causa um impacto enorme em grupos

que historicamente não tiveram muitas oportunidades de ascender socialmente. De acordo com as projeções do Sebrae, em 2014 o MEI será o principal tipo de pequeno negócio no Brasil, superando as micro e pequenas empresas (Gráfico 3). Isso é muito positivo, pois sinaliza para um número crescente de pessoas entrando no mercado de forma legal. É um processo que estimula a inclusão social de muitas famílias e os negros certamente conquistarão um destaque cada vez mais no universo do empreendedorismo.

O estudo do Sebrae sobre raças indica que, em uma década, diminuiu a distância entre a renda média dos em-

Gráfico 3 - Projeção de crescimento dos empreendimentos no Brasil por categoria de empresa (2008-2022)

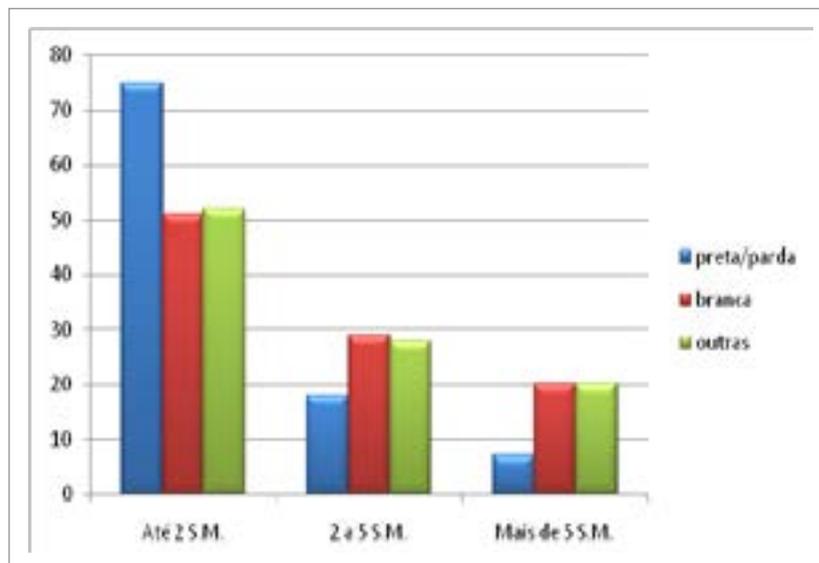


Fonte: Sebrae, a partir de dados da Receita Federal

preendedores brancos e negros. Em 2001, a renda média do primeiro grupo era 141,3% maior que a do segundo. Em 2011, a diferença passou a ser de 94,3%. A renda média dos negros empreendedores, neste ano, era de R\$ 1.039,00, enquanto a dos brancos era de R\$ 2.019,00.

No entanto, foram os empreendedores negros que apresentaram evolução mais forte em termos de rendimento médio real nos últimos anos. Nesse grupo, o rendimento médio real cresceu 70%, passando de R\$ 612 para R\$ 1.039 por mês. Entre os donos de negócio brancos, a expansão foi de 37%, subindo de R\$ 1.477 para R\$ 2.019 por mês. Na categoria Outros, houve queda no rendimento médio mensal da ordem de 40%, passando de R\$ 3.296 para R\$ 1.976 (Gráficos 4 e 5 e Tabela 1).

Gráfico 4 - Distribuição dos micro e pequenos empreendimentos por raça e por faixa de rendimento médio mensal (2011)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

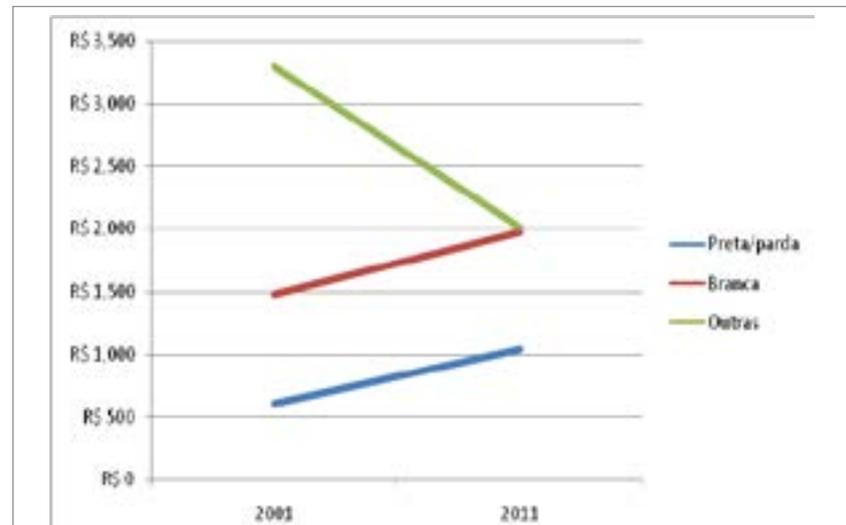
Tabela 1 – Rendimento médio mensal dos micro e pequenos empresários por raça, em 2001 e 2011 (em R\$ de 2011)

	preta/parda	branca	outras	TOTAL
2001	R\$ 612	R\$ 1.477	R\$ 3.296	R\$1.126
2011	R\$ 1.039	R\$ 2.019	R\$ 1.976	R\$1.541
Taxa de expansão	70%	37%	-40%	37%

Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD)

Nota: dados já deflacionados

Gráfico 5 – Rendimento médio mensal dos micro e pequenos empresários por raça, em 2001 e 2011 (em R\$ de 2011)

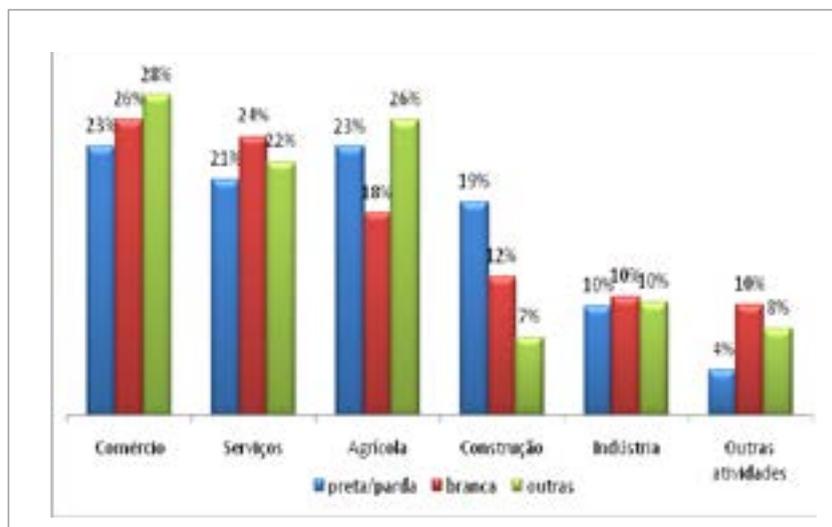


Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD)

Nota: dados já deflacionados

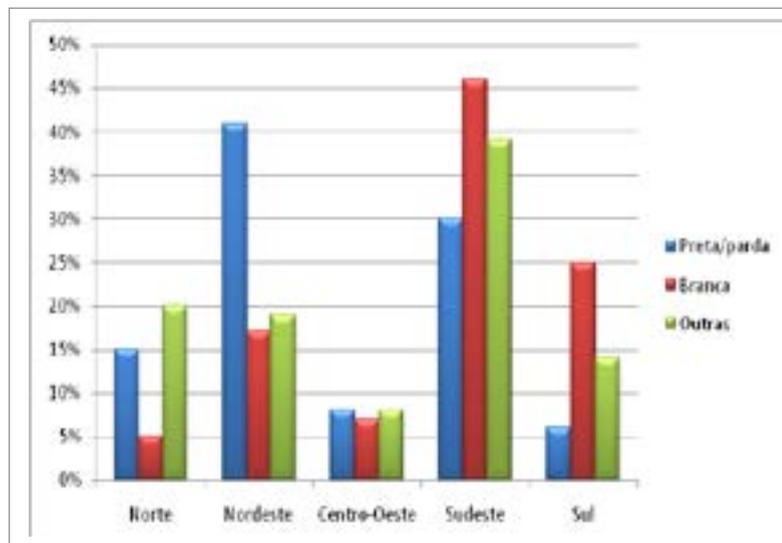
Todas as categorias pesquisadas têm em comum o fato de que o comércio é o setor com maior proporção de donos de negócio. A categoria Outros lidera a participação no comércio, com 28%. Em seguida vêm os brancos: 26% estão nesse setor, ante 23% dos negros. Os negros estão mais presentes em construção e no setor agrícola, enquanto os brancos estão mais presentes em comércio e serviço (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Distribuição dos micro e pequenos empreendimentos por raça por setor de atividade (2011)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

Gráfico 7 - Distribuição dos micro e pequenos empreendimentos por raça por regiões do País (2011)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

O estudo do Sebrae identificou diferenças marcantes em termos de distribuição regional nas três categorias pesquisadas. A região Nordeste é que a concentra o maior número de donos de negócio negros. O Sudeste é a região com maior concentração de brancos, seguida pelo Sul (Gráfico 7). Há diversas influências para essas diferenças, incluindo o histórico socioeconômico de cada região em relação aos africanos trazidos ao Brasil como escravos e à vinda dos imigrantes europeus e asiáticos, bem como as taxas de crescimento demográfico mais elevadas dos maiores centros urbanos do Nordeste, na comparação com a média nacional.

A Bahia lidera o número de empreendedores negros, com 12% desse grupo (Gráfico 8). São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro também possuem proporções elevadas de indivíduos desta raça, mas as participações expressivas em estados como Ceará, Maranhão, Pernambuco e Piauí contribuem para o destaque do Nordeste em relação à proporção de empreendedores negros. A maior proporção de brancos está em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina (Gráfico 9). Esses seis estados possuem 69% dos donos de negócio brancos. Cinquenta e quatro por cento dos empreendedores do grupo Outras estão em três estados: São Paulo, Amazonas e Paraná (Gráfico 10). Os números, por raça, estão detalhados estado a estado na Tabela 2.

Gráfico 8 - Distribuição dos Donos de Negócio pretos e pardos por UF (2011)

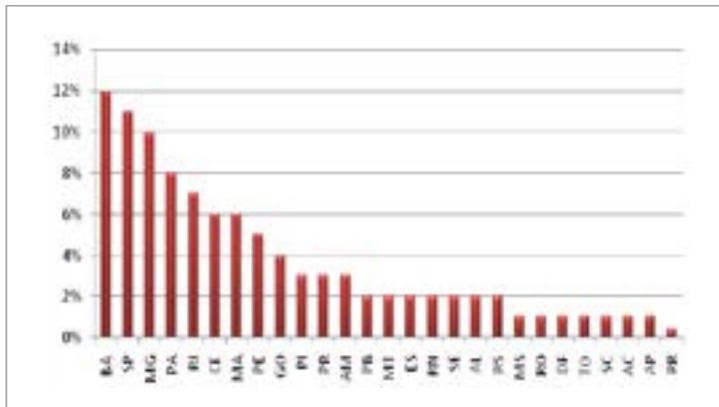


Gráfico 9 - Distribuição dos Donos de Negócio brancos por UF (2011)

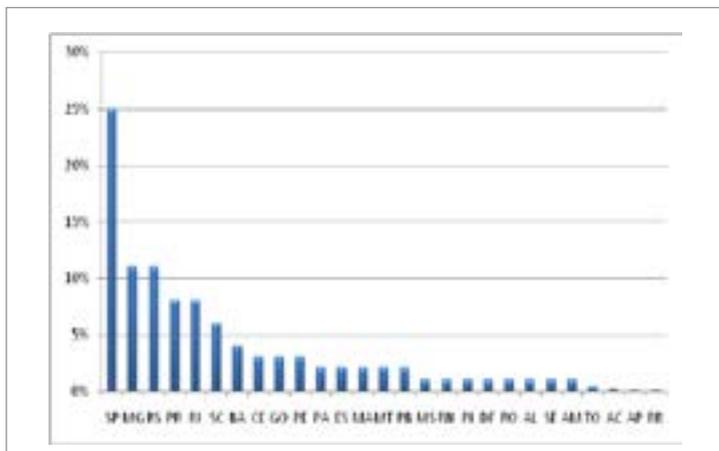
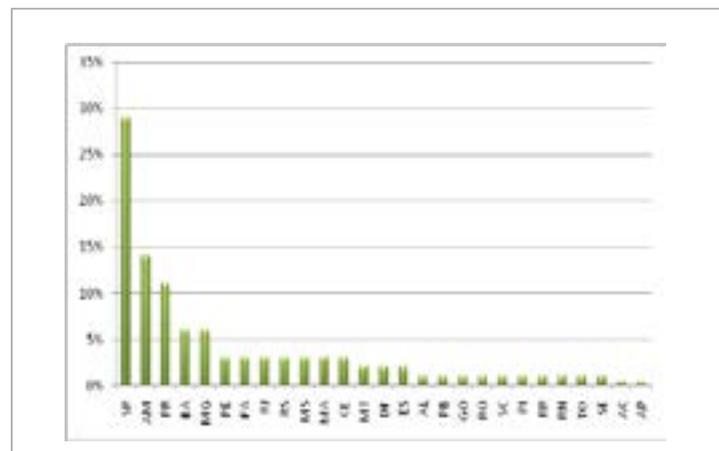


Gráfico 10 - Distribuição dos Donos de Negócio da categoria Outros por UF (2011)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

Tabela 2
**Distribuição de Donos de
 Negócio, por raça/cor, por
 Unidades da Federação, em
 número de pessoas e em per-
 centual (2011)**

UF	preta/parda	branca	outras	TOTAL	preta/parda	branca	outras	TOTAL
SP	1.270.736	2.927.613	76.134	4.274.483	11,5%	25,5%	29,1%	18,7%
MG	1.067.632	1.236.408	15.062	2.319.102	9,6%	10,8%	5,7%	10,2%
BA	1.383.644	421.183	16.333	1.821.160	12,5%	3,7%	6,2%	8,0%
RJ	823.859	950.740	6.996	1.781.595	7,4%	8,3%	2,7%	7,8%
RS	179.610	1.233.458	6.702	1.419.770	1,6%	10,7%	2,6%	6,2%
PR	349.316	961.334	28.578	1.339.228	3,2%	8,4%	10,9%	5,9%
PA	905.549	244.536	7.285	1.157.370	8,2%	2,1%	2,8%	5,1%
CE	707.791	357.159	6.601	1.071.551	6,4%	3,1%	2,5%	4,7%
MA	665.577	193.543	6.647	865.767	6,0%	1,7%	2,5%	3,8%
PE	525.819	313.448	7.635	846.902	4,7%	2,7%	2,9%	3,7%
SC	88.733	700.621	2.650	792.004	0,8%	6,1%	1,0%	3,5%
GO	410.839	348.043	2.912	761.794	3,7%	3,0%	1,1%	3,3%
PI	381.734	131.779	2.263	515.776	3,4%	1,1%	0,9%	2,3%
PB	270.481	189.014	3.108	462.603	2,4%	1,6%	1,2%	2,0%
AM	338.001	77.033	36.910	451.944	3,0%	0,7%	14,1%	2,0%
ES	214.203	219.239	4.040	437.482	1,9%	1,9%	1,5%	1,9%
MT	230.478	190.346	5.548	426.372	2,1%	1,7%	2,1%	1,9%
RN	203.718	156.986	1.798	362.502	1,8%	1,4%	0,7%	1,6%
MS	136.000	167.929	6.699	310.628	1,2%	1,5%	2,6%	1,4%
SE	199.358	81.987	1.444	282.789	1,8%	0,7%	0,6%	1,2%
AL	192.770	85.160	3.454	281.384	1,7%	0,7%	1,3%	1,2%
DF	128.348	110.541	4.605	243.494	1,2%	1,0%	1,8%	1,1%
RO	133.974	93.155	2.817	229.946	1,2%	0,8%	1,1%	1,0%
TO	113.492	49.819	1.701	165.012	1,0%	0,4%	0,6%	0,7%
AC	62.466	25.100	1.133	88.699	0,6%	0,2%	0,4%	0,4%
AP	60.331	14.557	693	75.581	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%
RR	39.568	13.882	2.256	55.706	0,4%	0,1%	0,9%	0,2%
TOTAL	11.084.027	11.494.613	262.004	22.840.644	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

Nos três grupos - negros, brancos, outros - elevado número de empreendedores atuam em setores básicos, como as áreas de alimentação e vestuário. Porém, há uma proporção elevada no grupo dos negros de pessoas que atuam em atividades mais simples, de menor valor agregado ou de maior precariedade. Podem ser citados como exemplos a pesca, o comércio de ambulantes, sucatas e resíduos (Tabela 3). Entre os brancos, ocorre o contrário: uma maior proporção de empreendedores atuam em atividades mais especializadas, que exigem maior grau de escolaridade e/ou que têm maior valor agregado, como a produção de café, soja e fumo, serviços de saúde e de engenharia, por exemplo (Tabela 4). No grupo Outros, há mais casos de empreendedores que atuam em atividades como hortifrutigranjeiros e indústria de malharia e bordados (Tabela 5).

Tabela 3

Donos de Negócio negros (pretos/pardos): principais segmentos de atividade (2011)

Agropecuária e pesca		
	Pessoas	(%)
Milho	436.959	17%
Mandioca	424.005	16%
Gado bovino	282.568	11%
Pesca	205.587	8%
Produção mista (lavoura/pecuária)	195.122	8%
Capim, tubérculos e grãos	160.815	6%
Hortifrutigranjeiros	146.369	6%
Arroz	137.896	5%
Serviços agropecuários	99.509	4%
Extração vegetal	87.770	3%
Outros	420.320	16%
TOTAL	2.596.920	100%

Indústria e construção		
	Pessoas	(%)
Construção	2.057.139	66%
Confecção de vestuário	175.684	6%
Roupas sob medida	150.396	5%
Alimentos	125.264	4%
Diversos (bijuteria, brinquedos, etc)	121.357	4%
Móveis	76.221	2%
Produtos de metal	63.551	2%
Produtos de madeira	60.227	2%
Malharias/bordados	60.020	2%
Produtos têxteis	22.926	1%
Outros	202.635	7%
TOTAL	3.115.420	100%

Comércio		
	Pessoas	(%)
Ambulantes	647.294	25%
Alimentos	517.865	20%
Reparação de veículos	340.630	13%
Vestuário	234.415	9%
Sucatas e resíduos	93.343	4%
Atacado (diversos)	93.102	4%
Farmácia e perfumaria	80.021	3%
Diversos (bijuteria, brinquedos, etc)	77.697	3%
Venda por catálogos, TV e net	76.079	3%
Reparação de eletrônicos	70.385	3%
Outros	372.013	14%
TOTAL	2.602.844	100%

Serviços		
	Pessoas	(%)
Bares e lanchonetes	564.398	20%
Cabeleireiro	539.870	19%
Transporte de passageiros	338.442	12%
Transporte de carga	242.941	9%
Ambulante de alimentação	140.192	5%
Serviços às empresas	119.318	4%
Entretenimento (música, dança, etc)	99.702	4%
Ensino (curso, aula part.)	65.176	2%
Faz tudo	53.340	2%
Xerografia, despachante, fotografia etc	51.989	2%
Outros	553.475	20%
TOTAL	2.768.843	100%

Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011).

Tabela 4 - Donos de Negócio brancos: principais segmentos de atividade (2011)

Agropecuária e pesca		Pessoas	(%)
	Gado bovino	419.216	21%
	Milho	267.137	13%
	Produção mista (lavoura/pecuária)	243.714	12%
	Hortifrutigranjeiros	154.297	8%
	Café	113.796	6%
	Mandioca	100.366	5%
	Soja	96.862	5%
	Fumo	87.525	4%
	Capim, tubérculos e grãos	68.266	3%
	Serviços agropecuários	63.057	3%
	Outros	416.723	21%
	TOTAL	2.030.959	100%

Comércio		Pessoas	(%)
	Alimentos	462.360	16%
	Ambulantes	460.160	16%
	Reparação de veículos	372.122	13%
	Vestuário	351.410	12%
	Atacado (diversos)	187.563	6%
	Diversos (bijuteria, brinquedos, etc)	133.703	5%
	Material de construção	121.339	4%
	Farmácia e perfumaria	96.419	3%
	Cine, foto e som	94.527	3%
	Armarinho	83.966	3%
	Outros	598.640	20%
	TOTAL	2.962.209	100%

Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011).

Indústria e construção		Pessoas	(%)
	Construção	1.387.850	54%
	Confecção de vestuário	196.537	8%
	Roupas sob medida	144.504	6%
	Diversos (bijuteria, brinquedos, etc)	119.999	5%
	Alimentos	100.045	4%
	Produtos de metal	83.051	3%
	Móveis	77.589	3%
	Produtos de madeira	74.551	3%
	Malharia/bordados	68.382	3%
	Edição e gráfica	37.230	1%
	Outros	285.533	11%
	TOTAL	2.575.271	100%

Serviços		Pessoas	(%)
	Bares e lanchonetes	603.257	15%
	Cabeleireiro	532.266	14%
	Serviços às empresas	396.904	10%
	Transporte de passageiros	341.604	9%
	Transporte de carga	338.077	9%
	Serviços de saúde	279.998	7%
	Entretenimento (música, dança, etc)	146.252	4%
	Imobiliária	125.447	3%
	Serviços de engenharia	122.849	3%
	Xerografia, despachante, fotografia etc	99.350	3%
	Outros	940.170	24%
	TOTAL	3.926.174	100%

Tabela 5 - Donos de Negócio de outras raças/cores: principais segmentos de atividade (2011)

Agropecuária e pesca		Pessoas	(%)
	Mandioca	23.779	35%
	Hortifrutigranjeiros	7.559	11%
	Pesca	5.172	8%
	Produção mista (lavoura/pecuária)	4.435	7%
	Milho	4.036	6%
	Capim, tubérculos e grãos	2.982	4%
	Flores e mudas	2.713	4%
	Gado bovino	2.407	4%
	Frutas	2.406	4%
	Banana	2.372	4%
	Outros	9.699	14%
	TOTAL	67.560	100%

Comércio		Pessoas	(%)
	Reparação de veículos	10.680	15%
	Alimentos	10.646	15%
	Ambulantes	10.341	14%
	Atacado (diversos)	7.888	11%
	Vestuário	6.704	9%
	Material de construção	6.572	9%
	Diversos (bijuteria, brinquedos, etc)	6.153	8%
	Armarinho	2.842	4%
	Venda por catálogos, TV e net	2.606	4%
	Reparação de eletrônicos	1.489	2%
	Outros	7.343	10%
	TOTAL	73.264	100%

Indústria e construção		Pessoas	(%)
	Construção	17.588	41%
	Confecção de vestuário	4.498	10%
	Malharia/bordados	3.798	9%
	Diversos (bijuteria, brinquedos, etc)	3.183	7%
	Alimentos	2.800	6%
	Roupas sob medida	2.304	5%
	Edição e gráfica	1.370	3%
	Artefatos de papel	1.050	2%
	Móveis	987	2%
	Conservas	853	2%
	Outros	4.845	11%
	TOTAL	43.276	100%

Serviços		Pessoas	(%)
	Bares e lanchonetes	15.072	19%
	Cabeleireiro	11.277	14%
	Transporte de passageiros	8.743	11%
	Serviços de saúde	7.276	9%
	Serviços às empresas	3.687	5%
	Serviços de engenharia	3.543	5%
	Publicidade/Propaganda	2.810	4%
	Entretenimento (música, dança, etc)	2.788	4%
	Ambulante de alimentação	2.688	3%
	Transporte de carga	1.936	2%
	Outros	18.084	23%
	TOTAL	77.904	100%

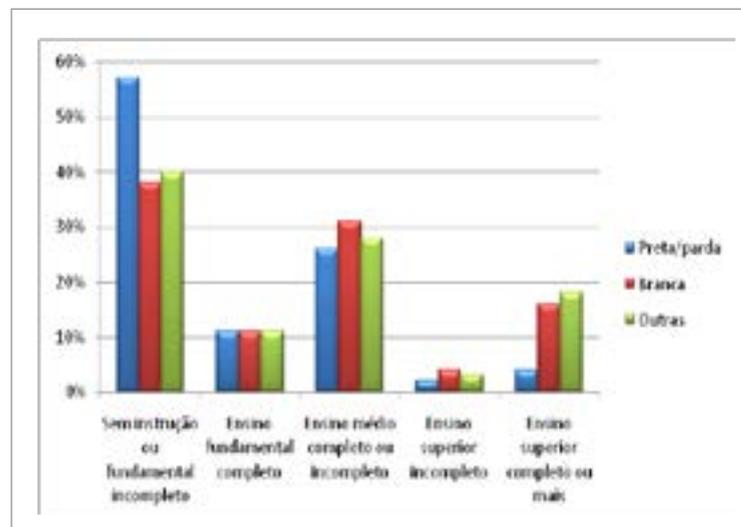
Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011).

Entre os negros, a iniciativa de buscar o empreendedorismo ainda é mais motivada por necessidade, ao invés de o interesse ter surgido a partir da identificação de uma oportunidade no mercado – característica, predominante entre os empreendedores brancos, que aumenta a taxa de sucesso, diferentemente de quem busca esse caminho devido à imposição do desemprego. Situações adversas no mercado, lamentavelmente baseadas em discriminações, incentivam negros a buscar o empreendedorismo como alternativa para evoluir sob o ponto de vista profissional e financeiro.

As chances de ascensão profissional estão diretamente relacionadas à qualificação. Não é possível dissociar o êxito no empreendedorismo do nível de capacitação do empresário. Abrir uma empresa é apenas o primeiro passo. Para que o negócio tenha chances de consolidação e de longevidade, o empreendedor precisa ter iniciativa de se capacitar de forma contínua. Caso contrário, sua empresa não terá condições de enfrentar a concorrência, numerosa e bem preparada.

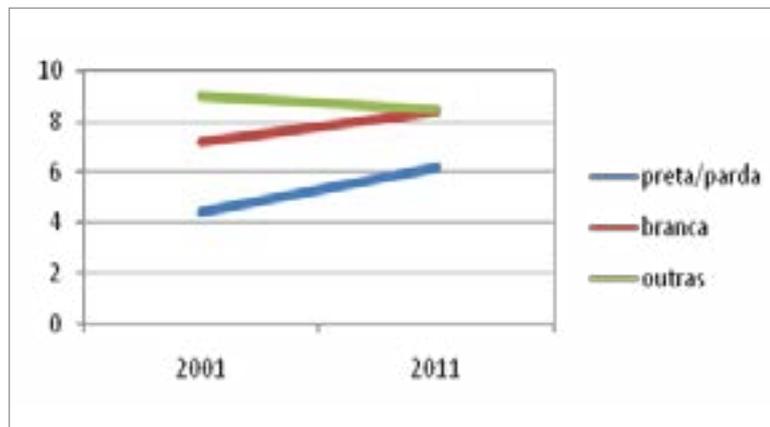
Em termos de escolaridade, condição essencial para a competitividade dos negócios, ainda há diferenças expressivas entre as categorias analisadas (Gráfico 11). Entre os donos de negócio negros, 57% têm no máximo o fundamental incompleto. Somente 4% têm ensino superior completo ou mais. No grupo dos donos de negócio brancos, 38% têm no máximo o fundamental incompleto, enquanto

Gráfico 11
Distribuição dos pequenos e microempreendedores por raça e por grau de escolaridade (2011)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

Gráfico 12
Número médio de anos de estudo dos pequenos e microempreendedores, por raça, 2001 e 2011 (em anos de estudo)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

no grupo Outros esse percentual é de 40%. Entre os brancos, 16% têm ensino superior completo ou mais e, no grupo Outros, 18%.

O número médio de anos de estudo é de 8,5 anos no grupo dos brancos, 8,4 anos na categoria outros e 6,2 anos no grupo dos negros (Tabela 6). Apesar de apresentar o menor número de anos de estudo, o grupo dos negros apresentou a evolução mais forte na última década em termos de escolaridade (Gráfico 12). Nesse grupo, o número de anos de estudo passou de 4,4 para 6,2 entre 2001 e 2011. Entre os brancos, a evolução foi de 7,2 para 8,5 anos de estudo no mesmo período, enquanto no grupo Outros houve diminuição de 9 para 8,4 anos de estudo entre 2001 e 2011.

Tabela 6 - **Número médio de anos de estudo dos pequenos e microempreendedores, por raça, 2001 e 2011 (em anos de estudo)**

	preta/parda	branca	outras	TOTAL
2001	4,4	7,2	9,0	6,0
2011	6,2	8,5	8,4	7,3
Taxa de expansão	41%	17%	-7%	22%

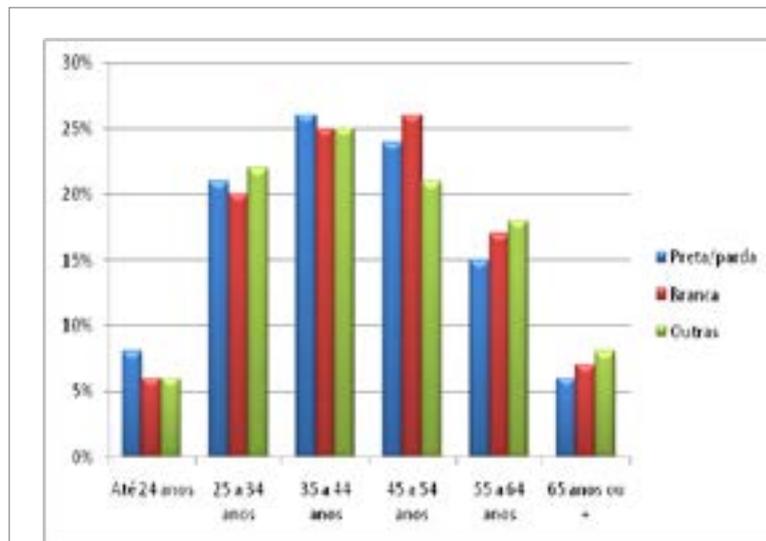
Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD 2011)

Um levantamento feito pela pesquisadora Eliane Barbosa da Conceição, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que o preconceito racial pode ser uma dificuldade maior do que a falta de escolaridade para conquistar um espaço no mercado. Ela analisou bancos estaduais e privados e constatou maior presença dos negros em cargos públicos, onde o acesso se dá por meio de concurso. Já nas empresas privadas, a pesquisadora apontou a recorrência de rejeição de negros na fase de entrevista (CONCEIÇÃO, 2013).

Familiarizados com essas dificuldades, negros empreendedores têm se associado para crescerem juntos. O associativismo fortalece a todos os empresários, independentemente de raças, mas no caso de grupos historicamente discriminados essa união faz uma diferença ainda mais positiva, abrindo mais portas no mercado. O Sebrae atua para capacitar os empresários dos pequenos negócios, que representam 99% das empresas do país, com objetivo de solucionar os mais variados desafios encontrados pelos empreendedores.

Em 2013, em parceria com o Instituto Adolpho Bauer (IAB) e o Coletivo de Empresários e Empreendedores Negros de São Paulo (Ceabra/SP), o Sebrae lançou uma iniciativa do interesse específico dos empresários negros: o projeto Brasil Afroempreendedor. A proposta é capacitar 1.200 empreendedores, que participarão em 2014 de seminários em 12 Estados: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Goiás e Amapá. Dos empreendedores capacitados, 500 serão selecionados para integrar uma rede nacional de micro e pequenos empreendedores afro-brasileiros. A ideia é estimular a troca de experiências e o desenvolvimento de negócios solidários.

Gráfico 13
Distribuição dos pequenos e microempreendedores por raça e por faixa etária (2011)



Fonte: Sebrae, a partir de processamento dos dados do IBGE (PNAD)

O projeto será desenvolvido em três etapas: levantamento e publicação de dados sobre os empreendedores afro-brasileiros, com a seleção e capacitação da equipe do projeto; formação de redes de apoio e realização de 12 seminários estaduais. As iniciativas escolhidas terão acompanhamento específico do Sebrae e da equipe do projeto, com ações de formação e capacitação. Além do fortalecimento da rede nacional, o projeto pretende fornecer as bases para a construção de uma Política Nacional de Fortalecimento do Empreendedorismo Afro-Brasileiro, estruturando propostas de programas de Apoio aos Empreendedores Afro-Brasileiros.

Um aspecto que o estudo do Sebrae evidenciou é que os donos de negócio negros são, em média, mais jovens que os outros grupos (Gráfico 13). Além disso, 85% dos donos de negócio negros começaram a trabalhar com até 17 anos de idade. É um percentual maior do que nas outras categorias: entre os brancos, 78% começaram a trabalhar com até 17 anos de idade, enquanto o índice na categoria Outros é de 79%. O fato de terem começado a trabalhar mais cedo pode ter prejudicado a continuidade da educação formal e pode estar associado ao menor grau de escolaridade desse grupo.

Os avanços indicados pelo estudo do Sebrae sobre raças merecem ser celebrados, mas

muitas estatísticas precisam ser modificadas. O grande desafio é reduzir a desigualdade na renda e isso se faz com capacitação. Em geral, os negros ingressam mais cedo no mercado de trabalho e entre eles há uma proporção elevada de indivíduos que atuam em atividades mais simples, de menor valor agregado ou maior precariedade. No grupo dos brancos, verifica-se uma maior proporção de empreendedores que atuam em atividades mais especializadas e de maior valor agregado. Que fatores impactam decisivamente nessa diferenciação? O grau de escolaridade e a capacitação empreendedora estão entre os principais, certamente.

Fatores como esses ajudam a explicar o aumento da taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas brasileiras. Há 10 anos, metade das novas empresas fechava a porta antes de completar dois anos de atividade. Hoje, a cada 100 empresas, 76 conseguem superar os dois primeiros anos, período mais crítico para um novo negócio (Gráficos 14 e 15).

O grau de escolaridade e a atualização quanto a técnicas eficientes de gestão, portanto, são critérios

Gráfico 14 - Taxa de sobrevivência de pequenas e microempresas no Brasil (2007-2009)

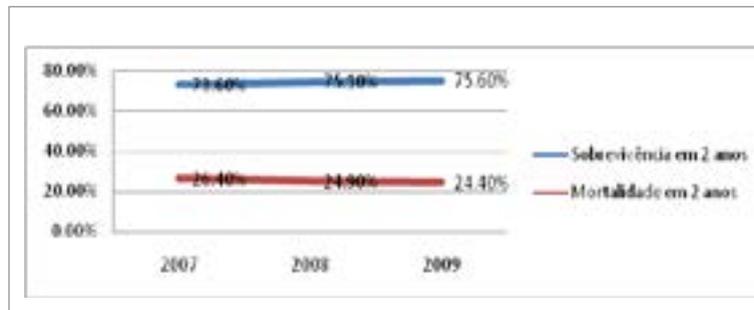
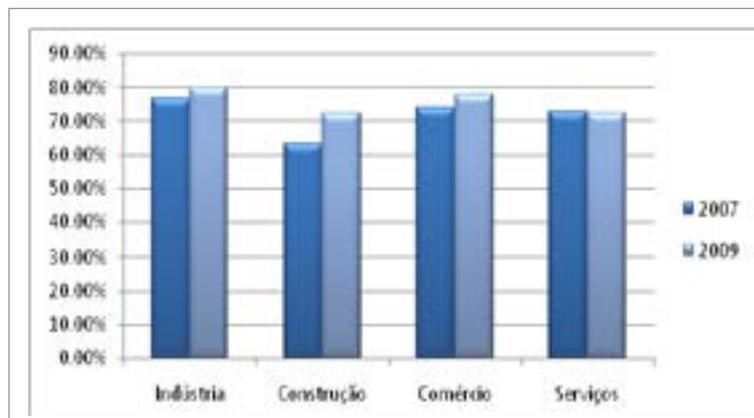


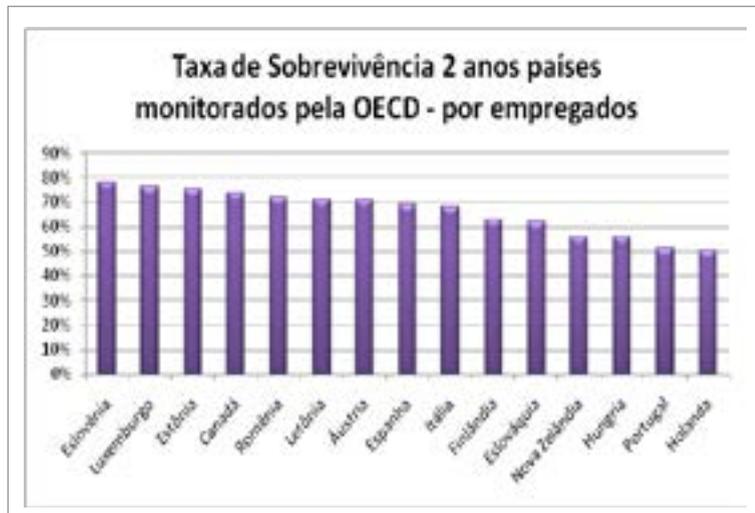
Gráfico 15 - Taxa de sobrevivência de pequenas e microempresas no Brasil por setor (2007 e 2009)



Fonte: Censo Sebrae sobre dados da Receita Federal

Gráfico 16

**Referências internacionais
em taxas de sobrevivência de empresas**



Fonte: Sebrae Nacional e OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) Nota: Empresas constituídas em 2007

Essa taxa é positiva mesmo na comparação com índices internacionais (Gráfico 16). Como referência, um estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) junto a 15 países mostrou que a taxa no Brasil supera a de países como o Canadá, Áustria, Espanha, Portugal e Holanda. São dados relevantes, principalmente porque sabemos que a fase inicial de uma empresa é muito desafiadora. A empresa não é conhecida no mercado, não possui carteira de clientes e, em boa parte dos casos, os empreendedores ainda têm pouca experiência de gestão.

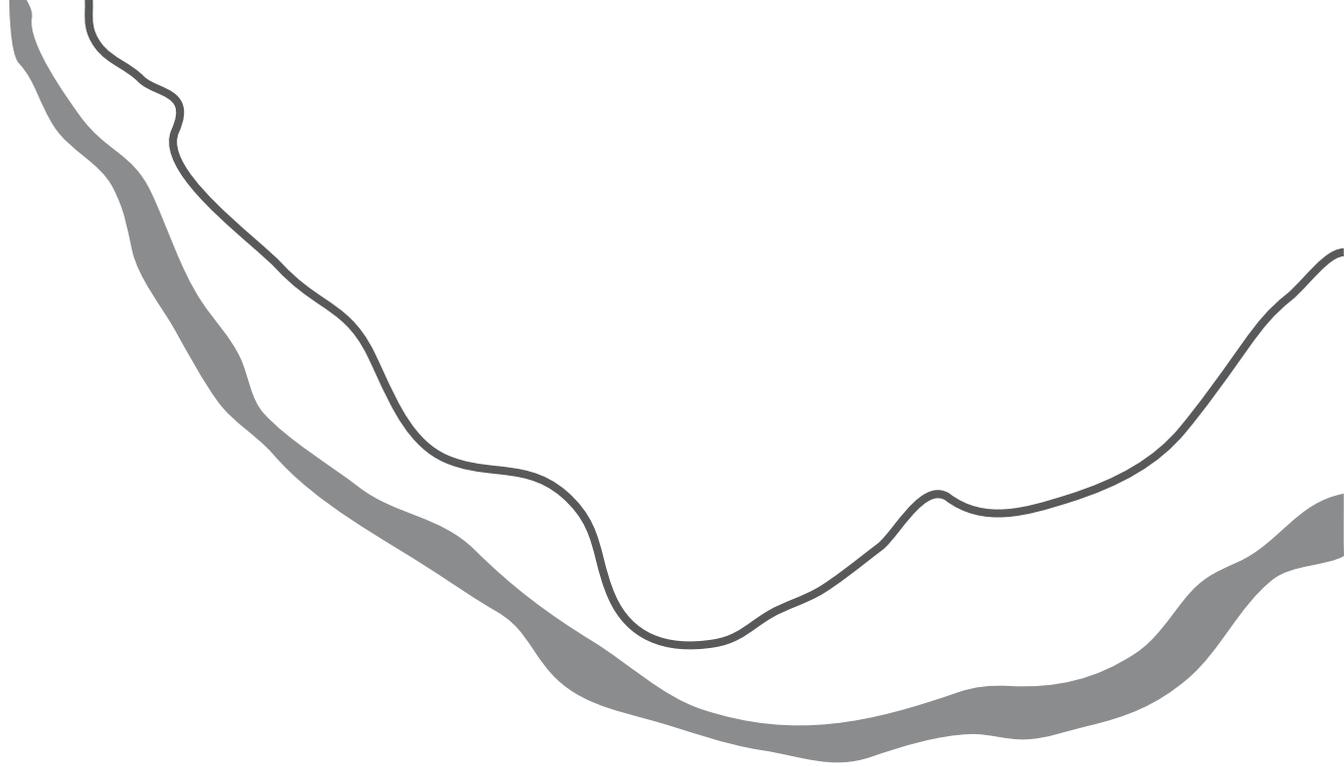
O avanço na taxa de sobrevivência não é fruto do acaso e se deve principalmente a três fatores. O primeiro é a legislação favorável. O Supersimples deu tratamento diferenciado e melhores condições aos pequenos negócios – que correspondem a 99% das empresas do País –, ao reduzir impostos e unificar tributos em um só boleto. O segundo fator é o mercado interno aquecido, com mais de 100 milhões de consumidores. Por fim, o aumento da escolaridade está transformando o perfil do empreendedor brasileiro que, mais preparado, se planeja melhor e tem condições de crescer de forma sólida.

imprescindíveis para aumentar os ganhos de quem se lança ao mercado. No Sebrae, buscamos oferecer cursos variados para os empreendedores, com linguagem e didática adequadas para níveis de formação distintos. Temos a convicção de que a melhoria da gestão empresarial proporciona uma série de impactos positivos. A empresa ganha mais competitividade e amplia o potencial de faturamento e os empresários passam a ter mais qualidade de vida. A elevação no patamar de renda de um grupo aumenta a capacidade de consumo, movimenta a economia local e beneficia o contexto socioeconômico nacional.

A redução das disparidades sociais no país, sem dúvida, está relacionada a avanços na educação, o que inclui valorização da capacitação empreendedora. A diminuição da desigualdade racial entre os donos de negócio no Brasil é uma evolução bem-vinda, mas ainda há muito a ser feito para tornar nossa sociedade mais justa. Essa construção deve incluir o fortalecimento do empreendedorismo no país, alternativa de acesso cada vez mais democrático e atraente para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONCEIÇÃO, Eliane Barbosa da. Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidade para Todos: experiências de ação afirmativa do Ministério Público do Trabalho (2003-2012). Tese (doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo: FGV, 2013.



A formação e a ação coletiva do empresariado afro-brasileiro: processos e desafios



Jorge Aparecido Monteiro, nascido em 1941, é mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Trabalhou por 26 anos em Furnas Centrais Elétricas S/A, com gestão estratégica de RH, avaliação, planejamento, treinamento e desenvolvimentos de pessoas e organizações. Militante em favor da população negra, particularmente no tocante a seu empresariado, publicou, entre outros, os livros “O Empresário Negro” (2001) e “Cor e Trabalho na Empresa Pública - Uma Introdução” (1987).

“(...) eu não tinha nada, morava no morro. Bem, hoje eu moro em um morro menor. Eu não tinha apoio, não tinha um princípio, não tinha a ajuda de ninguém. (...) Eu sinto assim, o senhor para ter um financiamento, precisa ter uma garantia qualquer (...). Então, a gente, para começar alguma coisa, sem nada, sem garantia nenhuma, isto toma tempo. Eu, por exemplo, hoje como empresário, acho que estou numa situação bem ruim, mas já consegui comprar o meu maquinário todo (...). Aquela (máquina) que está ali fora foi a última e a mais difícil delas. Agora, este prédio foi vendido, estou procurando um lugar (...). Então fiquei desanimado (...). Mas, só desanimei uns dias (...).” – Fabricante de móveis com dois empregados. (MONTEIRO, 2001).

I - Onde estão os empresários negros?

Nas últimas décadas, tenho me ocupado (e me preocupado) com o campo do empresariado negro nacional, mais destacadamente com os empreendedores e empresários de micro, pequeno e médio porte. Neste texto, trago algumas reflexões sobre a situação de homens e mulheres negros enquanto *empresários*, independente do porte e do ramo de

atividade de suas empresas, sendo elas legalizadas ou não, com a condição de contarem com ao menos um empregado. Tomo por base alguns estudos e pesquisas que realizo com essa categoria profissional desde os anos 1980 (MONTEIRO, 1987, 1989, 2001, 2002), considerando particularmente minha experiência de militância em prol de entidades, associações e organizações negras, algumas das quais pude fundar e conduzir ao lado de outros parceiros afro-brasileiros.

Algumas questões me intrigam há tempos, assim como provavelmente devem provocar a todos que se interessam pelo progresso econômico e social sustentados do país e, especialmente, de sua população negra. De início, trazemos uma dessas questões que, embora simples, costuma ser suficiente para fazer notar ao interlocutor comum a invisibilidade de empresários negros na sociedade brasileira: *Você já notou que quase não vemos empresários negros no Brasil?*

A seguir exploraremos no tópico **a** algumas raízes históricas que fazem dessa uma questão pertinente ainda na atualidade e, no tópico **b**, os caminhos pessoais que me conduziram a ela.

a. Uma questão histórica: Imobilismo social e construção de desigualdades

A difícil situação do negro brasileiro como empresário e empreendedor nos dias atuais se liga a uma longa história de exclusão. A esse respeito, vou tocar, ainda que de forma abreviada, em alguns aspectos do projeto de país que as elites brancas desenharam para o Brasil pós-Independência, projeto este que dispensava a presença da população

negra e muito menos da população indígena¹.

Na visão de Odália (1977), o futuro e o destino racial do povo brasileiro não passaram despercebidos pela elite branca brasileira ao longo de todo o século XIX. Índios e negros tornaram-se para ela um grave problema, como se diz popularmente, uma verdadeira “batata quente”. As classes brancas dominantes temiam a possibilidade de haitização do Brasil².

As soluções, para o que as elites consideravam ser um problema, para elas foram: a) a devolução pura e simples do negro para o continente africano, como de fato se sucedeu em algumas oportunidades³; e b) a miscigenação como política de branqueamento, como estratégia para transformar todos em “brancos”. Alie-se a isso a matança generalizada de índios e negros⁴.

Em resumo, para as elites brancas dominantes, o Brasil pós-1822, deveria ser capitalista e branco, tendo a cara da Europa e não da África (MOURA, 1988).

Neste cenário vê-se como o Brasil pôde receber de braços abertos as teorias supostamente científicas que começam a proliferar na Europa nos anos 1870 sobre a supe-

1 Para uma explanação mais estendida conferir Monteiro (2001). Abordagens interessantes a respeito também podem ser encontradas em Petrone (1984) e Moura (1988).

2 Após uma revolta de escravos em 1794, o Haiti, pequeno país das Grandes Antilhas, tornou-se o primeiro do mundo a abolir a escravidão, ex-escravos ascendendo ao poder.

3 Sobre os negros e suas famílias que conseguiram retornar para a África no século XIX vale consultar: <http://civilizacoesafricanas.blogspot.fr/2010/01/os-retornados.html> (acessado em 6 de outubro de 2013).

4 Cf. Nascimento (1978).

rioridade da raça ariana sobre as demais. No esforço de se desvalorizar o trabalhador negro recém-saído da escravidão, os brancos ainda o acusavam de ser uma carga passiva, exótica, fetichista. Por um lado, suas crenças e religiões deveriam ser combatidas, pois não haviam sido cristianizadas o suficiente. Por outro, seriam incapacitados e incapazes, devendo ser substituídos pelo trabalhador europeu já treinado, alfabetizado, supostamente mais pacífico, progressista e dotado de raciocínio superior.

Abandonada à própria sorte, à população negra e mulata de fato apresentava um tremendo atraso educacional agravado pela ausência de oportunidades no mercado de trabalho livre. Sobre as consequências das condições de imobilismo social ao qual a população negra foi submetida, escreve Moura (1988, p.75, grifos meus):

O negro é o segmento mais inferiorizado da população. Em 1893 ele não comparece como capitalista. Em 1980, ele comparece apenas com 0,4% na qualidade de empregador. Isto demonstra como os mecanismos de imobilismo social funcionaram eficientemente no Brasil, através de uma estratégia centenária, para impedir que o negro ascendesse significativamente na estrutura ocupacional e em outros indicadores de mobilidade social. Como vemos os imigrantes de 1893 estavam numa posição melhor do que os negros brasileiros, atualmente segundo os dados do Censo de 1980. Isto se reflete de várias maneiras e funciona ativamente na sociedade competitiva atual.

Continua a autora:

Criaram-se, em cima disto, duas pontes ideológicas: a primeira é de que com a miscigenação nós democratizamos a sociedade brasileira,

criando aqui a maior democracia racial do mundo; a segunda de que os negros e demais segmentos não brancos estão na atual posição econômica, social e cultural por culpa exclusivamente deles que não souberam aproveitar o grande leque de oportunidades que essa sociedade lhes deu. Com isso, identifica-se o crime e a marginalização com a população negra, transformando-se as populações não brancas em criminosos em potencial.

De acordo com Chiavenato (1986), pouco tempo antes da abolição, em 1887, existiam 723.149 negros escravos, 5,6% da população geral do Brasil. E acrescenta: quando chega a abolição, cerca de 7.997.000, 90% do total de negros e mulatos, já estavam livres, representando 55,9% do povo brasileiro.

Contudo, sem qualquer poupança, sem acesso à propriedade, enfrentando uma forte concorrência dos imigrantes europeus, além disso alvo de um processo de “congelamento social” posto em marcha desde sua chegada no país, o que essa imensa população negra iria fazer? Como iriam prosperar? Montariam algum tipo de negócio?

O Brasil e seus governos estiveram décadas a fio voltados para os imigrantes europeus e seus descendentes, população com base na qual foi montado, por exemplo, o maior parque industrial do país, qual seja, o de São Paulo. A pequena iniciativa privada negra, com suas especificidades históricas, permaneceu invisível nesse processo, restando reduzida a quase tão somente formas econômicas de subsistência. Aos negros, que cuidassem eles mesmos de se capacitarem ao trabalho e que se conformassem ao subemprego, ao trabalho mal remunerado e desqualificado. Nenhuma agência de fomento estava preocupada com eles na medida em que a

história do país fazia merecer.

Estas considerações históricas breves já nos conduzem à importância do estímulo e suporte a que a população afro-brasileira crie e desenvolva seus próprios empreendimentos, produzam riquezas e prosperidade não apenas na condição de vendedores de força de trabalho, mas, mais equilibradamente, na condição de compradores dessa força, como empregadores e empresários.

Mesmo sendo poucos quando comparados aos percentuais estatísticos dos brancos, os empresários e empreendedores afro-brasileiros são de inestimável valor social, econômico e estratégico para o Brasil e, em especial, para a sustentabilidade da própria população negra brasileira.

O que pretendemos frisar é o fato de que, tendo sido colocados neste “imbróglho histórico” coletivamente, não é razoável supor que os afro-brasileiros tenham como se libertar dele a não ser também coletivamente, juntos, um ajudando ao outro, formando associações capazes de torná-los fortes profissionalmente. Afirmamos, portanto, uma resistência a forças desagregadoras muitas vezes ligadas a um individualismo radical, didaticamente ilustrado por Margaret Thatcher com sua frase “não existe sociedade, só indivíduos”⁵. Vamos acabar com essa velha história de que para *um negro esforçado*, sempre haverá *um* lugar ao sol. Queremos todos os negros competentes e com oportunidades de estarem em todos os lugares. Como já o disseram muito bem Gonzalez e Hasenbalg (1982, p.99), “dada essa situação de fato, parece muito pouco provável que o ideal da igualdade racial seja atingido através de um mecanismo calcado no mercado, isto é, no

5 Sobre a questão do individualismo contemporâneo, conferir Japiassu (2012).

processo de mobilidade social individual”.

b. Despertar pessoal da questão

A questão sobre o empresariado negro surgiu em mim em 1984, quando realizei pesquisa sobre a percepção de preconceito racial com noventa trabalhadores negros de classe média, todos funcionários da empresa estatal de geração de energia elétrica na qual eu próprio também estava empregado (MONTEIRO, 1987). Durante as entrevistas, chamou-me a atenção o fato de que os pais de alguns fossem donos de pequenos negócios, isto é, empresários, ainda que de pequeno porte. Por exemplo, um engenheiro eletricitista declarou que seu pai era o dono de uma pequena empresa de táxi aéreo em Manaus. Outro entrevistado, ocupante de um cargo administrativo, declarou ser seu pai dono de uma pequena lavanderia em um bairro do subúrbio carioca.

Esta grata surpresa aguçou meu interesse pelos pequenos negócios afro-brasileiros. Como seria constituir-se como um empresário negro em um país racista como o Brasil? Motivado por questões como essa, me encaminhei à revisão bibliográfica acerca do empresariado negro nacional. À época, não faltavam estudos estatísticos sobre as enormes desigualdades entre empresários negros e brancos nas diversas regiões e estados do país. Tais estudos, de fundamental importância, não eram, contudo, complementados por um conhecimento acerca das opiniões e visões dos empresários afro-brasileiros sobre sua própria situação, isto é, era parca a exposição de seus pontos de vista quanto aos diversos aspectos de sua vida social. Como eles se sentiriam em sua atuação como empresários? Qual seria seu pensamen-

to a respeito dos assuntos políticos, econômicos, sociais, culturais e também àqueles relacionados à população negra brasileira? Na linha destas questões, projetei uma pesquisa de caráter exploratório sobre os empresários negros no estado Rio de Janeiro, uma tentativa, ainda que muito tênue, de olhá-los de um ponto de vista mais próximo e humano, enquanto homens e mulheres negras de *carne e osso* tocando seus próprios empreendimentos.

De fato, interessava-me por um grande conjunto de questões, dentre elas as seguintes: mesmo sendo poucas, como pessoas negras, vivendo em uma sociedade racista, excludente e desigual como a nossa, conseguiram e conseguem criar e desenvolver empresas, gerando empregos para todas as etnias e contribuindo para o PIB nacional? Mais especificamente, qual é a história de suas empresas? Como conseguiram o capital para investir no negócio, uma vez que a transmissão de heranças entre afro-brasileiros é muito pequena ou inexistente? De que forma lidam no dia-a-dia com o preconceito e a discriminação disseminados na sociedade e na cultura nacionais? Numa sociedade cada vez mais competitiva e ávida por oportunidades, como são suas relações com empregados, fornecedores e clientes brancos? Percebem algum preconceito de cor ou raça no contato com instituições de crédito ou de fomento? Percebem-se representados pelas entidades relativas ao empresariado? Como realmente são as relações entre os empresários e empreendedores negros e instituições fornecedoras de treinamento e capacitação, tal como o próprio Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), por exemplo?

Colocamo-nos ainda outro conjunto de questões, dessa

vez nos dirigindo às possibilidades de associativismo neste campo: haveria, entre os empresários e empreendedores negros, identidade, interesse e disposição para se organizarem em associações próprias, de viés étnico, em defesa de interesses coletivos e da melhoria constante da gestão, dos processos e dos produtos de suas empresas e negócios? Predominaria, ao contrário, certo ponto de vista individualista e utilitarista, visando-se apenas o poder pelo poder, o lucro pelo lucro, acima de qualquer outro valor ético que tais interesses imediatistas?

Vale notar que questões como essas não são de hoje e parece que continuarão a desafiar políticos, militantes, pesquisadores, intelectuais, empresários e empreendedores da população negra por ainda muito tempo, principalmente se uma atuação massiva não for empregada para mudar o quadro secular de exclusão e desigualdades que marca a sociedade brasileira.

Tratando mais propriamente das vicissitudes da pesquisa, era necessária a definição do que se estaria tomando por *empresário*, bem como por *empresário negro*. Utilizei o Dicionário de Economia (1985, p.138) para estabelecer que:

empresário é toda pessoa ou grupo de pessoas que inicia e/ou administra uma empresa, assumindo a responsabilidade por seu funcionamento e eficiência. Encarrega-se de reunir e coordenar fatores de produção no processo produtivo, avaliar os mecanismos de oferta e assumir os riscos inerentes ao empreendimento. É quem cuida do suprimento de capital, compra e combina os insumos e divide o nível da produção.

O empresário que eu buscava podia ser formal (lega-

lizado) ou informal (não legalizado), mas teria que possuir pelo menos um empregado com ou sem carteira assinada. A definição de *empresário negro* corresponderia, por conseguinte, a todos os elementos acima descritos aplicados a pessoas autodeclaradas pretas ou pardas ou pertencentes à raça negra, tal qual nos levantamentos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Uma grande dificuldade que se apresentava de início para a pesquisa era conseguir o acesso aos sujeitos, os empresários negros. Decidi viajar por alguns municípios do interior do Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de encontrá-los. Primeiramente buscávamos um rastreio *in Loco* dos empresários e empresárias. Esta etapa seria seguida de uma seleção dos casos tidos como mais interessantes, os quais, por sua vez, seriam objeto de futuras entrevistas em profundidade em que procuraríamos observar as realidades em que atuavam.

Assim, percorri, em 1987, com recursos próprios e auxílio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o estado do Rio de Janeiro de norte a sul. As cidades pesquisadas foram Campos, Macaé, Cabo Frio e Saquarema até voltar ao Rio de Janeiro, Petrópolis, Teresópolis, Três Rios, Paraíba do Sul, Vassouras, Mendes, Paulo de Frontin, Paracambi, Nova Friburgo, Volta Redonda, Barra Mansa, Barra do Piraí, Angra dos Reis e Paraty. Nesses municípios, identifiquei cerca de 40 médios, pequenos e microempresários. Com a redução dos recursos disponíveis, selecionei 9 empresários nos municípios mais próximos para serem submetidos às entrevistas em profundidade. Os locais revisitados totalizaram cinco: Nilópolis, Mendes, Petrópo-

lis, Vassouras e a própria cidade do Rio de Janeiro.

Contudo, bem antes de colocar os pés na estrada, como se diz, tentei outra estratégia de rastreamento dos possíveis sujeitos de pesquisa. Uma estratégia planejada não para evitar, mas para reduzir a extensão da viagem aos municípios. Preparei uma carta padrão, na qual informava os objetivos da pesquisa, sendo ela endereçada às entidades e instituições do movimento negro onde existissem no estado. Fiz também um resumo de meu currículo profissional, incluindo a relação de outras pesquisas que realizei sobre a situação do negro brasileiro. Na carta informei ainda minhas expectativas de colaboração das entidades em meu trabalho de localização dos empresários negros. Além disso, dei meu endereço para devolução de um formulário simples, anexado à carta, tendo o cuidado de passar também meu telefone e autorizando *Ligações a cobrar*, caso alguém precisasse de algum esclarecimento a mais. No formulário, havia espaço apenas para constar o nome da empresa, o nome do dono ou dona e o endereço ou telefone para eu entrar em contato diretamente com eles.

Esse plano falhou. Foram encaminhadas cerca de oito cartas, cada uma para entidades localizadas em municípios diferentes, nenhuma sendo respondida. Não cheguei a me surpreender. Os endereços que usei foram extraídos de uma listagem pouco confiável. Além disso, o assunto *empresários negros* não despertava interesse particular ou mesmo simpatia entre alguns setores e entidades do movimento negro.

As cartas foram enviadas com um prazo pré-estabelecido para devolução. Uma vez vencido, tirei férias no meu

trabalho e fui pessoalmente a Campos dos Goytacazes, por onde iniciei os primeiros contatos. Não conhecendo ninguém na cidade, comecei a colocar em prática meu plano de identificação dos empresários negros. Como pode ser de interesse, ilustro ainda mais detalhadamente o método empregado neste processo. Procurava os estabelecimentos comerciais da cidade, tais como bares e padarias, pedia um cafezinho ou um suco de frutas e puxava o assunto perguntando: *Você ou vocês conhece(m) por aqui alguém que seja preto, pardo ou mulato que tem uma empresa de qualquer tamanho, pode ser um bar, boteco, padaria, armazém, enfim, qualquer coisa da qual ele seja o dono?* Outras vezes me dirigia a uma praça ou qualquer outro ponto da rua e fazia a mesma pergunta a alguém que parecesse disponível. Fiz isso em todos os municípios que visitei. Na maioria das vezes as pessoas diziam não conhecer, mas depois se lembravam de alguém. Quando eu fazia o contato com um empresário indicado, aproveitava e lhe fazia a mesma pergunta. Usei esta estratégia de norte a sul, de Campos a Paraty. Em Campos, por exemplo, conheci um fabricante de carrocerias de pequenos caminhões frigoríficos que me indicou outros tantos empresários. Eu procurava chegar sempre bem cedo às cidades. Geralmente, uma ou duas horas eram suficientes para que eu localizasse de um até três empresários. Entretanto, em alguns casos não houve jeito e tive que ficar toda a manhã ou mesmo boa parte da tarde para o primeiro achado.

Alguns desses empresários ficavam felizes e surpreendidos quando eu me identificava e dizia o motivo de estar querendo conversar com eles: vejam só, um pesquisador, negro como eles, tinha saído de tão longe por interesse na história da vida profissional e no sucesso deles. Fato é que

no contato eles não economizavam detalhes, não raro tendo nós nos estendido para além do previsto. Além disso, todos queriam ter os resultados da pesquisa quando ficasse pronta, mesmo os que não continuaram no grupo final de entrevistados em profundidade.

Quando voltei pela segunda vez em alguns municípios, estava munido de um guia de entrevistas planejado com base nas observações que fiz na primeira viagem. Tomei também um gravador que, com autorização dos entrevistados, usava para não perder nenhum detalhe das nossas conversas. Solicitei a todos os sujeitos que as entrevistas fossem conduzidas no ambiente de suas próprias empresas. Houve apenas uma exceção justificada por motivo de segurança, posto que a empresa em questão estava sediada em uma localidade que passava por um conflito entre quadrilhas de traficantes de drogas.

Enfim, fiquei muito bem impressionado com a dedicação, o interesse e o profissionalismo empresarial do grupo inicial de quarenta empresários, e especialmente do grupo de nove selecionados para as entrevistas de profundidade.

Os entrevistados, com algumas exceções, possuíam hábitos e comportamentos no dia-a-dia muito próximos e semelhantes aos dos membros da classe operária e trabalhadora, de onde a maioria havia saído não fazia muito tempo. A média de idade entre os nove entrevistados era de 44 anos, sendo que o mais jovem tinha 32 e o mais velho, 65 anos. Dois deles possuíam o curso superior de Engenharia Civil, seis apenas o curso primário e um chegou a cursar o técnico de contabilidade, mas teve que interromper. Sete pertenciam ao sexo masculino e dois eram do sexo feminino.

As dificuldades enfrentadas por alguns eram tantas que pareciam correr sério risco de voltar a serem empregados. Entre elas, poderíamos apontar a falta de crédito, de capital de giro, de treinamento de empregados. Com minha experiência em gestão, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos percebi, enquanto almoçava no pequeno restaurante de uma entrevistada, que com apenas algumas horas de capacitação ela provavelmente conseguiria resolver seus problemas com duas de suas sobrinhas que faziam as vezes de garçonetes. Em uma visada breve, poderíamos dizer que, embora “patrões de si mesmos”, os entrevistados geralmente se encontravam nessa situação muito mais por *necessidade* do que por *oportunidade*, estavam sujeitos ao preconceito e à discriminação de cor e raça como qualquer outro negro e não se supunham “embranquecidos pelo dinheiro”.

Esse grupo de empresários demonstrou saber muito bem de suas fragilidades em um mercado altamente competitivo. Dois deles já haviam presenciado as angústias e as perdas vividas por seus pais, que quase foram à falência total. Contudo, viam-se completamente desamparados pelas suas entidades oficiais de representação, tais como sindicatos, associações comerciais e outras. Ao tentar obter empréstimos bancários, temiam não só os altos juros, como não tinham como oferecer garantias, a burocracia era grande e alguns se queixavam do preconceito racial.

Um dos entrevistados do município de Mendes, proprietário de uma pequena empresa da construção civil, responsável por uma grande parte das construções da cidade e de municípios vizinhos, deu assim seu parecer sobre as relações sociais e raciais na localidade: “Existe muita se-

paração aqui nesta cidade. No Rio, quando eu estudava lá, nunca senti muito não. Aqui existe tanto na cor, quanto na classe (...)"⁶.

Com a exceção de um, os demais nunca tinham participado de entidades de defesa do negro, nem mesmo conheciam alguma, mas ainda assim reconheciam a importância dos movimentos negros e de sua luta contra o racismo. Chamou a minha atenção a vontade demonstrada por todos de se unirem para melhorar sua atuação profissional e de romperem com o isolamento no qual se encontravam. A respeito, cito alguns trechos transcritos das entrevistas: "Toda união fica mais forte"; "a união faz a força"; "eu sou sempre a favor da coletividade, porque a gente vive numa coletividade" (MONTEIRO, 2001).

II. Mãos à massa: as associações para o empresaria do negro no Brasil

Há tempos, lideranças e intelectuais incentivam a criação de empresas por parte dos afro-brasileiros. Um bom exemplo está no professor José Pompílio da Hora. Em sua coluna intitulada *A Voz da Raça*, no jornal Quilombo de 28 de outubro de 1949, escreveu em sua crônica *Aspecto reais da vida* as seguintes palavras de incentivo à população negra:

"(...) Nossa vida cívica advém de nossa prosperidade econômica. Quantas lojas de cidadãos negros temos? Quais os armazéns onde trabalhe o negro sendo ele o proprietário? Quantos bares ou casas de móveis de que ele é dono? Precisamos de tudo isto (...)."⁷

6 Sobre as relações entre raça e classe ver Fernandes (1978) e Ianni (1966).

7 Cf.: Pinto (1953, pg.281, nota 34)

Podemos citar também o caso de alguns negros bem posicionados econômica e politicamente que, valendo-se de seus próprios prestígios e conhecimentos, chegaram a reunir grupos para fazerem negócios esporádicos com países africanos. Entretanto, tardou até que enfim passássemos ao trabalho de formulação dos meios e instrumentos para que essas sábias recomendações e interessantes atitudes pudessem de fato se concretizar coletiva e sustentavelmente.

Criadas entre 1988 e 1991, as três primeiras instituições voltadas especificamente para o empresariado negro brasileiro foram, nesta ordem, as seguintes: Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial (CACE), em São Paulo, Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEM) e o Círculo Olympio Marques (COLYMAR), ambas no Rio de Janeiro. Acredito ser importante para o leitor descrever algumas das realizações dessas três associações. Isto, pela sua inegável importância histórica e inovadora, por questões afetivas e porque foram essas três, sobretudo o CEM, que abriram caminhos que poderão ainda render muitos outros bons frutos aos empresários e empreendedores afro-brasileiros. Por minha experiência pessoal com o CEM e posteriormente com o COLYMAR poderei trazer maior detalhes a respeito dessas entidades. Sobre as outras associações surgidas depois de 1995, especialmente os Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (CEABRAS) e a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (ANCEABRA), conforme Monteiro (2001, p. 31-34), merecem também todas as honras. Estas tiveram e continuam tendo conquistas importantes que têm beneficiado a empresários e empreendedores afro-brasileiros onde quer que estejam.

Realçamos que todas as associações de empresários negros citadas estavam e estão unidas na luta da população negra em geral. Os objetivos específicos de cada entidade do movimento negro podem variar, mas todas trabalham para a promoção e a dignidade da população negra brasileira. É importante frisar, desde já, que, para ir além do que estas entidades já possibilitaram, é necessário que os próprios empresários se posicionem ativa e construtivamente diante delas.

a. O Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores Afro-brasileiros (CEM)

Ao terminar o relatório da pesquisa exploratória e qualitativa referente aos empresários negros no estado do Rio de Janeiro, não me apressei por imediatamente publicá-lo em livro, o que viria a acontecer apenas um pouco mais de uma década depois. Antes disso, juntei-me a um grupo que estava se preparando para fundar uma entidade negra voltada para o desenvolvimento e a defesa dos direitos humanos. Assim, me tornei um dos fundadores do Instituto Palmares de Direitos Humanos (IPDH).

Parecia-me que ali seria o lugar ideal para eu defender minha ideia de criação de uma associação de empresários negros. O IPDH tinha um elenco de projetos interessantes e associados de bom nível cultural. Engenheiros, psicólogos, advogados, técnicos de nível médio, professores, e sociólogos, por exemplo, faziam parte do quadro de associados. Havia também, no quadro de associados, um empresário importante da construção civil do Rio de Janeiro. Ainda assim, não foi fácil tocar à frente a ideia. Inicialmente, minha

colocação causou surpresa, pois nessa época, no início de 1988, não se sabia no Rio de Janeiro de nenhuma associação ou entidade de empresários negros em nenhum lugar do Brasil. Depois que dei uma entrevista a um jornal São Paulo acerca da pesquisa que acabara de realizar foi que recebi notícias de que algo semelhante estava acontecendo por lá, tratando-se do CACE. Abordaremos esta instituição mais à frente.

O IPDH era administrado por um conselho executivo e uma diretoria. Passei todo o ano de 1989 argumentando com conselheiros e diretores procurando convencê-los de que deveriam considerar a minha proposta de criarmos um projeto que tivesse por objetivo a reunião e a organização dos empresários e empreendedores negros. Esta era uma novidade que deu trabalho para as pessoas compreenderem e se convencerem sobre o alcance do projeto naquele momento, mas valeu a pena. Quase todos os associados queriam de alguma forma se integrar ao projeto de fundação da associação de empresários negros, até então a primeira do Rio de Janeiro, ressaltamos. Era uma nova forma de dizer não ao racismo e ao preconceito, colocando o foco no desenvolvimento socialmente sustentável e na prosperidade. Não estávamos construindo uma associação para nós do IPDH, nem para mim pessoalmente, mas para os empresários e empreendedores afro-brasileiros. Que viessem logo e tomassem conta da associação, este era o sonho.

Para isso seria precisa inventar novas entidades autossustentáveis voltadas única e exclusivamente, este é um dos pontos mais importantes do projeto, para desenvolver e fortalecer as empresas afro-brasileiras já estabelecidas,

bem como auxiliar a criação de novos negócios por parte de quem assim desejasse. Prestadoras de serviços, essas associações, deveriam não apenas estimular a realização de negócios, mas contribuir fortemente para o *aumento significativo* de empresários e empreendedores negros em todo o Brasil. Dar forma, enfim, à *iniciativa privada negra*.

Para atender às necessidades de seu público-alvo, entendíamos que essas novas associações precisariam ter características tais como: *promover o desenvolver da cultura empresarial entre os jovens afro-brasileiros; ser um instrumento da base econômica da população negra; treinar e capacitar; realizar levantamentos e cadastramentos de interesse dos empreendedores; realizar congressos, seminários, feiras, reuniões, workshops; facilitar sempre que possível a participação de seus associados em feiras de negócios; emitir boletins informativos e jornais de negócios, sobre suas atividades de interesse de seus associados; organizar cafés da manhã, almoços e jantares de negócios entre si ou com outros empresários nacionais ou estrangeiros; procurar conquistar novos associados para ganhar força representativa; oferecer serviços de consultoria e outros serviços em parceria ou isoladamente; incentivar o planejamento, assessorar e apoiar; valorizar sempre as competências dos próprios empresários associados; organizar catálogos profissionais com os empresários e empreendedores associados ou não; estimular a criação de novos negócios visando aumentar significativamente o número de empresários e empreendedores afro-brasileiros no Brasil; difundir os conceitos e a práticas da qualidade total; realizar convênios com entidades e associações afins; utilizar fartamente o planejamento estratégico, o plano de negócio e outras técnicas*

de gestão organizacional e de pessoas; organizar grupos de estudos empresariais; desenvolver ações de cooperação com as demais entidades do movimento negro brasileiro, sem no entanto perder o foco de seu próprio público alvo, isto é, empresários e empreendedores afro-brasileiros de ambos os sexos; posicionar-se com determinação contra o racismo e o preconceito racial, sempre a partir da visão afirmativa e dos direitos humanos; representar seus associados.

Por outro lado, os dirigentes desse tipo de associação precisariam ter um perfil técnico: mesmo não necessariamente todos eles empresários, deveriam ser capazes de compreender a linguagem e as necessidades empresariais dos atendidos, sem deixar, contudo, de também apresentar certa sensibilidade política. Mais precisamente, sugeri como requisitos desejáveis para que se ocupasse a direção de tal associação: *ser audacioso com responsabilidade, ser profissional, ter objetividade e alguma competência técnica; focar em resultados, capacidade de planejamento, organização e coordenação; interesse pelo mundo dos negócios; conhecimentos da história socioeconômica do negro brasileiro, da cultura negra e das formas de manifestações do preconceito de cor e de raça no Brasil; diálogo e comunicação com toda a sociedade brasileira; clareza em relação aos objetivos, sem perder o foco nas pessoas, nas empresas, considerando as especificidades da população negra brasileira.*

Apesar dessas indicações, tomei como ideal que os próprios associados reunidos traçassem tanto o perfil da associação em questão como também do esperado para o dirigente dela.

No início do ano de 1990, chegou o dia em que enfim minha proposta seria aprovada pelo conselho executivo do IPDH. Em reunião neste conselho, expus mais uma vez as razões e os motivos para criação de uma associação, a ser tratada como mais um dos projetos do instituto e que, além de ter um quadro próprio de associados, tivesse total autonomia para dedicar-se apenas a negros empresários ou desejosos de empreenderem. Osvaldo Neves, saudoso amigo e à época presidente do conselho executivo, ouvia durante a reunião atentamente meus argumentos baseados na pesquisa já explanada, e disse levantando a mão direita, mal havia eu terminado minha fala:

- Quero ser o sócio número um dessa associação!

Por indicação dos conselheiros, a associação se denominou Centro de Estudos e Assessoramento de Empresários e Empreendedores (CEM) e fui designado para ser seu primeiro coordenador executivo. Exerci essa função de 1990 até 1995, quando tive de deixá-la para me tornar presidente do conselho executivo do IPDH. Coube, então, a Osvaldo Neves substituir-me na coordenação.

Para maior ilustração desse momento, vale recuperar o texto de Osvaldo quando convidado para prefaciar meu livro. Logo no primeiro parágrafo diz ele: *“Confesso que li este livro com bastante avidez, movido por uma enorme curiosidade, na medida em que fui um dos participantes da primeira formulação de uma ação pública e audaciosa voltada para o empreendedor negro em nosso Estado, com base nas idéias do autor e sob sua coordenação”* (MONTEIRO, 2001, grifo meu).

O CEM, como muitas empresas, não chegou a ser legalizado como uma associação independente do IPDH, conforme era o plano inicial, mas, a exemplo da empresa de alguns de seus próprios associados, mesmo nessa condição de informalidade cumpriu o seu papel enquanto foi possível. Coube ao IPDH abrigar o CEM como se este fosse um projeto associativo em incubação.

Criado em 1990, o CEM preocupou-se em logo estruturar-se, de tal modo que no outubro do ano seguinte pudesse ser apresentado para a população negra e para a sociedade em geral. Sua equipe se reunia toda semana com intuito de criar as normas de funcionamento da entidade. Criamos coordenadorias setorializadas, de acordo com as especialidades dos associados já inscritos: economia, finanças, marketing, jurídico, recursos humanos e até mesmo relações comunitárias. Procurávamos aproveitar a própria experiência e as competências de profissionais liberais e militantes associados tanto ao CEM quanto ao IPDH. Tudo isso estruturado com absoluto rigor técnico e profissional na busca por uma orientação apropriada aos que nos procuravam. Quando a equipe, que trabalhava em regime voluntário, deparava-se com algum tipo de problema que não tinha como resolver, encaminhava o solicitante aos serviços do SEBRAE. Desde o início, portanto, tomamos o SEBRAE como um parceiro, entidade à qual inclusive eventualmente convidávamos para participar de algumas de nossas atividades, como veremos mais adiante.

O CEM só foi apresentado *oficialmente* em 1991 na ocasião do *I Seminário de Integração da Comunidade Afro-Brasileira ao Mercado: Realidades e Perspectivas*. (Algo que pode causar alguma confusão liga-se ao fato de que, apesar disso,

já estávamos fornecendo diversos atendimentos - como, por exemplo, orientações para se legalizar uma empresa, gerir o caixa, lidar com os recursos humanos, formular um plano de marketing.) Este seminário foi realizado pelo IPDH/CEM de 3 a 5 de outubro de 1991. Ocorrido nas dependências da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o evento contou com presença média de quase duzentas pessoas, entre empreendedores e empresários afro-brasileiros, estudantes e professores. Estiveram também presentes convidados especiais, embaixadores de países africanos como Gana, Angola, Nigéria, além do cônsul de Togo. Não faltaram como convidados autoridades municipais e estaduais.

Além da apresentação de informações ligadas ao empresariado negro nacional e ao que especificamente pretendíamos com a criação do CEM, foram realizados diversos painéis, tais como os relativos à importância do marketing e da propaganda na pequena empresa, acerca do conceito de *qualidade total* e sobre a questão ambiental.

No ano seguinte, em outubro de 1992, foi realizado o *II Seminário de Integração da Comunidade Afro-Brasileira ao Mercado: realidades e perspectivas*, nos mesmos moldes do primeiro. Quanto a este segundo seminário, pela primeira vez uma instituição afro-brasileira punha os pés no auditório do SENAI, no bairro da Tijuca, para discutir os problemas empresariais do negro brasileiro. Um de seus painéis contou com a presença de vários empresários que expuseram e trocaram informações sobre suas dificuldades. Convidado como debatedor desse seminário, o professor J. Roberto Whitaker Penteado, vice-presidente da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), escreveu no jornal O Estado de São Pau-

lo, publicado em 12 de Janeiro de 1993, um artigo intitulado “Brasileiros Invisíveis”, no qual diz:

Recentemente, um convite do Grupo Palmares, do Rio, para uma palestra sobre o assunto, permitiu-me dar seguimento àquelas pesquisas informais, para tentar descobrir qual seria, efetivamente, a participação de pessoas não brancas nas mensagens publicitárias que fazem parte de nosso dia-a-dia e, novamente os dados coletados - embora reconhecidamente de alguma fragilidade estatística - parecem estarrecedores.

Outro de nossos convidados para participar do seminário foi o famoso bailarino Sebastian, da empresa C&A Ltda.

Ficamos aproximadamente três anos sem realizar outro seminário. Nesse meio tempo, mais precisamente em maio de 1994, criei um boletim para o CEM e dei-lhe o pomposo título de “*Folha do Comércio e da Indústria Afro-Brasileira*”, na expectativa de um dia termos realmente um jornal que pudesse dar destaque para economia negra. Este boletim, que possuía em torno de quatro páginas, era autossustentado com anúncios pagos pelos próprios empresários associados ao CEM. Todo mês eram distribuídos cerca de 500 de seus exemplares, tanto para os associados como para instituições negras de vários estados do Brasil.

Em março de 1996, nos dias 20, 21 e 22, teve lugar na sede do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no auditório de seu Centro de Treinamento, o *III Congresso do CEM - Integração da Comunidade Afro-Brasileira ao Mercado*, agora sob coordenação de Osvaldo Neves. Também neste local se estava inaugurando a presença de uma associação de empresários negros. Como de costume, estavam presentes

autoridades municipais, nacionais e internacionais ou seus representantes, especialmente no intuito de falarem sobre oportunidades de negócios. Nomeadamente, os convidados foram Luiz Felipe Lampreia, ministro da pasta de Relações Exteriores; Dorotheia Werneck, ministra da pasta de Indústria e Comércio; Jaiyeola Joseph Léwu, embaixador da República Federal da Nigéria; Mozart Amaral, presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/RJ, e Reinhold Einloff, diretor da organização Serviços e Estudos de Realização Empresarial Social (SERE), entre outros. Foram organizados diversos painéis, tais como: Capacitação: Qualidade, Informática, Marketing e Comércio Exterior); Novos Mercados: Mercosul e África e Oficiais: Oportunidades, SEBRAE e BNDES.

No folder entregue aos participantes lia-se: “Todos nós sabemos que nossos problemas são específicos e começam no *isolamento*, no *pouco tempo*, na *falta de orientação certa* e na *falta de informação sobre oportunidades de negócios*” (CEM, 1996). Mais à frente: “Por isso o CEM investiu muito para nos aproximarmos, porque temos certeza de que as soluções estão no *associativismo* e nas *parcerias estratégicas*” (CEM, 1996).

Depois de 1996, ao fim de meu mandato como presidente do conselho executivo do IPDH, solicitei meu desligamento da instituição e não mais acompanhei suas atividades, inclusive as do CEM.

b. O Centro de Assessoramento e Coordenação Empresarial (CACE)

Em 21 de abril de 1988, o jornal paulista Diário do

Comércio e da Indústria de São Paulo (DCI) noticiava: “pesquisa traça perfil do empresário negro”. Tratava-se de uma matéria muito simpática sobre algumas das conclusões a que cheguei com a pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro, explanada anteriormente neste texto. Seis meses depois da publicação dessa matéria no DCI, em setembro de 1988, recebi em minha residência, no Rio de Janeiro, o primeiro *Informativo* da primeira associação de empresários negros de que tive notícia, o CACE. No editorial do boletim, podemos ler: “A entidade é uma associação civil sem fins lucrativos, denominada hoje já com existência legal” (CACE, 1988, p. 2). Seu objetivo era: “constituir-se um dos instrumentos da base econômica da população negra; promover e estimular o crescimento e o desenvolvimento dos empresários negros através de feiras e clubes de negócios e incentivar as práticas de marketing intensivo nas empresas de negros” (op. cit., grifos meus).

Até fato em contrário, com base no que diz esse boletim, essa associação paulista foi a primeira da população negra brasileira dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de empresários afro-brasileiros.

Fato curioso se deu dois anos depois, em maio de 1990, quando estive em São Paulo com mais dois conselheiros do IPDH para conhecermos a experiência do CACE. Um de seus diretores, depois de tecer comentários sobre a pesquisa e a minha entrevista ao DCI, comentou que, embora tivessem a intenção de criar o CACE já em 1988, somente quando tomaram conhecimento da matéria publicada em 21 de abril no DCI é que se sentiram realmente encorajados e seguros para concretizar a associação. Disse-me, esse diretor, que chegaram

a imaginar pela leitura da matéria que no Rio de Janeiro já havia sido criada uma associação de empresários negros.

Infelizmente, depois de realizar várias atividades importantes em prol do empresário negro paulista, um pouco mais de três anos após sua criação, o CACE teve que encerrar suas atividades. Eu nunca soube o que aconteceu realmente, mas suponho que o financiamento prometido por uma empresa estatal de energia elétrica paulista não “saiu” e, sem apoio, os dirigentes do CACE não tiveram como sustentar a entidade.

c. O Círculo Olympio Marques (COLYMAR)

Em 13 de março de 1991, meses antes do lançamento oficial do CEM, foi fundado o Círculo Olympio Marques (COLYMAR), por Bernardo Domingos e seus companheiros e companheiras. Esta entidade, ainda em funcionamento, traz em seu estatuto, como principais objetivos, a exemplo das associações anteriores, estimular o empreendedorismo na população negra e o fortalecimento dos pequenos negócios através do treinamento e da capacitação.

Em 1995, o COLYMAR realizou, no auditório da Caixa Econômica Federal, no centro da cidade do Rio de Janeiro, o seu primeiro seminário: *“A participação do negro na situação econômica do país: Realidade atual e perspectiva para médios, pequenos e micro empresários.”* Em 1997, não apenas eu, mas também Osvaldo Neves já não tinha compromissos com o IPDH e com o CEM. Disponíveis, aceitamos o desafio proposto pelo fundador do COLYMAR de integrarmos esta instituição de modo a que continuássemos desenvolvendo nosso trabalho em

relação aos empresários e empreendedores afro-brasileiros. Osvaldo foi eleito para presidente da Diretoria Executiva e eu, para assumir a Coordenação de Educação. Nossa primeira preocupação foi realizar um planejamento estratégico para a instituição.

Na busca por seus objetivos e missão, o COLYMAR trabalhou para firmar diversos convênios e parcerias com instituições tais como a Secretaria de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro (SETRAB), o SEBRAE-RJ, o Comunidade Solidária, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR), a Fundação Palmares, bem como com diversas outras instituições.

Esses convênios e parcerias possibilitaram à instituição capacitar e treinar, entre 1998 e 2005, mais de 3 mil homens e mulheres jovens e adultos afro-brasileiros. Entre esses, uma boa parte era formada por pequenos e micros empresários formais e informais, mas também contávamos com potenciais empreendedores e pessoas em busca do primeiro emprego. Nos programas de nossos cursos, sempre incluíamos matérias voltadas para uma sensibilização positiva dos alunos em relação ao caminho do empreendedorismo.

Com muito trabalho, aproveitando sobras de outros projetos e às vezes com a generosa contribuição de alguns associados com seus próprios recursos, o COLYMAR conseguiu adquirir sede própria no centro do Rio de Janeiro.

O projeto de pesquisa inédito intitulado “*Pesquisa de Empresas Afro-Brasileiras no Estado do Rio de Janeiro*” (COLYMAR, 2005b), um dos mais importantes realizados pelo

COLYMAR, ocorreu entre 2004 e 2005, e só foi possível graças a convênio firmado entre a entidade e a Fundação Interamericana (IAF). A pesquisa, cuja coordenação me foi confiada, envolveu uma amostra de 326 pequenos empresários e empresárias. Nesta pesquisa, foram envolvidos oito municípios da área metropolitana do Rio de Janeiro, a saber: Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João de Meriti e Belfort Roxo.

Os resultados do levantamento foram publicados em um relatório de quarenta páginas recheadas de textos, gráficos e tabelas, retratando com bastante fidelidade parte importante da realidade dos pesquisados. Um de seus principais produtos foi o cadastro envolvendo todos os sujeitos e suas empresas, com base no qual uma equipe do COLYMAR elaborou o *Guia de Negócios Afro-Brasileiros do Rio de Janeiro* (COLYMAR, 2005a), considerado, na época, o mais extenso e completo já feito no estado e até mesmo no país. Esse guia de negócios consiste ainda hoje em uma importante base de dados sobre atividades de empresários afro-brasileiros, estando à disposição daqueles que queiram consultá-lo.

Só lamento que a instituição, na época, depois de ter produzido um trabalho até hoje elogiado por todos que o conhecem, por falta de recursos não previstos no projeto inicial, não conseguiu catalisar para si os benefícios que ele produziu. Um dos principais sonhos da instituição era, por exemplo, aumentar significativamente o número de associados, que poderiam representar o sangue novo de que o COLYMAR tanto necessitava, aumentando a possibilidade de realização de negócios entre os próprios pesquisados ao divulgá-los através da internet e outros meios. Apesar de

dispor dos nomes e endereços dos 326 empresários consultados, nada pôde ser feito para a reunião desses empresários.

III Conclusão

As associações de empresários afro-brasileiros foram pensadas não para que reunissem apenas empresários de um único ramo de atividades, mas de diversos ramos e setores e de diversos portes. Supôs-se que, assim, elas se tornariam mais fortes junto com os próprios empresários atendidos, reunidos em um único local em busca de seus objetivos comuns – unidos não apenas para fazer negócios e gerar lucros, razão ser das empresas, mas também para ganharem o poder de influir nas políticas públicas e sociais, fortalecendo mais amplamente a população negra brasileira. Nunca devemos nos esquecer de que a empresa não é o lugar onde se produz unicamente produtos e serviços, mas é também o lugar onde se produz ideologias, valores e visões de mundo.

O empresário ou o empreendedor afro-brasileiro, qualquer que seja o seu porte, não é um ser de outro planeta, “um desencarnado, incolor”. Mesmo quando apartado de sua população e fazendo questão de se afastar de sua origem, o fato é que ela está presente em várias características de seu próprio corpo: “está na cara”, como se diz popularmente. O filósofo francês Jean-Paul Sartre (1965) dizia que um judeu, branco entre brancos, pode negar-se judeu, declarar-se homem entre homens. O negro, entretanto, jamais poderia negar sua cor, signo indelével de sua situação.

Por outro lado, continuarão sendo de toda ordem as

dificuldades enfrentadas por aqueles que tiveram e têm a audácia de inaugurar caminhos e de criar ferramentas no sentido de novas formas de união entre afro-brasileiros enquanto empreendedores e empresários solidários. Destacamos como “calcanhares de Aquiles” as questões de adesão dos membros e sustentabilidade econômica dessas associações. O sucesso dessas ferramentas depende totalmente da adesão daqueles para os quais foram pensadas. *São eles, os empresários e empreendedores*, que poderão dar a essas associações o seu verdadeiro sentido, que poderão, enfim, renová-las permanentemente, e tirar-lhes as teias de aranha e o pó que eventualmente se acumularam através dos tempos. Elas são construções sociais que devem sempre envolver a participação ativa daqueles a que se dirigem. *É preciso que seus líderes e dirigentes tenham total e completa sensibilidade para este fato*, o que nem sempre acontece. Uma boa oferta de serviços aos associados, combinada com boas técnicas para captá-los e mantê-los na associação, requer, por exemplo, um bom plano de marketing.

Há que se conquistar, junto aos empresários e empreendedores, a credibilidade e a confiança. O fato de alguém ter respondido em pesquisas de opinião sua disposição de fazer parte de um grupo ou associação não significa que efetivará sua intenção no momento necessário. O crescimento de *redes associativas* de empresários afro-brasileiros por todo o Brasil seria algo extremamente interessante e auspicioso enquanto gerador de oportunidades de negócios, por exemplo.

Por outro lado, o fator *fonte constante de financiamento* para o funcionamento mínimo e adequado é fundamental. Esse tem sido um dos maiores desafios encontrados pelas as-

sociações de que temos conhecimento. Esta situação requer *uma gestão profissionalizada*. O trabalho voluntário, extremamente generoso e dedicado, de alguns associados e simpaticizantes infelizmente não é suficiente, ainda que aliado ao profissionalismo possa dar bons resultados. É preciso aprender a combinar várias possibilidades de receita, além de metodicamente analisar o que vem dando errado, assim como o que simplesmente ainda não foi nem tentado.

Por fim, retomo que nos anos 1980 e em boa parte dos 1990 era comum que se rejeitasse “essas coisas de empresários negros”. Talvez esse pensamento ainda esteja muito presente. Contudo, hoje, governo federal e governos estaduais e municipais começam a chamar afro-brasileiros para conversar, fazer reuniões, workshops, parcerias e para traçar políticas públicas para fortalecer o empresariado negro. Esse é um sinal de que os tempos realmente estão mudando, fruto ações diretas ou indiretas de todos que estão envolvidos com as lutas que procuramos descrever. Que ninguém se esqueça de que estas lutas decorrem de muitos anos e hoje representam conquistas de muitos homens e mulheres afro-brasileiros. Conquistas que poderão ser facilmente perdidas se não forem abraçadas por todos, pelas novas e antigas gerações de empresários e empreendedores negros de todos os portes, inclusive grandes.

Por isso insisto: os empresários e empreendedores negros ao se organizarem em associações próprias, poderão conseguir ainda muito mais, consolidando-se na posição de agentes ativos e coletivos de mudança econômica socialmente sustentável para a população negra brasileira, por si só um dos maiores mercados de nosso continente latino-americano.

Este é o olhar, o *insight*, o ponto de vista sempre esperançoso e utópico que carregue e que procurei transmitir nesta escrita, recuperando algumas experiências marcantes que o alimentaram ao longo das últimas décadas. Experiências que considero extremamente ricas e inovadoras com respeito aos micro, pequenos e médios empresários afro-brasileiros. Experiências, por fim, e que envolveram dialeticamente teoria e prática. Não compreendo uma sem a outra: a prática sem teoria é ativismo ingênuo e a teoria sem a prática é apenas devaneio.

Que possamos assistir em breve tanto ao crescimento do número de associações de empresários e empreendedores afro-brasileiros, quanto das incubadoras de viés étnico e a colaboração entre essas entidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CACE. Informativo, n.1, set/out, 1988.

CEM. Folder do III Congresso do CEM – Integração da Comunidade Afro-Brasileira ao Mercado. 1996

COLYMAR. Guia de Negócios Afro-Brasileiros do Rio de Janeiro, 2005a.

_____. Pesquisa de Empresas Afro-Brasileiras no Estado do Rio de Janeiro: Relatório de Análise 2004/2005, 2005b.

CHIAVENATO, J. J. O Negro no Brasil. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

Diário do Comércio e da Indústria de São Paulo de 28 de Abril de 1998, p.20.

DICIONÁRIO DE ECONOMIA. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1985.

PINTO, L. A. C. *O Negro no Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

FERNANDES, F. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. São Paulo: Editora Ática, 1978.

HORA, J. P. *A Voz da Raça*. Jornal Quilombo. São Paulo, 28 de outubro de 1949.

IANNI, O. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1966.

JAPIASSU, H. *A Crise das Ciências Humanas*. São Paulo: Cortez Editora, 2012

GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

MONTEIRO, J. A. *Cor e Trabalho na Empresa Pública: Uma introdução*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ, n.56 (Série Estudos), 1987.

_____. A questão racial e a administração de recursos humanos nas empresas brasileiras. *Revista de Administração de Empresas*, n.1. São Paulo, jan./mar. 1989, p. 53-59

_____. *O Empresário Negro*. Rio de Janeiro: OR Produtor Editorial Independente, 2001.

_____. Pelo desenvolvimento da empresa afro-brasileira. **Revista Sebrae**, n.5. Brasília, jul./ago. 2002.

MOURA, C. **Sociologia do Negro sem Fronteiras**. São Paulo: Editora Ática, 1988. NASCIMENTO, A. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

ODÁLIA, N. O Ideal de Branqueamento da Raça na História Brasileira. **Revista Contexto**, n. 3, p.127-136, jul. 1977.

OLIVEIRA, L. H. G. de; PORCARO, R. M.; ARAUJO, T. C. N. **O lugar do Negro na Força de Trabalho**. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 1981.

PETRONE, M. T. S. **O Imigrante e a Pequena Propriedade**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

SARTRE, J. P. **Reflexões Sobre o Racismo**. São Paulo: Dif. Europeia do Livro, 1965.



Desenvolvimento, empreendedorismo e promoção da igualdade racial



João Carlos Nogueira

Consultor técnico nacional e coordenador executivo do Projeto Brasil Afroempreendedor (Convênio 42 SEBRAE/IAB/CEABRA). Sociólogo, doutorando em Quaternário, Materiais e Cultura - Gestão Integrada do Território, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, de Portugal.

Jacques Mick

Professor do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Jornalista, doutor em Sociologia Política, pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Transformações no Mundo do Trabalho (TMT/UFSC).

O Brasil tem enfim lidado com algumas das duradouras feridas deixadas por séculos de escravidão no último país que a aboliu; mas, como em toda chaga deixada por longo tempo sem tratamento, alguns aspectos do problema só se revelam à medida que os acontecimentos se sucedem. É o caso do empreendedorismo negro.

As particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram objeto de inumeráveis estudos. Não por acaso, poucos intérpretes do lento processo de transição dos trabalhadores negros para o trabalho livre que levou ao fim da escravidão observaram que os afro-brasileiros tinham talentos e competências para atuarem como empreendedores no modo de produção que se constituiu a partir de meados do século XIX. José Bonifácio, em seu “Projeto emancipacionista”, considerou a questão da terra e o trabalho livre como condição para a liberdade plena dos ex-escravos. Joaquim Nabuco, em seu “Mandato da raça negra”, trecho de “O Abolicionismo”, escrito em 1863, afirmava o caráter nacional da abolição e suas consequências nefastas, caso todos os ex-escravos não fossem incorporados como cidadãos à nação brasileira. Apesar das vozes importantes desses abolicionistas, predominou a ideia da

“incapacidade” empreendedora dos trabalhadores negros. Nem pelos mais argutos intelectuais do país, nem pelos mais solidários às condições da maioria da população, a nenhum deles ocorreu pensar que negros e brancos deveriam ter acesso idêntico à possibilidade de empreenderem, num país capitalista.

Uma vez escravos, os negros foram, até pouco tempo, vistos unicamente como trabalhadores – nunca, como empresários. Dito de outro modo: a imaginação mais generosa sobre a participação dos negros no capitalismo brasileiro sempre os localizou, na melhor das hipóteses, como trabalhadores remunerados, jamais como potenciais empreendedores, nem no setor privado, nem no público. Desde o imediato pós-escravidão, estabeleceram-se as barreiras de acesso ao crédito que ainda perduram na atualidade e a tese da meritocracia que ancora na prática os valores sociais e políticos que legitimam hierarquias e relações de poder no Brasil. O capitalismo brasileiro é um “negócio de brancos” também na visão dos intelectuais.

A adoção recente de políticas de promoção da igualdade contribuiu para tornar mais evidente o problema da invisibilidade da atuação empreendedora da população negra. Há pelo menos duas décadas, empresários afro-brasileiros se reúnem em associações para discutir as particularidades de seus negócios, num contexto, como todos os que envolvem os negros no país, inegavelmente marcado pelo racismo. Os dados recentes comprovando que pretos e pardos são 11 milhões de pequenos e microempresários, ou 49% dos empreendedores nesses segmentos, são surpreendentes porque revelam uma invisibilidade inaceitável.

Embora estejam se organizando há pouquíssimo tempo no formato de redes associativas, a exemplo da Associação Nacional de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Anceabra), dos Coletivos de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros (Ceabras), e da Incubadora Afro-Brasileira (IAB), os negros se tornaram empresários assim que puderam atuar como homens livres no Brasil. A pesquisa histórica mais recente reporta variadas iniciativas produtivas capitaneadas por afro-brasileiros a partir do século XIX, com maior intensidade nos territórios em que a presença negra é mais marcante (Maranhão, Bahia), mas também no Sul. Após longo tempo na informalidade, tais atividades passaram a aparecer nas estatísticas na última década, depois de aderirem à condição de microempreendedor individual (MEI) e obterem CNPJs.

Identificar todas as causas da invisibilidade da atuação empreendedora dos negros brasileiros é desafio que excede o alcance de um artigo. A delimitação aqui circunscrita é mapear o modo como o trabalho livre dos afrodescendentes foi abordado em parte da bibliografia sobre o fim da escravidão no Brasil, para identificar lacunas históricas e teóricas nessa produção. O objetivo é desenhar um roteiro para pesquisas que possam ser desenvolvidas em paralelo a iniciativas derivadas das ações do projeto Brasil Afroempreendedor.

O artigo se desenvolve em três partes. Na primeira, recuperamos sinteticamente a caracterização do trabalho negro em três autores de interpretações clássicas do Brasil (Freyre, Caio Prado Jr e Florestan Fernandes), revistas criticamente nos anos 1980. Argumentamos em favor

da revalorização do conceito de “preconceito de marca”, de Oracy Nogueira, cujo estudo da Itapetininga de 1947 traduz, notavelmente, relações sociais que afetam, ainda hoje, empreendedores negros em boa parte do país. Na segunda parte, recolhemos interpretações recentes que têm apontado para a importância de se caracterizar adequadamente a presença dos afro-brasileiros entre os empreendedores brasileiros, tanto na dimensão econômica, quanto em suas implicações socioculturais e, evidentemente, políticas. Na parte final, propomos uma agenda em que pesquisas e ações políticas se entrelaçam, para a valorização e a promoção do empreendedorismo afro-brasileiro.

1. A ausência dos empreendedores negros nas interpretações do Brasil

Trabalhadores negros e negras foram sujeitos ativos no processo de desenvolvimento do Brasil, justamente por terem de enfrentar obstáculos impostos pelo racismo no final do século XIX e início do século XX, período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre. Combinadas, a Lei de Terras, de 1850; a Lei de Locação de Serviços, de 1879¹; e os estímulos estatais à imigração criaram as condições para o tratamento de negros e negras livres como força de trabalho excedente, impedindo na prática a participação em massa desses trabalhadores na nascente industrialização e no desenvolvimento da produção no campo no período posterior à Abolição. Apesar disso (e também em função dessas imposições), os afro-brasileiros criaram seus próprios negócios, enfrentando

1 Ver, a respeito, Lamounier (1988).

adversidades sem igual, no nascente capitalismo brasileiro.

A descoberta de 11 milhões de empreendedores afro-brasileiros no início do século 21 é inexplicável se tomarmos como fonte de pesquisa as principais interpretações do país, publicadas até recentemente. Em comum, todas observaram que os ex-escravos ou os negros livres ou libertos no período pré-abolição foram empurrados para as margens da expansão capitalista no Brasil, substituídos por trabalhadores importados nos polos de maior desenvolvimento econômico, no período entre 1880 e 1930. Produzidos sobretudo em São Paulo, tais estudos refletem uma situação que não se repetiu igualmente em todo o país, nem nesse período, nem antes, nem depois.

As raízes do empreendedorismo afro-brasileiro encontram-se na lenta erosão do sistema escravista. No início do século 19, quando da chegada da família imperial, o país já tinha 400 mil negros trabalhando como homens livres. O total de escravos era 1,6 milhão, para uma população de 3 milhões. É impossível que nenhum dos 400 mil negros livres fosse dono de seu próprio negócio, dadas as competências singulares encontradas nessa população. Como Gilberto Freyre observou em seu estudo mais célebre, “a verdade é que importaram-se para o Brasil (...) negros maometanos de cultura superior não só à dos indígenas como à da grande maioria dos colonos brancos. (...) A formação brasileira foi beneficiada pelo melhor da cultura negra da África, absorvendo elementos por assim dizer da elite” (2003, p. 381-382). E mais:

Os escravos vindos das áreas de cultura negra mais adiantada foram um elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; degradados

apenas pela sua condição de escravos. Longe de terem sido apenas animais de tração e operários da enxada, a serviço da agricultura, desempenharam uma função civilizadora (2003, p. 390).

Os talentos singulares dos afro-brasileiros foram mobilizados tanto pela casa grande, sob o regime da escravidão, quanto no campo ou na cidade, sob o trabalho livre. Até o final de 1850, a maior parte da força de trabalho nas indústrias era de escravos. No Rio de Janeiro, por essa época havia “95 manufaturas nos mais diferentes ramos industriais, com destaque para a produção de sabão e velas, chapéus, fundição e máquinas; metalurgia de ouro, prata e rapé; além de cordoaria e calçados; móveis; produtos químicos e papel” (THEODORO, 2008, p. 22, citando dados de SOARES, 2007). Em São Paulo, como observou Kowarick, “a utilização do braço estrangeiro na indústria paulista não decorreu da melhor qualificação do imigrante, que, por sinal, só excepcionalmente trazia uma experiência industrial prévia” (1994, p. 107). Além desse tipo de atividade produtiva dinâmica, negros livres ou libertos constituíam significativa parcela dos artesãos, comerciantes e prestadores de serviços especializados. As quitandeiras são um exemplo, documentado na rica iconografia do fim do império. Eis, como diz Theodoro (2008), os antepassados da economia informal.²

Alguns dos primeiros empreendimentos de afro-brasileiros exploravam o que depois se consolidariam como vocações regionais. Freyre enumerou, a partir de uma série de estudos históricos, áreas em que a “superioridade técnica” dos negros se revelava entre os séculos 17 e 19: mineração

² “Criando dessa forma o trabalho livre, criaram-se também no país condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje ‘setor informal’” (THEODORO, 2008, p. 43).

de ferro, trabalho de metais e madeira, criação de gado, uso de bois no transporte e do couro no vestuário, culinária, comércio de panos e sabão, mestres, sacerdotes e tiradores de reza, expressão artístico-musical, produção e comercialização de balaios, entre outras (2003, p. 390-393).

Se não criaram empresas formalmente constituídas, os afro-brasileiros à frente de tais negócios tentaram expandi-los, em paralelo ao gradativo alargamento do trabalho livre, ao longo do século 19. Os estudos organizados por Mamigonian e Vidal (2013) demonstram a variedade e a presença do trabalho livre de afro-brasileiros em Desterro (hoje Florianópolis), desde a primeira metade do século XIX (quando a cidade não tinha mais de 5 mil habitantes):

As quitandeiras provavelmente estendiam suas tendas e panos naquele mesmo lugar do Largo [da Matriz], desde o final do século XVIII, vendendo legumes, frutas, doces, peixe seco e comida preparada, de modo semelhante ao que ocorria em outras grandes cidades da América portuguesa com a presença significativa de africanos (POPINIGIS, 2013, p. 152).

A regulamentação de funções urbanas que avançou no século 19 afetou as iniciativas de muitos desses empreendedores e trabalhadores informais. Estudos hoje clássicos sobre o mesmo período constataram que, durante e após a Abolição, o trabalhador livre foi continuamente relegado a funções marginais, menos remuneradas.

Em sua análise dos limites à inclusão da população negra pelo trabalho decente no Brasil, Pochmann (2006) elenca três obstáculos principais. O primeiro é a própria herança escravista. Caracterizada pelo uso generalizado de força

de trabalho africana em praticamente todas as atividades laborais da colônia (e também durante parte do Império), a experiência brasileira da escravidão associou o trabalho à desvalorização humana.³ O segundo foi o “longo fechamento do mercado de trabalho livre à população negra”, a partir da Abolição, quando “o ex-escravo ficou abandonado a sua própria sorte, tendo que concorrer, em desvantagem, com a enorme onda de imigrantes brancos” (POCHMANN, 2006, p. 33). O bloqueio racista imposto pelos proprietários dos meios de produção, com o subsídio do Estado⁴, impediu os negros de se tornarem operários industriais, trabalhadores rurais ou donos de terras. Restaram, aos afro-brasileiros, funções subalternas, marginais, menos valorizadas – situação que se repetiu durante os ciclos de crescimento econômico no Sul e no Sudeste, nos anos 1930 e 1970. Como observou Kowarick, “o assim chamado elemento nacional, após a Abolição, tendeu a ser absorvido pelo processo produtivo só em áreas de economia estagnada, onde a imigração internacional foi pouco numerosa ou, até mesmo, nula”. Os nacionais “passaram a realizar tarefas mais árduas e de menor remuneração, como

3 Na célebre formulação de Freyre, “parece às vezes influência da raça o que é pura e simples influência do escravo: do sistema social da escravidão. Da capacidade imensa desse sistema para rebaixar moralmente senhores e escravos” (2003, p. 397).

4 Não é demais lembrar que o Estado subsidiou a substituição de ex-escravos por imigrantes. “Os gastos estatais – ao subsidiar o transplante de imigrantes da Europa que chegavam às grandes propriedades sem nenhum ônus para os fazendeiros – foram básicos para produzir de maneira rápida e eficaz mão de obra prontamente disponível para o trabalho no café, eliminando, dessa forma, os transtornos inerentes à submissão do braço nacional” (KOWARICK, 1994, p. 90-91). O autor observou que, onde não havia estrangeiros, utilizava-se força de trabalho nacional. “O imigrante afastou o ex-escravo das atividades produtivas e reduziu substancialmente a absorção dos nacionais que não haviam passado pelo cativoiro” (KOWARICK, 1994, 94). “A política de imigração foi a política pública que mais êxito obteve ao longo dos nossos [então] 505 anos de história. Esta atingiu de forma completa o que se projetou desde o início: dar uma maioria branca ao país” (SANTOS, 2006, p. 43).

o desbravamento e preparo da terra” (1994, p. 87). “Assim, as melhores oportunidades de inclusão pelo trabalho decente aconteceram nas regiões com menor presença relativa dos negros” (POCHMANN, 2006, p. 34).

O terceiro obstáculo à inclusão produtiva dos negros foi o privilégio do acesso à escola para a elite branca. A ampliação do acesso do conjunto da população às oportunidades de educação, ao longo do ciclo de redemocratização, deu-se lentamente e de forma desigual nos diferentes níveis de ensino - universalizado o acesso ao nível básico, manteve-se alguma disparidade de acesso nos níveis médio e superior, bloqueando o acesso da maioria dos negros a funções de maior remuneração. Em função disso, a população negra manteve-se particularmente vulnerável, o que se evidenciou em situações de crise econômica ou baixo crescimento, nas quais invariavelmente o desemprego ou a precarização incidiram com maior força sobre os afrodescendentes.

Parte dos limites da interpretação das complexas e diversificadas atividades produtivas desenvolvidas por negros que obtiveram ou compraram suas alforrias está relacionada ao fato de que boa parcela dos estudos refere-se a São Paulo, na transição da cafeicultura para a indústria como principal atividade econômica (ciclo que se intensifica precisamente ao tempo da Abolição e, com maior ênfase, a partir de 1905). Os cafeicultores combinaram de modo particular o racismo e a exploração do trabalho, administrando a manutenção de uma sobreoferta de mão de obra, um exército de reserva, formado por trabalhadores livres, brancos ou negros, invariavelmente classificados como “vadios”.

“Foi sobre a crença de sua incapacidade para o trabalho que, inicialmente, se reproduziu a escravidão e, posteriormente, se importaram numerosas levas de braços estrangeiros”, anotou Kowarick (1994, p. 96). “Os nacionais sempre foram encarados como vadios, inaptos para o trabalho organizado e regular, que continuou nas grandes plantações paulistas alicerçado no escravo até as vésperas da Lei Áurea. (...) Desabilitados subjetiva e objetivamente para o trabalho disciplinado, nem por isso deixaram de ser incorporados ao processo produtivo, tão logo este os necessitasse” (id., p. 102).

A caracterização preconceituosa das habilidades de trabalho dos negros foi acolhida mesmo por intelectuais dispostos a criticar formas sistemáticas de exclusão. Ao afirmar que “faltava ao liberto, portanto, a auto-disciplina e o espírito de responsabilidade do trabalhador livre, as únicas condições que poderiam ordenar, espontaneamente, a regularidade e a eficácia do trabalhador no novo regime jurídico-econômico” (1965, p. 49), Florestan Fernandes reiterou um tipo de classificação pejorativa diretamente herdeira do discurso dos latifundiários paulistanos sobre a “vagabundagem” dos negros que haviam feito sua fortuna. Fundamentalmente por isso, ele observou que assalariados, artesãos ou pequenos empreendedores negros,

não se incluíam entre os fatores humanos do novo surto capitalista (...), não estavam nem estrutural nem funcionalmente ajustados às condições dinâmicas de integração e de expansão da ordem social competitiva. Aproveitavam-se dos vácuos resultantes do crescimento econômico súbito, sem maiores perspectivas de tirar proveito das posições conquistadas nas direções abertas pela evolução capita-

lista em marcha” (1965, p. 35).⁵

Nesse contexto de profunda aversão ao reconhecimento das capacidades dos afro-brasileiros – presentes em inúmeras atividades produtivas, espalhadas com vocações específicas em todo o território brasileiro –, a atuação como empreendedores é apontada como quase casual, além de inevitavelmente fadada ao fracasso, ante a concorrência com brancos nativos ou imigrantes descritos como mais preparados, moralmente, para a ordem social competitiva.⁶

Não é de espantar que só muito recentemente se tenha percebido a longa ausência dos negros entre os proprietários protagonistas do desenvolvimento do capitalismo nacional.

2. As políticas de promoção da igualdade e o empreendedorismo afro-brasileiro

No final dos anos 1980, retornam de maneira intensa os debates acerca da participação dos negros no mercado de trabalho, a partir de estudos realizados pelo Dieese, pelo IBGE, pelo IPEA e por pesquisadores em universidades⁷, assim

⁵ Com o mesmo sentido desta crítica a Florestan Fernandes, veja-se, nesta coletânea, o artigo de Elias Sampaio.

⁶ “O fato incontestável é que o negro e o mulato melhor aquinhoados logo se converteram em fatores humanos neutros, em relação aos desenvolvimentos do capitalismo, em novo estilo. Em vista disso, é patente que nem mesmo uma ‘minoridade privilegiada’ da população negra e multata conseguiu desfrutar, como tal, qualquer vantagem ou condição relativamente favorável nos conhecidos processos de acumulação privada de capital, que aqui se desenrolaram” (FERNANDES, 1965, p. 37).

⁷ Notadamente, HASENBALG; SILVA, 1988 e 1992; HASENBALG; SILVA; LIMA, 1999; GORENDER,

como de ações do movimento negro. “Reconhecida a injustificável desigualdade racial que, ao longo do século, marca a trajetória dos grupos negros e brancos, assim como sua estabilidade ao correr do tempo, a discussão passa progressivamente a se concentrar nas iniciativas necessárias, em termos da ação pública, para o seu enfrentamento” (THEODORO, 2008, p. 15).

Ao longo da redemocratização, as gritantes desigualdades no país reacedem questões regionais, territoriais, de raça e gênero. Surgem gradualmente embriões de políticas públicas para a promoção da igualdade racial, galvanizadas sobretudo após a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (Seppir), em 2003. Experimentam-se com maior intensidade, desde então, novas abordagens sobre desenvolvimento econômico e social, cooperativismo solidário, economia criativa etc., todas relacionadas especificamente à população negra. O país passa a trilhar caminhos novos no combate a problemas estruturais - a desigualdade racial entre eles. Expandiram-se políticas universais, em ruptura com o monopólio de políticas focalizadas vigente nos anos 1990, que vêm sendo combinadas a políticas de ação afirmativa com foco em públicos historicamente discriminados (pobres, indígenas, negros).

Políticas específicas para promoção da igualdade racial no Brasil foram implantadas a partir de 2003, em parceria com instituições governamentais e da sociedade civil, notadamente o movimento negro, tanto na União, quanto, gradualmente, nos estados e nos municípios. Uma característica de

1990; LAMOUNIER, 1988; KOWARICK, 1994.

tais políticas é sua transversalidade, pois se combinam a ações desenvolvidas, por exemplo, por ministérios como os da Educação, da Saúde, do Trabalho e Emprego. Desse modo, lenta, mas continuamente, o combate à desigualdade racial tem se incorporado a políticas públicas de inclusão social, combate à pobreza e geração de trabalho e renda.⁸ “Não existe mudança social mais relevante do que a inclusão racial no Brasil. A endêmica exclusão social brasileira – que tem cor –, desestabiliza a nação a olhos vistos. Esse óbice desestabilizante, por estar na raiz da trajetória histórico-social do país, exige políticas reparatórias que equalizem as oportunidades extremamente desiguais existentes” (SANTOS, 2006, p. 46)⁹.

Com a continuidade, no tempo, das ações de promoção da igualdade racial, tem havido um alargamento dos tópicos incluídos nesse debate, que agora alcança o empreendedorismo, depois de ter produzido políticas de cotas e combate à pobreza, mudanças na legislação (inclusive, com a criação do Estatuto da Igualdade Racial) e uma infinidade de discussões sobre a presença do racismo na sociedade brasileira contemporânea. Entre as causas dessa preocupação específica, está a expansão recente dos negócios dos afro-brasileiros, relacionada a uma série de fatores, dos quais podemos destacar: a retomada do crescimento econômico, com geração de novas oportunidades; os primeiros efeitos de políticas de

8 A OIT tem defendido que “a geração do trabalho decente, com uma ênfase especial na equidade de gênero e raça, seja parte do eixo que estrutura as estratégias de redução da pobreza e das propostas de desenvolvimento nacional” (ABRAMO, 2006, p. 15).

9 “Os negros que já estavam aqui trabalhando há mais de 3 séculos não receberam nenhum tipo de ajuda para se ajustarem à nova ordem, o que caracterizou uma profunda injustiça que alcança os negro-descendentes em pleno século 21” (SANTOS, 2006, p. 43).

ação afirmativa, especialmente sob a forma de educação e qualificação de afrodescendentes; o crescimento nas taxas de autodeclaração de pretos e pardos; a criação da categoria microempreendedor individual, com notáveis estímulos à formalização de atividades produtivas. Isso explica, em parte, o crescimento de 28,56% no total de empreendimentos de afro-brasileiros em relação a 2001, quando os negros eram donos de 43% dos micro e pequenos negócios com faturamento anual de até R\$ 3,6 milhões.

Contudo, a renda média dos empreendedores negros ainda é cerca da metade da renda dos brancos em atividades semelhantes (R\$ 1.039 em 2011, ante R\$ 2.019, uma diferença de 94,3%¹⁰). Só capacitação não irá assegurar a redução na desigualdade de renda. Como observaram outros pesquisadores, mesmo com ensino superior, os negros têm renda inferior à dos brancos. Aperfeiçoar as competências dos empreendedores afro-brasileiros é uma iniciativa que evidentemente pode aprimorar a qualidade de seu produto ou serviço, mas isso apenas não assegura que conquistarão mais mercado ou receita. Na próxima seção, apontaremos ações urgentemente necessárias para a produção de ideias mais robustas às políticas de promoção de igualdade de oportunidades entre pequenos e microempresários negros e brancos – a pesquisa ocupando um lugar importante nelas. Antes, contudo, queremos problematizar alguns aspectos relativos à importância de dar a essa causa lugar central para o desenvolvimento socioeconômico com justiça social no Brasil.

A análise das potencialidades empreendedoras da po-

¹⁰ Em 2001, a diferença entre a renda média de empreendedores brancos e negros era significativamente maior: 141,3%.

pulação negra está relacionada às desigualdades regionais do país, articuladas às vocações específicas dos afro-brasileiros em cada território. Como apontou Kowarick, na virada para o século 20, os ex-escravos se concentravam em estados com baixas taxas de desenvolvimento. Excluída, essencialmente pelo preconceito, da expansão capitalista com epicentro em São Paulo, a maioria dos afro-brasileiros permaneceu nas regiões economicamente menos desenvolvidas do país. Justamente por isso, a história dos empreendimentos que lideraram é diferente daquela registrada no Sudeste (e documentada pela maior parte da sociologia e da historiografia sobre o tema).

Os empreendimentos negros estão inseridos em cadeias produtivas. A hipótese, aqui, é que as atividades atuais desses empreendedores refletem, em larga medida, as especificidades das trajetórias dos escravos para o trabalho livre, em cada região ou estado do país. Assim, políticas nacionais de promoção da igualdade devem ser articuladas localmente, levando em conta as vocações de cada território.

O desenvolvimento e o fortalecimento do empreendedorismo negro permitirão a explicitação de uma das faces mais duradouras do racismo: quando o negro ascende socialmente, ele não deixa de enfrentar preconceito, ao contrário do que é comumente repetido no Brasil. Pouco conhecidas, as dificuldades enfrentadas pelos afro-brasileiros para conquistar mercado, obter a confiança de fornecedores e clientes certamente são um aspecto negligenciado dos estudos sobre a persistência do racismo. É provável que as explicações apresentadas por Oracy Nogueira (1998), quanto ao preconceito de marca, encontrem reforço na análise desses empre-

endimentos. Como sintetizou Cavalcanti (1999), trata-se de

um sistema de classificação social que elege a ‘aparência racial’ como critério. Ora, a cor, como metonímia da aparência racial, não é um dado natural, mas corresponde a uma eleição entre outras possíveis (não é, por exemplo, como nos EUA) da descendência que interessa. Mais do que isso, na operação classificatória concreta - se a pessoa x ou y é branca, mulata ou parda, mais ou menos escura ou clara, etc. - o resultado corresponde ao cruzamento desse critério com outros - maior ou menor distância social, por exemplo - igualmente pertinentes para a definição da situação em jogo. Esse sistema relacional gera uma riqueza de nuances e maleabilidade classificatória extraordinárias, sendo caracteristicamente ambivalente, permitindo a convivência, lado a lado, da discriminação com a intimidade.

Isso porque essa forma de classificar é uma forma de discriminar, ou melhor, é justamente o sintoma da discriminação racial “por marca”.

A Organização Internacional do Trabalho, em parceria com a Seppir, promoveu em 2005 um encontro nacional que discutiu estratégias de desenvolvimento e inclusão da população negra. Mais focado na regulamentação do trabalho doméstico, o evento comportou também a apresentação de práticas exemplares de estímulo ao empreendedorismo e à promoção de atividades econômicas no setor informal e de autoprodução, como as da Anceabra e a Incubadora Afro-Brasileira, e a participação de analistas que examinaram as razões da longa exclusão dos negros brasileiros da condição de proprietários de meios de produção.

A experiência da Anceabra, criada em 1997, é um marco importante na trajetória de organização do segmento. O diagnóstico elaborado pela entidade sobre as potencialidades e dificuldades dos empreendedores é esclarecedor. O

empresário negro “tem um olhar clínico melhor, ele enxerga melhor as dificuldades, e por quê? Porque ele sabe que não pode quebrar, ele não tem a segunda chance e muitas vezes a primeira chance dele já é uma chance pela metade” (BORBA, 2006, p. 76-77). De fato, incidem sobre as projeções de sucesso ou fracasso de um empreendimento liderado por afro-brasileiro fatores que, partindo da discriminação, a excedem em escala e escopo:

Pode-se apontar a estagnação econômica de regiões ou atividades onde a população negra está mais representada; o acesso a serviços de baixa qualidade (especificamente relacionados à educação) e piores redes sociais e de trabalho devido à concentração dessa população em bairros dotados de menos recursos; as diferenças familiares relacionadas ao acúmulo de capital humano; a limitada mobilidade observada na sociedade brasileira em seu conjunto, impactando também a população negra (JACCOUD, 2008, p. 59).

Especificamente no que se refere à capacitação, a Anceabra produziu uma crítica contundente. “Nós não somos educados para sermos empreendedores, (...) fomos doutrinados a servir e não a sermos servidos, e esse é fundamentalmente o fator que primeiramente nós trabalhamos: a educação empresarial” (BORBA, 2006, p. 75). A Anceabra e a Incubadora Afro-brasileira desenvolveram programas de capacitação específicos para empreendedores negros, os quais, contudo, ainda não alcançaram uma escala nacional. “Tem empresário negro que não se sente dono da empresa” (BORBA, 2006, p. 75).

3. Uma agenda de ações e investigações para a promoção do empreendedorismo afro-brasileiro

Tornar a sociedade brasileira mais igualitária, eliminando as disparidades de gênero e raça, com distribuição de renda e riqueza e mobilidade social ascendente e vigorosa é o primeiro dos objetivos para a nação definidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (DAL CHIAVON, 2006, p. 53). Nesta seção, vamos apontar desafios para a realização dessa meta entre os empreendedores afro-brasileiros, em torno de três eixos: a investigação acadêmica, as políticas públicas e a organização do segmento.

Ampliar o conhecimento sobre as características, necessidades e dificuldades dos empreendedores negros é urgente. Até pouco tempo atrás ignorado pelos especialistas, o segmento revela-se como uma fonte inesgotável de perguntas a serem respondidas. Que atividades e cadeias produtivas concentram empresários negros? Há aspectos comuns nas distintas histórias dos empreendimentos? As diferenças regionais ou entre estados são significativas em que aspectos? Que potencialidades latentes entre microempreendedores individuais negros podem ser desenvolvidas? Que particularidades devem ser contempladas pelos processos de capacitação empresarial desses agentes, levando-se em conta suas especificidades? Os efeitos sociais produzidos pelos empregos gerados nessas atividades se distribuem mais democraticamente que em outras? Qual a competitividade desses empreendimentos, e qual sua contribuição para a inovação? Quantos deles se inserem na chamada economia criativa? Os pesquisadores brasileiros estão mais do que capacitados para encontrar as respostas – na academia e fora dela, em órgãos como o IPEA, o BNDES ou empresas privadas de pesquisa. Para fazê-lo, contudo, precisam abandonar arraigadas concepções pejorativas sobre os trabalhadores negros e desenvolver me-

metodologias específicas para captar as particularidades desse segmento. Chamadas públicas para o financiamento de projetos sobre o tema por instituições de fomento certamente ajudariam a acelerar o ritmo de realização dessas investigações essenciais.

As descobertas dos pesquisadores serão fundamentais para o aprimoramento das políticas públicas para o desenvolvimento do segmento. Assim como, em outras áreas, as políticas públicas para promoção da igualdade racial são transversais, isso também vale para o empreendedorismo afro-brasileiro. Ao enfrentamento da multidimensionalidade do racismo, o empoderamento desses agentes deve acrescentar estratégias específicas dos poderes públicos para assegurar capacitação, crédito e políticas compensatórias. Tais políticas precisam articular os três níveis de governo, integrando uma política federalizada de promoção da igualdade racial, a beneficiar os empreendedores afro-brasileiros. Um indicador que testemunha o abismo de oportunidades entre brancos e negros está na motivação para a criação de negócios. Entre brancos, cada vez mais a razão predominante para abrir um negócio é a oportunidade; entre negros, é a necessidade. Políticas públicas podem incidir de modo decisivo sobre esse aspecto.

O desenvolvimento é um campo de tensões políticas e econômicas, que se agudizam quando emergem novos atores sociais nas configurações e estruturações de classes. Os empreendedores afro-brasileiros se fortalecerão, como grupo, quando expandirem os processos organizativos para desenvolverem uma “nova consciência” nos processos de produção e mercados. Além da ação política, trata-se de constituir

redes entre os empreendimentos, para compartilhar informações e recursos (fornecedores, clientes, máquinas, insumos e equipamentos), ampliar mercados e conquistar inserção em redes sociais de maior renda. Vencer o racismo que afeta as escolhas de consumo dos brancos, especialmente dos mais ricos, depende em parte de ações políticas e econômicas ao alcance desses empresários.

Afinal, o que será o Brasil de classe média, se não um país que assegure à população negra condições adequadas para suplantar a distância que, estruturalmente, a separa dos brancos? Uma vez que a igualdade esteja assegurada em termos sociopolíticos, os negros continuarão a fazer o que podem fazer em termos econômicos e culturais, e ocuparão o lugar que de fato merecem no desenvolvimento econômico e social brasileiro.

O racismo estrutural é o principal obstáculo a ser superado para romper as barreiras que separam negros e brancos, quando verificamos os indicadores socioeconômicos. No empreendedorismo, desenvolver políticas públicas que assegurem a sustentabilidade dos empreendimentos deve ser um objetivo estratégico, capaz de romper com uma das fronteiras mais duradouras do capitalismo brasileiro: a exclusão econômica da absoluta maioria da população negra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. S/ T. In: OIT (Organização Internacional do Trabalho. **Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra**. Brasília: OIT,

2006, p. 11-18. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1988)**. Bauru: Edusc, 1998.

BARBOSA, Mariana. Negros são donos de metade das micro e pequenas empresas. **Folha de S. Paulo**. 09/09/2013 - 03h59. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/09/1338994-negro-e-dono-de-metade-das-micro-e-pequenas-empresas.shtml>. Acesso em 09 set. 2013.

BORBA, João Bosco de Oliveira. S/ T. In: OIT (Organização Internacional do Trabalho. **Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra**. Brasília: OIT, 2006, p. 73-84. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Preconceito de marca etnografia e relações raciais. **Tempo soc.**, São Paulo , v. 11, n. 1, Mai 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20701999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 out. 2013.

CLOCLET DA SILVA, Ana Rosa. **Construção da Nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio: 1783-1823**. Campinas: Editora da Unicamp/Centro de Memória, 1999.

DAL CHIAVON, Eva Maria Cella. S/ T. In: OIT (Organização

Internacional do Trabalho. **Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra**. Brasília: OIT, 2006, p. 52-58. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume I: O legado da “raça branca”. São Paulo: Editora da USP, 1965.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 48a. ed. São Paulo: Global, 2003.

GORENDER, Jacob. **A escravidão reabilitada**. São Paulo: Ática, 1990.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.; Iuperj, 1992.

JACCOUD, Luciana. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade**

racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 49-68.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem:** a origem do trabalho livre no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre:** a lei de locação de serviços de 1879. Campinas: Papirus, 1988.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa:** africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito de marca.** As relações raciais em Itapetininga. São Paulo: Editora da USP, 1998.

OIT (Organização Internacional do Trabalho. **Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra.** Brasília: OIT, 2006. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

OSORIO, Rafael Guerreiro. Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: um balanço das teorias. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008, p. 69-100.

POCHMANN, Márcio. Impasses na Inclusão ocupacional da população negra no Brasil. In: OIT (Organização Internacional do Trabalho. **Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômi-**

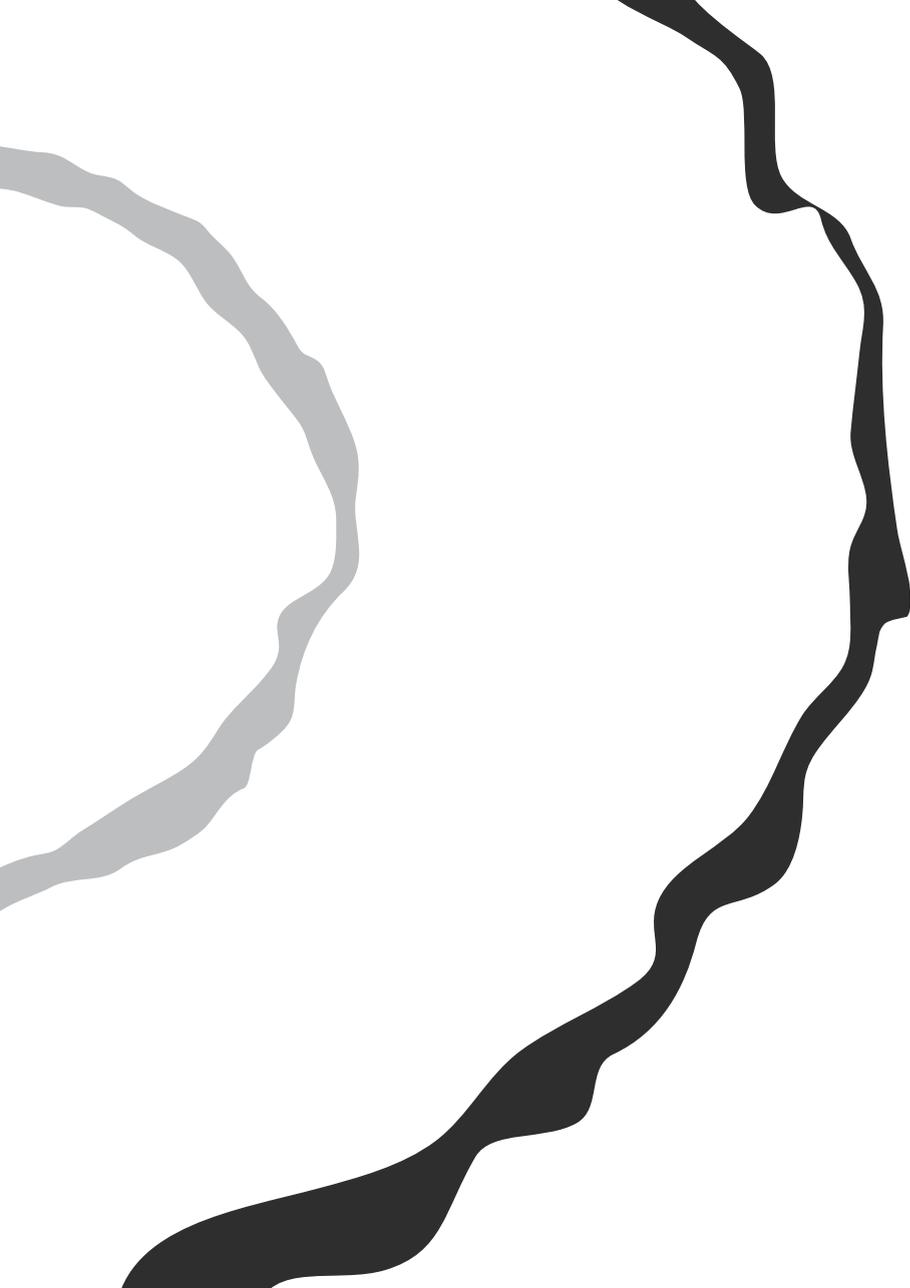
co e Social com Inclusão da População Negra. Brasília: OIT, 2006, p. 27-41. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

POPINIGIS, Fabiane. Africanos e descendentes na história do primeiro mercado público de Desterro. In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; VIDAL, Joseane Zimmermann (Org.). **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 151-176.

SANTOS, Hélio. Construção de políticas para a população negra no mundo do trabalho. In: OIT (Organização Internacional do Trabalho). **Encontro Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social com Inclusão da População Negra.** Brasília: OIT, 2006, p. 42-51. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/oit_igualdade_racial_03_234.pdf. Acesso em: 10 out. 2013.

THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008.

THEODORO, Mário. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, Mário (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição.** Brasília: IPEA, 2008, p. 19-48.



Subdesenvolvimento e exclusão racial: a questão da mão de obra em *Formação Econômica do Brasil* e seus efeitos sobre as políticas de desenvolvimento brasileiras



Elias de Oliveira Sampaio
Economista do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Doutor em Administração Pública e Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Secretário Estadual de Promoção da Igualdade Racial da Bahia, Professor Colaborador do Programa de Gestão das Organizações (PGO) e do Programa de Mestrado em Políticas Públicas, Gestão do Conhecimento e Desenvolvimento Regional (PGDR) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

1. INTRODUÇÃO:

Parece-nos consenso afirmar que *Formação Econômica do Brasil* de Celso Furtado, pode ser apresentada como uma das mais importantes obras acadêmicas e responsável por um conjunto de hipóteses dos mais aceitos sobre a explicação do subdesenvolvimento brasileiro, em particular, no que se refere à fase que compreende do período colonial até a primeira metade do século XX. O trabalho e seu autor são elementos indissociáveis das primeiras estratégias de planejamento econômico governamental para o desenvolvimento do país, da região nordeste em especial, a partir da década de 1950, quando o Brasil inicia uma etapa importante de seu processo de desenvolvimento econômico, baseado no chamado modelo desenvolvimentista.

Celso Furtado foi figura participativa e emblemática nas várias iniciativas governamentais e não governamen-

tais nos debates econômicos a partir da segunda metade do século XX. Em 1953, presidiu o Grupo Misto CEPAL-BNDE que elaborou o “Esboço de um programa de desenvolvimento, período 1955 – 1962”, editado em 1955 e que serviu de base para o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek. A partir do ano seguinte, inicia a publicação de sua série de livros sobre economia, sendo o primeiro deles *A Economia Brasileira*, de 1954. Paralelamente, Furtado desenvolve uma estratégia de intervenção na realidade brasileira, à medida que associa seu trabalho na área acadêmica com iniciativas de caráter político e administrativas, tais como a criação do clube de economistas e da Revista Econômica Brasileira, ainda no início dos anos de 1950.

Para Valente (2009, p.28), ambas as iniciativas se tornaram um espaço privilegiado de atuação de parte das elites técnicas desenvolvimentistas ligadas ao governo federal no sentido de criar uma base ideológica para o projeto desenvolvimentista através do debate econômico no país.

Furtado dirigiu frequentemente sua palavra para os economistas atuantes ou em formação, assim como para um público mais amplo de cientistas sociais. Mas também dirigiu a palavra para o público em geral, procurando atuar como formador de opinião, sempre valorizando a organização política e sindical do conjunto da população trabalhadora. Elegeu esse objetivo, não só no campo de conhecimento que domina, mediante a publicação de trabalhos acadêmicos e técnicos, como também o fez através da busca de influência e poder pessoal pela via da inserção institucional na carreira pública, na administração federal e como personagem político.

Em 1958, o economista paraibano assume uma diretoria

do BNDE e a coordenação do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), cujo resultado mais importante foi o estudo “Uma política de desenvolvimento para o Nordeste”, base de criação de dois dos primeiros e principais arranjos institucionais governamentais voltados para o desenvolvimento da região, quais sejam, o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO), para o qual ele foi nomeado Diretor, e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da qual ele foi o primeiro Superintendente. Entre a criação desses importantes e inovadores organismos voltados para o desenvolvimento da região mais pobre do país e o início de seu trabalho no BNDE, foi publicado o seu mais conhecido livro, *Formação Econômica do Brasil*, em janeiro de 1959.

A criação e implantação das mais importantes estruturas regionais do aparelho de Estado naquele período tinha no seu “DNA” o conteúdo teórico, metodológico e propositivo de Furtado, sintetizado em sua obra mais conhecida e quiçá a mais emblemática. A importância do livro e do pensamento de Celso Furtado no processo de construção desses arranjos institucionais e nas estratégias para o desenvolvimento da Região Nordeste é indiscutível. Oliveira (2009) afirma que a concepção de desenvolvimento para o Nordeste, que dá lugar à criação da SUDENE pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1959, é inteiramente calcada na interpretação do “complexo nordestino”, um dos principais conceitos sobre a realidade da região desenvolvidos pelo autor de *Formação*.

Na realidade, a constituição do GTDN, bem como a posterior implementação das políticas voltadas para o desenvolvimento do Nordeste, não se deu de forma tão tranquila. O grupo de trabalho parece não ter conseguido alcançar os seus obje-

tivos de imediato, uma vez que, tendo sido criado em 1956, apenas no final de 1959 é que seu relatório foi concluído e, de acordo com FURTADO (1998, p. 63-64), apenas depois de sua intervenção: “As pessoas sempre se referem ao trabalho do GTDN, mas, na verdade, fui eu quem o escreveu. Fui interventor no GTDN, que funcionava no BNDE, mas jamais concluiu seus trabalhos. Organizei uma pequena equipe para fazer o projeto da Sudene, que depois Juscelino lançou como política de desenvolvimento do Nordeste”. (SAMPALHO, 2003, p. 211).

Mais do que isso, o reconhecimento técnico e político do criador da SUDENE o transforma, em 1962, em primeiro titular do Ministério de Planejamento e mentor do Plano Trienal do governo João Goulart. Tanto as políticas desenvolvimentistas de JK quanto as de João Goulart foram fortemente influenciadas pelo pensamento de Celso Furtado. Assim, podemos inferir que o conteúdo de suas teses em *Formação Econômica do Brasil* serviu de base para as estratégias e as escolhas de governo para a intervenção e o planejamento não apenas no Nordeste, mas de todo o Brasil, num período crucial para a construção das bases do modelo de desenvolvimento do país, a partir de 1950. Furtado foi, assim, um dos primeiros economistas brasileiros (senão o primeiro) a não apenas propor, mas colocar em prática suas concepções, convicções e abordagem teórico-metodológica em ações governamentais, através de políticas intervencionistas diretamente sob sua gestão.

Portanto, não nos parece nenhum exagero afirmar que a experiência de Furtado em levar para a prática da política pública elementos de sua construção teórica sobre o processo de subdesenvolvimento brasileiro pode ter sido um exem-

plo único no país naquele período. Talvez por isso, inclusive, suas teses tenham sido responsáveis pela “*formação da cabeça*” de muitos dos economistas brasileiros nos últimos 50 anos, consolidando-se como uma espécie “*inconsciente*” de mentor intelectual de vários pensadores, quando da interpretação sobre a evolução da economia brasileira do período colonial até o início da industrialização.

Nesse sentido é que a sua obra basilar, *Formação Econômica do Brasil*, foi e continua sendo um dos principais elementos constitutivos do debate sobre o desenvolvimento econômico brasileiro. Uma boa amostra disso pode ser observada no conjunto de artigos publicados na edição de comemoração do cinquentenário do texto, em 2009, a *Fortuna Crítica*. Há, de prefácios assinados por historiadores e economistas, a críticas publicadas em revistas acadêmicas no exterior, quando das edições estrangeiras na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, todas apresentando elementos inequívocos da boa receptividade do texto e, por fim, artigos mais recentes, quando cientistas sociais avaliaram *Formação Econômica do Brasil* enquanto obra clássica para a produção acadêmica sobre o tema.

Utilizando a *Fortuna Crítica* como principal amostra da profundidade do trabalho de Furtado no pensamento econômico brasileiro, buscamos demonstrar, também, que alguns aspectos críticos importantes do mesmo conjunto de abordagens podem ter sido deixados de lado quando da interpretação de pontos cruciais da análise furtadiana, notadamente as análises mais distantes de sua publicação inicial. Coutinho (2009), por exemplo, aponta Celso Furtado como o mais influente e renomado economista brasileiro de sua geração e a

leitura de *Formação Econômica do Brasil*, item obrigatório para todo o cientista social. Seguindo essa linha de raciocínio, aprofundando-a, inclusive, Oliveira (2009), quase uma década antes, aponta Furtado como mais um dos *demiurgos* do Brasil, colocando-o lado a lado com Gilberto Freyre, Sergio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior, autores que, segundo ele, elaboraram interpretações que moldaram de forma definitiva a maneira da sociedade brasileira de compreender a sua própria formação, inclusive no que se refere a suas formas sociais, econômicas, políticas e culturais, enquanto Estado e Nação, “*com seus estigmas e modos de relacionamento que nos imprimiram um selo especial*”. Mattoso (2009), por sua vez, aponta que, no conjunto, a obra de Celso Furtado de 1959 é uma demonstração de *Lógica impecável* sobre a construção histórica do Brasil, em que a teoria econômica a ela subjacente levaria a uma perfeita compreensão do processo brasileiro de desenvolvimento econômico¹.

O uso, *a priori*, de apenas três exemplos dos 21 autores cujas referências à *Formação Econômica do Brasil* fizeram parte da *Fortuna Crítica* citada anteriormente, objetiva duas questões. A primeira é apontar que, a despeito de alguns problemas teóricos relativamente profundos observados na obra, quase a totalidade dos autores que com ela dialogam explicitam, em momentos distintos da história, uma verdadeira admiração e respeito intelectual pela sua capacidade analítica e explicativa para o processo de subdesenvolvimento do país. Em segundo lugar, em nenhum dos 21 textos, pinçados nos 50 anos que separaram a primeira edição do livro e a sua edição comemorativa, há algum tipo

¹ Os textos de Coutinho, Oliveira e Mattoso foram originalmente publicados em 2008, 1999 e 1998, respectivamente.

de crítica a um elemento que julgamos extremamente importante como um dos aspectos da explicação furtadiana para o subdesenvolvimento brasileiro: o papel desempenhado pela força de trabalho do antigo escravo – e seus descendentes! – no período de transição do modo de produção escravagista para o trabalho livre e assalariado. Todos os textos são omissos ou apenas repetem ou ratificam de forma elogiosa as teses apresentadas pelo autor.

Na verdade, Mattoso (2009), ao considerar *Formação Econômica do Brasil* uma *Opera Magna*, indica algumas hipóteses existentes no texto como interessantes sugestões para economistas e historiadores, dentre elas, a perspectiva de Furtado de que a abolição teria um caráter mais político do que econômico, uma vez que, para ele, “*ela nem destruiu e nem criou riqueza, mas permitiu uma redistribuição dessas riquezas no seio da coletividade nacional*”. A autora busca, ainda, complementar essa explicação, através de uma nota de rodapé, afirmando que, para Celso Furtado, houve de fato uma redistribuição de renda em prol dos antigos escravos que passaram a receber salários elevados. No entanto, continua ela, Furtado insistia no fato de que esses antigos escravos **preferiam o ócio a trabalhar todos os dias**, pois viviam no quadro medíocre de suas necessidades, e finaliza observando que “*esse estereótipo está sendo matizado pelos historiadores da escravidão*”(sic).

Os aspectos apontados no paragrafo anterior encerram um aspecto extremamente profundo na obra em questão e estão longe de ser apenas uma questão de estereótipos a serem tratados por historiadores da escravidão. Ao contrário, a perspectiva apresentada em *Formação Econômica do Brasil* a

esse respeito nos parece um elemento crucial, não apenas para todo o arcabouço analítico do livro, mas, principalmente, pelos elementos norteadores que ele aponta no sentido de possíveis soluções para o problema do subdesenvolvimento brasileiro. Desta forma, carece de uma reinterpretação muito profunda, e a necessidade de apontar o imperativo dessa reinterpretação é o principal objetivo desse trabalho. Por isso, acreditamos ser extremamente pertinente chamarmos atenção para as observações de dois autores que apontavam, já em 1959, ano de lançamento do livro, alguns problemas teóricos e metodológicos de grande relevância no trabalho de Furtado.

Sodré (2009)², por exemplo, aponta, já no momento inicial da história de *Formação*, fragilidades importantes na sua estrutura descritiva e, mesmo sem entrar no mérito da questão, vislumbramos em tais apontamentos utilidade para os desdobramentos que pretendemos dar ao presente trabalho:

Celso Furtado sabe muito, mas não sabe transmitir o que sabe - o que é um mal, evidentemente. Mas, além disso, fazendo história - trata-se do desenvolvimento da economia brasileira no decorrer do tempo histórico -, não domina as fontes e revela mesmo desprezo por elas. Quem cita Antonil pelas citações de Simonson, e até mesmo Gama Barros, não teve a menor preocupação em estudar história. **Ora, sem conhecimentos históricos não há como desenrolar o desenvolvimento do progresso material.** O autor confessa isso, entretanto, com aquela candura que marca a ingenuidade, a total inocência, a suficiência tranquila que leva ao desastre. Porta-se como quem diz: "Sei economia, - e é

² Texto originalmente escrito em 1959.

quanto basta - história é para leigos”. Não é - e aí está o erro de um homem inteligente. E é pena, porque se trata de um grande autor, e de uma grande obra (SODRÉ, 2009, p. 348, grifo nosso).

Por sua vez, Arena (2009)³ nos sugere pistas ainda mais profundas sobre os aspectos que iremos tratar. Ele aponta, por exemplo, a falta de coerência e de rigor na interpretação dos fatos históricos tratados no livro:

O autor se omite quase que inteiramente da apreciação das ações diretas e reflexas dos movimentos da infraestrutura econômica na superestrutura social, e vice versa. Mais precisamente, parece faltar-lhe a compreensão dessas duas categorias da dialética, e de sua interação. Como ele não parece dispor de outra teoria para explicar os fatos socioeconômicos, sua exposição é frequentemente parcial, unilateral, carente de coerência e de visão de conjunto. Economista, ele tende sempre a suprir essa falta de uma teoria global por uma espécie de “animismo” em que os fatos puramente econômicos se tornam sujeitos da história, com um sobrenatural poder de decisão. (ARENA, 2009, p.351, grifo nosso).

Mesmo sem entrar nos méritos específicos das observações citadas até o momento, acreditamos ser importante indicar que esses *insights*, quando confrontados com alguns dos aspectos mais importantes apontados por Furtado quando de sua interpretação sobre o papel da mão de obra dos antigos escravos no período de transição para o trabalho livre, nos parecem desvendar problemas que consideramos

³ Idem.

extremamente significativos tanto para uma avaliação histórica sobre a questão, quanto para consolidar um olhar contra hegemônico sobre aspectos que ainda hoje contribuem negativamente para proposições e argumentações em termos de políticas públicas de desenvolvimento.

2. FURTADO E O “PROBLEMA” DA MÃO DE OBRA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-ESCRavidÃO

A questão da mão de obra foi um dos principais aspectos tratados por Furtado em *Formação Econômica do Brasil*. Sua relevância pode ser mensurada pelo fato daquilo que Furtado chamara de *o problema da mão de obra* se apresentar exatamente como uma das sustentações analíticas que suportam sua perspectiva teórica para explicar o processo de subdesenvolvimento do país enquanto economia agroexportadora, considerando o término do modo de produção escravagista e, principalmente, durante a transição para o trabalho assalariado, passando, obviamente pela gestação da economia cafeeira e pelo início do processo de industrialização. Ou, de acordo com Dean (2009, p. 423)⁴:

A principal tese de Furtado é a seguinte: o Brasil não poderia experimentar um desenvolvimento econômico contínuo enquanto empregasse trabalho escravo e produzisse essencialmente para exportação. Em um sistema escravocrata não existe pagamento ao trabalho como fator; consequentemente, não há demanda efetiva interna. O proprietário de escravos apropria-se de toda a renda; em uma economia voltada para exportação

⁴ Texto originalmente escrito em 1965.

ele satisfaz sua demanda importando, mais especificamente importando trabalho. Quando o preço do produto de exportação cai, o proprietário de escravos deixa de comprar escravos, envia seu capital para o exterior e permite que suas operações fiquem estagnadas, voltado à sua produção de subsistência. Em uma economia industrial assalariada, no entanto, uma queda nos preços não leva a esse tipo de retrocesso, mas sim a uma defesa do nível de emprego.

O texto de Dean, já em 1965, nos sugeria que a superação do trabalho escravo em favor do trabalho assalariado, bem como a superação da produção essencialmente voltada para exportação, seriam, para Furtado, as condições necessárias para se alcançar um verdadeiro processo de desenvolvimento do país. Quanto às considerações sobre a economia de base agroexportadora, a bibliografia econômica sobre o tema é vasta e substantiva. Por outro lado, a questão da mão de obra, que por si só encerra aspectos extremamente complexos, quando a colocamos como uma das variáveis centrais e endógenas ao modelo de crescimento e desenvolvimento econômico, carece sim de um maior aprofundamento, principalmente em virtude das suas interpretações a respeito do papel da força de trabalho dos antigos escravos no período de transição para o trabalho assalariado.

Ao considerar que a superação do trabalho escravo fosse um elemento importante para o desenvolvimento do país, o autor de *Formação* trouxe para sua análise a necessidade de explicar dois problemas extremamente profundos, não apenas para a formação econômica brasileira, mas, fundamentalmente, para a formação da sociedade brasileira: as justificativas econômicas para a importação em massa do contingente

de mão de obra europeia a partir do fim da escravidão e, em consequência, os motivos, também econômicos, para não absorção da mão de obra aqui residente, num momento crucial para a nossa economia, o da consolidação do mais profícuo ciclo econômico, o do café, e, em especial, em sua fase de transição para a nascente indústria brasileira.

Na verdade, no caso das economias gestadas a partir da utilização endógena do modo de produção escravagista, essa é uma questão crucial e fundante para a formação da nova economia, da sociedade e da nação na qual ela foi estruturada. Por seu turno, a interpretação, a análise e, principalmente, as intervenções políticas e econômicas voltadas para o tratamento da questão devem ser observadas como elementos constitutivos tanto para a consolidação e o aprofundamento dos problemas, quanto das possibilidades de sua superação através de políticas específicas. Por isso, uma releitura dessa questão em *Formação Econômica do Brasil* se apresenta como necessária.

A questão da mão de obra em *Formação* pode ser resumida em três aspectos mais importantes. O primeiro deles é a tensão entre a proposição da escassez de mão de obra para o setor dinâmico da economia, isto é, o setor que se caracterizava por ser agroexportador de alta lucratividade, elevada concentração de renda e de propriedade, baseado no trabalho escravo, e a possível oferta potencial da força de trabalho do setor de subsistência, cujas características fundamentais eram baixa produtividade e baixos lucros, no qual as relações sociais da propriedade fundiária com a mão de obra se haviam estruturado à margem do escravismo, permanecendo intactas mesmo depois da abolição.

A despeito das particularidades das relações de trabalho na economia de subsistência, a questão fundamental que aqui deve ser apontada é que havia, muito antes do fim da escravidão, e de forma endógena ao modelo econômico brasileiro do período colonial, relações de trabalho externas ao escravismo. Significa dizer que a questão da escassez de mão de obra não estava propriamente relacionada à quantidade de mão de obra indisponível para o trabalho no período de transição para o trabalho assalariado ou mesmo, necessariamente, relacionada à “qualidade” da mão de obra e, sim, a um contingente de trabalhadores que não estavam integrados ao mundo do trabalho por via do assalariamento, mas que não eram propriamente escravizados, no sentido mais estrito do termo.

Talvez por isso, afirmava Furtado (1989) que, a fins do século XIX, já existia no Brasil um reservatório substancial de mão de obra, o que o levava a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura cafeeira com imigrantes europeus, uma solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Ou seja, a busca por imigrantes europeus para superar a “inelasticidade” de mão de obra do país apontada em *Formação* se refere à **inelasticidade de mão de obra escrava no setor agroexportador** e não, necessariamente, no total de trabalhadores residentes que poderiam ser disponibilizados internamente para o novo surto de crescimento econômico baseado na empresa cafeeira. Ou, como afirma Delgado (2009, p.231):

A partir da documentação referente aos Censos Demográficos de 1872 e 1900, Furtado di-

mensiona um potencial demográfico do setor de subsistência, quantitativamente suficiente para atender às diversas pressões de demanda oriundas da expansão cafeeira ou de quaisquer outros núcleos regionais de crescimento na segunda metade do século XIX – pecuária no Sul, borracha no Norte, cacau na Bahia e circunstancialmente açúcar no Nordeste, com a experiência dos engenhos centrais depois de 1875.

Tanto os dados numéricos do Censo como as aparentes contradições discursivas do autor sugerem, além da tensão sobre a inelasticidade de oferta de mão de obra no setor dinâmico e a subutilização dos trabalhadores do setor de subsistência para fazer frente à necessidade de braços para a lavoura cafeeira, que houve, preliminarmente, uma *escolha não econômica* pela imigração europeia a partir do fim da escravidão.

A revelação dessa proposição não demonstra nenhuma novidade nas discussões mais gerais no campo das ciências sociais e das ciências políticas sobre o processo de imigração brasileiro do século XIX. No entanto, o que é necessário trazeremos para o debate são questionamentos sobre os *motivos econômicos ou de política econômica* pelos quais o autor de *Formação Econômica do Brasil*, diante dessas contradições explícitas de seu próprio texto, optou não apenas por atribuir ao imigrante europeu uma qualidade laboral superior ao antigos escravos, mas, também, uma perigosa omissão do contingente de trabalhadores que, naquele período, já não eram parte, havia muito tempo, do regime escravagista, *stricto sensu*. Isto é, foi “esquecido” um importante fator estratégico para garantir a sustentação do novo ciclo

econômico que se iniciara no país a partir daquele momento.

Outro importante aspecto a ser observado diz respeito à interpretação sobre a solução europeia, para resolver o “problema da escassez” da mão de obra. Nesse caso também, o olhar de Furtado sobre as saídas encontradas no período considerado aprofunda as contradições já observadas, à medida que nos parece superar, em termos de complexidade analítica, e de forma bastante acentuada, a tensão sobre a existência ou não de inelasticidade (absoluta ou relativa) de oferta interna de mão de obra para fazer frente ao profícuo ciclo do café.

Como assinalado anteriormente, a premissa fundamental do autor de *Formação* é de que a mão de obra imigrante da Europa teria “indiscutíveis” vantagens comparativas em relação aos antigos escravos. É sua a afirmação: “As vantagens que apresentavam o trabalhador europeu com respeito ao ex-escravos são demasiado óbvias para insistir sobre elas” (FURTADO, 1989, p. 139). Para além de não identificar de forma concreta e objetiva quais seriam essas “vantagens demasiadamente óbvias” dos imigrantes europeus em relação aos antigos escravos, Furtado não consegue concatenar, dentro de suas próprias perspectivas analíticas, importantes questões profundamente contraditórias que, num rápido olhar, anulariam por completo suas próprias afirmações.

A mais emblemática delas diz respeito à fracassada experiência de colonização alemã do Rio Grande do Sul, especificamente, na cidade de São Leopoldo, em 1824, que para o próprio autor se constituiria em caso ilustrativo da carência de fundamento econômico e da crença da superioridade

inata do trabalhador europeu. Em suas próprias palavras:

Era uma colonização amplamente subsidiada. Pagavam-se transporte e gastos de instalação e promoviam-se obras públicas artificiais para dar trabalho aos colonos, obras essas que se prolongavam algumas vezes de forma absurda. E, quase sempre, quando após vultosos gastos, se deixava a colônia entre as suas próprias forças, ela tendia a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência (FURTADO, 1989, p. 125).

Como não há, no desenrolar do texto, nenhuma referência sobre a existência de quaisquer tipos de incentivos para que a força de trabalho local do setor de subsistência migrasse para o setor dinâmico da economia, a lavoura cafeeira em especial, nos permitimos inferir que, do ponto de vista da qualidade da força de trabalho, as observações feitas pelo próprio autor demonstram, na verdade, a inexistência de quaisquer vantagens, *a priori*, dos trabalhadores europeus. No entanto, a recíproca não nos parece verdadeira no que se refere aos antigos escravos e demais trabalhadores residentes do setor de subsistência, mesmo porque parte significativa da oferta de mão de obra imigrante europeia, após a experiência de São Leopoldo, a italiana em especial, foram oriundas da região sul da Itália, exatamente a região “*de menor desenvolvimento e mais baixa produtividade agrícola*” (FURTADO, 1989, p. 128).

Outro aspecto a ser observado é que, na região do café, a população aumentou a uma taxa de 2,2%, entre 1872 e 1900, quando considerado o fluxo de outras regiões para ela. Além disso, houve também uma migração inter-regional nos cinco estados que compunham a região cafeeira naquele período, o

que, segundo Furtado, evidenciava que o desenvolvimento da região se realizou, nesse período, com a transferência da mão de obra dos espaços de mais baixa produtividade (setor de subsistência) para o de mais alta produtividade. Além disso, a expansão da produção da borracha na Amazônia se fará, também, com a atração da mão de obra nordestina que, segundo a bibliografia especializada, operavam em condições similares à escravidão. Ou seja, nesse período, é indiscutível a existência de força de trabalho potencial, à qual Furtado chamava de um excedente estrutural de força de trabalho não qualificada, no setor de subsistência da economia, tanto em nível nacional como em arranjos regionais específicos, como o chamado complexo nordestino (DELGADO, 2009).

Resta-nos, por fim, discutir o terceiro aspecto fundamental sobre a questão da mão de obra na *Formação*: o papel do antigo escravo quando da eliminação do sistema escravagista e sua evolução para uma economia com base em trabalho assalariado. Essa questão foi o nó górdico, não apenas do processo de formação econômica do Brasil a partir do final do século XIX, mas principalmente, para as análises, teorias e interpretações de vários pensadores sociais desde então, Celso Furtado inclusive.

Por isso, parte substancial de todo o esforço intelectual de Furtado foi uma tentativa de desatar esse nó. Ao nosso olhar, tal tentativa foi feita à luz de uma interpretação das mais equivocadas, para um pensador de seu quilate, uma vez que, para além de afirmações econômicas discutíveis quando do tratamento específico da questão da mão de obra – que ele insiste em chamar de *problema da mão de obra* –, o autor faz afirmações a respeito do comportamento dos antigos

escravos, em suas relações socioeconômicas, cuja possibilidade real de compreensão analítica sobre elas exigiria um profundo conhecimento empírico, além de história no seu sentido mais amplo, de antropologia, de sociologia, de ciência política e algo que jamais vimos acontecer no campo das ciências econômicas: uma análise da evolução econômica de um determinado país ou região, desprovida integralmente da ideologia hegemônica a ela subjacente.

3. INADEQUAÇÃO PARA O TRABALHO ASSALARIADO OU FATOR ESTRATÉGICO PARA O NOVO MODELO ECONÔMICO?

Da leitura de *Formação Econômica do Brasil*, em especial dos capítulos relativos “ao problema” da mão de obra, apreendemos com certo desconforto, diante das evidências muito objetivas ao longo do próprio texto, que o autor parece desenvolver toda a sua argumentação a partir de dois modelos de análise: um modelo econômico estruturado e explícito e um *modelo não econômico* (juízo de valor), a ele subjacente, pouco aparente para o senso comum, mas que nos revela elementos concretos e bem delineados de uma ideologia consolidada, em todo desdobramento do livro, mas que tem passado despercebida do campo de análise sobre a obra em questão pela maioria de seus intérpretes. Todavia, somente admitindo a existência desse *modelo não econômico* subjacente podemos compreender as diversas contradições e os problemas analíticos de profundidade abissais encontrada em *Formação*.

Furtado nos sugere, por exemplo, um desdobramento extremamente simplista para o entendimento sobre a questão da

força de trabalho que ele insistentemente chama de *problema* da mão de obra. Ou seja, não havia, para ele, *uma questão da mão de obra* ser analisada e desvendada, num contexto histórico extremamente complexo e de profundas transformações, e sim um *problema* a ser resolvido, ou uma explicação a ser elaborada a partir de uma lógica econômica supostamente coerente para dar suporte a eventos sociopolíticos consolidados, mas não necessariamente justificados do ponto de vista teórico. Parece-nos que essa foi a tarefa desempenhada por Furtado, conscientemente ou não.

O seu texto indica, portanto, que o principal ciclo econômico brasileiro, o do café, cujas bases fomentariam o processo de industrialização, de institucionalização, repovoamento e, principalmente, reorganização espacial da economia, carecia de um elemento fundamental para sua sustentação e sustentabilidade, para além das produtivas terras brasileiras: a força de trabalho assalariada. Assim, a partir de sua leitura da histórica econômica brasileira, Furtado aponta que a solução encontrada, à época, se deu pelo seguinte desdobramento lógico: dada a escassez e baixa qualidade dos trabalhadores residentes para fazer frente ao crescimento acelerado do setor dinâmico da economia, a partir da segunda metade do século XIX, e dada a dificuldade de mobilidade de mão de obra inter-regional, a “única alternativa” para o crescimento e desenvolvimento da economia brasileira seria a importação, em massa, de “qualificados” trabalhadores europeus para a lavoura do café.

Já observamos no decorrer do texto que tanto a escassez absoluta da mão de obra, quanto a chamada qualidade intrínseca do imigrante em relação aos ex-escravos, não se

sustentam, quando de um olhar mais focado em algumas contradições explícitas no decorrer da *Formação*. Resta-nos, apenas, apresentar considerações sobre o elemento que entendemos ser o mais complexo dessas questões, que seria, do ponto de vista do economista, a total inadequação dos antigos escravos (e seus descendentes!) na nova economia de base assalariada que surgia no Brasil.

Inicialmente, Furtado observa que a abolição da escravatura, à semelhança de uma “reforma agrária”, não constitui *per se* nem destruição, nem criação de riqueza; constitui simplesmente uma redistribuição de propriedade dentro de uma coletividade (FURTADO, 1989). De pronto, percebe-se que a abolição em si, e, por consequência, a sorte dos sujeitos antes escravizados, pareciam, para ele, variáveis totalmente exógenas ao seu modelo mental, apesar de serem parte estruturante de seu modelo econômico e base analítica importante para sua interpretação sobre todo o processo econômico daquele período.

Podemos perceber essa exogeneidade de forma muito objetiva se, por exercício metodológico, levantarmos a hipótese de que, no período imediatamente anterior à abolição da escravidão, houvesse, por uma ação totalmente desconhecida, a eliminação integral de todos os escravos do sistema produtivo. Haveria, nesse caso, destruição de riqueza, do ponto de vista furtadiano? E, se ao contrário, esse mesmo *deus ex-machina* duplicasse ou triplicasse essa mesma quantidade de escravos, haveria criação de riqueza?

Considerando que a mão de obra escrava é entendida como capital num sistema econômico escravagista, e que a

criação e a destruição de capital levam, necessariamente, ao aumento ou diminuição do processo de acumulação, que é a condição necessária ao crescimento de quaisquer economias, obviamente a resposta é sim para ambas as perguntas. O problema é que não foram os escravos que sumiram ou se duplicaram no final do século XIX: na verdade, foram o princípio político norteador e a lógica econômica do sistema produtivo que era sustentado pelo regime escravagista que deixaram de existir institucionalmente. Portanto, mesmo na ausência de outros elementos teóricos de base econômica, jamais um arranjo institucional específico que permitira a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (a abolição) poderia ter efeito neutro em termos de criação ou destruição de riqueza num sistema econômico.

Por outro lado, parece-nos praticamente impossível imaginar que um dos maiores pensadores brasileiros desse campo do conhecimento não conseguiu vislumbrar, no final dos anos 1950, mais de vinte anos após a publicação da Teoria Geral de *Lord Keynes*, que tal afirmação, para ter um mínimo de sentido teórico, teria que incluir conceitos como *ex-ante* e *ex-post*, *demanda agregada* e *demanda efetiva*, ao se referir à criação (ou destruição) de riqueza, no caso da substituição de mão de obra escrava por assalariada – em especial, no momento de transição de uma economia com mais de três séculos e meio de escravidão para o início de sua fase em que a integração do mercado de trabalho se dá pela via clássica do assalariamento. Ou, por acaso, nos sugere o autor que seriam as pessoas anteriormente escravizadas um típico bem de capital, cuja superação “tecnológica” poderia ser simplesmente resolvida com sua eliminação do sistema social e econômico como o fora “estornado” dos livros con-

tábeis após a abolição?

Além disso, ao apontar modelos diferentes de transição de trabalho escravo para trabalho assalariado, em particular, em países das Américas, subentende-se que já era de seu total conhecimento que formas diferentes de gestão e organização do próprio sistema escravocrata e, posteriormente, a sua eliminação, devem levar em conta diferentes consequências sociais, institucionais e legais, mas também econômicas nos respectivos espaços em que esses fenômenos ocorrem. Por outro lado, a partir de uma afirmação como aquela, ele acabou por lançar uma enorme cortina de fumaça no que se refere a alguns elementos que poderiam levar a interpretações totalmente opostas quanto ao possível efeito nulo sobre a economia de uma mudança institucional tão profunda, tal como as abissais diferenças entre as condições materiais dadas ao imigrante recém-chegado no país e aquelas (não) dadas à força de trabalho das pessoas libertadas da escravização naquele novo contexto econômico e político-institucional.

Do ponto de vista estritamente econômico, por exemplo, uma externalidade muito importante advinda com o processo de assalariamento é o impacto monetário exercido sobre o sistema produtivo, uma vez que a necessidade de pagamento em moeda leva necessariamente à reestruturação qualitativa de toda a organização econômica, devido ao aumento da monetização e à demanda por moeda na economia que, ao fim e ao cabo, afeta a natureza e o potencial de acumulação do capital, quando comparado aos períodos anteriores e, sendo assim, atua no cerne da criação de riqueza numa economia de base capitalista (FRANCO, 1990).

Se, no contexto macroeconômico, faltou o necessário grau de *keynesianismo* no modelo de análise do economista para que ele conseguisse enxergar que a abolição da escravidão poderia, sim, ser um elemento fundamental para criação de riqueza (e não apenas redistribuição de renda), desde que a solução escolhida para o processo de inclusão e integração da mão de obra remanescente do modelo econômico em superação fosse outra, é no aspecto microeconômico que observamos as mais infelizes manifestações acerca dos efeitos do fim do período escravocrata, em particular, do papel que os antigos escravos – e seus descendentes! – desempenharam e desempenhariam no desenvolvimento econômico brasileiro a partir de então.

Uma abordagem crítica com essa profundidade a uma obra e a um autor de tamanha envergadura para as ciências sociais brasileiras exige tratamento o mais qualificado possível. Nesse aspecto, o posicionamento de Delgado (2009, p. 236) encerra pertinentes observações (mesmo não totalizantes) sobre as possíveis justificativas quanto aos problemas que vimos anunciando no decorrer do texto e, principalmente, os desdobramentos que pretendemos dar daqui para frente:

A falta de informações documentais e de pesquisas específicas sobre o destino dos ex-escravos, substituídos na produção do café pelo imigrante europeu, contrasta com certa prodigalidade documental, tanto sobre o afluxo desse imigrante, quando de suas relações de trabalho, antes e depois de 1870, quando o Governo da Província de São Paulo assumiu todas as despesas relativas à imigração. Essa lacuna da pesquisa histórica enseja alguma vez (excepcionalmente

no caso de Celso Furtado) ilações sobre comportamento microeconômico dos ex-escravos, como provável explicação para sua relativa marginalização do mercado de trabalho na zona do café. A citação a seguir, que ilustra determinado juízo de Furtado sobre a exclusão dos trabalhadores ex-escravos do assalariamento, requer devida contextualização e um certo olhar crítico, como veremos adiante.

A citação a que Delgado faz referência é, sem sombra de dúvidas, um dos posicionamentos mais desastrosos que alguém do porte intelectual de Celso Furtado poderia registrar numa obra de tamanha importância:

A situação favorável do ponto de vista das oportunidades de trabalho, que existia na região cafeeira, valeu aos antigos escravos liberados salários relativamente elevados. Com efeito, tudo indica que na região do café a abolição provocou efetivamente uma redistribuição de renda em favor da mão de obra. Sem embargo, essa melhora na remuneração real do trabalho parece haver tido efeitos antes negativos que positivos sobre a utilização dos fatores. Para bem captar esses aspectos da questão é necessário ter em conta traços mais amplos da escravidão. **O homem formado dentro desse sistema social está totalmente desaparelhado para responder aos estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos de vida familiar, a ideia de acumulação de riqueza é absolutamente estranha. Demais, seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas necessidades - que são definidas pelo nível de subsistência de um escravo - determina de imediato uma preferência pelo ócio. [...] Na antiga região cafeeira onde, para reter a força de trabalho, foi necessário oferecer salários**

relativamente elevados, observou-se de imediato um afrouxamento das normas de trabalho. Podendo satisfazer seus gastos de subsistência com dois ou três dias de trabalho por semana, ao antigo escravo parecia muito mais atrativo ‘comprar’ o ócio que seguir trabalhando quando já tinha o suficiente ‘para viver’ [...]. Dessa forma, uma das consequências diretas da abolição nas regiões de mais rápido desenvolvimento, foi reduzir-se o grau de utilização da força de trabalho. Esse problema terá repercussões sociais amplas que não compete aqui refletir. Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de necessidades, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país. (FURTADO, 1989, p. 140, grifo nosso).

Mesmo se considerássemos apenas o estado da arte do conhecimento sobre economia da época, saltam aos olhos de observadores mais atentos as profundas impropriedades do conteúdo da citação anterior. Se admitirmos, como base para nossa avaliação, tudo o mais que fora produzido de lá para cá no campo das ciências econômicas e das demais ciências sociais, poderíamos sugerir que os capítulos em que Furtado trata da questão da mão de obra em seu livro mais conhecido jamais deveriam ter sido escritos, posto que suas assertivas devam ter concorrido para o fortalecimento de um dos maiores estigmas impostos aos seres humanos – e seus descendentes – *submetidos à escravidão no Brasil: a “falta de*

qualidade inata” para o trabalho, para o aprendizado e para as atividades econômicas fora de um regime escravagista.

No entanto, *Formação Econômica do Brasil* já se consolidou como importante pedaço de todo o arcabouço do conhecimento econômico brasileiro e, sendo assim, não nos parece ser suficiente tentar destruir suas concepções apenas apontando algumas de suas graves incongruências ou deletérias afirmações, sobre o aspecto em discussão, mas, a partir delas, apontar os caminhos necessários a um processo de desconstrução daqueles *vaticínios*, uma vez que, mesmo com a existência de algumas críticas bem apropriadas, a grande maioria dos economistas e demais pensadores parecem ter absorvido a “lógica” apresentada em *Formação* sem grandes ou nenhuma ressalvas.

Mattoso (2009), por exemplo, já apontava como problemática a afirmação de Furtado quanto a sua perspectiva de que havia por parte dos antigos escravos a preferência pelo ócio, quando num regime de assalariamento e por isso os ex-escravos e seus descendentes passaram a sofrer discriminação e exclusão social. Delgado (2009) segue na mesma linha de raciocínio quando afirma que o consenso da pesquisa histórica sobre essa questão se esgota na constatação da exclusão social dos ex-escravos no mercado de trabalho do café, mas que, em hipótese alguma, há consenso sobre a “preferência pelo ócio” (por parte dos ex-escravos) como justificativa para a existência desse processo de exclusão.

Nesse aspecto, a afirmação de Cunha (2004) é emblemática, à medida que participa do debate histórico econômico, incluindo a ideologia racista como uma variável intrínseca

ao modelo analítico que preconizava a inadequação do antigo escravo ao regime de trabalho assalariado que fora apresentado por Furtado e outros autores:

Da citação, depreende-se que aos ex-escravos faltavam “qualidades”, a racionalidade do *homo oeconomicus*, o que os tornaria inadequados para as relações de trabalho capitalistas. Nas palavras do autor, isso “determina de imediato uma forte preferência pelo ócio”, e o “reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação, entorpecendo o desenvolvimento econômico do país”. Assim, a literatura econômica constituiu o mito da inadequação do ex-escravo às relações capitalistas, ou melhor, às novas relações de trabalho no pós-abolição. Nada, no entanto, foi dito sobre o escravo de ganho que, ao longo do século XIX, em troca da alforria, trabalhava muito e em qualquer atividade, para prover sua sobrevivência e os rendimentos do seu patrão/senhor. Também não há menção à possibilidade do escravo constituir pecúlio, prevista pela Lei 2040, de 28 de setembro de 1871, (a Lei do Ventre Livre), tampouco aos inúmeros testamentos e inventários deixados pelos ex-escravos africanos(as) e crioulos(as), nos quais se observa um domínio dos códigos econômicos para o acúmulo de riqueza. Por outro lado, há um total silêncio sobre o significado do ócio, ao que parece entendido pelos estudiosos como sinônimo de não-trabalho. Na ótica do ex-escravo, o ócio poderia ser uma expressão da resistência à disciplina imposta pelo regime de trabalho assalariado. (CUNHA, 2004, p.18-19)

Observa-se, a partir da citação do autor, que ele avança no debate demonstrando que tanto a inadequação eco-

nômica, quanto a preferência pelo ócio, se constituíam em mitos arraigados nos cânones econômicos, da história econômica em particular, dando-nos exemplos concretos de que ambas as ilações careciam, de fato, de mínimas comprovações empíricas, as quais sequer foram enunciadas por Furtado. Contudo, “a inadequação” dos antigos escravos às novas relações de trabalho, ou, mais precisamente, a sua preferência pelo ócio não seria, na verdade, o aspecto mais problemático de ser debatido no modelo econômico de Furtado. A rigor, a própria economia clássica já preconizava que o dilema entre trabalho e lazer fazia parte do processo de escolha do indivíduo racional no mercado de trabalho, portanto não se trata de um conceito estranho à análise econômica, exceto pela adjetivação dada pelo autor para a causa motriz daquela preferência: a identificação étnico-racial do agente econômico em questão, naquele contexto.

A questão fundamental que deve ser discutida e desconstruída na assertiva em tela é o *motivo* apontado por Furtado para justificar a forma como o antigo escravo encarava o que poderemos chamar de processo de *desutilidade marginal do seu trabalho*, que, do ponto de vista da análise econômica, em nada se diferencia do comportamento de todo e qualquer trabalhador assalariado, num dado ambiente econômico e institucional. Simonsen nos ajuda a entender melhor essa questão⁵:

5 A construção desse conceito no âmbito da economia clássica visava, em primeira instância, a confirmação das teses do desemprego voluntário e do desemprego friccional, que vieram por terra, a partir da perspectiva keynesiana sobre a existência do

desemprego involuntário como importante elemento de instabilidade das economias capitalistas, uma vez que, diferentemente dos clássicos, Keynes não admitia a igualdade entre a utilidade do salário real corrente e a desutilidade marginal

Cada indivíduo distribui as 24 horas do dia entre horas de trabalho e horas de lazer. O termo “lazer” é aqui tomado no sentido amplo, abrangendo o repouso, as diversões, e o **trabalho fora das empresas para o consumo próprio**. O número de horas que cada indivíduo dedica ao trabalho nas empresas depende das suas preferências entre renda e lazer e o salário real pago pelas empresas. A curto prazo supõe-se fixos o número de indivíduos e as preferências deles. Assim a oferta de mão de obra é função do salário real. (SIMONSEN, 1983, p. 13, grifo nosso).

O texto de Holanda abaixo ilustra, de forma no mínimo curiosa, o caráter universal do comportamento humano diante da percepção da desutilidade marginal de seu trabalho, num contexto considerado:

A verdade é que o inglês típico não é industrioso, nem possui em grau extremo o senso da economia. [...] Tende, muito ao contrário, para a indolência e para a prodigalidade, e estima acima de tudo a “boa vida”. Essa era a opinião corrente, quase unânime, dos estrangeiros que visitavam a Grã-Bretanha antes da era vitoriana. (HOLANDA, 1995, p. 45).

Pelo exposto, poderíamos inferir que “boa vida” do inglês típico (*ou seria preferência pelo ócio?*), numa sociedade que fora o berço da revolução industrial, também significaria um rudimentar desenvolvimento mental daquele

do trabalho como pressuposto para que os trabalhadores, para estarem empregados, decidissem apenas entre trabalho e lazer, dado um salário de mercado. Ao contrário, o ambiente econômico e institucional e os elementos ligados à demanda agregada seriam fundamentais para a evolução econômica e a busca pelo pleno emprego. Nesse caso, essas proposições conflitantes não afetam as nossas considerações acerca do tema em discussão.

povo? Ou seja, além de contradizer o mito da ausência de raciocínio típico de *homo oeconomicus* nos antigos escravos e seus descendentes, pelo fato deles terem sido submetidos à escravidão no Brasil, como sugeria Furtado, o que nos importa salientar é que, na ausência de elementos empíricos substanciais e específicos na obra em discussão, nada poderia ser dito, *a priori*, sobre o comportamento dos antigos escravos quando de sua entrada no mercado de trabalho assalariado, muito menos atribuir a um pretenso rudimentar desenvolvimento mental limitador extremo da necessidade daqueles indivíduos – e dos seus descendentes! –, como causa para o seu comportamento.

O que devemos observar com a máxima ênfase possível quanto a essa assertiva é que, a despeito de representar uma construção discursiva aparentemente simples (há apenas três palavras-chave na frase completa), ela é a célula *mater* de toda a “lógica” de uma tese cujos desdobramentos também “lógicos” apontam para uma construção “teórica” que nos parece encerrar aspectos muito mais graves na interpretação do autor de *Formação* do que anunciar a “preferência pelo ócio”, por parte dos antigos escravos numa relação de trabalho assalariado, como causa imediata de sua própria exclusão social e econômica e, conseqüentemente, motor do *retardamento e o entorpecimento do desenvolvimento econômico do país por toda a primeira metade do século XX* de nosso subdesenvolvimento (sic). Na verdade a causa principal apontada por Furtado para a “preferência pelo ócio” dos antigos escravos significava, também, total impossibilidade daqueles atores econômicos serem inseridos e integrados a todo o modelo de desenvolvimento em gestação e não apenas enquanto mão de obra assalariada, uma vez que, no limite e

seguindo o desdobramento de sua lógica, se alguém é inadequado para o trabalho por questões relacionadas a sua “rudimentar capacidade mental”, podemos inferir que esse agente econômico também fosse inadequado para empreender qualquer outra tarefa “mais elaborada” dentro desse novo modelo econômico.

Dentre as diversas contradições observadas no decorrer da leitura de Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado, essa é a mais significativa. Não apenas pelos desdobramentos aparentemente lógicos no que se refere às consequências econômicas a ela relacionadas, mas, fundamentalmente, porque ela nos serve, também, para demonstrar de forma bastante objetiva que a tarefa de apresentar uma teorização de base econômica para justificar os fatos daquele período da história do Brasil, e que se acumularam com o tempo, parecia extrair do contexto das argumentações do autor quaisquer critérios críticos em relação ao seu estudo, quando o sujeito das questões eram os seres humanos escravizados naquela época. Com efeito, o próprio autor, ao discutir a economia mineira do século XVIII, apresenta informações que possibilitam a qualquer leitor chegar a conclusões totalmente inversas às que discutimos acima:

Houvessem chegado ao Brasil imigrantes com alguma experiência manufatureira, e o mais provável é que as iniciativas surgissem no momento adequado, desenvolvendo-se uma capacidade de organização e técnica que a colônia não chegou a conhecer. Exemplo claro disso é o **ocorrido com a metalurgia do ferro**. Sendo grande a procura desse metal numa região onde os animais ferrados existiam por dezenas de milhares - para citar o caso de um só artigo - e sendo tão abundantes o minério de ferro e o carvão

vegetal, o desenvolvimento que teve a siderurgia foi possibilitado pelos conhecimentos técnicos dos escravos africanos. (FURTADO, 1989, p. 80, grifo nosso).

A pergunta que não pode calar é: como indivíduos que possuíam conhecimentos técnicos para metalurgia e siderurgia, atividades muito mais complexas do que as técnicas de lavouras de quaisquer espécies existentes naquele período, poderiam ter *um rudimentar desenvolvimento mental* para se inserirem no mercado de trabalho da lavoura do café?

No nosso entendimento, apontar essa profunda contradição na construção analítica apresentada no livro é fundamental para desconstrução dos mitos que, se não foram criados pelo economista, com certeza foram por ele enfatizados a partir de suas assertivas em *Formação*.

O segundo aspecto que merece destaque é a amplitude da responsabilidade que Furtado atribui à população negra pelo subdesenvolvimento brasileiro até a metade do século XX. Ele não se contenta em “culpar”, pela atrofia do nosso desenvolvimento econômico, os 15% remanescente da população submetida à escravidão, mas também os cerca de 42% da população deles descendentes, se observarmos apenas o censo de 1872. Isto é, para ele, se cerca de 58% da população negra do país daquele período não foram devidamente incluídos no processo produtivo, na nova fase da economia brasileira e no sistema social, seria devido a suas próprias “incapacidades” e não à abissal diferença de condições de vida e de trabalho a que essa população foi submetida de forma absoluta, após a abolição da escravidão, e relativa, quando se comparam

as condições totalmente diversas dos imigrantes vindos da Europa, suportados por um amplo leque de políticas de ação afirmativa e de discriminação positiva (sociais, pecuniárias e de capital) – talvez, o maior exemplo visto na recente história do mundo ocidental, o qual inaugura tanto o fosso social e econômico entre os brancos imigrantes e os antigos escravos e seus descendentes, mas, principalmente, o preconceito, a discriminação e o racismo brasileiro, “devidamente justificado”, a partir de uma “lógica econômica” e um perverso sistema de competição desigual, que tem estruturado todas as relações sociais no Brasil, em especial, a relação econômica entre os diferentes grupos sociais.

O resultado dessa política pode ser verificado pelo crescimento acentuado da participação da população branca (menos de 40%) em 1872 para algo em torno de 62% da população total em 1950, enquanto a população negra diminuiu de uma participação de cerca 60% para menos de 36% no mesmo período. Em suma, o *juízo de valor* de Furtado subjacente ao seu modelo econômico não lhe permitiu ver, nos idos de 1959, que por trás da exclusão socioeconômica dos negros, construída a partir da abolição, havia uma política explícita de embranquecimento e europeização do povo brasileiro, e não algum defeito de origem biológica, cultural ou racial dos ex-escravos e seus descendentes, como era preconizado à época, aspecto que no nosso entendimento contaminou, também, a principal obra de Celso Furtado.

Os intelectuais brasileiros, céticos ante as promessas redentoras da abolição e da república, tiveram que dar conta das causas do atraso e das flagrantes diferenças sociais no país e o fizeram explicando as desigualdades internas e

o descompasso da nação ante o mundo civilizado pelo prisma racial. Assim, no Brasil, a partir do final do século XIX, ganharam espaço diversas modalidades do pensamento determinista com a função de dar fundamento à rígida hierarquização social do país a partir das diferenças raciais. O atraso nacional e a impossibilidade de se atingirem níveis superiores de civilização passaram a ser explicados com base na perversa conjugação de *ambiente desfavorável* (os trópicos) e raças inferiores (negros e índios), impedidas de atingir a perfectibilidade humana... (VIEIRA, 2007, p.39-40).

Aqui dois aspectos carecem de enfáticos registros. O primeiro diz respeito à convergência dessa perspectiva com o pensamento de Celso Furtado, registrada, em entrevista, pela autora no ano de 2002, quando ele afirma que, “superada a teoria da inferioridade racial, a resposta só podia estar na história, e lá fui buscá-la”, ao falar sobre o livro *Fantasia Organizada*, de 1985. Ora, se o *Velho Furtado*, de 2002, estava assumindo que havia algum componente racista em suas análises anteriores, ou não compreendia que o que fora escrito pelo *Jovem Celso* em 1959, quando se referia ao ***rudimentar desenvolvimento mental como limitador extremo das necessidades*** dos negros e seus descendentes - e as nefastas consequências disso para o seu modelo analítico -, pertencia a essa gama de construções racistas, nunca iremos saber ao certo. No entanto, importantes autores contemporâneos ao economista já apontavam, antes de 1959, que a perspectiva da inferioridade racial como mote causal do processo de subdesenvolvimento brasileiro, bem como, justificativa da causa motriz da exclusão econômica e social da população negra, índia e mestiça, nada mais eram do que

resultantes de uma estratégia de manutenção do *status quo*, da burguesia e aristocracia nacionais, profundamente abaladas com o fim da escravidão.

Sobre isso afirmam Bastide e Fernandes (2006, p. 65-67), em dois importantes momentos de sua obra *Branco e Negro em São Paulo*, cuja publicação original data de 1955 e a segunda edição é editada em 1959, coincidentemente no mesmo ano da primeira edição de *Formação*:

Aos escravos foi concedida uma liberdade teórica, sem qualquer garantia de segurança econômica ou assistência compulsória; aos senhores e ao estado não foi atribuída nenhuma obrigação com referência às pessoas dos libertos abandonados à própria sorte daí em diante. Em suma, prevaleceram politicamente os interesses sociais dos proprietários dos escravos, a medida que aqueles interesses não colidiam com o fim explícito da lei abolicionista. (...) E mesmo até 1887, já no período agudo das agitações abolicionistas, vários fazendeiros paulistas e seus intérpretes mais abalizados defendiam a necessidade de educar o liberto e transformá-lo em um trabalhador livre (...) Contudo, os fundamentos dessas idéias se ligavam aos interesses sociais dos senhores, nada tendo a ver com os ideais humanitários dos abolicionistas. (...) A descoberta da inconsistência dessas ideias produziu uma reviravolta nas atitudes dos senhores e, em consequência, foram abandonadas as antigas preocupações de recuperação humana do escravo como homem livre.

Continuam os autores,

Chegou-se a supor, em princípio, que esse

processo resultava inclusive da incapacidade biológica do negro de adaptar-se ao plano paulista e que ele seria suficientemente devastador para produzir a extinção do elemento negro e de seus descendentes mestiços em um período de quarenta ou cinquenta anos. Análises estatísticas mais meticulosas demonstram, porém, que o referido processo seletivo não alcançara extensões alarmantes e que ele, por si só mesmo, não bastaria para determinar uma alteração brusca na composição da população quanto à cor. Por sua vez os resultados das investigações sociológicas, feitas por Roger Bastide, levaram-no a concluir que o *déficit negro* não provinha nem da incapacidade adaptativa do negro, nem de fatores de ordem fisiológica, mas das deploráveis condições de vida enfrentadas nos cortiços da cidade (BASTIDE e FERNANDES, 2006, pag. 75 - 76).

A diferença entre a interpretação de Furtado e a de Fernandes e Bastide, em relação à mesma problemática, possui anos-luz de diferença qualitativa, se observarmos o lugar em que cada um deles coloca os antigos escravos e, principalmente, o papel deles no processo de (sub) desenvolvimento brasileiro no período considerado e naquele ambiente de profunda transformação. Não nos pareceu haver, em *Formação*, alguma preocupação em delinear o novo papel de **peças** libertas, com necessidade de **educação ou treinamento específico** para a transição ao trabalho livre, com o devido respeito à sua **humanidade**, como sugerem os autores do livro de 1955. Para Fernandes e Bastide (2006), com o fim da escravização, os seres humanos que foram a ela submetidos não poderiam ser simplesmente colocados em uma competição franca e aberta, num mercado de trabalho em profundas transformações e em condições de disputa profundamente desiguais quando se ob-

servam as incomensuráveis políticas de discriminação positiva dadas aos imigrantes europeus, *vis-à-vis*, as condições dadas aos trabalhadores aqui residentes e, especialmente, aos antigos escravos e seus descendentes.

Indicam os autores, portanto, que esse novo potencial de mão de obra deveria, necessariamente, ser *adequadamente incluído* no novo modelo de desenvolvimento em construção do país. Por outro lado, as diferenças sociais, técnicas ou mesmo culturais desse novo contingente de trabalhadores, em nada tinham a ver com o seu “rudimentar desenvolvimento metal” e sim com as condições materiais e econômicas historicamente estruturadas e externas a suas pessoas, portanto passíveis de serem corrigidas, assim como foram previamente construídas as condições materiais, de vida, de produção e reprodução, no tecido social brasileiro, para *receptionar* a chegada dos imigrantes europeus.

Se o posicionamento de Furtado, *per sí*, já geraria (como gerou) uma profunda confusão no verdadeiro entendimento dos processos históricos responsáveis pelo subdesenvolvimento econômico brasileiro daquele período, no bojo de sua concepção, há um elemento ainda mais problemático: a sua percepção de que homens e mulheres negros sofreram a **exclusão social e econômica devido a sua rudimentar capacidade mental limitadora de suas necessidades**. Nesse sentido, há de se frisar que essas divergências analíticas abissais não podem e nem devem ser vistas como detalhes diferenciadores da perspectiva de importantes obras fundantes do pensamento da história econômica brasileira, mas, sobretudo, como um divisor de águas entre concepções ideológicas e seus efeitos sobre a elaboração teórico-metodológica sobre

uma questão crucial para a compreensão da evolução social e econômica do país.

Se for verdadeiro esse nosso ponto de vista, e os elementos discutidos até aqui nos parecem demonstrar isso, há outra questão profunda a ser retomada pelas pesquisas no campo da história econômica e das políticas de desenvolvimento: qual foi efeito dessa visão de mundo de Furtado sobre as políticas brasileiras de desenvolvimento, em especial, as de desenvolvimento regional gestadas sob sua batuta a partir de 1959?

4. CONCLUSÃO: A REINTERPRETAÇÃO DA QUESTÃO DA MÃO DE OBRA COMO NOVA AGENDA DE PESQUISA

Formação Econômica do Brasil foi, é e continuará sendo uma das obras basilares para a compreensão do processo de desenvolvimento econômico brasileiro. Contudo, há um grave problema a ser rediscutido, em sua construção analítica, que é a compreensão do autor sobre os motivos que levaram à exclusão socioeconômica da parcela da população, e toda a sua descendência, remanescentes do regime escravocrata. As tensões e contradições no seu próprio discurso são patentes e, por si só, já demandariam uma profunda revisitação de suas proposições. Mais do que isso, ao atribuir quase que exclusivamente aos antigos escravos e aos seus descendentes a responsabilidade pela sua própria exclusão social e econômica, devido a um “rudimentar desenvolvimento mental limitador de suas necessidades”, e também por todo o subdesenvolvimento brasileiro na primeira metade do século XX, Furtado parece revelar as principais limitações do mode-

lo econômico por ele desenvolvido em *Formação*, nos termos apontados por Sodré (2009) e Arena (2009).

O que nos causa espécie é que, mesmo diante de fortes evidências empíricas sobre as diferenças de *condições de entrada* no mercado de trabalho assalariado entre os imigrantes europeus e os ex-escravos e seus descendentes, a *capacidade de abstração* do autor de *Formação* o encaminhou para afirmações que sugerem aos seus leitores que a responsabilidade primária sobre a exclusão de parte significativa da população brasileira daquele período era resultado das limitações dos próprios indivíduos alvo do processo de exclusão historicamente estruturado: primeiro por terem estado na condição de escravos no período da escravidão e, depois da abolição, por terem sido escravizados no período anterior: uma tautologia perigosa, senão fatal para a real compreensão do problema, e uma senha subliminar para um desdobramento equivocado quando da elaboração de políticas públicas de desenvolvimento, por sugerir ser totalmente exógeno, aos diversos modelos de intervenção pública, um fator de produção que na verdade seria estratégico para a economia, desde que fosse integrado e inserido adequadamente em todo processo.

Com efeito, a diferença fundamental entre o conhecimento de Furtado e o dos demais pensadores da época é que coube ao primeiro a tarefa de retirar do papel conclusões que - tais como essa - serviram para dar suporte a um dos maiores movimentos governamentais em termos de intervenção pública no Brasil, no Nordeste brasileiro especialmente. Portanto, da mesma forma que a obra teve o merecido mérito em identificar as particularidades de nossa evolução econômica em diferentes sistemas produtivos regionalmente

localizados desde o período colonial, ela foi incapaz de perceber a exclusão dos antigos escravos e seus descendentes, como uma das variáveis endógenas ao nosso processo de subdesenvolvimento econômico, a qual careceria de tratamento específico.

Na verdade, a mesma capacidade analítica que permitiu a Furtado perceber a *dualidade do complexo econômico nordestino*, por exemplo, como um importante obstáculo a ser superado em prol do desenvolvimento brasileiro através de políticas públicas regionais, não foi suficiente para lhe mostrar, também, que, internamente àquele complexo e de forma muito mais acentuada que no resto do país, haviam permanecido e se aprofundado substanciais externalidades negativas do processo desigual, no que se refere às condições de entrada, no mercado de trabalho assalariado e como corolário, nas outras dimensões da nova economia, entre os antigos escravos e seus descendentes e mão de obra vinda da Europa quando do fim da escravidão.

Paradoxalmente, as políticas regionais focalizadas se constituíram, do ponto de vista do espaço intra-regional, em *políticas universais*, à medida que foram desconsideradas as particularidades sob as quais os diversos grupos sociais foram “incluídos” (ou excluídos) no sistema econômico e social com o modo de produção escravista e a transição para o trabalho assalariado e para o novo modelo econômico estabelecido no Brasil a partir do ciclo do café. A rigor, se tomarmos as intervenções governamentais no Nordeste brasileiro como exemplos de políticas públicas de desenvolvimento na segunda metade do século XX, observaremos que nos diversos planos e programas não há nenhuma referência

explícita para a necessidade de um processo específico de inclusão que considerasse os efeitos desiguais advindos da transição da economia baseada no trabalho escravo para o novo modelo baseado no trabalho assalariado.

Por isso, podemos afirmar que, apesar da experiência de mais de meio século de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, o Brasil continua ainda sendo um dos países com grande índice de pobreza e desigualdade social, mesmo depois dos 18 anos de estabilidade monetária e 13 anos ininterruptos de crescimento econômico e políticas de distribuição de renda, quando a região Nordeste, que historicamente tem sido o foco principal das políticas de desenvolvimento regional, cresceu, se modernizou e se integrou ao centro dinâmico da economia do país. No entanto, não apenas se mantém como a região mais subdesenvolvida, com a mesma participação percentual no produto nacional há décadas, mas também, como o espaço brasileiro onde as desigualdades entre os diferentes grupos da sociedade se revelam mais acentuadas quando as recortamos com critérios étnico-raciais.

Não estamos a desconsiderar todos os demais aspectos que contribuem de forma bastante significativa para essa situação, mas o que estamos querendo demonstrar é que, mesmo depois de mais de meio século de políticas explícitas de desenvolvimento, onde todas as hipóteses econômicas e de técnicas de planejamento conhecidas foram testadas, os resultados concretos dessas políticas ainda carecem da eficácia e da efetividade desejadas, quando o debate se direciona para os indicadores de pobreza e desigualdades. Diante dessas paradoxais evidências, a boa ciência exige reinterpretações

e até mesmo a superação de alguns paradigmas para que possa progredir para uma melhor compreensão dos fenômenos sob estudo e observação.

Nossa contribuição, portanto, objetivou apresentar vários argumentos que demonstram que um dos aspectos centrais das hegemônicas teses furtadianas - a exclusão da população brasileira remanescente da escravidão e as causas subjacentes a essa exclusão, de acordo com seu entendimento - carecem de um olhar mais apropriado, uma vez que a grande maioria da bibliografia a esse respeito, sequer questiona os dispositivos apontados na obra como elementos merecedores de um debate mais aprofundado. Por isso, considerando o período mais longo de crescimento econômico, com estabilidade monetária e distribuição de renda que vimos experimentando nos últimos anos, não poderemos perder essa nova oportunidade para incluirmos e integrarmos adequadamente todo um contingente de recursos humanos estratégicos disponíveis, não apenas em função de sua capacidade de trabalho assalariado, mas também sua histórica contribuição empreendedora nos mais diferentes setores produtivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENA, Renato. *Fortuna Crítica*. In: FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Edição Comemorativa - 50 anos. Organização Rosa Freire d'Águilar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BASTIDE, Roger; FERNADES, Florestan. **Branços e negros em São Paulo**: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana. 4. ed. São Paulo: Global, 2006. 302 p. Apresentação de Fernando Henrique Cardoso.

COUTINHO, Maurício, Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa - 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. **Um retrato fiel da Bahia**: sociedade-racismo-economia na transição para o trabalho livre no recôncavo açucareiro, 1871-1902. 2004. São Paulo. Tese (Doutorado em Economia)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2004.

DEAN, Warren. Fortuna Crítica. In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa - 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DELGADO, Guilherme. **Terra e Mão de Obra em Formação Econômica do Brasil**. Disponível em: <www.ipea.gov.br/sites/000/livros/2009/50anosformacaoeconomicadobrasil/16_cap09/-Guilherme.pdf>. Acesso em: 1 jul. 2012.

FRANCO, Gustavo H. B. A primeira década republicana. In: ABREU, Marcelo de Paiva. **A Ordem do Progresso, Cem Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1990.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 23. ed. São Paulo: Editora Nacional. 1989.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 9, n.4. São Paulo, out./dez. 1989 p. 24-37.

MATTOSO, Kátia de Queirós. Fortuna Crítica. *In*: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. Fortuna Crítica. *In*: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa – 50 anos. Organização Rosa Freire d'Aguiar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense, 1969.

SAMPAIO, Elias de Oliveira. **Regulação econômica e políticas públicas: uma contribuição teórica para releitura das Políticas de desenvolvimento para o Nordeste do Brasil (1960-2001)**. Tese (Doutorado em Administração). Universidade Federal da Bahia, Salvador: 2003, 323p.

SIMONSEN, Mario Henrique. **Dinâmica Macroeconômica**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. Fortuna Crítica. *In*: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Edição Comemorativa - 50 anos. Organização Rosa Freire d'Águilar Furtado. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VALENTE, Marcos Alves. **Celso Furtado e os fundamentos de uma economia política republicana**. 2009. Florianópolis. Tese (Doutorado em Sociologia Política)-Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

VIEIRA, Rosa Maria. **Celso Furtado: reforma, política e ideologia (1950 - 1964)**. São Paulo: EDUC, 2007.



Algumas reflexões sobre a cultura, o empreendedorismo afrobrasileiro e o desenvolvimento local à luz de Josué de Castro e Celso Furtado



Cláudia Leitão
Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará e em Educação Artística pela Universidade Estadual do Ceará. É doutora em Sociologia pela Sorbonne, Université René Descartes, Paris V. É professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará, onde lidera o Grupo de Pesquisa sobre Políticas Públicas e Indústrias Criativas.

Ao percorrermos o pensamento social no Brasil, observamos que a população afrobrasileira representou historicamente para o imaginário de nossas elites, o país ingovernável, o melhor dos álibis para os nossos atrasos, enfim, a desmoralização das tarefas da República. No entanto, quantos projetos foram construídos em nome do desenvolvimento das populações afrodescendentes, sem quaisquer envolvimento das mesmas? E mais, a que desenvolvimento nós nos referimos?

Os projetos assistencialistas são filhos diletos do mito do desenvolvimento. A criação de instituições de fomento, de programas e projetos, a transferência de recursos, a doação de equipamentos se mesclam com os sistemas oligárquicos locais que, em suas esferas política, social e econômica, vêm demonstrando, ao longo do tempo, capacidade de adaptação, renovação e continuidade. São exatamente esses sistemas oligárquicos que se nutrem do 'não desenvolvimento' das regiões mais pobres do país, do Brasil 'sem saída'.

Barbero (in BOISIER, p..2004) define quatro forças que impulsionam o desenvolvimento: "a organização flexível

da produção; a difusão das inovações e do conhecimento; a mudança e adaptação das instituições e o desenvolvimento urbano do território”. A interação entre essas forças produziria a necessária sinergia capaz de alavancar um desenvolvimento endógeno que, por sua vez, permitiria às populações excluídas, uma nova alternativa de crescimento econômico não mais construído de fora para dentro, mas resultado de uma dinâmica econômica local. Ao mesmo tempo, esse desenvolvimento se fundamentaria na valorização das éticas e das expressões culturais locais, necessárias à consolidação de práticas cooperativas, ao crescimento da confiança entre indivíduos e grupos, além da proteção ao patrimônio cultural e ambiental dos territórios envolvidos.

O pernambucano Josué de Castro, que foi presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e autor de inúmeras obras sobre os problemas dos países em vias desenvolvimento (entre eles “A Geopolítica da fome”, traduzida em 25 idiomas), afirmava na década de 50 (In ANDRADE, 2003, p. 153-154):

“Os países ricos conhecem a poluição direta, física, material, a do ambiente natural. Os países subdesenvolvidos são presas da fome, da miséria, das doenças de massa, do analfabetismo, essa forma de poluição chamada subdesenvolvimento[...] O subdesenvolvimento não significa ausência de desenvolvimento, mas é um produto negativo do próprio desenvolvimento. Ele traz consigo, de um lado, suas riquezas e, de outro, seus dejetos. Por isso, considero que os tipos atuais de desenvolvimento ameaçam a civilização, a vida do homem, o planeta. Esses países vivem numa economia de dependência. Todos eles são produtores de matérias-primas e de produtos básicos exportados para os países industrializados. Como os preços dos produtos industrializados sobem continuamente e os preços

dos produtos básicos são irrisórios, um abismo cada vez maior separa os pobres dos ricos. Por isso, a democracia é uma palavra sem sentido quando somente uma minoria dos cidadãos participa realmente da elaboração e da tomada de decisões”.

Em 1937, no seu livro “Documentário do Nordeste”, Castro nos advertia sobre a necessidade de identificarmos as vocações e as singularidades regionais de nosso povo, para obtermos uma independência política e econômica. Para tanto, dizia ele, deveríamos construir uma nova política, política esta que correspondesse ao impulso criador de nossa cultura.

Em 1978, Celso Furtado no seu livro “Criatividade e Dependência nas Sociedades Industriais” afirmava, como Josué de Castro, que o objetivo da política cultural deveria ser o da liberação das forças criativas da sociedade. Liberdade de criar é, pois, da essência do conceito de desenvolvimento e insumo para a transformação social. Diferentemente da produção intelectual de muitos economistas que, no afã de medir e mensurar, desprezaram o contexto e a transversalidade dos conhecimentos (e, por isso, empobreceram a Ciência Econômica), Furtado dialogou, ao longo de sua vida, com as Ciências Sociais, a Filosofia, as Artes e a Cultura, para construir seu pensamento acerca do desenvolvimento brasileiro. Graças à sua relação pessoal com Amartya Sen em Cambridge, nos anos 50, compreende que “a idéia de uma ciência econômica pura será vista como um anacronismo” (FREIRE D’AGUIAR, 2013,6). Na base do pensamento sobre desenvolvimento de Furtado está a influência intelectual

de Sen, especialmente no que se refere à ampliação das liberdades humanas. Furtado vai ainda mais longe quando traz para o seu projeto de desenvolvimento a retomada da atividade artística como “ promessa de felicidade”, da construção de novas atividades políticas, de novas relações de gênero, inclusive de uma nova ecologia!

É quase profético o pensamento de Furtado na sua interpretação sobre as ameaças ao projeto brasileiro de desenvolvimento, quando ressalta: a concentração de renda e de riqueza, a sonegação dos direitos sociais, a precarização do mundo do trabalho e a subalternidade da inserção nacional. Por outro lado, adverte sobre o deslocamento da lógica dos fins (voltados ao bem-estar, à liberdade e à solidariedade) para a lógica dos meios (a serviço da acumulação capitalista. A lógica dos meios, ressalta Furtado, trará grandes impactos às liberdades criativas, aos recursos naturais, enfim, à própria humanidade dos indivíduos. É interessante também perceber em Furtado a presença do pensamento nietzscheano, especialmente, quanto busca refletir sobre a crise de valores em um mundo estruturado a partir de uma razão instrumental pragmática e utilitária. E, mais uma vez, toma as idéias de liberdade e criatividade como antídotos capazes de enfrentar a “fetichização” do homem. Afirma, enfim, que a grande atividade criadora do homem é a política, a qual deve rejeitar formas de vida desumanas propostas pela civilização industrial, cuja grande característica é o apelo ao consumo. São palavras dele: “a luta pela redução das desigualdades conduziu apenas a formas mais diversificadas de consumo”.

É imprescindível ler Castro e Furtado nos dias

de hoje, se quisermos estabelecer um conteúdo político às expressões “economia criativa” e “empreendedorismo afrobrasileiro”. Afinal, as sociedades industriais são caracterizadas por uma espécie de “frenesi” criativo e nunca se falou tanto de “empreendedorismo”, “inovação”, mas sempre na perspectiva da subordinação dos fins aos meios! E, se no campo da ciência e da tecnologia essa subordinação é clara, ela também acontece no campo artístico e cultural!

Ora, se tomarmos a arte como forma de vida, se resgatarmos na criatividade humana uma energia sem finalidade, talvez tivéssemos aí um bom mote para qualificar a palavra “economia” como “criativa”, uma economia diferentemente das “indústrias criativas”, voltada à inclusão produtiva dos pequenos, dedicada às dinâmicas de fusão entre o criar e o viver. E, nesse caso, poderíamos dizer que os bens e serviços produzidos pelos empreendedores afrobrasileiros constituiriam o grande insumo da economia criativa brasileira.

Em 2005, a Conferência Geral da UNESCO formatou a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural”. Este documento ratifica o esforço dos países na construção de um diálogo intercultural, capaz de contribuir para uma cultura de paz entre os povos, considerando a diversidade cultural um patrimônio comum da humanidade. Identidade, diversidade, criatividade, solidariedade passam a constituir as palavras-chaves desses novos tempos, palavras tradicionalmente presentes nos discursos artísticos que passam a compor discursos políticos, econômicos, jurídicos e sociais. Ao mesmo tempo, agências de desenvolvimento, tais como o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) também passam a

priorizar o financiamento de projetos a partir da análise da capacidade de mobilização do “capital social” e da dinâmica cultural específicos às populações aos quais os mesmos se aplicam.

Por isso, a sustentabilidade começa a se deslocar de um lugar de qualidade para o desenvolvimento, para se constituir sua própria essência. Nesse novo conceito de desenvolvimento sustentável são acrescentadas à dimensão econômica, social e ambiental, a dimensão cultural. Nessa perspectiva, as conexões entre cultura e desenvolvimento sustentável se dá a partir de dois enfoques: de um lado, o desenvolvimento dos setores culturais e criativos propriamente ditos (as artes, o turismo, o patrimônio cultural, os segmentos criativos); de outro, a definição da cultura como eixo estratégico de desenvolvimento dos Estados, a partir do cruzamento das políticas culturais com as demais pastas dos governos (educação, ciência e tecnologia, saúde, trabalho e emprego, meio-ambiente, entre outras). São palavras de Furtado (1984, p. 25):

“Todos os povos lutam para ter acesso ao patrimônio cultural comum da humanidade, que se enriquece permanentemente. Resta saber quais serão os povos que continuarão a contribuir para esse enriquecimento e quais aqueles que serão relegados ao papel passivo de simples consumidores de bens culturais adquiridos nos mercados. Ter ou não ter direito à criatividade. Eis a questão”.

Como vemos, Furtado sempre reivindicou o “direito à criatividade”, dez anos antes do surgimento do conceito australiano de “nação criativa” e da adoção como estratégia de desenvolvimento pelo governo Blair no Reino Unido das

chamadas “indústrias criativas”!

Os desafios da construção de uma cultura empreendedora afrobrasileira devem ser enfrentados a partir das reflexões desses grandes brasileiros que foram Celso Furtado e Josué de Castro. Não poderemos acreditar em um florescimento dos bens se serviços produzidos por empreendedores negros se não tivermos clareza dos entraves que tornaram essas dinâmicas econômicas marginais em nosso país, ao longo de sua história. Sabemos que, apesar das políticas sociais dos últimos governos, o Brasil ainda continua sendo um país de grande desigualdade social, fruto de um modelo de desenvolvimento concentrador, marcado por uma “mão-de-obra” ainda desqualificada e por uma economia baseada na exportação de *commodities*.

Para tanto, necessitamos voltar ao pensamento desses dois grandes brasileiros para construirmos um novo projeto de desenvolvimento que se fundamente em nossa diversidade étnica e cultural, especialmente no que se refere à nossa matriz africana. Mas, para isso, urge enfrentar alguns impasses, que apresento a seguir:

1. Há uma rejeição das pastas da cultura em avançar nas discussões para a formulação de políticas públicas que possam intervir de forma eficaz e efetiva nas dinâmicas econômicas dos bens e serviços culturais brasileiros. Essa rejeição me parece histórica e se reflete de várias formas: na ausência de políticas de fomento ao campo cultural no país, nas visões assistencialistas da cultura, no apreço ao marketing cultural em detrimento às políticas públicas dos governos e suas vinculadas, entre outras;

2. Os Governos brasileiros ainda se alimentam de imaginários “desenvolvimentistas”, simbolizados pela valorização de “wardwares” em detrimento de “softwares” e, por isso, não reconhecem o papel da cultura, especialmente da cultura negra, como insumo para o desenvolvimento, o que acarreta a ausência de vontade política” que permita o enfrentamento dos desafios da economia da cultura brasileira;

3. O Estado brasileiro, na sua estrutura jurídico-política atual, não tem condições de formular, implantar e monitorar políticas para a economia da cultura (ressaltando-se seus quatro grandes desafios: produção de dados confiáveis, educação para os profissionais, fomento aos empreendedores e marcos legais que regulamentem os setores e suas cadeias produtivas nas suas especificidades;

4. As políticas públicas para a economia criativa são por natureza transversais e, por isso, exigem do Estado uma capacidade de concertação e de integração entre pastas e programas;

5. A gestão cultural brasileira, especialmente, a gestão pública, é grande vítima da estrutura do Estado e, por isso, participa marginalmente das grandes decisões políticas.

Que o Brasil possa ousar na construção de um projeto de desenvolvimento em que os brasileiros se reconheçam, como o fizeram Castro e Furtado. Essa ousadia, contudo, não parece estar presente nos discursos, ações e reações das nossas elites nos dias de hoje. Pior para nós. Lamentável para o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

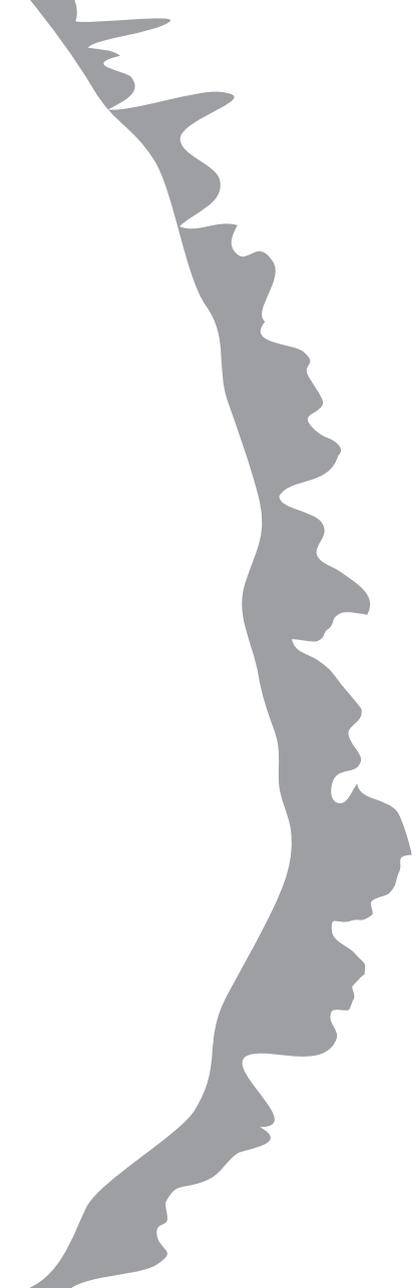
ANDRADE, Manuel Correia de. et.al. **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Pensamento Radical).

BOISIER, S. E se o desenvolvimento fosse uma emergência sistêmica? *In*: ROJAS, P.A.V. **Desenvolvimento Endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional**. Fortaleza: IADH, 2004.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. 3 ed.. São Paulo: Editora Brasiliense, 1965.

FREIRE D'AGUIAR, Rosa.(org). **Celso Furtado e a dimensão cultural do desenvolvimento**. 1 ed. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado, 2013.

FURTADO, Celso. **Criatividade e Dependência na Sociedade Industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.



Pobreza rural, desenvolvimento territorial, cadeias produtivas e comunidades quilombolas



Eugênio Peixoto
Assessor da Contag entre
1994 e 2003 e Secretário de
Reordenamento Agrário do
Ministério do Desenvolvimento
Agrário de 2003 a 2007. Realizou
consultorias para o SEBRAE/PB e o
BNB, os governos dos estados do
MA, PB, PE, PI e RN. É consultor
do IICA.

Segundo Celso Furtado,

a teoria do desenvolvimento econômico trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social (FURTADO, 1961, p. 19).

Entretanto, a história das teorias de desenvolvimento é quase que o registro de continuidades e discontinuidades analíticas, as quais variam de acordo com a corrente hegemônica em cada período analisado.

Nessa disputa, histórica e socialmente construída, o que está em jogo é muito mais do que meros modismos intelectuais e/ou tendências acadêmicas. Trata-se uma dinâmica complexa, onde são refletidas e procuram se afirmar posições distintas e antagônicas em relação à distribuição e utilização das riquezas geradas pela sociedade. Portanto, nossa intervenção no debate conceitual é, antes de tudo, mais um passo no campo da luta política. Um exercício cotidiano de construir um discurso crítico que tenha uma base teórica consistente e que, ao mesmo tempo, consiga sensibilizar e mobilizar a população para a ação prática.

Facilitar o entendimento sobre os temas e as questões de que estamos tratando ajuda a fundamentar as ações em prol da garantia dos direitos, de superação das necessidades e de afirmação das potencialidades dos setores subalternos e oprimidos da sociedade.

Construir um discurso analítico coerente com o processo de fortalecimento das comunidades quilombolas, sabendo que a produção deste conhecimento é um dos instrumentos de luta política para sua concretização: esta é uma tarefa que se apresenta continuamente na nossa caminhada. Uma aproximação da teoria com a prática que nos proporciona as condições objetivas para um exercício permanente de reflexão crítica sobre os limites das nossas propostas e as reais possibilidades da nossa ação.

1. AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O conceito de política pública remete a uma reflexão sobre a participação social nos processos de discussão, elaboração e gestão das ações governamentais. Resgata a concepção da *Res publica* (a coisa pública), lembrando que a ação do Estado deve responder a uma diversidade de questões complexas ao estabelecer prioridades para a ação governamental, uma vez que envolve múltiplos e contraditórios interesses. Reforça a compreensão de que numa sociedade democrática é dever do Estado promover a inclusão cidadã daqueles segmentos com menos acesso aos bens e serviços gerados no seu cotidiano.

Desta forma, a formulação destas políticas deve ser

um processo onde se articulam e são negociadas propostas coletivas, mobilizando as energias e as potencialidades dos setores envolvidos. Precisa ser a concretização de um esforço de planejamento público, orientado para o atendimento das demandas do conjunto da população e para garantir a participação dos setores sociais com mais dificuldade em fazer valer os seus interesses. Ou seja, um movimento articulado para instituir um ambiente de confiança nos instrumentos de gestão pública, criando mecanismos de controle social a partir de uma ação integrada do Estado com a sociedade civil.

A sua inserção massiva no debate político nacional coincide com o processo de redemocratização do país, no início dos anos 1980, quando são resgatadas as noções de descentralização e do planejamento transparente, democrático e participativo da gestão pública. Um esforço de reaproximação do Estado e da sociedade civil, um processo de renovação institucional que viabilizasse processos coletivos de geração de respostas para as demandas e interesses sociais que aceitassem estabelecer um pacto para a sua solução. A construção de espaços democráticos onde os diversos segmentos se legitimariam reciprocamente, num movimento permanente de consulta/confronto que seria mediado em instâncias paritárias asseguradas pelo Estado.

Nesta perspectiva, a sociedade civil organizada avançou na direção da proposição qualificada. Por um lado, praticamente todos os direitos sociais e econômicos foram conquistados pela luta política, pelo povo nas ruas. Por outro, as ações de mobilização não eram simplesmente momentos de protesto, mas instrumentos de pressão política para

forçar a negociação de propostas concretas, estabelecendo pontes para um diálogo.

Isso se concretizou na criação de mecanismos institucionais para a ação política da sociedade civil organizada, canais de participação direta na gestão pública, os Conselhos Nacionais, Estaduais e Municipais, conforme determina a Constituição Federal de 1988. A criação dos Territórios da Cidadania representou mais um avanço nesse sentido, apesar das limitações inerentes à inexpressiva participação dos Colegiados Territoriais na definição das ações que estão fora da gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, conseqüentemente, na alocação dos recursos orçamentários do setor público.

Outro aspecto importante do conceito de políticas públicas é possibilitar a superação de uma das nossas heranças do período colonial: a apropriação patrimonialista do Estado, tão peculiar à cultura e à história política da Coroa Portuguesa. No Portugal colonial, “[...] a troca de benefícios é a base da atividade pública, dissociada em interesses reunidos numa única convergência: o poder e o tesouro do rei” (FAORO, 2004, p. 50-51). Deve existir na gestão do Estado uma descontinuidade entre o interesse público e o privado, e que a gestão dos instrumentos de política pública não pode ser confundida com a satisfação das necessidades particulares dos seus gestores. “O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo” (HOLLANDA, 2006, p. 153).

Em outras palavras, a formulação de políticas públicas é um instrumento que pode nos ajudar a criar as condições para a necessária ruptura com a velha ordem patriarcal e colonial, onde, voltando a Faoro, “o Estado se confunde com o empresário, o empresário que especula, que manobra os cordéis do crédito e do dinheiro, para favorecimento dos seus associados [...]” (FAORO, 2004, p. 85). O aprisionamento do Estado pelos interesses dos grupos que exercem o poder público é uma das raízes do nosso subdesenvolvimento, impregnado com o universo simbólico do patrimonialismo.

Vale a pena refletir um pouco mais sobre os privilégios oligárquicos dos grupos oriundos da *aristocracia agrária colonial*, cuja concepção de vida e de Estado, “respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista” (FERNANDES, 1976, p. 26). Este é o segmento da sociedade brasileira cujo poder político foi histórica e socialmente construído em torno da organização econômica de sua atividade agroexportadora, totalmente voltada para o comércio exterior. Até mesmo os rumos da educação no Brasil, desde as suas origens, pelas mãos conservadoras dos jesuítas no período colonial, até um período bem recente, foram orientados para reproduzir e justificar esta cultura de privilégios. Formar os quadros de uma elite que considerava que a base material e ideológica da sua dominação de classe era “[...] o trabalho recrutado entre raças inferiores que domina: indígenas ou negros africanos importados” (PRADO JR., 2004, p. 22).

Em todo caso, o importante é explicitar o quanto o conceito de políticas públicas carrega dentro de si um potencial para mobilizar as energias criativas e, desta ma-

neira, contribuir para a transformação de uma sociedade. Esta capacidade será ampliada sempre que estiver articulada com uma mobilização social voltada para a afirmação dos interesses coletivos e a superação das desigualdades. Ou seja, representa um ponto de partida para a ação governamental, onde a consciência das necessidades da população é o momento estruturante da ação transformadora e, ao mesmo tempo, de afirmação da liberdade que as pessoas podem ter de construir as alternativas mais adequadas aos seus projetos de médio e longo prazos.

2. A TERRITORIALIDADE

Compreende-se por territorialidade o conjunto das relações simbólicas que se estabelecem entre as pessoas que ocupam determinada região e que mantêm suas tradições culturais, num ambiente onde se enfrentam e se compõem distintas forças sociais, estabelecendo relações de poder econômico e político. O reconhecimento de pertencer a uma mesma cultura, de ter uma mesma história, formas de ser, estar, pensar e agir comuns, permite às pessoas e aos grupos se identificarem como originários de determinado território. Esta identidade ajuda a construir o nível de mobilização necessário para atuarem como sujeitos de um processo de desenvolvimento. Uma dinâmica em que o coletivo, ao se organizar, percebe a necessidade de agir para transformar sua realidade e para afirmar suas potencialidades.

O desprezo institucional pelo protagonismo dos atores não estatais - a sociedade civil organizada - no planejamento e na execução da ação governamental, gerou um distan-

ciamento histórico entre as necessidades e potencialidades da população e as instâncias de gestão das políticas públicas. O papel dos Colegiados Territoriais é demonstrar o quanto essas práticas foram prejudiciais ao desenvolvimento das forças vivas da sociedade. É comprovar, pelo resultado das novas ações que vierem a ser planejadas coletivamente, o quanto a participação popular qualifica a política pública e se constitui em um importante componente da gestão governamental, agregando legitimidade à ação do Estado e contribuindo para o aumento do controle social e da cidadania.

Por outro lado, essa ênfase numa visão de conjunto do território deve viabilizar uma forma de articulação econômica cujo foco seja o fortalecimento e a diversificação da estrutura produtiva local e uma desconcentração de sua base econômica. Ou seja, para além da indispensável participação política das organizações da sociedade civil, é necessário integrar o conjunto das forças produtivas locais, levando em consideração os seus interesses específicos e as dinâmicas próprias das suas interações com os distintos níveis do mercado; identificar as convergências e sinergias possíveis entre estes atores sociais, garantindo as suas identidades, mas instituindo, ao mesmo tempo, ambientes institucionais que possibilitem iniciativas de construção de consensos.

Para viabilizar empreendimentos econômicos sustentáveis nos territórios, é necessário avançar cada vez mais no processo de articulação do(a)s atores/atrizes locais, reforçando seus vínculos organizativos e ampliando seus níveis de autonomia, na perspectiva de ampliar seu poder de barganha e qualificar a sua integração aos mercados. As diversas forças produtivas devem estar inseridas no debate

e planejamento destas ações, permitindo que a intervenção do(a)s empreendedore(a)s locais possa interagir com o potencial e as necessidades das comunidades. Isto demanda a existência de ambientes democráticos onde seja possível abordar e resolver os problemas sociais e econômicos identificados, mediante a formação de alianças entre a sociedade civil, os distintos níveis de governo e o setor privado.

O território é considerado como o *Lócus* privilegiado para a implantação e gestão de políticas públicas de desenvolvimento sustentável, por ser uma base organizativa primária para a análise das necessidades e potencialidades locais, e para a ação pública propriamente dita. O que se pretende construir neste processo, a partir da compreensão das dinâmicas territoriais, são mecanismos de aferição da qualidade da intervenção do Estado, usando como referência prática uma ação concreta num espaço geograficamente determinado e com um horizonte temporal definido.

Por outro lado, o espaço do território não é uma obra física, mas uma construção social contínua, a qual é condicionada por relações de poder locais e externas. Nesta caminhada, vão se estabelecendo “[...] fronteiras e divisas, esferas de influência e muros e cercas visíveis ou invisíveis, os quais incluem uns e excluem outros, assim limitando a mobilidade e o acesso a benefícios [...]” (SOUZA, 2006, p. 29). Sendo assim, é necessário superar os limites de uma participação voltada apenas para cooptação das lideranças populares, o que, na prática, acaba perpetuando a dominação e a subordinação social. É preciso garantir a existência de um ambiente propício para a definição coletiva de prioridades e para a tomada de decisões sobre os assuntos

que são de interesse geral. Desta maneira, é possível uma salutar integração entre o público e o privado, estabelecendo sinergias para construção, melhoramento e afirmação das capacidades e potencialidades da sociedade.

O EMPREENDEDORISMO

Segundo Ignacy Sachs, o

[...] desenvolvimento deve ter três atributos básicos: desenvolvimento das pessoas, aumentando suas oportunidades, capacidades, potencialidades e direitos de escolha; desenvolvimento para as pessoas, garantindo que seus resultados sejam apropriados equitativamente pela população; e desenvolvimento pelas pessoas, empoderando-as, isto é, alargando a parcela de poder dos indivíduos e comunidades humanas durante sua participação ativa na definição do processo de desenvolvimento do qual são sujeitos e beneficiários (SACHS, 2002, p. 20).

Como o Estado pode atuar de modo a criar as condições para que os setores da população historicamente excluídos do acesso aos bens e serviços gerados pela sociedade alcancem uma inserção não subordinada numa economia globalizada? Para terem condições de definir não só o que irão produzir, mas, principalmente, de que forma esta produção pode gerar excedentes e como eles podem ser apropriados pelo(a)s produtor(a)s.

Como uma ação de governo pode estimular essas pessoas e grupos a aperfeiçoar a sua qualificação para que possam ter acesso às informações, às tecnologias, ao crédito e ao mercado? Não apenas poder aproveitar as oportunidades econômicas que se apresentam no atual cenário político nacio-

nal, mas saber avançar na direção da construção de um país mais democrático política e economicamente.

A noção de empreendedorismo, se corretamente utilizada, pode ajudar a responder essas questões, orientando uma ação pública voltada para a identificação e o estímulo às oportunidades de negócio existentes para a população, bem como de agregação de valor aos sistemas produtivos locais. Esta ação precisa incorporar:

a) a profissionalização da captação de investimentos;

b) a promoção da qualificação profissional do(a)s atores/atrizes cujas atividades produtivas tenham maior probabilidade de sucesso; e

c) o estímulo à reconversão produtiva daquele(a)s cujas atividades econômicas não geram uma renda mínima para as famílias envolvidas.

É a partir dessas referências que devemos realizar uma análise crítica da prática de fomento a projetos produtivos que está sendo desenvolvida nos territórios. Se formos tomar como indicador, por exemplo, apenas a qualidade do acesso ao crédito, infelizmente, seremos forçados a admitir que ainda é necessário avançar muito. Em primeiro lugar, muito(a)s do(a)s técnico(a)s e até mesmo algumas das entidades ainda não conseguiram entender a importância do acesso ao crédito, como instrumento de política pública, para o processo de fortalecimento e expansão da agricultura familiar. A qualificação deste acesso, com a existência de formas de financiamento adequadas a cada contexto, é uma

forma de demonstrar, na prática, que o potencial econômico da agricultura familiar é muito maior do que “uma economia de subsistência”, como ainda pensa uma grande parcela da sociedade.

Para isto, é preciso romper com algumas visões distorcidas, preconceituosas e atrasadas que ainda teimam em resistir, em pleno século XXI. Por um lado, o tradicional boicote a toda e qualquer política que promova a equidade social, típica das oligarquias rurais brasileiras. Esta vertente do atraso é tão mesquinha que dispensa maiores comentários, uma vez que a simples constatação das suas tristes conseqüências para a nossa sociedade, visíveis nas precárias condições de vida ainda existentes nas periferias dos centros urbanos e nas comunidades pobres do nosso meio rural, já demonstra o quanto foi prejudicial para o país a prolongada hegemonia deste setor.

Por outro lado, o discurso de alguns “*intelectuais*” ditos de “*esquerda*”, que teimam em se posicionar contrários ao acesso a financiamentos públicos para projetos produtivos e/ou a quitação destes empréstimos. Afirmam que existe uma dívida moral da sociedade para com os setores excluídos, a qual deve ser quitada com a oferta permanente de recursos “a fundo perdido”, não reembolsáveis. É evidente que investimentos estruturantes e com retorno em longo prazo devem ser responsabilidade do Estado. Mas existe um mundo real e é nele que estas famílias produzem e realizam os seus negócios. Elas precisam, portanto, do apoio de instrumentos de política pública que as habilitem a construir os seus próprios mecanismos de intervenção e a adquirir a experiência necessária para atuar com qualidade no mercado, ampliando

sua importância política e sua capacidade de atuar como sujeitos proativos na sociedade.

No universo das comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas pelo Governo Federal até hoje (1.904), ou das mais de 3.000 identificadas, não há registros confiáveis sobre as relações dessas comunidades com as políticas de crédito e de apoio à produção. O PRONAF, linha a que estas comunidades têm ou deveriam ter acesso, foi construído a partir das lutas e do acúmulo da agricultura familiar, segmento que desenvolveu uma trajetória política e processos organizativos bastante diferentes do caminho percorrido pelas comunidades quilombolas. Basta lembrar que estas nem sequer tinham reconhecimento oficial: só passaram a ter identidade pública e institucional a partir da Constituição de 1988 com o Artigo 68 das Disposições Transitórias. Mesmo assim, o acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é ainda precário.

Esta quase que completa ausência de estatísticas oficiais sobre a inserção das comunidades quilombolas nas políticas de apoio à agricultura familiar chega a impressionar quem se dispõe a investigar as comunidades negras no meio rural brasileiro. Nem os bancos oficiais, nem os Ministérios ligados ao tema dispõem de informações confiáveis sobre o tema. Isto dificulta bastante os esforços no sentido de adequar estas políticas à realidade das comunidades, uma vez que não existe uma base de dados sólida que fundamente uma reflexão sobre a adequação das políticas públicas de apoio à agricultura familiar à realidade das comunidades quilombolas.

A importância do acesso a linhas de crédito que permitam investimentos que dinamizem as cadeias produtivas ligadas às comunidades remanescentes de quilombos ainda não foi incorporada como uma ação estruturante. Isto acaba inibindo o processo de organização da produção das famílias, bem como a sua verticalização, uma vez que quase praticamente inviabiliza um acesso qualificado a propostas de financiamento de empreendimentos com maior escala, obrigando-as a continuar custeando suas atividades produtivas nos estreitos limites dos seus recursos, o que chega ao extremo de criar entraves para uma maior participação na operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Esta visão limitada sobre a importância do acesso ao crédito para os processos de desenvolvimento reduz o potencial transformador dos empreendimentos que são apoiados, e, no limite, pode até impedir a construção de redes sustentáveis de suporte a estas iniciativas. As dificuldades de manutenção das estruturas de apoio às famílias quilombolas não serão superadas enquanto seus projetos produtivos não forem capazes de gerar um excedente que permita às suas organizações econômicas disponibilizar um percentual para seu custeio.

Em outras palavras, é preciso romper com uma espécie de *culto à pobreza* que só consegue vislumbrar apoios não reembolsáveis para as comunidades. Isto muitas vezes esconde uma visão preconceituosa sobre a capacidade destas famílias de gerirem seus negócios e construir a sua autonomia na sociedade. É preciso avançar rumo à análise das possibilidades, limites e adequação dos instrumentos de política

pública existentes. Organizar este debate junto com as famílias envolvidas, viabilizando o acesso às informações sobre as diversas políticas existentes, de modo a fundamentar uma análise mais detalhada sobre as melhores alternativas para cada caso específico.

Esse é o tipo de atividade que pode e deve ser articulada pelos Colegiados Territoriais: identificar oportunidades de negócio viáveis e acessíveis a essas famílias. Estruturar uma reflexão sobre as demandas e potencialidades da sua base produtiva, de modo a permitir que participem da modelagem, negociação e implantação de iniciativas solidárias e sustentáveis de dinamização de sua economia. Desta maneira, é possível pensar em projetos estruturantes que, ao mesmo tempo em que permitem a integração horizontal e vertical com os agentes econômicos que atuam nos territórios, viabilizem o fortalecimento de um espírito empreendedor e solidário entre as famílias envolvidas.

O importante é ter clareza que

o reforço do empreendedorismo resulta de uma combinação - sobre cuja natureza as ciências sociais têm se concentrado de maneira crescente - entre um certo ambiente social e um conjunto de políticas públicas. O empreendedorismo tende a ser mais forte ali onde o tecido econômico e social é mais denso: a existência de bancos, a diversificação econômica, a presença de gama variada de serviços públicos contribuem para reforçar as redes que vão estimular as iniciativas empresariais, sobretudo das populações mais jovens (ABRAMOVAY, 2002, p. 4).

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Uma análise bastante consistente sobre a trajetória do conceito de desenvolvimento pode ser encontrada no primeiro capítulo do livro de Arilson Favareto, “Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão”. Ajuda a entender como “[...] a dinâmica empreendida pela constante evolução do real [...]” (FAVARETO, 2007, p. 16) deve ser considerada para uma melhor compreensão da essência deste conceito.

É partir de um processo histórico, construído de críticas e de disputas sociais em torno dos seus significados, que a noção de desenvolvimento vai, aos poucos, se consolidando. Uma longa trajetória é percorrida até conseguir se dissociar de ideias como progresso e crescimento econômico, incorporando as questões do *como se faz* e *para quem é feito* este desenvolvimento. A importância dos conflitos de interesse e mesmo das instituições que fazem a sua mediação social fica mais evidente, num processo permanente de renovação e recriação de valores e normatizações, onde

[...] é preciso entender o desenvolvimento não como desejo ou utopia, pelos conteúdos expressos num “dever ser”, mas como evolução de configurações sociais determinadas, analisando as interdependências entre meio ambiente, instituições e estruturas sociais a partir de um enfoque de sua trajetória em longo prazo (FAVARETO, 2007, p. 85).

Nesta perspectiva, a utilização do conceito de desenvolvimento sustentável é fundamental para o processo de formulação de políticas públicas. Ele expressa um acúmulo de forças e de tentativas de construção de consensos, realizado pelos atores/atrizes sociais envolvidos na história da luta por estratégias de desenvolvimento voltadas para a ampla maioria da população. Citando José Eli da Veiga,

a humanidade nunca se interroga sobre questões que não possa tentar resolver. Foi a consciência coletiva sobre o possível, e provável, encurtamento da presença da própria espécie humana que levou à formulação da expressão desenvolvimento sustentável para se referir à esperança de que seja possível compatibilizar a expansão de suas liberdades com a conservação dos ecossistemas que constituem sua base material (VEIGA, 2010, p. 39).

É importante compreender o processo de construção social deste conceito, para que possamos superar os modismos intelectuais e atingir a essência do seu significado: “[...] o desenvolvimento pode ser visto como a expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam” (SEN, 2000, p. 17). Instituir ambientes propícios ao debate sobre as diversas alternativas econômicas que se apresentam à população, seus impactos e consequências na vida das pessoas e na resiliência dos biomas, bem como sobre as possibilidades de apoio do setor público. Organizar ambientes plurais e democráticos de reflexão, construindo os mecanismos institucionais de controle e gestão social das ações que forem elaboradas e implantadas a partir deste debate. No nosso caso, os Colegiados Territoriais deveriam representar a materialização deste processo.

O desafio é construir uma prática focada na liberdade individual e coletiva para participar, escolher e tomar decisões públicas. Criar as condições para que se possa fazer uma reflexão sobre a evolução social dos meios de produção, sobre a relação entre o trabalho humano e a apropriação da natureza. Engels já lembrava que, se é verdade que “[...] o trabalho é a fonte de toda riqueza [...]” e que é “[...] a natureza que provê os materiais que ele converte em riqueza” (ENGELS, 1979, p. 3, *tradução nossa*), disso decorre o fato de que

sendo um animal social, o homem desenvolve tanto a cooperação como uma divisão social do trabalho (isto é, a especialização de funções) que não só é possibilitada para a produção de um excedente acima do que é necessário para manter o indivíduo e a comunidade da qual participa, mas também amplia as possibilidades adicionais de geração desse excedente. A existência deste excedente e da divisão social do trabalho torna possível a troca (HOBBSAWM, 1979, p. 16).

Já atingimos um nível crítico na relação com a natureza, com implicações complexas na vida social. Os impactos ambientais da nossa forma de utilizar recursos não renováveis, sem estabelecer limites para a sua exploração, já demonstraram que este padrão de ampliação permanente da geração de excedentes põe em risco a própria sobrevivência da espécie humana. Estamos diante de perigosas encruzilhadas, cujos riscos apontam para atitudes que vão muito além da simples repetição de velhas ou novas palavras de ordem em passeatas, ou se preferirmos, da utilização de um novo mantra nas nossas meditações: *reduzir, reutilizar e reciclar*.

Um bom ponto de partida para a reflexão está presente na seguinte definição:

Desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas. Ele é formado por uma infinidade de fatores determinantes, mas cujo andamento depende, justamente, da presença de um horizonte estratégico entre seus protagonistas decisivos. O que está em jogo nesse processo é o conteúdo da própria cooperação humana e a maneira como, no âmbito dessa cooperação, as sociedades optam por usar os ecossistemas de que dependem (ABRAMOVAY, 2010a, p. 97).

A questão que se coloca é a construção de novas rotinas de trabalho, identificando oportunidades de negócio que

incorporem as preocupações não produtivas da agenda ambiental. Isto poderá permitir a modulação de empreendimentos que tenham, como fator de competitividade, a capacidade de atender, de forma equilibrada, a agenda das demandas socioambientais necessárias para a sobrevivência da sociedade humana.

É preciso entender que o capitalismo moderno consegue conviver e incorporar à sua lógica reprodutiva até algumas questões inerentes às dinâmicas de resistência do discurso ambientalista, desde que estas possam ser mercantilizadas, ou seja, desde que ampliem as possibilidades de investimento, agreguem competitividade a seus produtos e/ou ajudem nas vendas. Diversifica a produção e amplia a oferta de mercadorias destinadas aos nichos específicos que vão sendo criados neste processo. Vende a ilusão de uma participação em um projeto coletivo de mudanças globais, quando, na prática, o que está acontecendo é a abertura de novos mercados com uma aparência de responsabilidade social. É a intensificação das oportunidades de negócios e de geração de lucro das empresas, transformando em mercadorias as demandas socioambientais das pessoas.

Por outro lado, não se pode fechar os olhos e negar as possibilidades que mudanças nos hábitos de consumo podem abrir para as famílias. Elas existem e precisam ser aproveitadas. O que queremos ressaltar é a necessidade de nos apropriarmos destas situações, avançando o debate político entre grupos de consumidore(a)s e produtor(a)s, de modo a dar uma nova e pedagógica *dimensão cidadã* ao consumo de massas. Aprofundar a tensão entre a forma e o conteúdo das relações de produção no cotidiano, enfrentando o desafio

de construir atividades onde a experiência de sua organização já possa ter impactos positivos no atendimento das demandas sociais e ambientais das pessoas, das comunidades e do planeta, apontando para a possibilidade de um futuro solidário.

4. PLURIATIVIDADE

Uma das principais características da economia camponesa, ou seja, das sociedades rurais pré-capitalistas, era a obtenção de diversas matérias primas e sua transformação, dentro de uma mesma unidade, em produtos para o autoconsumo, cujo excedente era utilizado para o estabelecimento de relações de troca com o seu entorno. Apesar da sua aparente simplicidade, este processo demandava a existência de mecanismos de manejo sustentável dos recursos naturais existentes, os quais, apesar de simples, atendiam a demandas sofisticadas de gestão, uma vez que integravam um sistema de produção complexo, que garantia a sobrevivência e a reprodução de todas as famílias envolvidas.

Mesmo com a hegemonia da modernização conservadora e com o avanço do modo de produção capitalista no campo, este componente ainda é presente no imaginário da agricultura familiar, configurando um elemento de importante resistência cultural camponesa aos padrões produtivos da agricultura industrial. Para os homens e mulheres que compõem a agricultura familiar, a terra, fonte de sua sobrevivência e do seu trabalho, é bem mais que um simples fator de produção. É o que caracteriza a sua forma de vida.

Por outro lado, a crescente valorização da produção agroecológica, e da preocupação com a qualidade dos alimentos oferecidos à população, levou a uma retomada do planejamento da unidade produtiva familiar como um todo. A busca da especialização voltada para aumentar a produtividade de uma única atividade, como preconizava a “revolução verde”, começou a ser questionada e desmentida pelos resultados das práticas agrícolas focadas no equilíbrio entre preservação ambiental e produção. Isto representou um avanço significativo para a agricultura familiar. Demonstrou que as heranças técnico-culturais da economia camponesa ainda conseguem se reproduzir de forma sustentável e competitiva, mesmo com as famílias inseridas em relações mercantis. Convém fazer uma ressalva:

A pluriatividade não é, por si só, uma virtude social, nem pode ser concebida como um caminho para a redenção dos mais pobres: ela é o meio pelo qual as famílias procuram reproduzir-se e reflete o ambiente desta reprodução. Em ambientes muito pobres, as formas de diversificação da renda tendem quase sempre à precariedade (ABRAMOVAY, 2004, p. 55-56).

Isto fica mais fácil de entender a partir dos resultados de uma análise realizada no Sertão do Pajeú, Pernambuco, sobre a demanda por serviços financeiros pelo(a)s agricultore(a)s familiares daquela região:

[...] a multiplicidade de estratégias que agricultores mais empobrecidos precisam empreender para sobreviver – por exemplo, o assalariamento temporário, a venda do produto em condições desfavoráveis e a condição do meeiro, que resulta na apropriação do produto do trabalho familiar por parte do proprietário da terra – conformam uma situação de dominação dispersa, em que vários atores exercem tal dominação, limitando a autonomia daqueles agricultores. Vêm-se subordinados, desse modo, a atravessadores, proprietários de terras e também a comerciantes, agiotas e políticos locais (SCHRÖEDER, 2004, p. 104).

Como importante componente estrutural da cultura camponesa, a pluriatividade não pode ser analisada como um fator de atraso e subdesenvolvimento. Ela é um importante elemento de construção da competitividade da agricultura em regime de economia familiar. E esta perspectiva extrapola o campo exclusivo dos processos agroecológicos e/ou das comunidades tradicionais. Existe a possibilidade de integrar a produção de matérias primas para o beneficiamento industrial externo com atividades de produção de alimentos cujo ciclo se desenvolva quase que inteiramente “dentro da porteira”. Um bom exemplo é o biodiesel, onde o esmagamento das oleaginosas gera como subproduto a torta para alimentação animal, o que permite sua integração com a produção de leite e carne.

Quando se pensa em novas alternativas para o(a)s produtor(a)s familiares, é necessário desenvolver e/ou resgatar nas equipes das instituições públicas a compreensão de que processos integrados de produção sempre fizeram parte das raízes culturais camponesas da agricultura familiar. As propostas de práticas produtivas integradas são apenas um ***melhoramento da sua cultura de produção*** e não uma ruptura brusca com seu sistema produtivo tradicional.

Incorporar novas tecnologias e/ou procedimentos pode ser determinante para o êxito de qualquer empreendimento econômico novo destas famílias. Mas, para que isso possa acontecer, é preciso romper com a lógica da agricultura industrial, de acreditar que ***apenas*** a produção de commodities pode estimular o desenvolvimento da agricultura familiar. Não se trata de negar as possibilidades de integração ou articulação da agricultura familiar com outros segmentos

industriais, para além da indústria da alimentação. Apenas observar que esta *não precisa nem deve ser uma opção exclusiva*. A competitividade real das unidades produtivas familiares tem demonstrado que a monocultura pode ser substituída pela policultura, de forma bastante vantajosa, até mesmo em situações articuladas e definidas pelas normas de integração industriais.

O importante é perceber que as alternativas de inserção produtiva sustentável que se apresentam para as famílias não negam as suas particularidades enquanto agricultore(a)s familiares. Pelo contrário, são exatamente tais especificidades que permitem a existência destas alternativas, mesmo quando extrapolam o universo da agricultura e da pecuária.

5. SOBERANIA ALIMENTAR

O debate sobre a atual política de segurança alimentar e combate à fome, ao mesmo tempo em que ajuda a deixar claro seu potencial, permite visualizar alguns dos limites estruturais da transferência de renda e refletir sobre como superar alguns destes desafios. Refletir sobre as causas da fome, social e historicamente variáveis, é um poderoso instrumento para mobilizar energias em prol da sua superação. Principalmente numa conjuntura em que

a organização do sistema alimentar mundial está conduzindo as populações contemporâneas ao pior de dois mundos. Por um lado, [...] a tendência declinante no número de famintos inverte-se de forma preocupante nos últimos anos, ao mesmo tempo em que aumentam os riscos de que os países mais pobres sejam incapazes de fazer do abastecimento alimentar de suas próprias populações fonte de

prosperidade. O desafio de acabar com a fome com base na expansão das capacidades produtivas dos que são por ela atingidos ou ameaçados tornou-se ainda mais complexo diante das mudanças trazidas pelo aquecimento global (ABRAMOVAY, 2010b, p. 40).

Trata-se de integrar estratégias de satisfação de uma necessidade primária, a fome, com a construção de oportunidades de negócios sustentáveis, de modo a enfrentar as origens das desigualdades sociais, modificando as relações de produção e consumo em que foram geradas e atuando diretamente nas raízes desta calamidade social. O apoio ao fortalecimento da agricultura familiar e o resgate de práticas tradicionais de alimentação reduzem “[...] a dependência em relação aos mercados instáveis de *commodities*, geram renda e trabalho e propiciam uma saudável diversificação da dieta” (SILVA, 2011).

Trata-se de resgatar um fator significativo para a eficácia destas políticas, a necessidade de se estabelecer uma relação direta entre os hábitos e costumes alimentares da população de um território, seu potencial produtivo e o combate à desnutrição, incorporando questões como o desperdício de alimentos, o aproveitamento dos resíduos e a preservação dos recursos hídricos. Integrar o respeito à cultura e às tradições de um povo com a elaboração de políticas que contribuam para a melhoria da sua qualidade de vida. É obvio que a busca de uma dieta equilibrada demanda uma ação de educação nutricional junto às famílias que são parceiras de uma ação pública, desde a escolha dos ingredientes até a utilização de procedimentos mais saudáveis para a sua elaboração. Mas isto não justifica ações tecnicistas unilaterais que venham a usurpar da população o direito de escolher com o que se alimentar, muito menos o

de produzir seu próprio alimento.

Um bom exemplo de política pública adequada a esta noção é encontrado no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que movimentou mais de três bilhões de reais em 2010. Em seu marco regulatório, a Lei 11.947/2009 (conforme publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2009), no seu artigo 12º, está bem claro que

os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura e a tradição alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região, na alimentação saudável e adequada (D.O.U., 2009, p. 2).

O conceito de soberania alimentar dá visibilidade ao direito básico das pessoas terem suas necessidades nutricionais atendidas, superando a concepção de segurança alimentar (universalização do acesso aos alimentos imprescindíveis à nutrição humana), ao incorporar duas questões fundamentais: o foco político na capacidade da população rural para produzir o que será consumido e na afirmação da liberdade das pessoas de optar por um padrão alimentar mais próximo do seu universo cultural. Em outras palavras, reafirma o direito das pessoas em situação de risco nutricional de tomar as decisões sobre como resolver seus problemas e aponta para o apoio à produção local de alimentos como estratégia prioritária. Desta maneira, fundamenta uma crítica sobre a assistência às emergências alimentares que atende a demanda imediata por alimentos, mas que não leva em consideração a diversidade cultural das populações atendidas, nem as possibilidades de regionalizar as compras de alimentos. Sua utilização ressalta a importância da manutenção

de algum grau de autonomia destas pessoas para a tomada de decisões sobre o seu futuro, do respeito ao direito de escolherem os seus caminhos para um processo sustentável de combate a pobreza e fomento ao desenvolvimento.

Por outro lado, reafirma a importância da policultura como uma eficiente estratégia de resistência do campesinato em uma economia de mercado. A clássica unidade produtiva camponesa buscava a autossuficiência produzindo o necessário para abastecer seus membros e realizar trocas dos excedentes com o seu entorno. Se integramos esta reflexão com o processo de construção de uma competitividade solidária, é possível fundamentar um debate transparente e crítico sobre os limites e as oportunidades que se apresentam para a agricultura familiar numa economia de mercado.

Os modos alimentares de um povo não podem ser resumidos ao instinto primário de sobrevivência, a necessidade básica de saciar a fome. Eles compõem o universo simbólico que forma e caracteriza a sua identidade, sendo um dos padrões culturais mais arraigados de uma sociedade. O conceito de soberania alimentar é um instrumento de resistência às diversas formas de subordinação cultural e de afirmação de uma identidade coletiva. Ele ajuda a resgatar a relação entre a biodiversidade existente nos territórios e a construção das tradições culinárias de sua população, reforçando os vínculos entre a terra e os povos que nela habitam.

6. EXCLUSÃO SOCIAL E SUBORDINAÇÃO RACIAL

Como já foi visto até aqui, o desenvolvimento sus-

tentável não é função apenas do crescimento econômico, da distribuição de renda e do manejo adequado dos recursos naturais. O exercício do direito de optar, de tomar decisões, de se fazer ouvir, de dar visibilidade e defender as suas propostas é outro fator que aponta para formação de uma consciência crítica na população. E isto é uma conquista histórica, fruto das lutas sociais. Mas para que isto possa ocorrer é necessário superar os elementos racistas, eurocêntricos e patriarcais presentes na cultura de massas que organiza a vida cotidiana das pessoas.

No nosso caso, estamos falando de raízes históricas profundas, que remontam ao passado colonial e aos preconceitos e atitudes herdados de nosso(a)s colonizadore(a)s. Pouco se comenta do quanto o modo de vida das “primitivas” nações indígenas era adequado aos ecossistemas específicos que habitavam, nem dos sistemas de produção agrícola que utilizavam e que foram absorvidos pelos portugueses. As relações que mantinham com o meio-ambiente só começaram a ser valorizadas muito recentemente. Um reconhecimento tardio da “[...] eficiência do equipamento adaptativo tribal [...]” (FERNANDES, 1989, p. 75) plenamente capaz de satisfazer as necessidades dos seus membros.

Negar a existência destas técnicas é uma forma de desqualificar a cultura dos povos que foram conquistados. Oculta a total dependência dos europeus, na fase inicial da colonização, do trabalho e do saber das populações nativas, até mesmo nas questões mais básicas, como garantir a própria alimentação dos conquistadores. Felizmente, os avanços da historiografia têm conseguido resgatar o fato de “os conhecimentos indígenas - principalmente aqueles referentes à

agricultura - terem sido fundamentais para a sobrevivência dos europeus no Novo Mundo” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2006, p. 16).

Estamos falando, portanto, das consequências de um processo histórico de produção e reprodução dos valores e normas que organizaram a leitura coletiva da realidade em nossa sociedade. Sua origem foi a implantação de um sistema produtivo cuja base, tanto material quanto ideológica, foi a exploração escravista. No primeiro momento, pela captura e exploração do trabalho das populações nativas (os “índios de corda”), e pelo extermínio daqueles grupos que resistiram. Num segundo, pela imigração forçada de africano(a)s escravizado(a)s, uma vez que “[...] o tráfico negreiro era mais lucrativo que a escravização de indígenas. Trazer negros da África produzia mais dinheiro e lucro do que prear índios no sertão” (SILVA, 1995, p. 341).

A propalada noção de sociedade mestiça plurirracial só pode ser compreendida se for analisada no contexto histórico deste nosso passado escravocrata, para entender as razões que levaram as elites agrárias e urbanas a tentar apagar as marcas da violência racial, concretizada pelo cativo, na história do país. Não podemos cair na armadilha ideológica da existência de uma “democracia racial” em nosso país. Esta é uma forma de negar o caráter estruturador das relações raciais nos processos de subordinação social existentes em nossa sociedade. Uma simbologia racista e machista, bem caracterizada pela apologia à “sensualidade da mulata brasileira”, ou pela caricata “preguiça festiva” inerente às populações baiana e maranhense, “coincidentemente”, dois dos estados com maiores raízes negras e indígenas.

Para entender o peso da escravidão na construção do imaginário racista e excludente na nossa sociedade, basta analisar o que representou o Brasil para o negócio do tráfico de escravos negros para as Américas. Estamos falando da

[...] maior engrenagem de migração da história: de 1822 a 1850 – isto é, da Proclamação da Independência ao fim efetivo do tráfico –, aportaram em nosso litoral mais de 1,2 milhões de africanos. Ou seja, em apenas 28 anos, o Império do Brasil, um Estado nacional soberano, adquiriu mais de 11% de todos os africanos que chegaram, ao longo de um período de 366 anos, às Américas [...] (MARQUESE, 2010).

E isto se deu porque, até a extinção do tráfico negreiro internacional, ainda era mais vantajoso para as nossas elites agrárias “importar” escravo(a)s do que se ocupar com a manutenção de condições mínimas para a sua sobrevivência, ou seja, ter de arcar com os custos de reprodução do(a)s trabalhadore(a)s. Apesar da economia do Império ser dependente do trabalho da população escrava, esta questão só foi colocada no centro da pauta agrícola nacional após o encerramento definitivo do tráfico. Mais uma vez, a história nos apresenta as desumanas raízes de nossas desigualdades sociais.

O desafio que se coloca é o de romper com um conjunto de interpretações que não levam em conta a especificidade das relações econômicas fundamentadas no etnocentrismo, reproduzindo visões distorcidas da trajetória de construção de uma identidade nacional. Mesmo o abolicionismo, parafraseando uma precisa formulação de Florestan Fernandes (1971), antes de qualquer coisa, foi um movimento político liderado pela elite liberal da população branca e voltado, em última instância, para a manutenção dos interesses econômicos

desta mesma parcela da população branca.

Vítima de um processo violento de aculturação, em que teve de aprender a “deixar de ser cativo para tornar-se propriedade” (FLORENTINO, 2005, p. 10), o(a) negro(a) “permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como igual” (FERNANDES, 1971, p. 15). Em tal situação, a afirmação da sua identidade como ser humano era negada pela legislação vigente. E isto é parte constitutiva de nossa história. Ajuda a perceber porque a simples constatação de que vivemos em uma sociedade mestiça não garante que foram construídas, ou sequer que existam, as pontes para a vivência de relações sociais democráticas de matriz étnica.

As origens históricas desta nossa mestiçagem são consequência da violenta exploração sexual característica de uma economia escravocrata. Agressões raciais e de gênero materializaram a cultura do estupro, que ocorriam tanto nas visitas noturnas da casa grande à senzala, quanto no sequestro de mulheres indígenas, chamadas pelos colonos brancos de “negras da terra”, capturadas nos sertões e “amansadas” nas fazendas e sítios dos detentores do poder. Como bem situou Caio Prado Jr.,

A mestiçagem brasileira é antes de tudo uma resultante do problema sexual da raça dominante, e tem por centro o colono branco. Neste cenário em que três raças, uma dominadora e duas dominadas, estão em contato, tudo naturalmente se dispõe ao sabor da primeira, no terreno econômico e no social, e em consequência, no das relações sexuais também. (PRADO JR, 2004, p. 110)

Mas não podemos negar que existiu uma miscigenação, pois ela ocorreu de fato. E o(a) mestiço(a) não pode ser

visto(a) apenas como aquilo que ele(a) não é, ou seja, como um(a) não índio(a), um(a) não negro(a) ou um(a) não branco(a), de acordo com as preferências de quem analisa a questão racial. O reconhecimento da existência e das particularidades de uma população mestiça não nega que nosso processo de exclusão social tem raízes étnicas. Tampouco é uma forma de menosprezar a magnitude dos conflitos e da violência racial na nossa história, muito menos de suas consequências para a reprodução social da discriminação sofrida pelas populações negra, indígena e mestiça. Pelo contrário, representa a afirmação da diversidade racial que existe na sociedade brasileira, favorecendo uma leitura mais precisa de sua relação com as subalternidades existentes e, consequentemente, da necessidade de enfrentar os desafios inerentes a esta nossa especificidade.

De forma paralela, é necessário reconhecer que os processos de resistência ao cativo não foram apenas pautados pelas rebeliões e pelo aquilombamento. É óbvio que experiências como o “Quilombo dos Palmares” ou a “Rebelião dos Malês” são fundamentais para o entendimento da construção social do Brasil e da identidade política de nossas lutas populares, da mesma forma que a “Balaiada” ou o “Arraial de Canudos”. Devem ser, portanto, vistas como marcos referenciais da história dos enfrentamentos sociais em nosso país, com seus avanços e derrotas. Mas compreender a trajetória das “Irmandades Religiosas de Homens Pretos”, bem como a relativa eficiência de suas ações voltadas para viabilizar a alforria de alguns dos seus membros (em essência, viabilizar recursos para este fim), também é essencial para perceber a complexidade e a diversidade dos mecanismos cotidianos de confronto e convivência da população escrava

com a sociedade que a explorava, e até mesmo de reinserção produtiva destas pessoas após a compra da sua liberdade jurídica.

Esses homens e mulheres, apesar de sua degradante condição de cativo(a)s, devem ser analisados como sujeitos históricos que buscaram, dentro das suas limitadas possibilidades, transformar, ou, pelo menos, melhorar de alguma forma sua situação. Estavam inserido(a)s num ambiente e num tempo onde a opressão e a exploração o(a)s tornava invisíveis como seres humanos. Na maioria das vezes, suas “conquistas” se resumiam a pequenas benesses do(a)s senhora(s), mas, em alguns casos, seus sonhos de liberdade foram concretizados, “[...] mediante um movimento mercantil de transferência da propriedade do antigo dono para o próprio escravo” (FLORENTINO, 2005, p. 356). Não podemos esquecer que

[...] a alforria é, ao mesmo tempo, conquista do escravo e concessão do senhor. Em outras palavras, cada escritura pode ser vista como o resultado final de um longo processo de negociação, nascido ao mesmo tempo da aceitação pelo cativo das regras da sociedade escravista e da utilização por ele dessas mesmas regras em seu benefício (SAMPAIO, 2005, p. 309).

Mais adiante, este autor conclui que

[...] a conseqüente submissão ao *status quo* representada pela atuação política daqueles que buscavam libertar-se acabava por imprimir à alforria o necessário caráter conservador para que fosse tão bem aceita e difundida. Com isso os libertos, longe de ameaçar a ordem social vigente, acabavam por servir a sua reiteiração (SAMPAIO, 2005, p. 334).

Ou seja, as estratégias de inserção deste(a)s negro(a)s liberto(a)s na economia escravocrata do país devem ser

levadas em consideração, quando da análise do processo de reprodução dos mecanismos de exclusão social. Apesar de as elites oligárquicas não estarem dispostas nem preparadas para tratá-lo(a)s como trabalhadore(a)s livres e independentes, muito menos como homens e mulheres de negócios, não são tão poucos os casos em que o(a)s cativo(a)s, “saíndo da sua desafortunada situação jurídica, tornaram-se também senhores de escravos ou mesmo se ligaram ao tráfico.” (ENGMANN, 2005, p. 173). Ou seja, se adaptavam e se integravam ao processo de reprodução da hierarquia social da mesma sociedade que o(a)s escravizara...

Para um maior aprofundamento deste tema, recomendamos a leitura do excelente estudo de João José Reis, Flávio dos Santos Gomes e Marcus J. M. de Carvalho, “O Alufá Rufino”, onde, a partir do resgate da atribulada e incomum biografia de Rufino José Maria, negro africano de origem ioruba, escravizado no início do século XIX, traçam um interessante guia para a história social do tráfico e da escravidão no Brasil. Este nagô trabalhou como cozinheiro assalariado da tripulação de um navio negreiro que foi apreendido pela esquadra inglesa. Foi levado para Serra Leoa, onde aprimorou sua educação religiosa em uma escola corânica. Isto vai lhe permitir tornar-se um guia espiritual (alufá) da comunidade de negros muçulmanos no Recife, onde passa a ser perseguido em função da Revolta dos Malês (expressão de origem ioruba para muçulmanos) ocorrida na Bahia em 1835. Os autores afirmam que

[...] se o homem branco foi quem mais escravizou, africanos e seus descendentes o fizeram não apenas na África, mas também no Novo Mundo, e no Brasil com frequência. Para quem não está acostumado com a história da escravidão e do tráfico, este é o aspecto não

apenas mais surpreendente como mais difícil de aceitar do ponto de vista moral, até doloroso.

Não se pense, porém, que a carreira de Rufino esteve ao alcance da maioria dos africanos libertos, ou mesmo interessasse a eles. O mais comum era que esses ex-escravos, bastante gastos pela escravidão, vivessem sua liberdade modesta ou pobremente nas cidades e no campo daquele Brasil (REIS, GOMES & CARVALHO, 2010, p. 359-360).

Por outro lado, apesar de estar vinculado a processos violentos de dominação e subordinação social, o encontro forçado da população nativa subjugada com populações escravizadas “importadas” também oportunizou o estabelecimento pontual de relações solidárias e afetivas entre elas. Criou as condições para, em determinados momentos, haver algum tipo de aproximação política destes setores com as parcelas empobrecidas e marginalizadas da população branca, permitindo que se estabelecessem laços de solidariedade nas lutas contra as oligarquias agrárias. Estes processos de articulação política dos excluídos, e suas tentativas de estabelecer relações igualitárias e solidárias, apontam para as possibilidades de construção de uma democracia étnica em nosso país.

As principais revoltas populares em nossa história são caracterizadas por processos de resistência “camponesa” em que se articulam índios, negros, mestiços e, em menor proporção, parcelas dos brancos pobres, estabelecendo alianças destes segmentos subalternos contra um inimigo comum. Esta é a outra face da nossa mestiçagem, a que foi constituída, a duras penas, pela luta de classes, em oposição dialética às imposições do sistema colonial, configurando uma base mais ampla para os processos de resistência popular.

É por esta razão que, no debate sobre políticas de desenvolvimento, é preciso romper com o reacionário conceito de “minorias sociais” e demonstrar que a pobreza deste país tem uma raiz majoritariamente negra e indígena, e que este é um fato que foi sendo “naturalizado” ao longo da nossa história. É necessário dar visibilidade a esta problemática, denunciando que, mesmo nas instâncias de formulação e gestão dos instrumentos de política pública, ainda são os setores com menor representação. Esta situação está bem analisada em recente estudo coordenado por Luciana Jaccoud. Aponta-se que permanece

[...] intocada a forma mais eficaz e difundida de discriminação: aquela que opera não por injúria ou atos expressos de exclusão, mas por mecanismos sutis e dissimulados de tratamento desigual. A chamada discriminação indireta, largamente exercida sob o manto de práticas institucionais, atua também nas políticas públicas por meio da distribuição desigual de benefícios e serviços (JACCOUD, 2009, p. 31).

Ou seja, são os povos indígenas e as comunidades quilombolas que detêm a menor representação política nos espaços institucionais. Consequentemente, são estes os setores da população que enfrentam as maiores dificuldades para acessar os direitos sociais básicos, como terra, trabalho, educação, saúde e lazer. Em outras palavras, o exercício da cidadania continua a lhes ser negado.

Esta invisibilidade das especificidades tem sido um entrave para o desenho de políticas de promoção da igualdade racial que sejam adequadas à diversidade de situações que compõem a realidade das populações negras e indígenas, que acabam conformando o grupo com mais dificuldades de acesso aos bens e serviços gerados pela sociedade brasileira. Só

muito recentemente o Estado assumiu a necessidade de dar “[...] conta da multidimensionalidade do fenômeno de categorização racial na sociedade brasileira contemporânea.” (IBGE, 2011, p. 28) Uma pioneira e bem-vinda “Pesquisa das Características Étnico-raciais da População: um Estudo das Categorias de Classificação de Cor ou Raça” só veio a ser realizada em 2008 e seus resultados só foram divulgados em 2011.

O processo histórico de construção de nossa identidade enquanto povo e nação mestiça demanda uma luta permanente pela superação dos limites da dominação racial e pela afirmação da diversidade presente em nossa cultura. Mas isto requer o resgate de *todos* os elementos que a compõem, como a compreensão e o reconhecimento do papel da escravidão na composição de um imaginário político racista, patriarcal e patrimonialista. Em outras palavras, elucidar os procedimentos e o agir social em que as normas de exclusão e segregação foram e continuam sendo estabelecidas, para ajudar a superá-las.

Analisar as raízes da nossa desigualdade social sem levar em consideração os aspectos étnicos é um exercício incorreto e perigoso, uma vez que oculta uma das subalternidades mais impregnadas na cultura de massas da população brasileira, o preconceito racial. De forma disfarçada, continua sendo sutilmente introduzido no imaginário cotidiano coletivo, com a permanente associação entre negritude, pobreza e submissão, dificultando seu enfrentamento e superação. Basta lembrar que, segundo o IBGE, 71% da população negra vive abaixo da linha de pobreza e, segundo o MDS, 73% do(a)s beneficiário(a)s do Programa Bolsa Família são negro(a)s.

8. GÊNERO E PRODUÇÃO: INTRODUZINDO UM DEBATE

A afirmação da cidadania, a conquista de direitos e a democratização dos processos decisórios são estruturantes de movimentos de mudança social. Demonstram as possibilidades de ruptura com as relações de subordinação sociais e a certeza de que elas são factíveis. Apontam para a afirmação da construção de um projeto de poder compartilhado, ou seja, para uma ação coletiva, consciente e articulada, de resistência e desafio a todas as formas de dominação.

E é exatamente neste ponto que a análise das relações sociais de gênero, presentes em todos os níveis da vida social, assume um caráter estratégico para a definição das estratégias de desenvolvimento sustentável e superação das desigualdades. Conforme Muriel Dimen,

o patriarcado é, em seu conjunto, um sistema de dominação. Mas, difere de outros sistemas de dominação, como o racismo, a estrutura de classes ou o colonialismo, porque vai direto na jugular das relações sociais e da integração psicológica - o desejo. O patriarca ataca o desejo, o anseio inconsciente que anima toda ação humana, reduzindo-o ao sexo e depois definindo sexo os termos politizados do gênero. [...] No patriarcado, o gênero denota uma estrutura de poder político, disfarçada em sistema de diferenças naturais (DIMEN, 1997, p. 46).

Em outras palavras, as relações desiguais de gênero fundamentadas no patriarcado promovem a vivência da dominação e da perda do desejo de autonomia, investindo na fragilização da percepção que as mulheres têm sobre a *própria validade do seu ser*. Atuam da mesma forma que o racismo, ou seja, procurando negar a humanidade do(a) outro(a), com o agravante de que tentam avançar até a negação do próprio desejo. Esta é uma das principais consequências da natu-

realização das subordinações de gênero na sociedade, a destruição do desejo de emancipação com a consequente perda da identidade dos seus conteúdos, ou seja, a luta pela superação das suas privações.

No caso da agricultura familiar, os costumes familiares tradicionais são os rapazes acompanharem o pai nas atividades produtivas prioritárias da família, cabendo às filhas auxiliarem a mãe nas atividades domésticas ou naquelas atividades produtivas que são consideradas secundárias, como o artesanato e os cuidados com o “mundo do quintal”, ou seja, hortaliças e animais de pequeno porte, sendo que o controle do orçamento familiar é, quase sempre, de responsabilidade exclusiva do marido.

Estas estruturas de reprodução do patriarcado também se concretizam e se reproduzem no ambiente da agricultura familiar:

A agricultura familiar, particularmente se baseada em práticas associativas e princípios agroecológicos, parece ser particularmente um modelo adequado e eficaz para produzir mudanças nos campos econômico e socioambiental, o que, evidentemente, não é pouco. Porém, não se deve pensar a transformação social sem considerar as múltiplas e as simultâneas relações de desigualdade nas quais as pessoas estão inseridas, entendendo que políticas e projetos de intervenção, do mesmo modo e ao mesmo tempo que produzem certa mudança, podem estar também reproduzindo e perpetuando desigualdades. O caso da agricultura familiar presta-se como exemplo dessa situação. Estruturada com base em relações hierárquicas entre homens e mulheres e adultos e jovens, tendo na figura do pai o centro das decisões e do poder, a agricultura familiar é lugar de opressão intrafamiliar que, contudo, é vivenciada de modo naturalizado, como se derivada das relações consangüíneas e completamente apartadas do universo do trabalho (SILVA; PORTELA, 2006, p. 132).

Apesar de ser verdade que os homens adultos pobres en-

frentam sérios problemas para viabilizar uma remuneração digna para o seu trabalho e/ou para a inserção dos seus produtos no mercado, as mulheres, assim como a juventude, precisam superar restrições ainda mais complexas. Até mesmo a negociação de mais “tempo livre”, ou seja, mais tempo fora do trabalho doméstico, para investir numa atividade produtiva, é fragilizada pela baixa remuneração recebida, o que dificulta a melhoria do processo de organização do seu trabalho rumo a uma maior qualidade dos produtos e/ou serviços. Não é possível, portanto, realizar uma reflexão mais consistente sobre a importância das atividades desenvolvidas pelas mulheres na composição da renda familiar, sem analisar as limitações impostas por uma divisão sexista do trabalho na própria unidade produtiva familiar.

Aqui cabe ressaltar outro aspecto que chama a atenção na análise das cadeias produtivas ligadas à agricultura em regime de economia familiar. Diz respeito à ausência de informações econômicas com recorte de gênero e geração. Desta maneira, é impossível quantificar a participação das mulheres e do(a)s jovens na produção, fragilizando os esforços para formular políticas adequadas às suas demandas específicas.

9. A EXPERIÊNCIA DE INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS EM ALCÂNTARA

Atualmente, Alcântara é um dos municípios do Brasil com a maior quantidade de comunidades remanescentes de quilombos, um verdadeiro território étnico. Legalmente clas-

sificadas como terras devolutas, as áreas ocupadas, desde o século XVIII, por essas comunidades negras rurais, foram alvo, em 1980, do Decreto 7.320 do governo do estado do Maranhão, que desapropriou 52 mil hectares do município, ou seja, 46% de sua superfície, para implantação de uma base de lançamento de foguetes.

Esta área foi acrescida em 10 mil hectares por decreto presidencial, no ano de 1986, o que levou todos os processos de desapropriação para tramitação na Justiça Federal. Em 1987, 8.700 hectares foram desocupados, parte significativa das terras das comunidades quilombolas do município, para instalação da primeira fase do Programa Nacional de Atividades Espaciais, o Centro de Lançamento de Alcântara (CLA).

Desta área foram retiradas 32 comunidades, que foram reassentadas em sete agrovilas, comprometendo suas relações culturais, produtivas e ambientais. Esta população deslocada sofreu mudanças em seu modo de vida tradicional, baseado na pesca, na agricultura e no artesanato, levando algumas famílias a migrar para a periferia de São Luís, capital do Estado.

Em agosto de 2004, foi formado um Grupo Executivo Interministerial (GEI) pela Casa Civil da Presidência da República, com a finalidade de, originalmente, “articular, viabilizar e acompanhar as ações necessárias ao desenvolvimento sustentável do Município de Alcântara, Maranhão”. Em novembro de 2004, o texto foi modificado: “propiciar as condições adequadas à eficiente condução do Programa Nacional de Atividades Espaciais e o desenvolvimento das comunidades locais, respeitando suas peculiaridades étnicas e sócio-culturais”.

No ano de 2006, foi estabelecido um acordo judicial pelo Ministério Público Federal, que obrigou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a realizar os trabalhos de titulação da área do território quilombola, conforme o laudo antropológico, no prazo de 180 dias. O INCRA publicou o resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) no Diário Oficial da União do dia 4 de novembro de 2008. Dentro do prazo legal de 90 dias para contestação, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) solicitou que o processo fosse levado à Advocacia Geral da União (AGU) para uma Câmara de Conciliação, onde tramita até hoje.

Como se vê, após nove anos de sua instituição e de alguma evolução nas negociações, o GEI não conseguiu resolver um problema crítico para o município, a regularização fundiária. As ações propostas careceram de uma maior coordenação e integração entre si e, principalmente, da continuidade necessária para promover melhorias efetivas para a população e garantir o suporte social para a implantação do CLA.

Hoje existe compreensão de que é necessário reconhecer os direitos das comunidades tradicionais e integrar o CLA aos esforços de inclusão produtiva e cidadã das comunidades remanescentes de quilombos e de desenvolvimento sustentável do município de Alcântara. Mas esta atuação se dá em um quadro complexo, exacerbado por uma falsa e mistificadora oposição entre o domínio da tecnologia espacial e o desenvolvimento das comunidades locais. No campo das políticas de desenvolvimento tecnológico e de segurança nacional, é estratégica a continuidade do Programa Nacional de Ativi-

dades Espaciais. Por outro lado, ainda existem comunidades remanescentes de quilombos sem acesso a água potável e com graves problemas nutricionais.

A nova gestão da Prefeitura compreende a necessidade desta parceria e tem a legitimidade social necessária para defender a integração da Agência Espacial Brasileira (AEB) em uma estratégia de superação da extrema pobreza no município. Este foi, inclusive, o discurso em torno do qual foi construído o seu programa de governo, durante a campanha eleitoral, junto às comunidades.

9.1 Estratégia de Ação e Objetivos

A ação está voltada para a promoção da equidade social no município, a partir do desenvolvimento sustentável e solidário, com base no aproveitamento do seu potencial turístico e na garantia da soberania alimentar de sua população. O eixo é a dinamização da agricultura familiar e da pesca artesanal, principais atividades das comunidades remanescentes de quilombos, fortalecendo a economia local e articulando o Território da Baixada como um todo.

A prioridade inicial é estruturar as unidades familiares para a produção de alimentos, na perspectiva da geração de renda e da soberania alimentar. Para isto, é necessário organizar grupos de produtores(a)s familiares e pescadores(a)s artesanais para qualificar o acesso ao crédito e às demais políticas de apoio à agricultura familiar e pesca. Estas famílias se integrarão nas atividades turísticas que serão estimuladas (artesanato, manifestações culturais, pequenos

restaurantes e *bed and breakfast*) e com os diversos instrumentos de política pública que já atuam no município.

Neste sentido, serão capacitado(a)s técnico(a)s, pescadores artesanais e agricultore(a)s familiares para sua inserção no turismo e para a dinamização das cadeias produtivas priorizadas. Desta maneira, será estimulada, de acordo com as potencialidades locais, a implantação de ocupações rurais não agrícolas nos povoados. O desafio é implantar uma estratégia de ATER, que organize a demanda por inovação tecnológica e gerencial, ajudando a modular um sistema de gerenciamento que consolide uma gestão colegiada das atividades de apoio ao turismo e às cadeias produtivas integradas.

9.2 Acesso ao Programa Bolsa Família e demais políticas sociais

Uma ação determinante para o sucesso do trabalho é a garantia do acesso ao Programa Bolsa-Família a todas as famílias em situação de extrema pobreza no município. Para além da renda mínima, isto permitirá um envolvimento maior das pessoas nos projetos de dinamização da economia local, visto que suas demandas básicas de sobrevivência estariam praticamente asseguradas.

As condições para a continuidade do acesso ao programa após a consolidação das atividades produtivas que serão apoiadas podem ser as mais diversas. Isto dependerá de cada caso específico e deverá ser precedido de uma ampla discussão com as famílias, após obterem seus primeiros

resultados concretos. Ou seja, serão as condições objetivas de cada projeto, a dinâmica do processo organizativo de cada atividade produtiva que irão fundamentar o debate sobre a extensão do horizonte temporal em que o benefício será necessário.

Uma ação desta natureza pode permitir a realização de eventos de “devolução” dos cartões pelas famílias ao setor público, quando seus projetos produtivos entrarem em operação plena. Um ato político que teria o caráter de um rito de passagem, no qual as famílias estão saindo de uma situação de exclusão social e de dependência de políticas compensatórias para uma nova etapa de suas vidas, fruto de um processo de inserção produtiva e cidadã. Esta possibilidade precisa ser desejada pelo(a)s participantes dos projetos para que se concretize, uma vez é uma caminhada consciente do grupo rumo a uma “porta de saída” do Programa Bolsa-Família.

O foco inicial será uma varredura censitária nas comunidades para garantir a ampliação do CadÚnico. Esta ação será realizada pelo(a)s agentes de saúde, o(a)s quais utilizarão tablets com um aplicativo desenvolvido para este cadastro, permitindo a formação de um banco de dados georeferenciado e em tempo real de cada comunidade, facilitando o planejamento da ação pública.

9.3 O eixo prioritário: expansão e fortalecimento da agricultura familiar com foco na produção de alimentos

Para entender melhor a complexidade do meio rural bra-

sileiro, é preciso ter em conta que a dinâmica da expansão do capitalismo na nossa agricultura, apesar de ter alcançado elevados índices de produtividade e de ter atingido uma inegável competitividade internacional para as atividades do assim chamado agronegócio, não rompeu com as mais perversas características do processo de implantação do latifúndio escravagista durante o período colonial. Em vários territórios, em especial aqueles mais pobres e isolados, ainda são produzidos e reproduzidos ambientes de violência, subordinação social e atraso tecnológico, determinantes para a manutenção dos privilégios das elites locais.

A superação da subalternidade dos segmentos mais vulneráveis da população depende do apoio do setor público aos seus processos organizativos. E esta demanda é urgente, uma vez que a ação governamental nas áreas mais pobres quase sempre se confundiu com os processos de reprodução do poder oligárquico. Para concretizar esta ruptura, será necessária uma ação integrada do Estado com a sociedade civil organizada, cujo foco seja a universalização do acesso aos direitos. Uma estratégia de empoderamento dos movimentos sociais e de suas organizações de representação, fortalecendo suas atividades produtivas e ampliando o acesso às políticas públicas.

A inserção social e produtiva dessas famílias é fundamental para que possam ser superados os mecanismos históricos de reprodução da dominação e da exclusão social no meio rural, cuja base estruturante é a situação de miséria a que foram submetidas, apesar dos avanços decorrentes da ampliação do acesso ao Programa Bolsa Família. O descaso histórico e premeditado do setor público para com a formu-

lação e implantação de políticas de dinamização da economia dos territórios rurais, considerados periféricos, além de proteger os mecanismos de reprodução do poder oligárquico, gerou uma enorme demanda por uma ação governamental de implantação de uma infraestrutura produtiva básica, na maioria das vezes em contextos bastante adversos, e de fortalecimento das cadeias produtivas ligadas à agricultura familiar.

O padrão tecnológico que ainda é utilizado pelos setores mais pobres da agricultura familiar, é um bom indicador desse nível de dominação e atraso que ainda persiste em alguns territórios no meio rural. Muitas famílias nem sequer receberam uma única visita de algum(a) extensionista em toda sua vida. Isto determina uma baixa produtividade, promove a destruição dos recursos naturais e inviabiliza qualquer tentativa de inserção autônoma das famílias nos diferentes níveis de mercado, seja ele local, estadual, regional, etc. Esta falta de perspectivas inibe o surgimento de alternativas sustentáveis de geração de emprego e renda não-agrícolas adequadas à sua realidade e, desta forma, ajuda a perpetuar suas relações de dependência econômica e política.

9.4 Aquicultura e pesca

O pescador artesanal é o profissional que, devidamente licenciado, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, de-

sembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Diretamente ligada ao potencial do turismo gastronômico do município e à segurança e soberania alimentar da população, a pesca artesanal demanda ações imediatas tanto de qualificação dos trabalhadores do setor, quanto no sentido de recuperar a queda na biodiversidade marinha e no estoque pesqueiro da região.

Um dos mais importantes elos da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura se refere à comercialização do pescado. Como o pescado é produto altamente perecível e sujeito às restrições de consumo de hábitos alimentares arraigados, a superação desses entraves depende de uma infraestrutura de apoio à comercialização na localidade da produção (gelo, câmaras frias e transporte satisfatórios), de capacitação de mão-de-obra e da organização dos pescadores artesanais do município, em associações e cooperativas, para a geração de economia de escalas que os capacitem a erradicar perdas por falta de conservação, a melhorar a qualidade do produto e, conseqüentemente, aquecer a concorrência dos mercados.

Dentre as políticas oferecidas pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, MPA, a mais adequada ao município é instalação de um Centro Integrado da Pesca Artesanal e da Aquicultura (CIPAR), uma estrutura destinada a apoiar as atividades de beneficiamento, armazenamento e comercialização de pescados. Sua proposta inclui também ações de capacitação e qualificação profissional de pescadore(a)s artesanais e de aqüicultore(a)s familiares.

Sua implantação, prevista para um segundo momento do projeto, será negociada, junto ao MP Ae, em especial, ao INCRA (Projeto Terra Forte). Este será um processo complexo, visto

que um dos principais desafios desta autarquia é avançar na implantação de projetos agroindustriais nas regiões Norte e Nordeste do país. Para se ter uma ideia, nenhuma proposta do Projeto Terra Sol (instrumento anterior de apoio à agroindustrialização dos assentamentos) foi aprovada no Maranhão.

Além do mais, é possível inserir na proposta o apoio à aquicultura, via a implantação de tanques para a criação de peixes e uma unidade de filetagem, o que permitirá a utilização do couro do pescado. Outra alternativa, a depender dos impactos nos biomas locais, é viabilizar a produção de camarões em algumas das áreas de assentamento do município. Como já foi dito, estas ações de apoio à pesca e aquicultura ainda estão em fase inicial de formulação.

9.5. Turismo e produção de alimentos: os principais eixos de dinamização da economia local

O turismo é considerado hoje em dia como uma atividade econômica estratégica para a geração de empregos e captação de divisas, e com grande potencial para a inclusão social. As peculiaridades ambientais e antropológicas do município de Alcântara favorecem uma ampla diversidade de atividades turísticas, do turismo de aventura ao turismo étnico e até mesmo o turismo científico, como é o caso do jazigo fossilífero da “Laje do Coringa” na Ilha do Cajual (a ilha é conhecida pelos seus moradores como Santana dos Pretos).

Entretanto, sem uma intervenção pública orientadora, a tendência da indústria do turismo é a criação de enclaves, excluindo aqueles segmentos sociais mais vulneráveis

dos benefícios gerados pela sua expansão, o que se traduz na expulsão das populações tradicionais dos seus locais de trabalho e moradia, na degradação ambiental e na especulação imobiliária. Esta marginalização econômica e social se reflete com mais força na vida da juventude, com o tráfico de drogas, a prostituição e outras formas de criminalidade, criando um ambiente de violência e dinâmicas migratórias que desagregam ainda mais as comunidades locais.

Por outro lado, se a consolidação da atividade no município estiver articulada com um processo de qualificação dos sujeitos produtivos locais para o atendimento das demandas por produtos e serviços dos empreendimentos que serão atraídos e instalados, o potencial de geração de alternativas de trabalho e renda do setor é ampliado. A população local será sensibilizada, mobilizada e habilitada para se inserir nas oportunidades de negócios que forem criadas.

Isto pode se concretizar em restaurantes típicos, vinculados à gastronomia local, e em pousadas com um perfil *bed and breakfast*. Outra oportunidade é o abastecimento de empreendimentos maiores com alimentos que agreguem aos estabelecimentos um perfil de responsabilidade social, como oriundos de assentamentos da reforma agrária, de comunidades remanescentes de quilombos, produzidos em sistemas agroecológicos, etc.

A abertura destes novos locais de hospedagem e alimentação, que ampliará a oferta de leitos e de refeições para os visitantes, demandará uma ação de formação e qualificação profissional voltada para o atendimento aos turistas. Isto já está sendo articulado com o SEBRAE (Serviço Brasileiro

de Apoio à Pequena e Média Empresa), cuja tarefa é estimular o empreendedorismo em localidades economicamente deprimidas e de baixo dinamismo empresarial, fortalecendo as atividades produtivas existentes. Isto está em convergência com as políticas públicas executadas pelo Governo Federal em prol da erradicação da pobreza extrema, as quais apontam para a criação de oportunidades de negócios e de portas de saída para aquelas famílias assistidas pelos programas sociais, em especial pelo Programa Bolsa-Família.

Esta ação já está integrada aos procedimentos normais do SEBRAE, ou seja, já foi instalada a Casa do Empreendedor e já foi sancionada a Lei Geral das MPE (micro e pequenas empresas). O foco será ampliar as competências dos empreendedores e gestores públicos do município para acessar as políticas públicas, em especial as compras governamentais, e melhorias nos processos e produtos gerados no município, comércio varejista, avicultura, artesanato, horticultura, agroindústrias, fruticultura, pesca, piscicultura e turismo.

Trata-se de uma intervenção pública que busca articular a base econômica, com as características culturais dos atores locais, bem como a recuperação e preservação dos recursos ambientais e históricos. No caso de Alcântara, resgatar a identidade africana de uma das maiores concentrações quilombolas do país, 187 povoados que se reconhecem como comunidades remanescentes de quilombos.

Esta ação será fundamentada no inventário da oferta e dos aparelhos turísticos com significado cultural afro, bem como na análise dos limites e capacidades da popula-

ção local. Isto significa levantar, identificar, registrar e divulgar os atrativos, serviços e equipamentos turísticos, estruturas de apoio ao turismo, instâncias de gestão e outros itens, bem como as condições gerais que viabilizam a atividade. Estas informações são estratégicas para a elaboração de roteiros turísticos e a instituição de programas de qualificação profissional e de estímulo ao empreendedorismo, voltados para as atividades já existentes e para aquelas com potencial de implantação.

A concretização deste processo será complementada por um levantamento da demanda atual por produtos primários dos empreendimentos gastronômicos, confrontando os ingredientes com o que está sendo produzido pela agricultura familiar. A partir disto, podem ser estruturados projetos específicos, voltados para o fortalecimento dos arranjos produtivos existentes nos povoados, e para a dinamização da economia local.

9.6 A prática concreta: avicultura caipira integrada com a mandiocultura, horticultura e fruticultura

Concretizando a estratégia de integração anteriormente descrita, está sendo implantado um projeto piloto de avicultura (galinhas caipira) com cerca de 600 famílias, numa ação iniciada por uma articulação entre a CONAB e a Prefeitura de Alcântara, contemplando 10 comunidades quilombolas (Goiabal, Ilha do Cajual, Itaúna, Manival, Novo Belém, Oitiua, São Raimundo, Santa Maria, Terra Mole e Tubarão). Estão sendo utilizados recursos financeiros do

PAA/CONAB (R\$ 2,89 milhões), Pronaf/BNB (R\$ 2,1 milhões) e SEDES – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (R\$ 500 mil), além do apoio tecnológico da EMBRAPA e o suporte logístico da Prefeitura.

A seleção das comunidades foi realizada num processo de discussão com as lideranças do município, tendo sido determinante o nível de organização de cada associação. Já a escolha dos participantes nos povoados foi de inteira responsabilidade das lideranças, levando em consideração critérios definidos em conjunto com os parceiros. Cada uma destas 10 comunidades já está sendo acompanhada por um(a) técnico(a) agrícola, contratado(a) pela Prefeitura, o(a)s quais contam com o apoio de uma equipe formada por cinco técnico(a)s de nível superior, também disponibilizado(a)s pelo município. Toda esta equipe da Prefeitura está sendo capacitada pela EMBRAPA.

Os investimentos iniciais para implantação da atividade, ou seja, a construção de um galpão individual para galinhas caipiras para cada família, bem como a aquisição dos pintos serão financiados com recursos do Pronaf/BNB. A SEDES financiará a construção de um abatedouro, com capacidade para 600 aves/dia e duas fábricas de ração. O PAA/CONAB realizará a aquisição dos animais abatidos, pela modalidade Compra com Doação Simultânea, os quais serão destinados para reforçar a alimentação escolar das escolas das comunidades envolvidas.

Além disto, nas comunidades contempladas pelo projeto, também serão adquiridos, com recursos do PAA/CONAB, os demais alimentos que já são produzidos pelas famílias.

Desta maneira, será possível realizar uma ação de estímulo à consolidação de “quintais produtivos”, ou seja, o reforço às culturas tradicionalmente produzidas pelas famílias, a exemplo de hortaliças, como a vinagreira, o maxixe e o quiabo, o feijão, o milho, o arroz, além de viabilizar o aproveitamento das frutas existentes nos povoados, como o caju, a manga, o bacuri, etc.

A tecnologia utilizada na produção foi toda desenvolvida pela EMBRAPA, desde os pintos que serão adquiridos pelo(a)s produtor(e)a(s), cujo fornecedor é licenciado pela estatal, até o manejo dos animais. Já houve uma visita técnica de técnico(a)s e agricultore(a)s alcantarenses para a EMBRAPA Suínos e Aves, em Concórdia (SC), para conhecerem *in loco* as experiências em andamento, bem como de técnicos daquela Unidade a Alcântara. As atividades de capacitação da base produtiva já foram iniciadas nas comunidades. Para garantir a continuidade e a ampliação deste processo de transferência de tecnologia, está sendo negociada, junto ao Ministério da Integração Nacional, a instalação de uma Unidade Avançada da EMBRAPA no município.

Como a ração para os frangos será desenvolvida utilizando a mandioca, esta cultura será estimulada, também em parceria com a EMBRAPA, buscando, como objetivo de médio prazo, a reativação da produção de farinha e de goma no município, componentes tradicionais da culinária local e que hoje são importados. Convém destacar que estes produtos também poderão ser adquiridos pelo PAA e PNAE para utilização pelas escolas na alimentação das crianças.

Este trabalho teve como referência a diversidade e a

qualidade dos produtos que já são ou que podem vir a ser produzidos pelas famílias nestas comunidades e que agora serão adquiridas para doação às escolas onde estudam os seus próprios filhos (foram identificados mais de 40 itens no levantamento realizado pela CONAB). A partir disto, novos cardápios para as escolas já foram elaborados, ampliando o número de refeições que serão oferecidas aos alunos e buscando atender as demandas nutricionais das crianças a partir da produção local.

Um dos gargalos identificados foi a logística deste processo. Abastecer 10 escolas com a produção de 10 comunidades quilombolas, numa zona rural com dificuldades de acesso, não é uma tarefa fácil. Mas o simples exercício de tentar resolver este problema já teve efeitos colaterais bastante positivos. A análise da situação das unidades escolares demonstrou que não houve um planejamento para definir onde deveriam ser instaladas as escolas. Os critérios foram político-eleitorais. Para se ter uma ideia do quadro que foi encontrado, existiam “escolas” com menos de 20 aluno(a)s e com uma única turma multisseriada, situação onde aluno(a)s de idade e níveis educacionais diferentes são atendidos ao mesmo tempo, no mesmo espaço físico e pelo(a) mesmo(a) professor(a), as quais representam, hoje, cerca de 30% das turmas existentes nas agrovilas.

Esta constatação foi a porta de entrada para um exercício de racionalização do número de aluno(a)s por turma e da qualificação do seu atendimento, ou seja, numa mesmas turma apenas aluno(a)s da mesma série. Isto está permitindo uma utilização mais racional dos recursos do PAA, do PNAE e do FUNDEB, melhorando o rendimento escolar e a qualida-

de do ensino. É exatamente nos polos onde o projeto está sendo implantado que se está iniciando este processo de reestruturação da rede municipal. A negociação com as famílias para concretizar esta ação é um processo delicado, uma vez que às vezes se trata do fechamento de um equipamento público que, apesar dos problemas, existia na comunidade. Isto implica na necessidade de atender outra demanda local, utilizando o espaço físico existente para instalação do que foi negociado. Esta ação está sendo conduzida de maneira a racionalizar o número de unidades e melhorar o atendimento ao(à)s aluno(a)s, cujo foco é a extinção das turmas multisseriadas.

9.7 Dificuldades e pontos de estrangulamento

Apesar da boa articulação institucional realizada pela prefeitura e da vontade política dos parceiros em se inserir numa ação de superação da extrema pobreza no município, ainda existem gargalos que precisam ser enfrentados. A complexidade do contexto local, apresentada anteriormente, se traduz em um grande número de fragilidades, conformando uma tipologia diversificada de problemas, como a falta de infraestrutura básica, tanto social quanto produtiva; a inexistência de um processo de organização da produção das comunidades; pesca artesanal desestruturada; poucas oportunidades de geração de emprego e renda para a juventude; acirramento das disputas locais; desconhecimento e difícil acesso aos atrativos turísticos locais; conservação deficiente das ruínas históricas, etc.

Mesmo questões estruturantes para propostas de superação da extrema pobreza, como é o caso das relações sociais de gênero, geração e etnia, ainda não estão sendo trabalhadas da forma adequada, apesar do grande número de mulheres e jovens envolvid(o)as, lideranças e produtor(e)as, e de que todas comunidades envolvidas são remanescentes de quilombos. O enfoque inicial, por conta dos prazos para operacionalização dos diversos aspectos ligados à avicultura, ainda está sendo predominantemente técnico e produtivo. As limitações de pessoal técnico especializado nestes temas obrigam a que seja formatado, no curto prazo, um processo de formação que habilite as equipes envolvidas para o trato destas questões. Este assunto já está na pauta da Prefeitura.

Por outro lado, cada entidade envolvida no projeto tem seus ritmos, dinâmicas e processos decisórios distintos, o que muitas vezes impede uma articulação eficiente em torno das atividades programadas. Só no projeto das galinhas caipiras são quatro entes públicos envolvidos na sua implantação, dificultando o fluxo de recursos e de informações. Além disto, ainda existem as dificuldades das famílias para a gestão do processo produtivo e de acesso aos mercados, as quais precisam ser superadas para o êxito do investimento realizado.

Isto implica em dizer que a garantia de retorno dos investimentos realizados representa um grande desafio para todos os envolvidos. Tanto para os atores públicos como para as famílias envolvidas.

Para a maioria dos agricultores familiares, um dos únicos caminhos para desenvolver um mínimo de autonomia na comercializa-

ção de sua produção é criar um processo de vendas em coletivo. Por outro lado, as organizações de agricultores familiares têm larga experiência em lidar coletivamente com questões de ordem política, e grandes vitórias têm-se conseguido. Da mesma forma, na capacitação e aprimoramento técnico da produção, os esforços coletivos têm mostrado resultados significativos. [...] Já nas atividades econômicas, os agricultores familiares tendem a agir individualmente. Não desenvolvemos, ainda, uma cultura de tratar em coletivo as atividades de cunho econômico em geral e a comercialização em particular. Há um aprendizado a desenvolver. [...] As questões que se põem são de duas naturezas. A primeira é o conhecimento das práticas que se fazem necessárias para se conseguir vender bem a produção. A segunda inclui as relações a serem estabelecidas entre os associados, as regras do jogo, nas quais a transparência, a solidariedade e a cooperação mútua, se constituem em fatores condicionantes para serem atingidos bons níveis de eficácia no processo coletivo (COSTA, s/d, p. 1-2).

Um dos melhores indicadores de êxito de uma política de combate a pobreza é a diversidade de oportunidades reais que oferece às pessoas em situação de vulnerabilidade social e, o mais importante, o número de famílias que conseguem acessá-las. Diversas experiências de fomento ao desenvolvimento, exitosas, tanto nacionais quanto internacionais, já demonstraram que, quanto mais amplas são as possibilidades reais de participação de pequenos negócios e de empreendedor(a)s familiares nas cadeias produtivas, maiores são os benefícios econômicos para a população mais pobre e, portanto, seus reflexos na sociedade. Principalmente quando existem políticas públicas voltadas para qualificação do(a)s produtor(a)s, superação dos problemas de logística, controles ambientais ou sanitários, simetria no acesso às informações e certificação de origem.

A estratégia de intervenção do setor público concilia a construção da competitividade destes empreendimentos com

a afirmação da cooperação solidária como força política e econômica do(a)s produtor(a)s, e como um importante fator de democratização das relações de produção. A superação da pobreza amplia a base de consumidora(s), garantindo que o conjunto da sociedade também seja beneficiado. Isto ajuda a configurar um círculo virtuoso que possa ser a base para a construção de “[...] uma cultura política capaz de agregar redes de cooperação [...]” (MAGALHÃES, 2004, p. 33). Entretanto, a criação de redes solidárias de produção e comercialização nos povoados e com os possíveis consumidores privados dos seus produtos, não é tão simples. Muito menos sua articulação em níveis estaduais e regionais, de modo a não se sujeitar exclusivamente às perspectivas mercantilistas, mas aproveitar, sempre que possível, as vantagens comparativas da economia solidária para uma inserção não subordinada das famílias nos mercados.

A ampliação do trabalho para outras cadeias produtivas, até para aquelas que podem dialogar diretamente com as ações que já estão sendo realizadas, tem enfrentado sérias dificuldades. O reduzido quadro técnico da prefeitura, apesar de estar profundamente comprometido com as lutas das comunidades (todo o quadro dirigente é oriundo do próprio município), não consegue atender às complexas e diversificadas demandas de apoio aos processos produtivos de todas as famílias e comunidades em situação de extrema pobreza.

Mesmo no tocante à pesca e ao artesanato, atividades culturalmente enraizadas no município, ainda não foi possível estabelecer um planejamento para uma ação pública mais eficaz. A expectativa é superar estas dificuldades ampliando as parcerias e identificando outros caminhos para envolver

mais setores da sociedade nesta caminhada.

Apesar dessas limitações, algumas ações complementares já estão em fase de planejamento, como é o caso da construção de um banco de imagens sobre o conjunto de potencialidades turísticas do município, bem como a produção de um documentário sobre as manifestações culturais das comunidades e um *clip* promocional do município, numa parceria SEBRAE/Prefeitura Municipal. Estas e outras possibilidades visam permitir a ampliação das oportunidades para o desenvolvimento do empreendedorismo solidário, dinamizando a economia local e abrindo novas perspectivas para a juventude das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Finanças de Proximidade e Desenvolvimento Territorial no Semi-árido Brasileiro**. Recife: MDA/PDHC, 2002.

_____. (Org.). **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**. São Paulo: Annablume; Fapesp; ADS-CUT, SEBRAE, 2004.

_____. Desenvolvimento Sustentável: qual a Estratégia para o Brasil?. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 87, p. 97-113, jul 2010a.

_____. Alimentos versus População: está ressurgindo o Fantasma Malthusiano? **Ciência e Cultura**, São Paulo, v.62, n. 4, 2010b.

COSTA, Ricardo. Comercialização e Transformação dos Produtos da Agricultura Familiar. *In*: KÜSTER, Angela; MARTÍ, Jaime F.

(orgs) **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, DED, 2004.

DEL PRIORI, Mary; VENÂNCIO, Renato. **Uma História da Vida Rural no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 17.06.09, Brasília, Imprensa Nacional, 2009

DIMEN, Muriel. Poder, Sexualidade e Intimidade. *In*: BORDO, Susan R.; JAGGAR, Alison M. **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

ENGELS, Friedrich. **El papel Del Trabajo em La Transformación del Mono em Hombre**. Moscou: Editorial Progreso, 1979.

ENGEMANN, Carlos. Da Comunidade Escrava e suas Possibilidades, Séculos XVII - XIX. *In*: FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, Cativo e Liberdade**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder**. 16ª ed., vol. 1, São Paulo: Globo, 2004.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do Desenvolvimento Rural em Questão**. São Paulo: FAPESP, 2007.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

_____. **A Revolução Burguesa no Brasil**. 2ª Ed., Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. **A Organização Social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec, 1989.

FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, Cativoiro e Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

HOBBSAWN, Eric. **As Origens da Revolução Industrial**. São Paulo: Global Editora, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Ed. Comemorativa, São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

JACCOUD, Helena (org.). **A Construção de uma Política de Promoção Racial: uma análise dos últimos 20 anos**. Brasília: IPEA, 2009.

MAGALHÃES, Reginaldo. Planejamento de Serviços de Financeiros para Famílias de Baixa Renda. In: ABRAMOVAY, Ricardo (Org.). **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**. São Paulo: Anna-blume; Fapesp; ADS-CUT, SEBRAE, 2004, p. 217-246.

MARQUESE, Rafael. **Nas Malhas do Tráfico Negreiro**. São Paulo: Jornal Folha de São Paulo, 2010.

PRADO JR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

REIS, João José; GOMES, Flávio S.; CARVALHO, Marcus J. M. **O Alufá Rufino: Tráfico, Escravidão e Liberdade no Atlântico Negro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília: SEBRAE, 2002.

SAMPAIO, Antonio C. J. **A Produção da Liberdade: Padrões Gerais**

das Manumissões no Rio de Janeiro Colonial. *In*: FLORENTINO, Manolo (org). **Tráfico, Cativo e Liberdade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SCHRÖEDER, Mônica. As Demandas Financeiras dos Agricultores do Sertão do Pajeú. *In*: ABRAMOVAY, Ricardo. (org) **Laços Financeiros na Luta contra a Pobreza**, São Paulo: Annablume, Fapesp, ADS-CUT, SEBRAE, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Carmen; PORTELA, Ana Paula. Divisão Sexual do Trabalho em Áreas Rurais do Nordeste Brasileiro. *In*: CORDEIRO, Rosineide; SCOTT, Parry (orgs). **Agricultura Familiar e Gênero**, Recife: UFPE, 2006.

SILVA, Joana. Economia de Subsistência e Projetos de Desenvolvimento Econômico em Áreas Indígenas. *In*: SILVA, Aracy; GRUPIONI, Luis. **A Temática Indígena nas Escolas**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SILVA, José Graziano da. **Fome de Comida e de Estabilidade**. São Paulo: Jornal Valor Econômico, 2011.

SOUZA, Marcelo Lopes. **A Prisão e a Ágora**: Reflexões em torno da Democratização do Planejamento e da Gestão das Cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VEIGA, José Eli. **Sustentabilidade, a Legitimação de um Novo Valor**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.

WAGNER, Alfredo (org.) **Caderno de Debates Nova Cartografia Social**. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEAEdições, Manaus, v. 1, n. 2, 2010.



Consumo e identidade: a produção para o consumo a partir dos insights dos empresários negros



Alex Sandro Macedo Almeida
Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia na Universidade do Estado da Bahia, Campus XVIII - Eunápolis (UNEB). Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, agência financiadora: CAPES.

Pensar as relações ou injunções entre consumo e identidade requer tratar de uma dimensão que há apenas bem pouco tempo obteve a atenção das pesquisas acadêmicas. No momento, o que podemos observar é uma preocupação maior a respeito das estratégias políticas e identitárias no espaço público. Um exemplo disso é o público negro ou afrodescendente que no Brasil historicamente sempre fora percebido como minoria discriminada e excluída e não como membros de uma sociedade moderna e consumidores dessa sociedade.

Assim, temos poucos estudos em quantidade e qualidade que auxiliem demonstrar como o consumo pode ser expressão de estratégias de ascensão social e assunção da identidade e ainda como esta categoria é vista e reapropriada como instrumentalização de posicionamentos que possibilite visibilidade a esse segmento da sociedade brasileira. No intuito de contribuir para o debate a respeito do tema, toma-se como pista nesse trabalho de pesquisa o novo contexto das relações raciais no Brasil a partir da primeira década do ano de 2000.

As leituras e reflexões sobre o sentido e o signi-

ficado do consumo e da identidade para os negros ou afro-descendentes foram um percurso necessário para compreender como um aspecto influenciou o outro; quais relações poderiam ter essas categorias; como os negros, por meio do consumo, afirmam a sua identidade e se manifestam com o viés político em suas escolhas; como eles aparecem na cena enquanto consumidores; o que isso de fato pode revelar, uma vez que os negros não eram vistos como sujeitos desse universo.

Uma das primeiras compreensões foi que consumir não é exatamente o que se imagina: há distinções, *élan*s, comunicações, memórias, formação de imagens, sonhos, desejos, ilusões e tantas relações para compreender o significado do ato de consumir. Foi possível encontrar ainda nas investigações uma série de empresários/as e seus produtos que, mantendo um estrito foco nos negros, passaram a produzir um algo mais que simples produtos para consumo: passaram a utilizar o consumo como um ato ao mesmo tempo pragmático e engajado. Percebendo-os como sujeitos agenciando a causa racial na produção de instrumentos antirracistas, suas ações de natureza mercantil transcendem em múltiplos significados, passando a atuar como *élan*s na construção das identidades dos afrodescendentes no Brasil ao produzir artefatos que permeiam não apenas o consumo material, mas, sobretudo, simbólicos, na forma de imagens e imagéticas tão fundamentais nos processos de desenvolvimento cognitivo.

Nesse sentido, a inquietação desse trabalho resultou em problematizar a questão do consumo, principalmente de produtos chamados étnicos, mas não só eles: todos aqueles que de alguma forma remetiam à condição imagética negra. As questões a compreender foram: estava por trás desse tipo de

consumo comprar por comprar? Isso traz uma questão de natureza política? Os produtos chamados étnicos estão apenas disponíveis em artigos de beleza e estética? Eles expressariam um desejo e uma inquietação dos negros que lograram êxito no projeto de ascensão social? Passaram a comprar esses produtos porque entendem que eles têm uma função no cotidiano, sobretudo, porque no processo de socialização tais produtos servem a construção da identidade? Poderíamos dizer ainda que tal consumo expressa uma maior democratização das relações sociais no Brasil? A diminuição da exposição de imagens negativas historicamente associando os negros em condições subalternas e, portanto, uma maior infiltração no cotidiano de imagens positivas revelam alterações na forma como os negros foram publicizados?

Essas e outras problematizações estão no decorrer dessas páginas, nas quais os leitores encontrarão uma discussão sobre as relações entre consumo e identidade. Os autores trazidos para o debate possibilitam compreender que se trata de uma questão complexa, uma dimensão do mundo da vida pouco aderente às teorizações e ainda menos no que diz respeito a algum consenso sobre o seu real significado. O trabalho discute as relações entre consumo e identidade, como as relações de produção e consumo se emendam nas identidades, como as partículas do consumo ajudam no processo de constituição das identidades e como o consumo enquanto dádiva retorna de forma a fazer desse fato um círculo maior e em permanente desenvolvimento. A análise se concentrou nos depoimentos sobre as trajetórias de vida e nas perspectivas desses indivíduos com as suas produções, de maneira que os produtos pudessem ser compreendidos como o resultado das relações sociais nas quais estavam inseridos. Portan-

to, analisou-se como sujeitos portadores de elevado capital cultural compreendem as ações do mundo da vida e principalmente como o mundo dos bens é uma forma de revelar um posicionamento que questiona a invisibilidade simbólica à qual os negros foram submetidos.

Os *insights* dos empresários negros

Quando da apresentação da proposta de investigação, pretendia tentar compreender, entre outras coisas, como esse indivíduo, o empreendedor negro, percebia as relações sociais de forma pragmática, visando captar os elementos de que pudesse tirar vantagens da sua condição étnico-racial e, ao mesmo tempo, como essa produção colocava em relevo tanto um aspecto discursivo das relações raciais na sociedade brasileira, como o aspecto político. Assim, entende-se que essa produção é um ato político de inclusão simbólica e que corrobora na prática antirracista no contexto da sociedade brasileira. Parto da ideia de que todo e qualquer produto considerado étnico voltado aos negros tem uma dupla face: é um produto em si mesmo da grande produção capitalista e ao mesmo tempo um marcador político, visto que a ideologia do branqueamento e o racismo cordial constituem uma trama sutil que atua no processo de estigmatização do legado e da subjetividade dos negros em nossa sociedade.

À época em que as minhas primeiras reflexões sobre esse tema surgiram, os dados que tinha à disposição informavam que, no Brasil contemporâneo, sobretudo a partir de meados da década de 1990, um conjunto de produtos estava chamando a atenção dos meios de comunicação impressos; os

jornais falavam a respeito de um crescente consumo de produtos voltados para negros. Esses produtos, conhecidos então como étnicos, eram em sua maioria cosméticos e voltados para beleza e estética. A novidade vinha acompanhada ainda das informações de que no Brasil estaríamos diante de uma emergente classe média negra que começava a demandar esses produtos em escala cada vez maior, com algumas reportagens em jornais de grande circulação no país falando sobre o consumo do segmento¹.

As reflexões sobre esse novo momento das relações sociais envolvendo os afro-brasileiros me impeliram, enquanto pesquisador, a inquirir sobre o que poderia compreender acerca desses elementos e se apenas no ramo da beleza e cosméticos esses produtos são encontrados. Foi grande a surpresa ao descortinar um universo de possibilidades e de ações que mereciam um olhar atento e um registro sobre as práticas de empresários(as) negros(as) que buscavam vencer dentro de um campo de batalha com os arsenais que antes eram motivo de depreciação e estigma. Essas pessoas passaram a atuar no campo mercantil com as armas que antes haviam sido utilizadas para ferir. A sua própria condição étnica agora é parte das suas estratégias de mercado.

Assim, encontrou-se um conjunto de indivíduos que, percebendo o novo momento em que vivemos no Brasil, no que

1 *Classe média negra impulsiona a venda de produtos étnicos* (Diário do Comércio, São Paulo, 15/11/2000); *A cor do dinheiro: As empresas estão investindo nos consumidores negros* (Carta Capital, 26/11/1997); *Empresas descobrem que faturamento não tem cor: começam a ser lançados produtos e campanhas específicos para os negros* (O Globo 11/09/1996); *Visivelmente negros, a tradição e a juventude concordam: o consumo e o modismo servem à causa* (O Globo, 01/02/1997); *Publicidade brasileira ganha mais cor como crescimento do consumo entre negros, Bradesco, Parmalat e Boticário segmentam anúncio para atingir público maior* (O Globo, 25/02/1997).

diz respeito à ascensão social de parte dos negros, passaram a atuar de forma pragmática com a sua especificidade étnica. Em vista disso, passaram a produzir como empresários(as) um conjunto maior de produtos do cotidiano das pessoas e que corroboram nas múltiplas escolhas que fazem parte dos alicerces dos desejos, das escolhas e, por conseguinte, das identificações a partir das quais os indivíduos constroem suas identidades.

Quando do começo dessa pesquisa, havia em mãos informações que diziam que apenas a revista Raça Brasil, lançada em 1996, e alguns produtos de beleza e cosméticos eram o que se podia chamar de mercadorias étnicas voltadas para os negros ou afrodescendentes. Todavia, mais adiante, descobrimos que havia um universo ainda a ser explorado, um universo que permeia várias matrizes do cotidiano, um conjunto de produções com apelo étnico-racial que abrange vários produtos, tantas formas, os mais variados objetivos e uma rede de interlocução que vai muito além do que esse trabalho é capaz de alcançar. Nesse ínterim, descobrimos uma feira de negócios, cursos para empresários se especializarem nesse nicho de mercado, brinquedos os mais diversos e variados, símbolos que marcam festividades, rede social, lojas de moda, souvenir, empresas de turismo e consultoria, revista em quadrinhos, livros didáticos e obras literárias que exploram as relações nas quais o negro é protagonista principal, editoras, curso de idioma, cosméticos, faculdade e ainda um bom número de outras invenções.

A base para as observações vem fundamentalmente do trabalho de campo realizado na Feira Preta, um evento que ocorre desde 2002 na cidade de São Paulo e das observações

realizadas em vários sítios na internet. A Feira Preta é uma iniciativa de uma jovem empresária negra que, naquele ano, teve a ideia de reunir no mesmo espaço de exposição as iniciativas empreendedoras de pequenos empresários(as) negros(as) que buscavam explorar suas inventividades a partir da sua condição étnico-racial. A partir dessa experiência e da narrativa dessa empresária, e dos demais com quem tivemos contato, que começam as primeiras análises empíricas sobre o sentido e o significado da produção de negros e negras que fizeram dos seus *insights* um duplo movimento, uma forma de atuar no mercado como sujeitos em busca de sua autorrealização e uma práxis de viés político-ideológico que coloca em relevo uma produção que, ao mesmo tempo, é um discurso e um ato que corrobora nas práticas antirracistas na sociedade brasileira.

Empresário(a) negro(a): algumas questões relevantes

Uma das principais dificuldades que um pesquisador enfrenta ao investigar um objeto como esse é a escassez de contribuições acadêmicas que discutam em termos de quem é e como pensa o empresário e empreendedor negro. Há pouco interesse do mundo acadêmico em trabalhar com esse público. Em um contexto social marcado pelo racismo e pela ideologia do branqueamento, ser empresário(a) negro(a) tem um significado adicional: a cor interfere nas suas estratégias, o racismo institucionalizado na sociedade brasileira atua como fator importante, ora inviabilizando as tentativas desses empresários, ora lhes proporcionando dificuldades adicionais.

É esse o tema do livro no qual Monteiro (2001) es-

miúça o tema. O livro traz uma constatação que é quase uma confirmação das análises dos institutos de pesquisa e da academia sobre a situação do negro enquanto empresário – ou seja, dificuldades em operacionalizar o seu negócio, racismo, preconceito etc. No capítulo de abertura, Monteiro faz uma indagação que diz respeito diretamente às iniciativas empresariais desses indivíduos:

será que a própria condição de ser negro funciona como um estímulo, um fator alavancador? E, em sendo assim, por que representam no passado e continuam representando no presente tão pouco nas estatísticas oficiais, quando comparados ao número de empresários e empregadores brancos brasileiros natos ou mesmo descendentes de imigrantes europeus, tais como italianos, alemães, portugueses, poloneses, etc.? (MONTEIRO, 2001, p. 21).

A resposta para essa indagação, pelo menos do ponto de vista das entrevistas coletadas nesse trabalho, é paradoxal: sim e não. Sim porque, do ponto de vista da sua condição étnico-racial, os empresários afirmaram que essa foi uma das bases de suas iniciativas. Em sua totalidade, os empresários admitiram que a condição étnica foi um dos pontos de partida que os motivou a empreender no mundo dos negócios, fazendo do étnico uma forma de mercantilização. O lado menos convidativo dessa questão, ou seja, o não, diz respeito às dificuldades encontradas com relação a suas iniciativas e a como ser negro é ainda sinônimo de enfrentamentos de barreiras e dificuldades imputadas a todos os que se dispõem a trabalhar evocando a questão étnico-racial como parte de suas estratégias de mercantilização.

É isso o que relatam os empresários e empreendedores que entrevistei, sobre o que os motivou a fazer do fator étnico-racial uma estratégia empresarial e de comércio. A estratégia metodológica consistiu em avaliar o conteúdo do discurso dos meus entrevistados, suas perspectivas, suas observações, suas estratégias e as formas como percebem o racismo ao seu redor. A análise procurou captar como as questões relativas à identidade são percebidas por esses indivíduos, uma vez que estamos de acordo com Silva (2008) quando afirma que todas as identidades são práticas de territorialização e desterritorialização, um contínuo que envolve muitas mãos, que constroem teias de significação e ressignificação por meio da cultura.

Esse trabalho toma como referências o etnotexto e a análise da conversação. Segundo Gil (2005), essa orientação interdisciplinar acentua que o discurso é orientado por uma ação, e procura captar como as narrações se relacionam com o mundo, os objetivos a conseguir e alguns detalhes da interação social. Os depoentes falam abertamente a partir de questões elencadas em um roteiro de perguntas semiestruturado com questões básicas, orientadas para as relações mercantis e suas estratégias enquanto empresários. A intenção foi perceber como, a partir das questões de natureza mercantil, é possível fazer a clivagem com as questões étnico-raciais, ou seja, como, a partir do discurso construído no mundo dos bens, poderiam emergir temas como racismo, antirracismo, identidade, autoestima, preconceito e autoafirmação.

De acordo com Bhabha (2010), os signos que permeiam a construção das histórias e das identidades são diferentes

em seus conteúdos; ao mesmo tempo em que produzem sistemas não compatíveis de significação, podem envolver ainda formas distintas de produção de subjetividade, ou, como afirma o próprio autor:

como resultado sua própria divisão no entre-tempo da significação, o momento de individualização do sujeito emerge como um efeito do intersubjetivo - como o retorno do sujeito como agente. Isso significa que aqueles elementos de “consciência” social imperativos para a agência - ação deliberada, individuada e especificidade de análise - podem ser pensados agora de fora daquela epistemologia que insiste no sujeito como sempre anterior ao social ou no saber do social como necessariamente subsumido ou negando a “diferença” particular na homogeneidade transcendente do geral. O interativo e o contingente que marcam essa relação intersubjetiva não podem ser libertários ou sem amarras, como afirma Eagleton, pois o agente, constituído no retorno do sujeito, está na posição dialógica do cálculo, da negociação, da interrogação: *Che vuoi?* [O que você quer?] (BHABHA, 2010, p. 258).

Assim, o que estamos tentando é interpretar o sentido visado por alguns empresários/as negros/as e suas produções direcionadas ao mercado que se convencionou chamar étnico. As entrevistas em sua maioria foram realizadas por meio do computador via internet, gravadas diretamente no programa Skype, com duração que variou entre quarenta minutos e uma hora. As pessoas em geral estavam em seus ambientes de trabalho e as questões de fundo que me interessavam foram respondidas sem rodeios e com muita objetividade.

A primeira depoente analisada é uma jovem empresá-

ria, formada em administração e especializada em gestão de eventos. É paulistana, oriunda de família simples. Sua trajetória profissional foi descrita como de muito esforço e enfrentamento de grandes dificuldades para se estabelecer enquanto profissional e empresária de sucesso.

A Feira Preta é um empreendimento que, no ano de 2011, completou 10 anos de existência – um fato raro, uma vez que essa empresaria relatou um conjunto grande de dificuldades. Além das inerentes a qualquer empresa capitalista (competição, responsabilidade por seu funcionamento e eficácia, coordenação de produção e avaliação de mecanismos de oferta e demanda, assumir riscos, insumos e todo o aparato que cerca uma empresa), as dificuldades adicionais de estar lidando com uma questão de natureza étnico-racial como fator de comércio, o racismo, a discriminação de cor e de gênero e a desconfiança de alguns setores da militância negra organizada. As respostas quase sempre tentaram conciliar um pragmatismo que, mesmo admitido sem ressalvas, acabou de mãos dadas com uma prática política, uma inquietação e um descontentamento com relação ao status do negro e suas produções.

Na avaliação dessa empresária, de que na verdade faltava uma ação com caráter ao mesmo tempo inovador e empreendedor, iria ainda ser desvelado um conjunto de situações nas quais ela relatou as múltiplas dificuldades de ser uma empresaria negra que trabalha com a questão étnico-racial. Em breve narrativa, pois o relato da história do seu negócio extrapola as intenções dessa pesquisa, a história da Feira Preta é instigante, pois um empreendimento que começou como uma aposta sem grandes pretensões em dez anos de existência

veio a ser considerada a maior feira do setor no Brasil. Segundo Adriana Barbosa, a ideia da Feira Preta surgiu quando ela própria ainda era apenas uma expositora de produtos étnicos na Praça Benedito Calixto, localizada na zona oeste de São Paulo, situada na Vila Madalena, um tradicional bairro boêmio da cidade. O ano era 2001 e, segundo Adriana, ela não tinha ideia de que seu empreendimento pudesse tomar a dimensão que logrou, sendo considerado atualmente um modelo de organização empresarial, com mais de 100 expositores com diversos produtos dentro desse conceito segmentado, um público médio de 4 mil pessoas que passam pelo evento que já está sendo pensado para ser replicado hoje em outras partes do país, especialmente nas capitais.

Em seu relato, a empresária informa que a ideia contou com o auxílio de órgãos do poder público, como o SEBRAE e a Prefeitura de São Paulo através da Coordenadora Especial de Assuntos da População Negra, e ainda com a Unilever², que bancou parte da estrutura, pois estava lançando um sabonete para pele negra. A Unilever naquele momento estava se tornando pioneira entre as grandes marcas no país ao produzir um produto exclusivamente para pele negra e colocando em relevo uma propaganda direcionada aos negros, com uma atriz negra como âncora do seu comercial.

Assim, a questão étnico-racial pode ser vista como um fator de comércio contemporaneamente porque é uma forma de discurso e um élan entre uma forma de ativismo e um pragma-

² Unilever é uma das maiores empresas de bens de consumo do mundo. Fabricante de produtos de higiene pessoal e limpeza, alimentos e sorvetes, a Unilever completou, em 2009, 80 anos de atuação no Brasil. Ao lançar o seu primeiro sabonete para pele negra, talvez tenha sido uma das empresas multinacionais pioneiras no Brasil produzir para o mercado étnico ou segmentado.

tismo. Essa questão deve ser também explorada no interior das relações mercantis que caracteriza os nossos tempos. Portanto, um produto dessa natureza, um produto étnico voltado para os negros, pode ser considerado um elemento atuante no interior das relações raciais.

Essa questão aponta para a noção de agência (GIDDENS, 2009), que admito como horizonte epistemológico – ou seja, as situações em que os sujeitos mais dinâmicos procuram as formas de lidar com a questão étnico-racial, no âmbito prático ou pragmático. Isso quer dizer que os indivíduos imersos em suas atividades rotinizadas reconhecem os problemas ao seu redor e os elementos que fazem parte da trama social ao qual estão interligados. As atividades dessa jovem empresária negra que desenvolve um projeto de organizar os produtores em uma feira exclusivamente voltada para os produtos étnicos, sendo eles produzidos por empresários negros e não negros, está dentro do que Giddens vai afirmar ser “um monitoramento reflexivo da atividade”, é uma característica crônica da ação cotidiana e envolve a conduta não apenas do indivíduo, mas também de outros.

A empresária Adriana Barbosa é uma dessas pessoas, ou propriamente um ator social, que opera uma agência, pois ela percebe os mecanismos que atuam nas relações sociais, comumente funcionando como impedimento às iniciativas desse aspecto do mundo da vida. Ainda assim, seleciona e coloca em movimento uma prática que ao mesmo tempo utiliza as relações mercantis como uma forma de discurso, uma metalinguagem que se faz pelo processo de mercantilização de produtos que também corroboram no processo de construção e afirmação da identidade afrodescendente. Esse discurso ou metalingua-

gem aparece na forma de produtos, de imagens, de comunicação, de interação e interconexão com outros produtores que operam na mesma prática e a Feira Preta é um bom exemplo.

A produção é realizada no que Bourdieu (2007) afirma ser distinção. Um consumo como lógica de distinção é aquele que está pré-codificado, está dentro de um campo de hierarquias, uma expressão de uma luta simbólica relativa aos estilos de vida que refletem as posições sociais dos indivíduos no espaço social. Nesse sentido, a produção visando um público étnico, um consumo etnicamente segmentado, é um elemento novo no campo de produção de novos estilos de vida e visão de mundo, pois, analisando os depoimentos dos que consomem, a percepção comum é que os negros compram por autoafirmação. Alguns fazem questão de adquirir esse ou aquele produto porque ele vem codificado para eles, e isso reflete uma forma de posicionamento político, de formação de um público, de um *ethos* do consumo orientado por predisposições de origem e de uma consciência a respeito dessa origem.

Esses empresários (as), ao colocarem em marcha as suas iniciativas, além da produção distinta, constroem também uma teia de comunicação (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009), pois o consumo também serve para pensar a relação entre os produtores e os que desejam consumir. É possível observar uma clivagem entre necessidade prática e afirmação identitária, ou seja, os empresários incorporaram às suas atividades mercantis suas próprias necessidades enquanto indivíduos desejantes e suas inquietações enquanto sujeitos que perceberam as falhas e injustiças no meio social ao qual foram socializados, percepções essas que eles desejam conscientemente alterar, e a mercantilização de símbolos e

produtos étnicos negros acaba sendo uma contribuição relevante de prática antirracista. O empreendimento negro se constitui a partir da constatação de que é preciso atuar no segmento mercantil no duplo significado: um consumo segmentado, distintamente orientado e tendo os negros como ponto de partida, uma relação pragmática, de natureza capitalista e ao mesmo tempo uma ação de natureza política, dada a ausência de produtos que possa preencher essa lacuna.

Acredito que os argumentos de Sansone (2007, p. 130) fazem sentido, uma vez que na contemporaneidade o banco de símbolos é cada vez maior e mais fragmentado. , Nele, as referências à cultura negra são etnicizadas; todavia, o acesso a esse mercado de símbolos é cada vez mais determinado pelo dinheiro, e esses novos objetos dependem de quem tenha dinheiro. Daí que a maior parte dessa produção tenha os grandes centros e a emergente classe média negra como os seus principais alvos na construção de nova seara de símbolos na forma de produtos voltado ao mercado étnico.

Portanto, se estamos contemporaneamente vivendo um tempo em que culturas locais estão cada vez mais em contato com outras culturais locais, um fenômeno reconhecidamente chamado de globalização, as identidades dos indivíduos sofrem a influência desse fenômeno, daí que a negritude passa por um processo de etnização (SANSONE, 2007) em sua forma mercantil, tornando-se prática de consumo não apenas de negros, mas potencialmente para outros grupos, só que, nesse caso, tendo o negro como protagonista; um protagonismo que tem no rótulo étnico sua propaganda, sua marca de visibilidade e autoafirmação.

Produtos como esses marcam as vidas das pessoas, fazem parte da paisagem de seus cotidianos. Para retomar a perspectiva de Candau (2011), a expressão das experiências fenomenológicas das pessoas é vivenciada em primeira pessoa, e, portanto, por essa razão é difícil fazer afirmações sobre como elas estão sendo compartilhadas, mas podemos com certeza dizer que elas estão sendo compartilhadas, vivenciadas, e que uma gama de produtos, tendo como palco as relações mercantis, atua como um elemento nessa construção identitária.

Existe, portanto, a expectativa de superar a condição historicamente herdada pelos negros no Brasil. Há uma percepção, por parte desses agentes, do campo de possibilidades abertas numa modernidade mundo heterogênea e permeada por um banco de signos. Os empresários apontaram, em várias oportunidades, em utilizar os recursos e instrumentos para otimizar as melhores condições de mercantilização do rotulo étnico. Todavia, não é tarefa fácil trabalhar com essa dualidade, esse duplo que é um produto étnico, pois sua natureza está codificada em meio à tensão das relações entre negros e brancos na sociedade brasileira e por si mesmo é fonte de uma miríade de complexidades. Entretanto, a sua condição étnica é um dos pontos de partida do seu *insight*: é a partir desse lugar que ele pensa a sua ação mercantil, é por meio dessa especificidade que ele atua e como tal coloca em relevo um discurso, um produto que pode ser visto como élan entre o produtor e consumidor. Ele não apenas está trabalhando com um produto, mas está comercializando um signo, que serve à causa na luta cotidiana de reversão dos estereótipos historicamente associados aos negros no Brasil.

Como afirmam Douglas e Isherwood (2009), partimos da noção de que devemos compreender o consumo como um processo social que deve deixar de ser visto apenas como um resultado final de um trabalho para ser reconhecido como um horizonte no qual toda aproximação significa também um distanciamento. Daí é que os autores vão afirmar que o universo dos bens é uma trama complexa de desejo, um universo intangível e racionalmente constituído que em geral envolve uma escolha.

Ao falarmos de bens com rótulos de étnicos, estamos de acordo com Sansone (2007, p. 103) quando esse autor trabalha a perspectiva de que o consumo passou a funcionar como um marcador étnico, um modo de resistência e uma marcação que diz respeito à expressão de cidadania (Canclini, 2007) e determinação de status dos negros no novo mundo. Segundo Douglas e Isherwood (2009), os bens são marcadores de lugar e pertencimento. Os bens étnicos, a sua produção e consumo, têm intrinsecamente uma conotação política comunicacional, pois expressam a posição de um grupo, a produção e reprodução de uma determinada forma de subjetividade que atua como processo que auxilie os afrodescendentes no reconhecimento como tais, possibilitando uma forma de reverter o estigma e a depreciação em relação ao fenótipo negro.

Mas os produtos, ao se transformarem em elos de um posicionamento político, como são pensados pelos produtores? A esse respeito, percebemos algumas divergências no que tange ao posicionamento dos produtores quando indagados sobre o fato do produto ter um apelo étnico-racial e se isso determinaria o consumo do produto. A perspectiva comum é de que esse mercado auxilia aos que buscam suas referências identitárias.

A perspectiva da Feira Preta demonstra que ela está atenta a essa ansiedade de posicionamento, de revelação de um desejo que não apenas está na ordem do dia como desejo de ter e poder consumir. Aqui também esse consumo dos negros revela um duplo significado, o desejo do consumo e a autoafirmação, e muito provavelmente é desse impulso que essa produção começa a ganhar força na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é do nosso entendimento que, mesmo que um empresário não esteja interessado em questões de fundo político, não esteja preocupado com nenhuma forma de inclusão simbólica ao colocar em relevo suas pretensões mercantis, o contexto da sociedade brasileira, marcada pela ideologia do branqueamento e por um racismo entranhado no cotidiano, faz de qualquer desses produtos um instrumento que coloca em movimento uma discursividade, um apelo, um símbolo, uma comunicação que envolve e que diz respeito às relações entre negros e brancos na sociedade brasileira.

No caso da Feira Preta, a sua atuação pode ser vista propriamente como uma militância, dado o grau de envolvimento dessa empresária em promover produtos que atendessem às especificidades da população negra. Um produto que, na sua exterioridade, revela-se simples, entretanto, pode ser visto como um produto simbólico de grande importância, pois diz respeito a algo caro para as pessoas em geral, e em especial para os negros, porque se trata da beleza, da estética, da autoestima, da relação com o fenótipo, um referencial importante e cujo sentido para os negros é carregado de estigmas e barreiras a serem superados.

De modo geral, os(as) empresários(as) revelaram que a elaboração de produtos com o rótulo étnico serve à causa do antirracismo. Entretanto, se estamos falando em símbolo, em comércio de signos, como estes podem servir à causa antirracista sem que para isso legitime-se o discurso liberal de que o consumo é uma relação social que diz respeito à conquista da cidadania? Como fugir ao paradoxo de ver no consumo um elo positivo entre construção e afirmação da identidade e, ao mesmo tempo, estar consciente de que também pelo consumo se opera a exclusão da qual os negros são potencialmente as principais vítimas?

Na perspectiva, um produto étnico tem uma função e ele diz respeito a um processo de inclusão simbólica de um segmento que não era visto como consumidor e contemporaneamente mudou, passou a ter o seu status reconhecido. Assim, a segmentação desempenha um papel fundamental quando pensamos em um processo de inclusão simbólica operado via mercado. Nesse sentido, na visão desses empresários/as, o consumo tem essa premissa: essa produção pode crescer e se diversificar ainda mais, podendo atuar como ponte no processo de construção das identidades positivamente afirmadas e despertando parte da população negra, especialmente os que lograram ascender socialmente, para questões que envolvem autoestima, reconhecimento de sua condição étnica e uma relação consigo mesmo sem os sofrimentos vivenciados pelas gerações precedentes no que diz respeito a cor e ancestralidade.

Por mais que tenhamos uma percepção clara de que, ao adentrar ao mundo dos negócios, um empresário tenha como horizonte as relações pragmáticas com o lucro, um horizonte mercantil, no caso dos produtos com esse aspecto simbóli-

co étnico-racial as questões historicamente presentes que envolvem ser negro na sociedade brasileira acabam por nos fazer acreditar que sempre há um algo a mais nessas iniciativas. O comércio dessa natureza tem um viés que coloca em relevo a busca de uma segurança ontológica que marca a trajetória dos negros no Brasil.

Segundo Sansone (2007), ao analisar discursos dos negros em Salvador na Bahia, a classe média negra tem se mostrado descontente com as interpretações tradicionais a respeito da negritude como um fenômeno da classe baixa, o que tem feito com que os negros mais instruídos reclamem a esfera do consumo, inclusive aí artigos de luxo e serviços de alta qualidade, como parte das novas condições de mercantilização da cultura negra.

É comum a ideia (em alguns casos acusação mesmo) de que os negros que chegam à condição de classe média tendem a negar o seu pertencimento étnico, procurando se desvincular de sua ancestralidade africana ou se manter afastado de qualquer tipo de alinhamento à negritude, fato questionado pelo estudo de Figueiredo (2002) que constatou que a maioria dos indivíduos que ascendiam tendiam a manifestar uma identificação, individual ou coletiva, com elementos de sua ancestralidade e com alguma referência de negritude, só que de formas variadas e nem sempre dentro das perspectivas tradicionalmente colocadas pela militância negra.

Esse discurso acabou se tornando a referência para um posicionamento de negritude, mas que não abrange a diversidade e complexidade de ser negro na sociedade brasileira. Isso remete a uma questão importante, pois, de acordo com

Giddens (1991), uma das consequências da modernidade é que os indivíduos estão a todo o momento se desvencilhando das tradições, sejam elas de qualquer espécie, credo ou forma. Com os negros ou afrodescendentes não é diferente, posto que a referências que dizem respeito à construção das identidades são múltiplas e cambiantes e qualquer dimensão do mundo da vida serve a esse propósito, logo, o mercado e a consequente mercantilização de símbolos que servem à causa dos afrodescendentes têm nesse espaço e lugar um discurso de alteridade a ser considerado.

O que estamos colocando em discussão é o aspecto sociológico que permeia as relações de consumo numa perspectiva que crê que essa produção voltada aos afrodescendentes, seja ela da grande indústria ou dos pequenos empresários negros e não negros, aponta para uma prática que corrobora no antirracismo. Assim, ao passo que estamos diante de uma motivação empresarial de um indivíduo que percebe de forma pragmática a questão étnico-racial e faz suas apostas comerciais para tirar melhor proveito disso, não significa afirmar que ela vai ter sucesso, ou que seu empreendimento esteja apenas conectado a uma questão mercantil, porque de fato não se trata apenas disso. Estamos em um contexto em que as questões de natureza étnico-raciais no Brasil fazem com que qualquer ação nesse solo implique irrigar questões como posicionamento, autoestima, formação identitária e uma gama de outras que dizem respeito ao cotidiano dos afro-brasileiros.

Um evento como a Feira Preta é um exemplo de que a produção segmentada está em crescimento no Brasil. Revela ainda que há um grande potencial nesse processo contempo-

râneo de mercantilização que também interfira no processo de construção da identidade dos negros ou afrodescendentes. Mas será que é possível identificar e melhorar essa produção em escala nacional e fazer desse segmento um elemento importante nas relações mercantis e ao mesmo tempo pensar que a partir desse lugar é possível colocar em movimento não apenas uma produção orientada para o mercado étnico, mas, sobretudo, dar visibilidade ao empreendedor negro e vislumbrar nessa produção uma prática antirracista?

Uma das questões na investigação é saber se essa produção, da perspectiva dos produtores e consumidores, teria o papel de influenciar positivamente no processo de construção da identidade negra, uma identidade assolada pela ideologia do branqueamento e toda sorte de estigmas e estereótipos associados ao fenótipo negro e ao legado da ancestralidade afrodescendente. Ao que parece, da perspectiva dos produtores, ela acaba tendo esse efeito como um dos desdobramentos.

Em seu relato, a idealizadora da Feia Preta, Adriana Barbosa, cita dois exemplos importantes que auxiliam na explicação dos fatores subjacentes às iniciativas dessa natureza no mundo da mercantilização. O primeiro exemplo foi a descrição das sistemáticas negativas de suas ideias, propostas e ações, pois ela relatou que a feira, depois de alcançar sucesso de público na Praça Benedito Calixto, foi obrigada a mudar o local por força da resistência de parte dos moradores do bairro com aquele público e a exposição daquele tipo de produto. Por fim, as dificuldades de convencer parceiros e os poderes públicos a investir no seu empreendimento.

Entretanto, a força que esse empreendimento vem demonstrando, a persistência e a variedade de produtos oferecidos, criados e ressignificados, bem como o aumento da escala e do número de produtos ofertados na Feira fez crescer os interesses em investigar nesse tipo de negócio. O evento esconde um significado, uma prática de exercício identitário que revela um sujeito imaginante, desejante e reivindicante. Portanto, esse tipo de consumo não pode ser interpretado apenas como uma seara de consumistas, os quais com renda e status mais elevado, de posse de seus cartões de crédito, venham fazer parte do imenso mundo da produção material capitalista. Os produtos étnicos que percebemos na Feira Preta são encontrados fora dali e em outros formatos e apelos, mas por que uma Feira desse tipo de produto pode sobreviver por mais de dez anos, a despeito de toda sorte de dificuldades e impedimentos? Como uma produção distinta, que desafia uma carga de estereótipos negativos cresce e se desenvolve a ponto de se transformar em um evento que virou exemplo pensado para outras capitais do país?

O consumo de produtos étnicos não apenas traz à tona a questão das identidades, mas acrescenta uma discussão no processo de identificação e construção de identidades que estão sendo colocadas em relevo. Se as identidades são um algo sob rasura (HALL, 2005), isso quer dizer que elas são intercambiáveis e fragmentadas ao longo do tempo, recebendo múltiplas influências. Ou seja, há referências construídas com relativo sucesso, como aquelas focadas nas expressões e no imaginário tradicional.

Alguns apontamentos para conclusão

Em um primeiro momento, como podemos pensar a produção desses empresários? O que significa um produto étnico? Ao tomarmos como referência o termo étnico, tão diverso e pantanoso como o conceito de cultura, parto da noção de que a identidade étnica diz respeito ao que é mais universal nos indivíduos. De outra forma, tomo como referência da noção de produto étnico todo e qualquer produto que faça menção à condição étnica imagética dos indivíduos e sua subjetividade e que diz respeito ainda aos traços adscritivos e sua ancestralidade, na qual os sujeitos se sentem motivados ou atraídos, o que engloba várias outras categorias, como sexo, cor da pele, ancestralidade, religiosidade, estética etc.

A gama de produtos étnicos tem sido uma das vias por onde um conjunto de indivíduos tem procurado expressar novos conteúdos para irrigar novos usos e sentidos que remetem à noção de negritude. A produção para esse segmento é ao mesmo tempo uma ação pragmática e politizadora. A forma produto em que esses elementos aparecem no contexto do Brasil contemporâneo faz de suas finalidades algo que transcende ao aspecto mercantil e abrange múltiplas expressões, tais como afirmação, construção de identidade, escolha, desejo, expressão, manifestação, alteridade.

Em cada uma das entrevistas, foi possível perceber posicionamentos distintos, mas que convergiram para o mesmo ponto, ou seja, ações puramente intencionais no que diz respeito ao pragmatismo, voltadas para o atendimento de um objetivo. A percepção foi de que, ao fim e ao cabo, estavam

todos atuando dentro de uma questão que envolve uma historicidade, uma carga de estigma a ser revertido, um élan entre produtores e consumidores, e, precisamente, aqueles que necessitam dizer algo sobre os processos de inclusão simbólica dos negros no Brasil. As análises prévias de algumas das falas dos entrevistados permitiram afirmar que são empresários negros produzindo para o mercado étnico. Esses empresários/as optaram por fazer da condição étnica um ponto de partida para as suas ações. Isso quer dizer que as pessoas pensaram em sua condição étnica para agir no mundo da vida.

Os negros no Brasil, no contexto do mito de uma democracia racial e dos efeitos da ideologia da branquidade, tiveram que travar várias batalhas para fugir aos efeitos perversos do racismo e suas injunções. A produção e consumo para o mercado étnico pode ser visto como um campo onde essa luta se estendeu. O campo (BOURDIEU, 2010), um lugar de produção de discurso, de subjetividade e de uma visão de mundo legítima das relações raciais, passou a contar então com esse novo elemento imagético e de discursividade. Lugar de entendimento e questionamento de imagens que comunicam, esse comércio produz um efeito de comunicação e nos faz pensar.

A comunicação também coloca em relevo o novo protagonismo do negro, agora também com sinônimo do belo, de sucesso, de prazer e não mais apenas de dor, de escravidão, de subalternidade, violência e de todas as imagens negativas às quais a maioria foi exposta cotidianamente. Esses empresários/as fizeram de sua própria narrativa no processo de construção de suas identidades um elemento mercantil que

tem um algo a dizer sobre as carências vivenciadas ao longo do seu processo de socialização na sociedade brasileira. Portanto, falar da condição de afrodescendente requer partilhar do sentido das vivências e de todas as dificuldades inerentes a essa condição étnica.

Produzir é uma percepção pragmática, mas não apenas isso: ela é uma tentativa de superação com base em um legado e ancestralidade que foi subalternizado e estigmatizado. É também uma forma de inserção numa modernidade-mundo que atua por meio desses elementos, pois, nesse caso, o produtor tem como espelho ele próprio como consumidor e uma história que ele visualiza pelo retrovisor. Os empresários (as) negros (as) e seus produtos colocam um conjunto de novas possibilidades imagéticas e iconográficas que estão dentro dos padrões e moldes da modernidade. Suas ações permitem rotinizar um conjunto de imagens positivas que contribuem ao mesmo tempo no processo de formação das identidades para os negros, uma vez que todo produto étnico é em si uma relação social, e contribuem ainda com elementos que reforçam e corroboram enquanto práticas antirracistas.

Não apenas temos um produto no mercado, mas sim um conjunto de elementos que faz parte da paisagem do cotidiano, elementos que, um a um, organizam de algum modo as formas como são estruturadas as vontades e desejos. Nesse sentido, esse tipo de empreendimento mercantil significa uma ação política de inclusão simbólica dos negros, além de propriamente uma questão de ação no campo empresarial. Em nossa perspectiva, o fio condutor aponta ou propriamente denuncia que o racismo no Brasil chega até mesmo a lugares mais insuspeitos, como gôndolas e prateleiras de lojas

e supermercados e às próprias estratégias de produção das empresas, que não atentaram para um público consumidor que representa dois terços da população no Brasil.

A Feira Preta é parte de um conjunto de pequenos empreendimentos que aos poucos comunicou à sociedade a presença e a necessidade da existência desses produtos e como a sua ausência apontava para a penetração do racismo na sociedade. Todavia, ao passo que no Brasil a questão racial é polemica e cheia de complexidades, os símbolos negros para se transformarem em comércio, ao longo das décadas e como parte dos esforços de luta generalizada contra o racismo, precisaram ser transformados em étnicos (SANSONE, 2007) para alcançar o sucesso que a indústria comemora como um filão de mercado.

Assim, podemos classificar a ação da Feira Preta como uma questão de agência, uma proposta de atuação política, de militância negra, em termos de um discurso mercantilizado, utilizando a produção e o consumo na estratégia de reversão de estereótipos vivenciados pelos negros desde a infância, discutindo por meio de produtos os elementos simples do cotidiano que fazem parte da estruturação das identificações, afirmações identitárias e projeções de si. Trata-se da hipótese de que esses produtos corroboram na construção da identidade, hipótese afirmada pelos empresários que informaram acreditar que essa produção atua nos processos de afirmação da identidade dos negros no Brasil.

Podemos então apontar algumas assertivas sobre essa produção dos empresários negros orientada ao mercado étnico: ela é distinta, ou seja, é um processo de consumo

distinto, é parte das relações na qual o produto já está previamente codificado, pois o alvo é o negro e a expectativa é que essa produção aos poucos alcance o público que potencialmente aguarda no silêncio as possibilidades abertas pelo processo de democratização e avanço das condições estruturais na sociedade brasileira, principalmente em função das medidas tomadas em âmbito governamental como políticas de incremento na educação voltada aos negros.

Essa produção é também uma forma de comunicação, pois esses produtos comunicam à sociedade que o público consumidor negro existe, ele se manifesta e usa o consumo para se fazer notar. Desse modo, seus anseios e afirmações no terreno da identidade colocam em movimento um produto codificado para os negros, pois é sempre um elemento que remete às questões raciais na sociedade brasileira. É por meio dele que produtores e consumidores dialogam, se intercruzam, trazem para esse campo das relações sociais questões que tradicionalmente são percebidas no plano das discussões políticas.

Estamos de acordo com o sociólogo cubano Moore (2007), quando esse afirma que na luta antirracista todos os espaços servem ao processo de desconstrução dos estigmas e estereótipos associados historicamente aos negros, todas as formas em que essa questão aparece devem ser refletidas em seu sentido e significado e a produção e consumo se transformam nesse lugar, no qual os negros se manifestam e dialogam com a sociedade nas questões de inclusão e combate ao racismo perpetrado nas relações sociais rotinizadas.

Essa produção, por fim, é ao mesmo tempo um processo de mercantilização e um elemento a mais no jogo complexo

das relações sociais que envolvem raça, etnia e construção de identidade. Todos os(as) empresários(as) narraram suas ações práticas e nelas afirmaram que o processo de mercantilização serve à causa antirracista, seja na sua própria intervenção, na sua agência, seja na produção de outros empresários(as) negros(as). Uma prática que, em meio a todo um processo de dor e exclusão vivenciado por grande parte da população que descende de africanos no Brasil, acaba cumprindo um papel, uma função que nenhuma política pública pode alcançar, pois diz respeito ao trivial, ao cotidiano, aos elementos mais simples que compõem a paisagem de nossas vivências e aos quais estamos expostos diariamente desde tenra idade, ou seja, o universo simbólico de imagens associadas ao mundo real.

Produzir para o mercado étnico tendo a negritude como elemento imagético tem como finalidade atender a esse duplo que é o produto étnico, pois, ao agregar valor e transformar uma questão delicada que envolve os negros em um valor positivo, os empresários procuraram fazer dos seus traços adscritivos um élan no mundo dos bens. As estratégias de qualquer empreendimento no mundo contemporâneo têm como foco último a busca de lucro, como qualquer outra empresa capitalista, no entanto, o empresário negro está sempre envolto com questões que transcendem esse campo mercantil. Quando a ação tem esse fim, ela nunca é tipicamente capitalista. Podemos ver aí um tipo ideal, conforme Weber (2000), de estabelecer um algo a mais que tenha a ver com a condição subjetiva desses indivíduos. Quando se trata de produção para os negros, em qualquer escala ou campo de produção de bens, essa questão enfrenta polêmicas e dissonâncias, de que outras produções não seriam alvo.

Podemos pensar que essa produção é embrionária e que ainda estamos observando um fenômeno que está apenas no seu início, sendo perceptível o papel que tem a educação para esses empresários e como os seus empreendimentos tentam captar essa lacuna como uma estratégia consciente que, ao mesmo tempo, permite ganhar a vida e produzir algo com vistas a ser um elemento que corrobore na mudança da percepção dos atores em cena. A produção para o mercado étnico, especificamente os produtos voltados para os negros, já faz parte do horizonte mercantil da grande produção material na sociedade brasileira contemporânea. Essa produção tem o potencial de um efeito comunicativo: ela serve para pensar e pode ser vista como um elemento atuante nas relações de produção enquanto símbolo, uma vez que temos um horizonte próximo de parcelas de negros que, por meio da educação, têm logrado maior êxito no processo de ascensão social.

O quanto e o como essa produção poderá ter papel na reversão dos estereótipos sobre os negros na sua inclusão no plano simbólico ainda é algo em aberto, mas ela é um elemento novo na sociedade brasileira, marcada por séculos de exclusão social da população negra. Novo, contudo necessário, pois os indivíduos precisam de elementos simples com os quais mantêm íntima relação de interação, ou mais precisamente como espécie de fenomenologia dos processos identitários que compõem o dia a dia e são elementos ativos e atuantes nos processos de construção de identidade. Por outro lado, o mundo dos bens (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009) é também palco das relações nas quais, segundo Canclini (2007), a cidadania está inscrita, pois não mais apenas podemos pensar a produção e o consumo como mera relação

de compra e venda, mas, sobretudo, no mundo contemporâneo trata-se de questões que reorganizam estratégias e percepções de intensificação de relações de cidadania e inclusão simbólica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alex Sandro Macedo. **Entre branqueamento e enegrecimento social: os dilemas do reconhecimento de ser negro numa ordem hegemônica branca.** São Paulo. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, 2003.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte - MG: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.
BARBOSA, Livia. **Sociedade de consumo.** Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BARBOSA, Livia; CAMPBELL, Colin. **Cultura, consumo e identidade.** Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: a crítica social do julgamento.** 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2007.
_____. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da identidade, Paz e Terra.** São Paulo, 2008.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo.** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

FIGUEIREDO, Angela. **Novas elites de cor: estudo sobre os profissionais liberaisnegros de Salvador.** São Paulo: Annablume / Sociedade Brasileira de Instrução / Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

FIGUEIREDO, Angela. **Classe média negra: trajetórias e perfis.** Salvador: Edufba, 2012.

FERREIRA, R. F. **Afro-descendente: identidade em construção.** São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2000.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: Unesp, 1991.

_____. **A constituição da sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MAUSS, Marcel. **O Ensaio sobre a Dádiva.** Portugal, Lisboa: Edições 70, 2008.

MILLER, Daniel. Consumo como cultura material. **Revistas Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, n. 28, ano13, p. 33-63, 2007.

MONTEIRO, Jorge Aparecido. **O empresário negro: histórias de vida e trajetórias de sucesso em busca de afirmação social.** Rio de Janeiro: Produtor Editorial Independente, 2001.

MOORE, Carlos. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Maza edições, 2007.

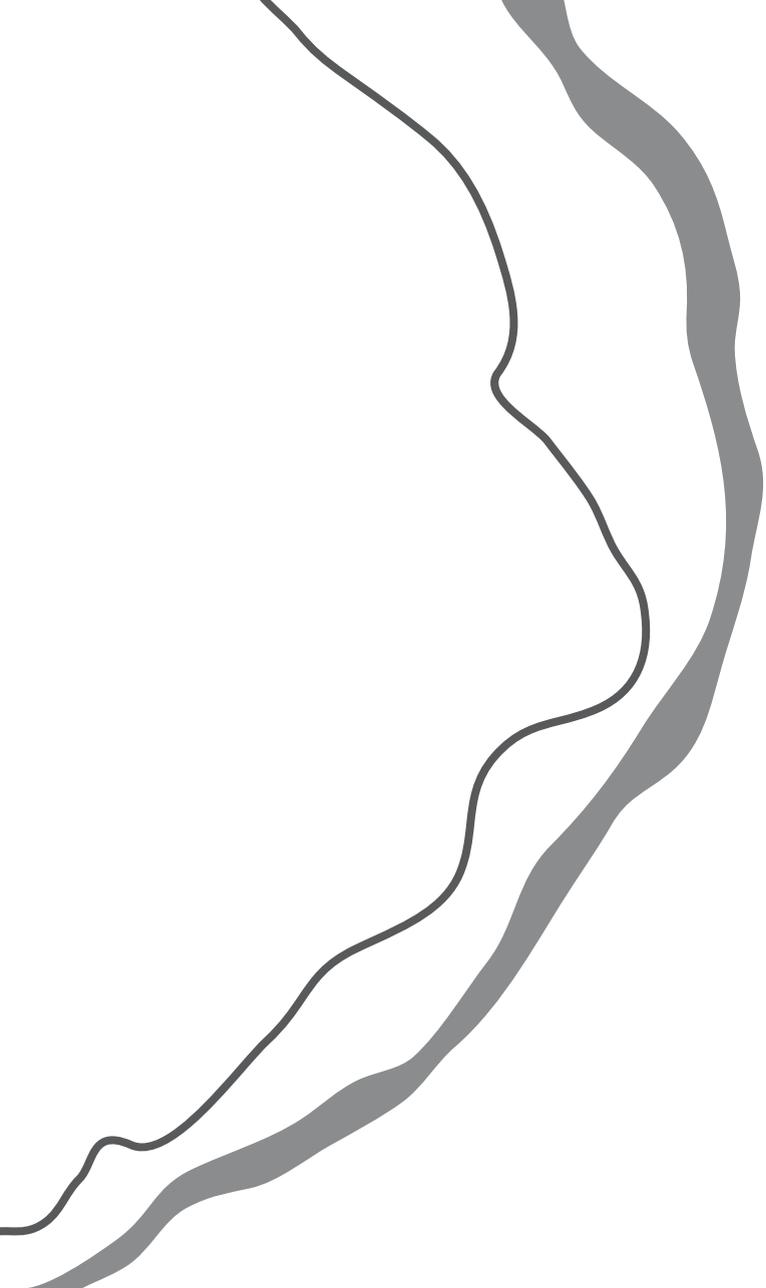
SANSONE, Lívio. Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões). **Estudos Afro-Asiáticos.** Rio de Janeiro, n.23, 1992, p. 143-173.

SANSONE, Lívio. **Negritude sem etnicidade.** Salvador: Edufba Pallas, 2007.

SILVA, Francisco Carlos Cardoso. **Invenções negras na Bahia: pontos para a discussão sobre o racismo à brasileira.** São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), 2008.

WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2001.

WEBER, Max. A distribuição do poder dentro da comunidade. Classes, estamentos e partidos: *In: Economia e Sociedade: Fundamentos de sociologia compreensiva.* Brasília-DF: UNB, 2000.



A democratização do crédito e a participação dos afroempreendedores



Antonio Carlos Thobias Jr.
Administrador, com MBA em Gestão Estratégica de Empresas (Unicep, de São Carlos, SP), especialização em Planejamento e Marketing de Atrativos e Destinos Turísticos (Senac, de Águas de São Pedro, SP). Professor Universitário do UNICEP, é consultor do Sebrae Nacional em Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. Diretor da Associação Brasileira de Administração.

Segundo a Constituição Federal de 1988, art. 192, incisos I a VIII, o sistema financeiro deverá ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade, contribuindo desta forma para a criação de um país mais rico e menos desigual. Com a missão de colaborar com a realização deste grande desafio, foram criados os bancos de desenvolvimento, podendo ser citado como o principal deles o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O BNDES foi criado pela Lei N. 1.628, de 20 junho de 1952. Suas linhas de apoio contemplam financiamentos de longo prazo com custos competitivos, para o desenvolvimento de projetos de investimento e para aquisição de máquinas e equipamentos novos fabricados no país. Apoia também o fortalecimento da estrutura de capital das empresas privadas e o desenvolvimento do mercado de capitais. Entre as diversas ações e programas desenvolvidos pelo BNDES nos últimos anos, daremos uma atenção especial ao Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger), que consiste em um conjunto de ações direcionadas a pequenos empreendedores e a produtores das áreas urbanas e rurais instituído em 1994 no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT),

fundo este criado para implementação de programas de proteção ao trabalho e à geração de emprego e renda, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. O Proger Urbano foi elaborado com objetivo de facilitar o acesso a crédito para segmentos com dificuldade de obtenção de empréstimos no mercado bancário, como pequenos empresários informais, profissionais liberais, empreendedores iniciantes e associações e cooperativas de pequenos produtores.¹

O BNDES, na busca de capilaridade em todo território nacional, adotou a estratégia de oferecer grande parte de suas linhas de crédito através de parcerias com os bancos públicos e privados, criando desta forma uma ampla rede de distribuição dos seus produtos. Porém, tal estratégia nos convida a um olhar mais atento para o relacionamento do setor financeiro tradicional para com as micro e pequenas empresas (MPEs). Estudos do Banco Mundial (2000) sobre o acesso das pequenas e médias empresas ao financiamento apontam como um dos principais obstáculos ao desenvolvimento, segundo as empresas entrevistadas em todo o mundo, a falta de acesso a crédito. À mesma constatação chegou uma pesquisa realizada pelo SEBRAE (2004). Com um olhar mais voltado para as micro e pequenas empresas brasileiras, de acordo com Abramovay e Carvalho (2004), estas dificuldades de obtenção de crédito decorrem basicamente de 2 pilares estruturais: alto custo financeiro e fortes restrições de acesso ao crédito. Sem a obtenção de recursos, as empresas diminuem sua capacidade, produtividade e investimento, perdem faturamento, contribuindo para mortalidade das MPEs, com impacto

¹ O Proger Urbano dispõe das seguintes linhas: MPE Investimento, MPE Capital de Giro, Proger Turismo Capital de Giro, Proger Turismo Investimento, Cooperativas e Associações, Profissional Liberal e Recém-formado, FAT Empreendedor Popular, Proger Professor (aquisição de equipamentos de informática), Proger Exportação.

negativo nos indicadores de geração de emprego e renda. De acordo com Stieglitz e Weiss (1981), o acesso ao crédito é uma das mais importantes ferramentas ao desenvolvimento econômico de um país e deveria estar disponível para as empresas de todos os portes, porém as instituições financeiras trabalham de forma sistemática no favorecimento do acesso ao crédito para as empresas de maior porte. Esta foi também a conclusão de Barcelos e Carvalho (2002), ao demonstrarem que a concentração do crédito para as pessoas jurídicas no Brasil ocorre em maior monta nas grandes empresas, comprometendo seriamente a dinâmica de atuação dos empreendimentos de menor porte, que encontram dificuldades de acesso ao crédito para contribuir na estruturação de seus negócios, ficando na maioria das vezes à mercê de juros abusivos e do mercado informal de crédito.

Outro desafio para as MPEs na busca por melhores condições de acesso ao crédito passa também pela profissionalização da gestão. A baixa quantidade e qualidade das informações contábeis acabam repercutindo nos balanços e na demonstração de resultados das empresas. Outro fator é a prática comum do subfaturamento de suas receitas, em decorrência dos altos impostos que inviabilizam a comprovação do seu faturamento e conseqüentemente uma apuração real de sua capacidade de honrar compromissos financeiros futuros.

A maior eficiência administrativa das MPEs e em conseqüência uma maior credibilidade junto ao sistema financeiro passa também pelo desenvolvimento das características empreendedoras dos seus proprietários. Na década de 1960, David McClelland (1972), com o objetivo de descobrir a existência de características comuns entre os empreendedo-

res de sucesso, realizou estudo durante 3 anos em 34 países. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) adotou os instrumentos de seleção e treinamento formulados na década de 1980 para desenvolver habilidades específicas de administração e também atitudes empreendedoras, mediante o aperfeiçoamento de tais características. No Brasil, o Programa de Desenvolvimento de Empreendedores do SEBRAE (Empretec) foi lançado oficialmente em 1990, por meio de convênio com a ONU, e vem aplicando por todo o país esta metodologia de formação de empresários com excelentes resultados. A eficácia do Empretec pode ser demonstrada por alguns indicadores de impacto, a saber (PNUD, 2006):

- a) a mortalidade das empresas, no primeiro ano de operação, caiu de 46% (média brasileira medida pelo IBGE) para 7%;
- b) entre os empreendedores que fizeram o Empretec, 83% empreendiam por detectar uma oportunidade de mercado, contra 17% que o faziam por necessidade;
- c) a geração de postos de trabalho aumentou, em média, 31% em 71% das empresas;
- d) o crescimento médio entre os empresários que fizeram o Empretec foi de 63% em 75% dos pesquisados;
- e) entre as empresas pesquisadas cujos empreendedores fizeram o Empretec, houve um aumento de 51% no lucro líquido;
- f) antes de fazer o Empretec, apenas 7% dos empreendedores tinham plano de negócios, e após o seminário esta média subiu para 31%.

Para Dornelas (2007), até pouco tempo, muita gente acreditava que o espírito empreendedor era algo inato, que

os vencedores já nasciam com um diferencial e eram predeterminados ao sucesso nos negócios. Atualmente, cada vez mais, a bibliografia especializada traz resultados de pesquisas que apontam no sentido de que o comportamento dos empreendedores bem sucedidos pode ser ensinado e compreendido, em boa medida, por qualquer pessoa.

O empreendedorismo há muito vem sendo estudado por pensadores de diversas áreas do conhecimento humano, o que possibilitou grande número de definições segundo a ideia de inovação:

As características convencionalmente associadas com empreendimento - liderança, inovação, risco, etc. - estão associadas ao conceito, precisamente porque, em uma cultura altamente comercializada como a nossa, elas são características essenciais da efetiva organização dos negócios. Pela mesma lógica, em uma cultura diferentemente orientada, as características típicas de um empreendimento diferem (MCCLELLAND, 1972)

Um empreendedor é alguém que se especializa em tomar decisões determinantes sobre a coordenação de recursos escassos. (CASSON, 1982).

O trabalho específico do empreendedorismo numa empresa de negócios é fazer os negócios de hoje capazes de fazer o futuro, transformando-se em um negócio diferente. (...) Empreendedorismo não é nem ciência, nem arte. É uma prática. (DRUCKER, 1986).

Outro fator importante para o sucesso das MPEs é o planejamento, que sempre que possível deve recorrer à elaboração de um plano de negócio que irá colaborar no momento

da empresa comprovar sua viabilidade mercadológica, produtiva e financeira.

De acordo com o SEBRAE (1999), o plano de negócios representa uma oportunidade única para o futuro empreendedor pensar e analisar todas as facetas de um novo empreendimento.

A experiência humana demonstra que com exceção de alguns gênios e grandes mestres de xadrez, os demais seres humanos tem limitações para analisar situações que tem vários pontos de vista e por isto acabam privilegiando alguns desses pontos em detrimento de outros. É justamente esta visão parcial do negocio, responsável por tantos fracassos, que a elaboração de um plano de negocio se bem feita deve evitar.

Além de muitas vezes não possuírem as características empreendedoras necessárias, é o planejamento empresarial que os auxiliaria no acesso ao crédito. Outra barreira para as MPEs está na necessidade da apresentação das garantias reais. De acordo com SOUZA (2002), as garantias reais são representadas por uma coisa (bem), que pertença ao devedor ou a algum terceiro e que possua valor suficiente para eventual ressarcimento do credor, em caso de não pagamento da obrigação contratada. As garantias podem variar no mercado financeiro de 1 real para cada real emprestado para até 1,5 real de garantia para cada real tomado em crédito. Essas exigências automaticamente colocam a grande maioria das MPEs à margem do sistema financeiro e de suas linhas de financiamento. "Quien domina la garantía, domina el crédito", afirmam Pombo e Herrera.

Este cenário confirma a necessidade da elaboração de estratégias que auxiliem as MPEs a superar a barreira criada pela exigência de garantias reais. Uma das alternativas que começam a ganhar espaço no Brasil é o incentivo à criação das Sociedades Garantidoras de Crédito (SGCs). A Lei Geral das MPEs (Lei n. 123/06), em seu artigo 60-A, assegura a possibilidade de se constituir o Sistema Nacional de Garantias de Crédito:

Artigo 60-A. Poderá ser instituído o Sistema Nacional de Garantias de Crédito pelo Poder Executivo, com objetivo de facilitar o acesso das microempresas e empresas de pequeno porte a crédito e demais serviços das instituições financeiras, o qual, na forma de regulamento, proporcionará a elas tratamento diferenciado, favorecendo e simplificando, sem prejuízo de atendimento a outros públicos-alvo. (Incluído pela Lei Complementar n.127/07).

Ainda com relação à Lei Geral, a participação de empresas no capital de Sociedades de Garantia de Crédito não as exclui da sistemática de tributação do Simples Nacional. Segundo o SEBRAE (2009), as SGCs são sociedades de caráter privado, cujo objetivo é completar as garantias exigidas de seus associados nas operações de crédito junto ao sistema financeiro. Além disso, podem também lhes oferecer aval técnico, comercial e assessoria financeira. Os principais benefícios das SGCs são:

- a) maior acesso ao crédito, inclusive às linhas oficiais, geralmente mais restritas e burocráticas para contratação;
- b) menor tempo de análise, contratação e efetiva liberação dos recursos;

- c) possibilidade de obtenção de créditos com maiores prazos e juros menores;
- d) possibilidade de “leilão” de melhores condições ante as instituições financeiras;
- e) aumento do poder de barganha com relação à reciprocidade, geralmente solicitada pelas instituições financeiras quando da concessão do crédito;
- f) possibilidade de aumento da competitividade e crescimento da empresa em virtude do acesso ao crédito saudável; e
- g) integração a uma rede empresarial.

Quando analisamos as questões relacionadas ao crédito para os empreendedores brasileiros, não podemos deixar de tratar dos empreendedores informais e também da importância da criação do Microempreendedor Individual (MEI). De acordo com o SEBRAE (2013), MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário para ser um microempreendedor individual. É necessário faturar no máximo até R\$ 60 mil por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. O MEI também pode ter um empregado contratado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria. A Lei Complementar n. 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador informal pudesse se tornar MEI, o que estimulou a inclusão social de milhares de brasileiros.

Entre as principais vantagens do MEI estão o registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o que facilita a abertura de conta bancária, pedido de empréstimos e a emissão de notas fiscais. O MEI está enquadrado no Sim-

Tabela 1 - Total de Empresas Optantes no SIMEI em 08/11/2013, por UF

UF	Total de optantes
ACRE	11.253
ALAGOAS	45.050
AMAZONAS	36.754
AMAPÁ	9.092
BAHIA	240.533
CEARÁ	116.571
DISTRITO FEDERAL	66.796
ESPÍRITO SANTO	92.325
GOIÁS	135.234
MARANHÃO	50.013
MINAS GERAIS	376.106
MATO GROSSO DO SUL	54.940
MATO GROSSO	70.332
PARÁ	95.120
PARAÍBA	48.314
PERNAMBUCO	120.483
PIAUI	31.442
PARANÁ	188.264
RIO DE JANEIRO	425.527
RIO GRANDE DO NORTE	48.664
RONDÔNIA	27.320
RORAIMA	7.541
RIO GRANDE DO SUL	206.758
SANTA CATARINA	120.913
SERGIPE	24.277
SÃO PAULO	879.481
TOCANTINS	29.061
Total de optantes	3.558.164

Fonte: Portal do Empreendedor
(<http://www.portaldoempreendedor.gov.br>)

ples Nacional e ficará isento dos tributos federais (imposto de renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL). Assim, pagará apenas o valor fixo mensal de R\$ 34,90 (comércio ou indústria), R\$ 38,90 (prestação de serviços) ou R\$ 39,90 (comércio e serviços), que será destinado à Previdência Social e ao ICMS ou ao ISS. Essas quantias serão atualizadas anualmente, de acordo com a variação do valor do salário mínimo. Com essas contribuições, o Microempreendedor Individual tem acesso a benefícios como auxílio maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

O MEI criou as condições para uma verdadeira revolução na formalização dos microempreendedores no país, contribuindo para inclusão de **3.558.164** pessoas, número maior do que a população do nosso vizinho Uruguai e equivalente a 50% da população do Paraguai (Tabela 1). Porém, esta iniciativa deve ser acompanhada de ações que possibilitem o fortalecimento das MEIs, como qualificação e acesso ao crédito e/ou ao microcrédito.

Segundo o BNDES (2011), microcrédito é a concessão de empréstimos de pequeno valor a microempreendedores formais e informais, normalmente sem acesso ao sistema financeiro tradicional. Esse tipo de crédito se encontra em um contexto de microfinanças, que abrange o fornecimento de empréstimos, poupanças e outros serviços financeiros especializados para pessoas de baixa renda. O microcrédito tem como principais características:

- a) a ausência de garantias reais, já que a maioria das transações tem como garantia o aval solidário;

b) a concessão de crédito ágil e adequado ao ciclo de negócios do empreendimento;

c) o baixo custo de transação, devido à proximidade entre a instituição e o tomador dos empréstimos, e à inexistência de burocracia;

d) a ação econômica com forte impacto social na comunidade;

e) o elevado custo operacional para a instituição fornecedora dos recursos; e

f) a metodologia específica, que consiste na concessão assistida do crédito: os agentes de crédito vão até o local onde o trabalhador exerce uma atividade produtiva para avaliar as necessidades e as condições de seu atendimento, bem como as condições de pagamento. Esse profissional passa a acompanhar a evolução do negócio e a fornecer orientação, se necessário.

Os recursos do microcrédito produtivo orientado se destinam sempre a financiar capital de giro e investimentos produtivos fixos, como obras civis, a compra de máquinas e equipamentos novos e usados, a compra de insumos e materiais, entre outros. Através do acesso ao microcrédito, as MEIs têm a possibilidade de realizar os mais diversos investimentos, sem a necessidade de recorrer a agiotas e a taxas de juros ou encargos abusivos.

Do escravo empreendedor ao afroempreendedor brasileiro: conquistas e desafios

Luís Gonzaga Pinto da Gama (Luiz Gama) nasceu no dia 21 de junho de 1830, em Salvador, filho de Luiza Mahin, negra africana livre da nação nagô, e de um pai cujo nome jamais se soube. A mãe foi uma das principais figuras da Revolta dos Malês e participou da Sabinada, em 1837, quando então foi para o Rio de Janeiro, onde desapareceu. O pai, de origem portuguesa, herdara uma grande fortuna, mas, amante da caça, da boa vida e dos jogos de azar, empobreceu e acabou vendendo o próprio filho, de 10 anos de idade, como escravo. Embarcado num navio com diversos escravos contrabandeados para o Rio de Janeiro e São Paulo, Luiz Gama foi embora de sua terra natal, a Bahia. Posteriormente, quando já estava instalado em São Paulo, um jovem estudante chamado Antonio Rodrigues do Prado Júnior, simpatizando-se com ele, ensinou-lhe a ler e a escrever. No ano de 1848, Luís Gama foge de seu cativeiro para provar que nascera livre e fora feito escravo, recuperando sua liberdade.

Serviu como soldado durante seis anos e deu baixa em 1854, após ter sido preso por causa de um ato que o próprio Gama chamou de “suposta insubordinação”, já que, como ele mesmo disse, apenas se limitara a responder a um oficial que o insultara. Em 1859, surge o livro *Primeiras Trovas Burlescas do Getulino*, composto de poesias satíricas que ridicularizavam a aristocracia e os homens de poder da época. Luís Gama inaugurou a imprensa humorística paulistana ao fundar, em 1864, o jornal *Diabo Coxo* e, através da imprensa, iniciou sua cruzada contra o escravismo. Provando mais uma vez sua capacidade de superar desafios e empreender, o autodidata Luiz Gama torna-se uns dos advogados mais respeitados de sua época, passando a ser referência para os alunos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco que,

anteriormente, haviam proibido a sua presença no quadro de alunos por ser negro. Mais tarde, como advogado, libertou mais de 500 escravos, sendo considerado por muitos o precursor do abolicionismo no Brasil. Luiz Gama foi poeta, jornalista, republicano, maçom, advogado, abolicionista; mas antes de tudo, fazia questão de lembrar a todos que era negro. Rui Barbosa disse sobre ele: “Um coração de anjo, um espírito genial, uma torrente de eloquência, de dialética e de graça”.

Na cidade de São Paulo, em meados do Século XVIII, as obras da antiga Catedral da Sé estavam paralisadas. O motivo é que não havia arquiteto nem construtor capaz de erguer a torre que faltava. Tebas, escravo negro, ficava todos os dias ali parado diante da obra. Padre Justino, capelão do Convento do Carmo, foi ter com o negro para saber o motivo de tanta curiosidade. Tebas respondeu que não entendia por que a igreja não tinha torre. Ouvindo os motivos apresentados pelo padre, Tebas garantiu que seria capaz de construir a torre, desde que recebesse como pagamento sua alforria e fosse o primeiro a se casar na igreja. Padre Justino chamou os construtores responsáveis, que ouviram as explicações e soluções de Tebas para o problema e aceitaram sua proposta. A catedral ficou pronta em 1755, com a torre imponente. Conforme prometido, Tebas conquistou a liberdade e foi o primeiro a casar-se na Catedral da Sé.

Tebas também foi o responsável pela construção do frontispício feito entre 1772 e 1802, período em que a Igreja da Odem Terceira de Nossa Senhora do Carmo passou por uma ampliação. Foi Tebas também quem construiu o chafariz do Largo da Misericórdia, próximo à Praça da Sé, e

o primeiro abastecimento público regular feito com jornal e betume, uma engenhosidade em uma época em que ainda não existiam manilhas. Além disso, Tebas fez também a Torre do Recolhimento de Santa Teresa.

Joaquim Pinto de Oliveira, o ex-escravo que viveu em uma fazenda na região onde hoje está situado o bairro do Paraíso, entrou para o imaginário da “pauliceia” por seus trabalhos executados no Século XVIII, dando origem à expressão “ser Tebas”, utilizada com o sentido de ser “empreendedor, hábil, capaz de tudo fazer com acerto e perfeição”, conforme o historiador Affonso A. de Freitas, em *Reminiscências_Paulistas*, de 1921. Segundo o *Dicionário Aurélio*, “Tebas, do antropônimo Tebas (séc. XVIII), arquiteto improvisado da antiga Sé de São Paulo. Diz-se de, ou indivíduo hábil, adestrado”.

A cidade de São Paulo, em 1854, tinha 23.834 habitantes, sendo que os escravos representavam 29,7% da população, conforme os dados do livro *Branco e Negro em São Paulo*, de Florestan Fernandes e Roger Bastide. Os negros, em sua grande maioria, viviam na região central da cidade, executando trabalhos de carregadores, serventes de pedreiros, sapateiros, doceiras, quitandeiras, lavadeiras etc.; muitos deles eram identificados como *escravos de ganho*. Esta grande concentração de negros no dia-a-dia da cidade de São Paulo, andando “livremente” pela região central, possibilitou um convívio mesmo que marginal da população negra com a cidade, seus logradouros, praças e chafarizes.

Ao citar Luiz Gama, Tebas e os *negros e negras de ganho*, que ocupavam as ruas de São Paulo no século XIX, não

pretendemos cometer nenhum anacronismo, mas sim fazer um breve resgate do espírito empreendedor, criativo e perseverante do povo negro, mesmo em condições de discriminação, miséria e total abandono. De acordo com o IBGE, entre 2001 e 2011, o número de donos de negócios no País cresceu 13%, passando de 20,2 milhões para 22,8 milhões de pessoas. Nesse mesmo período, o número dos que se declaravam pretos e pardos cresceu 29%, passando de 8,6 milhões para 11,1 milhões de pessoas, enquanto o número dos que se declaravam brancos aumentou apenas 1% (de 11,4 milhões para 11,5 milhões de pessoas) e a categoria outros apresentou expansão de 42% (passando de 185 mil para 262 mil). Em função disso, a participação relativa dos brancos no total de empreendedores caiu de 56% para 50%, a dos pretos/pardos passou de 43% para 49% e a categoria outros permaneceu próxima a 1% do total. A dinâmica aqui identificada está em sintonia com o quadro geral da população brasileira. Segundo estudo do IPEA, elaborado com base nos últimos dois Censos Demográficos (2000 e 2010), na última década, houve expansão expressiva do número de pessoas que se autodeclaravam pretas e pardas, e a população negra (pretos e pardos) chegou a superar a branca em termos absolutos. Contribuíram para isso, principalmente, o maior número de pessoas que passou a preferir se declarar como pretos e pardos e a fecundidade mais elevada observada nas mulheres pertencentes a esta categoria.

Os números acima revelam uma nova realidade: o povo brasileiro não tem mais vergonha de reconhecer sua origem africana. Com 49% dos empreendedores se declarando pardos e pretos, não dá mais para fingir que o empresário negro não existe. Ele não só existe, mas apresenta um conjunto

de peculiaridades e fragilidades: a renda média dos afro-empresendedores ainda é cerca da metade da renda dos empreendedores de brancos. Além disso, entre brancos, cada vez mais a motivação de se abrir um negócio é a oportunidade, enquanto entre negros a necessidade ainda predomina. Como afirma o presidente do Sebrae, Luiz Barretto, “a sociedade está se tornando menos desigual, mas as diferenças ainda são grandes. O grande desafio é reduzir a desigualdade na renda, e isso se faz com capacitação.”

Considerações finais

Ao longo dos anos, os mais diversos agentes financeiros têm desenvolvido linhas de crédito para apoio e incentivo às MPEs, muitas vezes de maneira assertiva, tratando de forma diferenciada empreendedores com necessidades diferentes, segmentando por perfil e/ou atividade econômica (produtor rural, turismo, cooperativas, associações, profissional liberal e recém-formado e empreendedores populares). Mas infelizmente esses mesmos agentes financeiros têm se recusado a reconhecer a necessidade da elaboração de estratégias específicas para os empreendedores negros. O discurso padrão, de que o crédito está disponível para todas as MPEs independente de gênero, cor e raça dos seus empreendedores, se mostra fragilizado: de forma geral, todas as MPEs têm dificuldades no acesso ao crédito – o que dizer do negro, tratado sempre como incapaz intelectualmente, historicamente mantido à margem da sociedade pelas instituições públicas e privadas, vivendo nas periferias das cidades onde, na grande maioria das vezes, as políticas públicas não se materializam em ações concretas.

A adoção de estratégias por parte do sistema financeiro para facilitar o acesso dos afroempreendedores ao crédito significa olhar para 49% das MPEs brasileiras que, segundo pesquisa do SEBRAE (2013), são de propriedade de pretos e pardos, apresentam estrutura empresarial fragilizada, tendo seus empreendedores uma escolaridade inferior à dos empreendedores brancos.² A qualificação do empreendedor e de seus colaboradores é fundamental para o acesso ao crédito e o sucesso das MPEs. O incentivo à participação em cursos e palestras sobre planejamento, marketing, finanças e empreendedorismo deve ser ampliado junto os afroempreendedores. Entidades como o SEBRAE, que tem em sua missão o objetivo de contribuir para com o fortalecimento das MPEs brasileiras, devem estabelecer estratégias em conjunto com a comunidade afrodescendente, no sentido de possibilitar uma maior capilaridade dos seus produtos e serviços junto a este público.

No que diz respeito ao sistema financeiro, chegou o momento de instituições como o BNDES implantarem um Proger focado no apoio ao desenvolvimento dos afroempreendedores. A experiência do BNDES com o Proger Urbano reforça a assertividade em tratar de forma diferente públicos com necessidades historicamente diferentes. Outra alternativa de apoio aos MPEs de afroempreendedores é a criação de sociedades de garantia de crédito (SGCs) para o segmento,

2 No grupo dos donos de negócios pretos e pardos, mais da metade (57%) têm no máximo o fundamental incompleto, 11% têm ensino fundamental completo, 26% têm ensino médio (completo ou incompleto), 2% têm superior incompleto e 4% têm ensino superior completo ou mais. No grupo dos donos de negócios brancos, 38% têm no máximo o fundamental incompleto, 11% têm ensino fundamental completo, 31% têm ensino médio (completo ou incompleto), 4% têm superior incompleto e 16% têm ensino superior completo ou mais. O artigo de Luiz Barretto nesta coletânea apresenta mais amplamente os dados dessa pesquisa.

lembrando que os negros, que até pouco tempo eram proibidos de possuir terras no Brasil, ainda hoje apresentam grande dificuldade de oferecer garantias reais, ficando reféns de agiotas e juros altos no momento que buscam crédito no mercado financeiro informal.

O povo brasileiro tem alcançado nos últimos anos um grande desenvolvimento econômico e social e uma das alavancas desse crescimento são as MPEs. Apoiar as MPEs é contribuir diretamente com a preservação e a geração de emprego e renda do povo brasileiro. Outra grande vitória dos brasileiros nos últimos anos é estar perdendo a vergonha de assumir que somos a segunda maior nação negra do mundo e que devemos, sim, buscar fortalecer nossas relações políticas e econômicas com os países africanos, incentivar negócios entre afroempreendedores brasileiros e os empreendedores africanos na busca de novos mercados com países irmãos. Porém, para que nossas empresas possam se desenvolver e ser competitivas, é necessário assegurar acesso ao crédito saudável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. ;CARVALHO, Carlos E. Diagnostico da oferta e da demanda de serviços financeiros. *In*: SANTOS, Carlos Alberto et al (org). **O Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas**. Brasília- DF: SEBRAE, 2004.

BARCELOS, L. C ; CARVALHO, A. G. **Determinantes do Acesso ao Crédito Empresarial no Brasil**. Nova Friburgo: XXIV Encontro Brasileiro de Econometria, 2002.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Branços e Negros em São Paulo**. São Paulo: Brasiliana, 1983.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília** - DF: Senado, 1998.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. **PNUD- OIT Programa de microcrédito no Brasil**. Brasília: CEF, 2002.

CAMARA, Nelson. **Luiz Gama: O advogado dos escravos**. São Paulo: Editora Lettera.doc, 2010.

CASSON, M. **The entrepreneur: an economic theory**. Oxford: Martin Roberson, 1982.

DORNELAS, José. **Empreendedorismo na prática**. Mitos e verdades do empreendedor de sucesso. São Paulo: Elsevier Editora Ltda, 2007.

DRUCKER, Peter. **Inovação e Espírito Empreendedor**. Stamford - Connecticut: Cengage Learning Editores, 1986.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011**. Rio de Janeiro, 2011.

McCLELLAND, David. **A Sociedade Competitiva Realização e Progresso Social**. Rio de Janeiro: Editora, Expressão e Cultura, 1972

SANTOS, Carlos Alberto , ET AL (org.) **O Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas : Diagnósticos e Perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2004.

SANTOS, Carlos Alberto. **O Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas**. Brasília: SEBRAE, 2004.

SÃO PAULO. **Paulicéia Afro: Lugares, histórias e pessoas**. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2008.

SEBRAE; DIEESE. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa: 2012**. Brasília - DF, 2012.

SEBRAE; FUBRA. **Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade de Empresas no Brasil**. Brasília - DF, 2004.

SEBRAE. **Sociedade Garantidora de Crédito**. Série Empreendimentos Coletivos. Brasília - DF, 2009.

SEBRAE. **Manual de Desenvolvimento dos Municípios**. Brasília - DF: CNM/SEBRAE, 2012.

SEBRAE . **Cartilha do Microempreendedor Individual: Conceito, benefícios e formalização**. Brasília - DF, 2013.

SEBRAE. **Os Donos de Negócio no Brasil: análise por raça/cor**. Brasília - DF, 2013.

SOUZA, Sylvio Capanema de. Considerações sobre acumulação das garantias pessoais e reais, na alienação fiduciária. **Jus Navigandi**, ano 6, n. 56. Teresina: abr. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com\doutrina\texto.asp?id=2910>. Acesso em: 8 jan. 2007.

STIGLITZ, J E; WEISS, A.: Credit Rationing in Markets with Imperfect Information. **The American Economic Review**. Pittsburgh, PA, v. 71, n. 3, p. 393-410, 1981.



Nota: Novos rumos na África



Ladislau Dowbor
Professor titular de economia e administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, consultor de várias agências das Nações Unidas. Possui graduação em *Economie Politique* - Université de Lausanne (1968), mestrado em Economia Social pela Escola Superior de Estatística e Planejamento (1974) e doutorado em Ciências Econômicas pela Escola Superior de Estatística e Planejamento (1976).

A África continua a ser apresentada como o continente da violência e da miséria. A realidade é que ambas as avaliações são corretas, mas enganadoras. Primeiro porque, francamente, não é um privilégio africano, as tensões estão se avolumando por toda a parte, e a miséria acumulada em outros continentes é imensa, sem falar da nova miséria nos Estados Unidos e na Europa. Segundo porque, ao lado da pesada herança, há um movimento pujante de transformações. Há inclusive um movimento recente, estudos científicos sobre por que o jornalismo sobre a África insiste sempre na visão simplificada de pobreza e desgoverno, como se o prisma impossibilitasse uma compreensão das mudanças.

O *Economist* (March 2nd 2013) lançou um relatório especial interessante, *Emerging Africa*, referindo-se não mais a um continente desesperado, mas esperançoso (*A Hopeful Continent*). A África está crescendo a um ritmo de quase 6% ao ano, os investimentos diretos externos subiram de 15 bilhões de dólares em 2002 para 46 bilhões em 2012. O comércio com a China saltou de 11 para 166 bilhões de dólares em uma década. Com a crise financeira mundial, muitos capitais estão fugindo da especulação ou do 1% ou menos que pagam os fundos públicos, e buscando novas oportunidades. Um continente que

crece rapidamente e pode rentabilizar investimentos atraindo mais do que o marasmo dos países ricos.

Em termos institucionais, praticamente todos os países da região estão dotados de mecanismos democráticos, frágeis como em toda parte, mas progredindo. A base de impostos é ainda muito pequena, mas aumentando, o que permite a expansão de serviços públicos. A corrupção nos grandes contratos continua forte, mas estamos aprendendo a ver as coisas melhor, com os dados de James Henry, amplamente divulgados pelo *Economist* (Feb 16th 2013). No mundo são 20 trilhões de dólares em paraísos fiscais – dinheiro de drogas, evasão fiscal, tráfico de armas, corrupção – cerca de um terço do PIB mundial. As três principais praças de dinheiro ilegal são Delaware e Miami, nos Estados Unidos, e Londres. Os 28 principais bancos mundiais, os “sistemicamente significativos”, estão respondendo a processos por fraude, lavagem de dinheiro e outros crimes, e são basicamente europeus e americanos. Barclays, HSBC, UBS, Goldman&Sachs... O Brasil contribui com 520 bilhões de dólares em dinheiro ilegal no exterior, 25% do PIB brasileiro, coisa que deveria deixar o STF sonhando um pouco mais alto. Não é privilégio da África, e obviamente os montantes não se comparam.

Confirma as novas esperanças a reunião anual conjunta da Comissão Econômica da África e da União Africana, em Abidjan, nos dias 26 e 27 de março de 2013. Presentes 54 países africanos, 40 ministros de economia, 15 presidentes de bancos centrais. Só africanos. Uma reunião sem palestras, apenas intervenções curtas de tomada de posição. Na pauta, uma visão geral que podemos chamar de África para os africanos, *Africa First*, uma tomada de consciência do valor que representam os seus recursos naturais, que vão do petróleo até as suas

imensas reservas em solo e água, e da necessidade de repensar o conjunto dos relacionamentos para dentro e para fora do continente.

A ordem não é mais o “ajuste estrutural”, como foi ditado pelo FMI e países dominantes, e sim a “transformação estrutural”. Numa era de sede planetária por recursos naturais, a África se vê com muita capacidade financeira. Inicialmente utilizados para um consumo de luxo por elites, gradualmente estão sendo deslocados para lançar os fundamentos de uma nova capacidade econômica. Infraestruturas, banda larga generalizada, educação e produção local. Em particular, está sendo discutida uma industrialização centrada no aproveitamento dos próprios recursos naturais que geraram estas capacidades financeiras. Ligar a agroexportação ou a extração mineral a exigências de investimentos locais a jusante e a montante, dinamizando fornecedores locais e agregando valor aos produtos transformados.

Criou-se uma articulação entre três instituições de primeira importância, a Comissão Econômica para a África (UNECA), a União Africana (UA) e o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD). Junta-se assim a capacidade de informação e análise, a base política e a capacidade financeira. Ou seja, criou-se, incorporando iniciativas anteriores como a INEPAD, um instrumento de orientação pan-africana das iniciativas de cada país. Isto é vital para um continente onde as infraestruturas e circuitos comerciais nasceram fragmentados e centrífugos, cada país dispendo por exemplo de uma ferrovia ligando a região de exploração de recursos com o porto de exportação, mas com quase nenhuma articulação interna. Isto é familiar para o Brasil, onde praticamente todas as capitais são portuárias, e onde nos falta ainda uma ligação decente transcontinental,

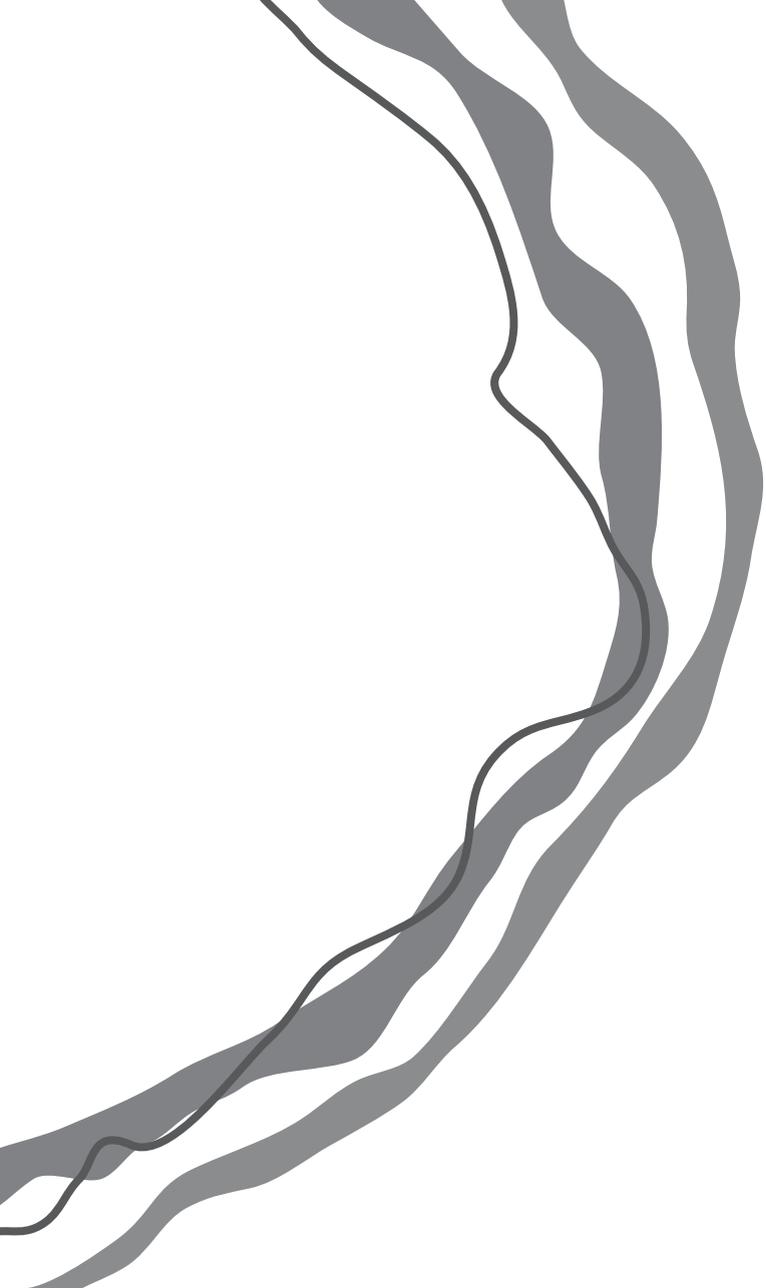
isto que a bacia econômica do mundo está se deslocando para o Pacífico. Aliás, a América Latina pode neste sentido também ser vista como um subcontinente oco, com um miolo relativamente vazio.

Foram aprovados nove eixos que deverão orientar o desenvolvimento econômico e social nesta década: apoio técnico à política macroeconômica; integração regional das infraestruturas e trocas comerciais; tecnologias para a apropriação dos recursos naturais africanos de maneira sustentável (*African Mining Vision* entre outros); aprimoramento e gestão em rede dos sistemas estatísticos para monitorar a formulação de políticas; desenvolvimento das capacidades institucionais; desenvolvimento de subprogramas de promoção e inclusão da mulher nas atividades econômicas e sociais; organização de subprogramas integrados para as cinco regiões que compõem o continente (*Central, East, North, Southern, West Africa*); investimento na capacidade de planejamento e administração nos países membros; políticas de desenvolvimento social, com particular atenção para as políticas de emprego e voltadas à juventude.

As propostas culminaram na aprovação oficial na reunião de Abidjan, mas haviam sido amplamente negociadas com todos os países da região. Segundo o documento aprovado, “o consenso nas visões que emergem é que se tornou imperativo para a África usar o crescimento atual como plataforma para uma ampla transformação estrutural. Para fazê-lo, deverá empoderar-se para contar a sua própria história, e a sua política de desenvolvimento deverá colocar *Africa First*. Isto também significa uma contínua e estreita colaboração entre as três instituições pan-africanas, ADB, AU e ECA, para assegurar coerência e sinergia na implementação do programa”.

Interessante notar que havia na reunião apenas dois convidados não africanos (e brasileiros): Glauco Arbix, presidente da FINEP, particularmente interessante para as políticas de inovação que os africanos querem dinamizar, e eu, que escrevo estas linhas, como convidado especial, pelo interesse dos ministros em ouvirem como o Brasil articula políticas econômicas e sociais. Francamente, como trabalhei sete anos em diversos países da África, tentando ampliar capacidades estatísticas e de planejamento, já tinha visto muitas reuniões “decisivas” e pouco transformadoras. Na minha compreensão e conhecimento, aqui realmente estamos assistindo a algo novo. Sobretudo porque, além de discursos e compromissos, geraram-se instituições de gestão das resoluções, não criando novas burocracias, mas articulando as três instituições que no contexto africano demonstraram a sua capacidade.

Presas na herança estrutural terrível do passado, pião de interesses mundiais contraditórios na Guerra Fria, manobrada e fragmentada por interesses neocoloniais, apropriada e corrompida por corporações transnacionais, a África não tem caminho fácil nem rápido pela frente. Mas a nova consciência do seu peso, da sua importância e dos seus direitos, no momento em que as economias dominantes estão enredadas com as suas próprias desgraças, abre sim muita esperança. É a ideia de uma África emergente.



Empreendedorismo negro como forma de enfrentamento às desigualdades raciais



Matilde Ribeiro

Doutora pelo Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Foi ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, e, atualmente é Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo.

Colaboraram na elaboração desse artigo Marcilene Garcia de Souza (Doutora em sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita) e Leandro Resende de Freitas (Bacharel em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo/SP).

A música “Mão da Limpeza”, de Gilberto Gil, anuncia a dura realidade vivenciada pela população negra: “Mesmo depois de abolida a escravidão, Negra é a mão de quem faz a limpeza. Lavando a roupa encardida, esfregando o chão (...) Negra é a vida consumida ao pé do fogão. Negra é a mão nos preparando a mesa. Limpando as manchas do mundo com água e sabão. Negra é a mão, de imaculada nobreza”. É na vivência do trabalho pesado e desqualificado, em detrimento da participação e do acesso continuados a bens e serviços, que se forjou a vida dos negros desde a escravidão, até os dias atuais. O presente artigo enfatiza, no campo das ações afirmativas, a reflexão sobre a economia solidária sob forma de empreendedorismo, como enfrentamento às discriminações raciais.

1. Difícil e parcial inserção dos negros na sociedade de classes

Ao se tratar das desigualdades raciais, como expressão do racismo fortemente engendrado na sociedade brasileira, Helio Santos considera a existência de uma

demarcação de poder de um grupo racial sobre outro. Nesse sentido, alega que podem ser identificados *dois brasis*, imagem simbólica que trata da ausência de uma harmonia social, levando ao convívio da superabundância com a absoluta escassez de tudo:

... o que salta aos olhos de quem observa [o Brasil] são os estoques raciais alocados em cada um desses dois mundos - o do muito e o do nada. (...) No primeiro Brasil, que poderia ser confundido com um país europeu, como a Bélgica, onde temos uma população de maioria branca e amarela. No outro Brasil, atrasado e pobre, temos um povo marcadamente não branco, onde predominam os pretos e pardos. Os poucos índios remanescentes também habitam esse segundo Brasil. Há um outro aspecto que nos chama atenção: apesar de serem dois mundos nada parecidos, em termos econômicos e sociais, a cultura vivenciada pelos dois brasis é a mesma (SANTOS, 2001, p. 181-182).

É sabido que o regime de escravização, a abolição e a forma como foi constituída a ideia de “nação brasileira” contribuíram para a caracterização da doutrina da supremacia racial e do racismo, sobretudo, quando se analisa as teorias racialistas produzidas nos séculos XVIII e XIX. Assim, o racismo vincula-se a outros elementos que se configuram como mecanismos de desigualdades, tais como o preconceito, o estereótipo e a discriminação. Para Kabenguele Munanga e Nilma Lino Gomes (2004, p. 179), o racismo é um comportamento, uma ação resultante da aversão:

por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como a cor da pele, tipo de cabelo, formato do olho etc. Ele é resultado da crença de que existem raças ou tipos humanos superiores e inferiores, a qual se tenta impor como única e verdadeira. Exemplo disso são as teorias ra-

ciais que serviram para justificar a escravidão no século XIX, à exclusão de negros e a discriminação racial (MUNANGA; GOMES, 2004, p. 179).

A considerar as formulações de Munanga e Gomes (2004) e Santos (2001), a forma aversiva que é o racismo pressupõe a existência de um sistema social e político dotado de mecanismos que produzem desigualdades raciais que, a depender da abordagem histórica e/ou teórica, apresentam-se como mais ou menos intensas.

Carlos Hasebalg argumenta que, em certo sentido, o Brasil criou o melhor dos mundos, mantendo de maneira simultânea o privilégio branco e a subordinação da população negra, assim

evita que a raça se constitua em princípio de identidade coletiva e ação política. A eficácia da ideologia racial imperante se traduz no esvaziamento do conflito racial aberto e da articulação política da população de cor, fazendo com que os componentes racistas do sistema permaneçam incontestados, sem necessidade de apelo a um alto grau de coerção (HASEMBALG, 1988:116).

Este sistema tão bem engendrado vem se estruturando e modificando ao longo dos séculos. Na lógica do trabalho servil, grande contingente de seres humanos que foram sequestrados (do Continente Africano) e escravizados (no Brasil) foi transformado em mercadoria. Para Abdias do Nascimento, o africano foi o primeiro e único trabalhador¹ durante três séculos e meio. Assim formula:

¹ O autor lembra que, no processo de colonização, o indígena foi praticamente exterminado.

é desnecessário lembrar mais uma vez os vastos campos que os africanos irrigaram com seu suor, ou evocar os canaviais, os campos de algodão, as minas de ouro, diamante e prata, e as muitas outras fases da formação do Brasil alimentadas com sangue martirizado dos escravos. O negro, longe de ser um invasor ou um estrangeiro, é a verdadeira alma e corpo desse país. Entretanto, apesar desse fato histórico irrefutável, os africanos e seus descendentes nunca foram tratados como iguais pela minoria branca que completa o quadro demográfico do país, mesmo nos dias de hoje. Esta minoria manteve um monopólio exclusivo de todo o poder, bem estar, saúde, educação e renda nacionais (NASCIMENTO, 1980:149).

Como as demais mercadorias, o escravizado estava sujeito a idênticas relações de compra e venda. Jacob Goreneder argumenta que o posicionamento dos escravocratas com a institucionalização da escravização foi de tratar o escravizado como “*animais de trabalho, como instrumentum vocale, bem semovente*”; com isso, explica-se a prática de “marcar o escravo com ferro em brasa como se ferra o gado. Os negros eram marcados já na África, antes do embarque, e o mesmo se fazia no Brasil até o fim da escravidão” (GORENEDER, 2010:93).

João José Reis argumenta que, a partir dessas condições em que chegaram os negros escravizados, e, pela forma como foram envolvidos na dinâmica do país, pode-se começar a entender a contribuição africana para formação histórica e cultural. Desde sua chegada, os africanos escravizados foram utilizados não apenas na produção de açúcar, café, algodão, minérios e outros produtos de exportação, mas também na agricultura de abastecimento interno, na criação de gado, nas pequenas manufaturas, no trabalho doméstico, enfim estiveram nas áreas rurais e urbanas. “Nas cidades

eram eles que, até uma altura avançada do século XIX, se encarregavam do transporte de objetos, dejetos e pessoas, além de serem responsáveis por uma considerável parcela da distribuição do alimento que abastecia pequenos e grandes centros urbanos” (REIS, 2000:81).

Para Emília Viotti da Costa (1966), os negros adultos em condições de escravização eram identificados como “negros de ganho”, pois, nas cidades, exerciam nas ruas atividades como carregadores, vendedores, barbeiros, pedreiros, carpinteiros, sapateiros, funileiros, entregadores, etc. Mas o trabalho, apesar de essencial, sofria representações depreciativas e de degradação.

Verifica-se, também, que, com a gradativa mudança de sistema, passagem da escravização para o trabalho livre, os negros antes em condições de escravização foram substituídos pelos imigrantes europeus, sobretudo quando do início da industrialização no Brasil. Segundo Mário Theodoro:

no final do século XIX, dois terços da população era formado por descendentes de africanos. Nesse momento, a questão racial apresentava-se como temática central no debate sobre desenvolvimento nacional. Entendendo o embranquecimento como condição necessária ao avanço do país, o pensamento social da época apontava a centralidade do tema raça. A imigração era entendida como etapa imprescindível do processo de afirmação da nação e dos nacionais. Essa compreensão do problema racial permitiu não apenas abrir as portas para o imigrante europeu, mas também determinou a forma como esse foi recebido no país (THEODORO, 2008, p. 38).

Assim, para Octavio Ianni (2004, p. 29), a partir do desenvolvimento da industrialização e do capitalismo, a contradição entre a mercadoria e o escravizado fica expli-

citada pela incompatibilidade estrutural, surgida entre o trabalhador livre e o escravizado, no processo de produção de lucro.

Com o advento da industrialização, o trabalho passou a ser tratado como virtude, com fins de acúmulo de capital, passando a envolver amplamente a mão-de-obra imigrante, de acordo com a orientação da elite da época. Segundo Ramatis Jacino, os trabalhadores negros livres da escravização, expulsos dos espaços urbanos que ocupavam, tinham que disputar o “trabalho de negro”² com brancos brasileiros empobrecidos e estrangeiros que por alguma razão não haviam sido absorvidos na indústria e nos serviços modernos. Teria sido no processo de mediação entre o trabalho escravizado e o livre “que o Estado passaria a cumprir o papel, até então de responsabilidade dos entes privados, passando a ‘feitorizar’ o novo tipo de escravo que a urbanização impunha” (JACINO, 2008, p. 27).

Dessa forma, a história do negro passa a ser de invisibilidade, proletarização e escanteamento. Uma das justificativas que sustentaram a exclusão e a pobreza seria a ideia do despreparo do ex-escravizado para assumir os papéis de trabalhadores livres, o que mais uma vez contribuiu para o escanteamento da população negra, diante de momentos de mudança na sociedade brasileira. Desta forma, do ponto de vista histórico, deu-se a inserção da população negra na sociedade capitalista, ou melhor, a difícil e parcial inserção.

2 De acordo com a visão elitista que resulta na condição da maioria das/os trabalhadores estarem sujeitos aos “trabalho de negros”, como os mais pesados e desqualificados.

No livro Lugar de Negro, Lélia González traz importantes contribuições para a reflexão sobre os espaços destinados à população negra:

o lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa-grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala as favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos 'habitacionais' (cujos modelos são guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (GONZALES, 1982, p. 15).

Constata-se a segregação espacial como forma de manutenção do negro no lugar da desigualdade, da exclusão e da não cidadania, o que não combina com a ideia da existência de democracia racial. No entanto, Ianni reforça que, com a constituição da sociedade de classes, a partir da crise das formas econômicas e sociais escravocratas, verifica-se a emergência do mito da democracia racial que surge "(...) como uma expressão particular do mito mais amplo da sociedade aberta, em que os homens - pobres ou ricos, de qualquer raça, sexo ou religião - são definidos ideologicamente como iguais" (IANNI, 2004, p. 333).

Fica estabelecida a representação dos ricos (grupo quase que exclusivamente branco) como senhores no topo da estrutura do poder, cabendo aos pobres (grupo em que a maioria é negra) como subalternos, sujeitos ao trabalho. É essa a democracia racialmente imposta, pois a partir daí estrutura-se a imagem de uma vivência social "sem conflitos", a visão mitificada da não violência, da tole-

rância e da ausência de preconceito, da discriminação racial e do racismo. Dessa maneira, Carlos Hasembalg (1988, p. 115) reforça a ideia de “democracia racial” como parte da autoimagem nacional que promove, na prática, a sustentação de seu oposto.

Contrapor-se a mitos como o da democracia racial implica em reconhecer a existência do racismo e de seus efeitos perversos para a nação, em especial para a população negra. Nesse sentido, a resolução 38/04 da Organização das Nações Unidas (ONU), indica que para a constituição de um Estado efetivamente democrático existe *incompatibilidade entre o racismo e a democracia*. Essa afirmação legitima o processo de construção das políticas de promoção da igualdade racial, e as ações afirmativas, como parte do enfrentamento à desigualdade. Em recente estudo, destaquei importantes fatos que valorizam a luta histórica por parte do Movimento Negro e das organizações das mulheres negras, que construíram caminhos para a viabilização das *ações afirmativas*, por meio de estímulo à existência de leis e mecanismos inclusivos (RIBEIRO, 2013). As ações afirmativas, desta forma, como afirmou Hédio Silva Jr., devem ser contextualizadas a partir da compreensão de que:

em uma sociedade como a brasileira, desfigurada por séculos de discriminação generalizada, não é suficiente que o Estado se abstenha de praticar a discriminação em suas leis. Incumbe ao Estado esforçar-se para favorecer a criação de condições que permitam a todos beneficiarem-se da igualdade de oportunidades e eliminar qualquer fonte de discriminação direta ou indireta. A isso se dá o nome de ação afirmativa ou ação positiva, compreendida como comportamento ativo do Estado, em contraposição a atitude negativa,

passiva, limitada à mera intenção de não discriminar (SILVA JR., 2010, p. 25).

Ao incorporar as ações afirmativas como parte de sua ação, o Estado brasileiro passa a responder, ainda que de maneira disforme, à perspectiva de que para atingir o desenvolvimento econômico e social deve-se fortalecer a democracia.

A pesquisa o *“Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas”*, realizada pelo Instituto Ethos em 2010, revela que quanto maior é o nível hierárquico dentro da empresa, menor é a participação da população negra. Nos quadros funcionais e de chefias intermediárias, os negros ocupam, respectivamente, 31,1% e 25,6% dos cargos, enquanto nos cargos de gerência são 13,2% e de executivos, 5,3%. Considerando o recorte de gênero, a situação da mulher negra é ainda pior: ela fica com 9,3% dos cargos funcionais e de 0,5% em cargos executivos. Em números absolutos, significa que, de 119 executivas, apenas seis são mulheres negras.

Estes complexos exemplos reforçam o que vem sendo destacado há décadas – a necessidade do Estado agir de maneira afirmativa na formulação de políticas específicas para a população negra no mundo do trabalho, e, também, reconhecer que desde a escravização houve luta por parte dos negros, na reação ao tratamento enquanto coisas e na busca de um lugar na sociedade brasileira.

Maria Neyára de Oliveira Araújo, ao refletir sobre os aspectos culturais no trabalho, elabora importantes indagações: o que significa a cultura do trabalho no Bra-

sil? Quantos e quais elementos lhe dão origem e cotidianamente a recompõem? As respostas a essas indagações remetem a questões objetivas e subjetivas:

a par de todas as dificuldades enfrentadas no interior do ‘mercado informal do trabalho’, sempre ressaltamos o desejo e a satisfação de ter o ‘próprio negócio’. E ter o próprio negócio não na perspectiva de se tornar patrão (e poder enriquecer), mas pela razão fundamental de poder controlar o próprio tempo e o próprio corpo (ARAÚJO, 2010:85).

Esse posicionamento perpassa o debate e a atuação em torno da economia solidária que, de forma esparsa, ressurgiu, como direcionamento para política pública, no Brasil, na década de 1980 e tomou impulso crescente a partir da segunda metade dos anos 1990. Segundo Paul Singer, a economia solidária “resulta de movimentos sociais que reagem à crise de desemprego em massa, que tem seu início em 1981 e se agrava com a abertura do mercado interno às importações, a partir de 1990” (2000:25). O autor considera a organização de empreendimentos solidários como

o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinho, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários... (SINGER, 2000:28).

De um ponto de vista histórico, a economia solidária deve envolver o setor público, privado e o popular. José Luis Coraggio³ argumenta que:

³ O autor elaborou a introdução do livro “A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas”, fruto de seminário com o mesmo título, realizado em outubro de 2011 por três entidades – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ); Rede de Investigadores Latinoamericanos de Economia Solidária (RILESS); e Secretaria Nacional de Economia

Essa articulação entre o público, o privado e o popular é extremamente importante, uma vez que a economia solidária não é desenvolvida em outro contexto, na realidade brasileira, senão no capitalismo, como resposta à situação de desemprego e de precarização da vida, pode-se dizer de escanteamento, para os que não tiveram condições de se preparar para dar respostas às crises econômicas, ou mesmo às situações estruturais de exclusão.

Constata-se que a condição de trabalhador livre, em sociedades capitalistas, não implica em ter amplas oportunidades, somando-se isso ainda às situações de competitividade e opressões. Portanto, o conceito e a aplicação de medidas vinculadas à economia solidária remetem a proposições de saídas visando à sobrevivência e à existência individual e coletiva. Esse foi um expressivo debate no Encontro Latinoamericano de Cultura e Socioeconomia Solidária que contribuiu para a afirmação de que a economia deve estar a “serviço da pessoa e da sociedade, e não do ser humano a serviço da economia (...). O valor central da socioeconomia é o trabalho humano, não o capital e sua propriedade” (ADITEPP, 2000).

Destaca-se o componente humano, a estratégia de coletivização e do pertencimento social que deve ser promovido pela economia solidária ou popular (como apontou Coraggio). Nesse sentido, Araújo argumenta ser importante levar em conta:

as especificidades do patrimônio, em parte emudecido (mas não extinto) das culturas dos povos indígenas e negros incorporados de modo marginal ao que hoje denominamos ‘classe trabalhadora bra-

Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/TEM).

sileira’... Afinal, como compartilhar de forma uníssona (tal como requer o regime do capital) a categoria de ‘trabalhador livre’ no caso histórico em que deverão conviver, diante da objetivação do capitalismo, sujeitos com interesses tão dissonantes? O que significa a condição de ‘trabalhador livre’ para os trabalhadores brasileiros? (ARAÚJO, 2010, p. 88).

As questões étnica e racial são pouco desenvolvidas no campo da economia solidária, sobretudo a considerar a quase extinção dos indígenas e os mais de 350 anos de escravização dos negros; portanto, falar em liberdade no trabalho significa rever o valor do trabalho para os diferenciados grupos raciais presentes na sociedade. Essa realidade impele às buscas de alternativas⁴ para garantia de qualidade de vida, pois os indígenas e a população negra têm historicamente “se virado” de várias formas para enfrentar as diversas exclusões traduzidas em “cidadanias subalternizadas”, sem inserção efetiva no mercado formal de trabalho ou apoio direto do Estado.

É nesse contexto de enfrentamento à ordem vigente, que é excludente, tendo como referência os princípios da economia solidária, que se desenvolve o conceito de empreendedorismo. Nesse caso, é destacada a figura do empreendedor (*entrepreneur*), que tem origem francesa e significa a predisposição em assumir riscos em condições de incerteza associada à capacidade de inovar (HISRICH, 1986).

Na vivência da população negra, importante se faz compreender as estratégias de empreendedorismo, em algumas situações denominado como “empreendedorismo negro ou

⁴ Ver reflexões sobre o tema, abrangendo questões étnicas, raciais e de gênero em Ribeiro (2001, p. 71-88).

afro”, desenvolvidas há alguns anos por entidades do movimento negro⁵ na relação com o poder público e também com a iniciativa privada. Pode-se dizer que o Brasil tem, na cultura empreendedora, a herança dos povos africanos e da escravização.

A partir da imposição histórica ao trabalho informal, “ao trabalho de negro”, desenvolveu-se uma cultura empreendedora, desde a época da escravização com o trabalho forçado, até depois da abolição, tendo por base a condição de trabalhar muito e ganhar pouco (nos espaços domésticos – lavar, passar, cozinhar; como ambulantes – vender doces, frutas, verduras; ou nas atividades pesadas, como pedreiro, carregador ou marceneiro).

A pesquisa “*Os donos de negócios no Brasil: Análise por Raça/Cor*”, realizada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 2013, revela que, em 2011, havia 22,8 milhões de pessoas donas de negócio. Dessas, 49% (11,1 milhões) são empreendedores negros (pretos e pardos).⁶ Na população negra de donos de negócios, ao analisarmos o recorte de gênero, a pesquisa aponta a participação de 71% de homens e de 29% de mulheres negras. Ao analisar a escolaridade da parcela da população negra que possui negócios constata-se que 57% têm no máximo ensino fundamental incompleto, 11% possuem o ensino fundamental completo, 26% possuem o ensino médio incompleto e completo,

5 Ver Relatórios de Gestão (SEPPPIR, 2003-6) que contêm informações sobre atividades realizadas em parceria com a Associação Nacional dos Coletivos de Empresários Afro-Brasileiros (ANCEABRA), debatendo a cultura empreendedora e possibilidades de ações em âmbito nacional.

6 Ver, a propósito, o artigo de Luiz Barretto, neste volume (N. do Org.).

2%, com o ensino superior incompleto e, por fim, 4%, com ensino superior completo ou pós-graduação.

De maneira geral, a população negra tem como alternativa (às vezes como única saída) o empreendedorismo como possibilidade de obtenção de renda e de vinculação com o mundo do trabalho. Contudo, os indicadores do mercado de trabalho, bem como o contexto social, econômico e político do Brasil no que tange às relações raciais, revelam que o empreendedorismo para a população negra surge e se mantém a partir das necessidades cotidianas, tendo em vista o racismo institucional (também chamado de racismo sistêmico)⁷ muito presente no mundo do trabalho.

Além de pensarmos em alternativas e soluções para o enfrentamento do racismo e a promoção da igualdade racial, devemos considerar o direito ao trabalho como eixo central nas estratégias de promoção do desenvolvimento, e no caso da população negra promover oportunidades e capacidade de escolha para o seu desenvolvimento econômico e social, como consta na Constituição Federal, e, também, na Lei 12.288 (de 20 de junho de 2010) que instituiu o Estatuto da Igualdade Racial, no 4º Artigo:

a participação da população negra em condições de igualdade de

⁷ Segundo Josenilton Silva et al (2009, p.157) esse conceito traz inovações no que se refere à separação das manifestações individuais e conscientes que marcam o racismo e a discriminação racial: “O racismo institucional atua no nível das instituições sociais, dizendo respeito às formas como estas funcionam, seguindo as forças sociais reconhecidas como legítimas pela sociedade e, assim, contribuindo para a naturalização e reprodução da hierarquia social. Não se expressa por atos manifestos, explícitos ou declarados de discriminação, orientado por motivos raciais, mas, ao contrário, atua de forma difusa no funcionamento cotidiano de instituições e organizações, que operam de forma diferenciada na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes grupos raciais”.

oportunidades na vida econômica, social, política e cultural do país será promovida, prioritariamente, por meio de: inclusão social nas políticas de desenvolvimento econômico; adoção de medidas de ação afirmativa (...).

Seguindo os indicativos legais e apresentando respostas às demandas de grupos que vivem discriminações históricas, destacam-se alguns exemplos no campo do empreendedorismo:

- **Capacitação para a produção:** A Sociedade Cultural Bloco Afro Ilê Aiyê, no bairro do Curuzu - Salvador/Bahia, criada em 1974, como uma organização não governamental sem fins lucrativos e de utilidade pública desenvolve projetos educacionais, profissionalizantes, culturais entre outros. A Escola Profissionalizante foi criada em 1997, com o apoio do Governo do Estado da Bahia, através da SETRAS - Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte. A escola oferece cursos de confecção de sapatos, bolsas e acessórios de couro e tecido, confecção de moda íntima, confecção de roupas, reciclagem para costureiras em máquinas industriais, informática básica, trançado, maquiagem e estética negra (CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AIYÊ, 2006).
- **Apoio a iniciativas empresariais:** A Incubadora Afro-Brasileira atua junto às empresas e instituições com uma abordagem étnica e tem como objetivo desenvolver o papel econômico da população negra, como uma das principais formas para o reconhecimento profissional dos empresários afro-brasileiros. Essa incubadora foi criada em 2004, com base na experiência desenvolvida pelo Centro de Estudos e Assessoria Empresa-

rial (CEM / IPDH). Atualmente são apoiados acima de mil empresas em vinte cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro e são oferecidos quatro tipos de prestação de serviços gratuitos: formação em gestão; consultoria (economia, direito, contabilidade, marketing, finanças); apoio logístico (feiras e infraestrutura de eventos, stands de montagem); e assistência técnica (visitas aos empreendimentos para ajudar o empreendedor a colocar o seu plano de negócios em prática). A Incubadora Afro-Brasileira participa da rede de instituições que compõem a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), tendo como principal patrocinadora desse projeto a Petrobras, contando ainda com o apoio de outros setores dos Governos Estadual e Nacional e outras instituições internacionais (Incubadora Afro-Brasileira, 2013).

- **Impulso a geração de renda:** O Governo Federal, sob o comando da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES/MTE), criou o Programa Brasil Local – projeto voltado para a geração de trabalho e renda por meio da economia solidária que fomenta a organização de empreendimentos geridos pelos próprios trabalhadores(as), facilitando o acesso a políticas públicas de incentivo como capacitação, crédito comunitário, equipamentos formalização e escoamento da produção. A principal estratégia do projeto é articular iniciativas que viabilizem o fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários. O projeto é destinado a Empreendimentos de Economia Solidária (EESs) com atuação em

diversos setores, como agricultura familiar, prestação de serviços, artesanato e vestuário, localizados em comunidades rurais e urbanas por todo o país. A prioridade é dada para empreendimentos organizados por mulheres, jovens, povos tradicionais e beneficiários do Programa Bolsa Família (Brasil, 2013).

Essas experiências demonstram que, tanto na educação, quanto no acesso aos serviços públicos e no mundo do trabalho, as políticas de promoção da igualdade racial apresentam-se como formas de enfrentamento à desigualdade racial e ao racismo, visando contribuir na inserção, permanência e mobilidade da população que vive discriminação histórica.

Considerações finais

Segundo Hasembalg, a alteração do quadro de exclusão, isto é, a diminuição das desigualdades, implica em modificar os parâmetros institucionais do sistema a partir de implementação de políticas que interessem diretamente aos grupos racialmente dominados, por meio de mecanismos de mobilidade social, que visem à promoção diferencial desse grupo. Assim, é reforçado que “para atingir uma situação de completa igualdade racial é necessário que os dois grupos raciais [negros e brancos] estejam igualmente distribuídos ao longo da hierarquia socioeconômica” (HASEMBALG, 1988:140).

Seguindo esses indicativos, considera-se que não há empreendedorismo, tampouco o empreendedorismo negro, sem uma articulação efetiva do Estado com os setores que o desenvolvem, isto é, a população negra. Sem isso, poderemos

constatar a realização de “bicos”, como popularmente é chamada a forma de trabalho informal que a população pobre e negra realiza comumente para sobreviver.

Justamente por isso, são muitos os desafios para o desenvolvimento do empreendedorismo negro, considerando a inserção efetiva da população negra no mundo do trabalho. Constata-se, de um lado, a negação e a neutralidade de determinados setores sobre a existência do racismo, e, de outro lado, a incansável atuação do movimento negro denunciando essa situação.

Em perspectivas atuais, verifica-se que paulatinamente o Estado brasileiro vem reconhecendo a existência do racismo e desenvolvendo estratégias para a sua superação. Considera-se a criação, em 2003, da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (transformada em Ministério em 2010); a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e da Lei de Cotas (respectivamente em 2010 e 2012). Passa a existir um ambiente para o fomento a uma política pública específica estruturada e estruturante sobre empreendedorismo voltado às questões étnico-raciais, sendo ela vinculada ao conjunto das ações de superação de desigualdades no mundo do trabalho. Assim, ressalta-se a pertinência do Projeto Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileiro, promovido pelo CEABRA e SEBRAE⁸. Esse projeto fomenta o debate, reafirma questões identitárias e define ao Poder Público, em conjunto com instituições da sociedade civil, um papel proativo e promotor de caminhos para a igualdade. Este projeto é pio-

8 Lançado em 05 de agosto de 2013 em São Paulo, e, estruturado por meio de várias oficinas e seminários, em especial o I Seminário - Desenvolvimento e Empreendedorismo Afro-Brasileiro (I SENEAB) realizado em Brasília em 20 de dezembro de 2012, promovido pelo Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros de São Paulo (CEABRA/SP), com patrocínio do SEBRAE.

neiro e simbólico e demonstra o acolhimento a uma demanda histórica; a oportunidade de intercâmbio entre os empreendedores; e, a visibilidade via a demonstração de caminhos para uma política pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADITEPP – Associação Difusora de Tratamento e Projetos Pedagógicos. **Socioeconomia Solidária e autonomia do sujeito**. Rio de Janeiro: 2000.

ARAUJO, Maria Neyára de Oliveira. O trabalho da cultura e a cultura do trabalho: transformando o modo de produção do capital. *In*: RODRIGUES, Lea; et al. **Trabalho, Políticas Públicas e Estratégias Empresariais**. Fortaleza: MAPP – Expressão Gráfica e Editora, 2010.

BRASIL. **GUIA de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas**. Programa Brasil Quilombola [Presidência da República]. Brasília, 2013.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Estatuto da Igualdade Racial**. Brasília, 2010.

_____. Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Relatório de Gestão (2003-6)**. Brasília, 2007.

CADERNO DE EDUCAÇÃO DO ILÊ AYÊ. **Projeto de Extensão Pedagógica: O negro e o poder**. Bahia: Ilê Aiye, 2006.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966

CORAGGIO, José Luis. Que es lo econômico y que es outra politica? *In*: HENRIQUES , Flávio Chedid; LIANZA, Sidney (orgs). **A Economia solidária na América Latina: realidades nacionais e politicas publicas**. Rio de Janeiro: Pró Reitoria de Extensão UFRJ, 2012.

DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO AFRO-BRASILEIRO. *Revista do I Seminário Nacional de Empreendedores Afro-brasileiros (I SENEAB)*. Coletivo de Empresários e Empreendedores Afro-Brasileiros de São Paulo (CEABRA/SP), 2012.

FREITAS, Leandro Resende. **Promoção da Igualdade Racial**: Um estudo a partir da análise da estrutura de órgãos responsáveis pela formulação/implementação de políticas na região metropolitana de São Paulo. São Paulo. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Gestão de Políticas Públicas). Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORENDER, Jacob. **O escravismo Colonial**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2010.

HASENBALG, Carlos A. Desigualdades raciais no Brasil. *In*: HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do Valle (org). **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice; Rio de Janeiro: Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

HISRICH, Robert D. **Entrepreneurship, intrapreneurship and venture capital**: the foundations of economics renaissance. Lexinton: Lexinton Book, 1986.

IANNI, Octavio. **Raças e classes sociais no Brasil**. São Pau-

lo: Brasiliense, 2004.

Instituto Ethos. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas – Pesquisa 2010**. São Paulo, 2010.

JACINO, Ramatis. **O embranquecimento do trabalho**. São Paulo: Nefertili Editora, 2008.

MUNANGA, Kabenguele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: História, realidades, problemas e caminhos**. São Paulo: Global e Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes. 1980. (Documento n. 7).

REIS, João José. **Presença Negra, conflitos e encontros**. Brasil 500 Anos. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000.

RIBEIRO, Matilde. **Institucionalização das Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil: Percursos e Estratégias – 1986 a 2010**. São Paulo. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP), 2013.

_____.(Org.). **As Políticas de Igualdade: reflexões e perspectivas**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

_____. **As políticas de igualdade racial no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009. (Coleção Análises e Propostas, n. 35).

_____. Em busca de uma Economia Solidária. *In:*

BENTO, Maria Aparecida Silva; et al. **Inclusão no Trabalho** – Desafios e Perspectivas. Centro de Estudos de Relação do Trabalho e Desigualdades/Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. A trilha do círculo vicioso. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Os donos de negócios no Brasil: Análise por Raça/Cor**. Brasília, 2013.

SILVA, Josenilton; et al. A promoção da Igualdade Racial em 2006 e o Programa de Combate ao Racismo Institucional. *In*: JACCOUD, Luciana (Org.). **A Construção de uma política de promoção da igualdade racial** – uma análise dos últimos 20 anos. Brasília: IPEA, 2009.

SILVA JR., Hédio. Conceito e Demarcações Históricas. *In*: BENTO, Maria Aparecida; SILVA, Hédio; SILVA, Mario Rogério. **Políticas Públicas de Promoção de Igualdade Racial**. São Paulo: CEERT, 2010.

SINGER, Paul. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. *In*: SOUZA, André Ricardo de; SINGER, Paul (Orgs.). **A Economia Solidária no Brasil**. A autogestão como resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto, 2000 (Coleção Economia).

SOUZA, Marcilene Garcia. **Ações afirmativas e inclusão de negros por cotas raciais nos serviços públicos do Paraná, 2010**. Araraquara. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho, 2010.

THEODORO, Mário (Org.). **A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil**. As políticas públicas e desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2008.

